

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

CÍNTIA VIEIRA SOUTO

**AS RELAÇÕES BILATERAIS E A COOPERAÇÃO MILITAR
ENTRE BRASIL E PARAGUAI DE 1939 A 1948**

**Porto Alegre
2016**

CÍNTIA VIEIRA SOUTO

**AS RELAÇÕES BILATERAIS E A COOPERAÇÃO MILITAR
ENTRE BRASIL E PARAGUAI DE 1939 A 1948**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor ou em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

**Porto Alegre
2016**

CIP - Catalogação na Publicação

Souto, Cíntia Vieira

As relações bilaterais e a cooperação militar entre
Brasil e Paraguai entre 1939 e 1948 / Cíntia Vieira
Souto. -- 2016.

271 f.

Orientador: André Luiz Reis da Silva.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Relações bilaterais. 2. Brasil. 3. Paraguai. I.
Silva, André Luiz Reis da, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CÍNTIA VIEIRA SOUTO

**AS RELAÇÕES BILATERAIS E A COOPERAÇÃO MILITAR
ENTRE BRASIL E PARAGUAI ENTRE 1939 E 1948**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 01 de setembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman
UFRGS

Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira
PUC-RS

Prof. Dr. Tomaz Espósito Neto
UFGD

Ao Zé, ao Arthur e à Alice.

AGRADECIMENTOS

É um conhecido clichê afirmar que um trabalho acadêmico é algo que não se faz sozinho. Eu discordo. Creio que um trabalho que exige pesquisa, processamento e organização de fontes, redação, com dúvidas, questões não resolvidas, angústias, é uma das atividades mais solitárias que existe. Contudo, há pessoas que fazem essa solidão mais suportável.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, André Reis da Silva, que antes de ser meu orientador, é meu colega, e antes ainda, é um dos meus melhores amigos. Agradeço por ter me retirado da zona de conforto, por ter me feito retornar à universidade, por ter me motivado a pesquisar um tema que não possui muito apelo na academia, mas que me interessava. É um grande orgulho ter o nome do André no meu trabalho.

Agradeço a todos os professores do PPGEEI que contribuíram, com o seu conhecimento, para a minha formação. Agradeço ainda à funcionária Alanna Teixeira, que com a sua competência, tornou a parte burocrática da pós-graduação muito mais leve.

Agradeço aos amigos que fiz no Paraguai, Erna Maria Hiill e Leonardo Gómez Berniga, que contribuíram para que eu aprendesse a amar esse país, tão próximo, mas, às vezes, tão distante do Brasil. Ao professor Fernando Masi, que com simpatia, abriu para mim as portas de sua riquíssima biblioteca. Ao coronel Celso José Montes, que me recebeu na Cooperação Militar Brasileira no Paraguai em Assunção, e ao major Rodolfo de La Vega, que contribuiu com o seu conhecimento e com bibliografia para esse trabalho. Ao diplomata Diego Kullmann, que, sem me conhecer, possibilitou que eu tivesse acesso às preciosas fontes.

Agradeço à CAPES, que me permitiu fazer doutorado sanduíche no German Institute of Global and Area Studies (GIGA) em Hamburgo. Agradeço ao professor Detlef Nolte que me recebeu na GIGA e que naquele curto espaço de tempo me fez sentir parte do Instituto de Estudos Latino Americanos (ILAS). E à Stephanie Stövessand pela inestimável ajuda antes, durante e depois do meu período na Alemanha.

Agradeço aos amigos que dividiram comigo as preocupações e angústias, em cafés, almoços ou até no *waths app*. Aos companheiros de estudos sobre o Paraguai, Luiz Felipe Viel Moreira, Tomaz Espósito Neto e Gustavo Rojas de Cerqueira César, que tiveram a gentileza de me trazer livros de Assunção. Rodrigo Perla Martins, amigo de uma vida inteira, sempre disposto a ouvir as minhas queixas. Eduardo Engelsing, que apesar de estar longe do Brasil, está sempre perto de mim. Cybele Crossetti de Almeida, meu modelo de professora e

pesquisadora. Às colegas da pós, Nadia Menezes e Kaline Zeni, amigas para a vida toda que eu ganhei do PPGEEI. Aos meus ex-alunos, de quem muito me orgulho, Alex Menez e Helen Rotta, que viraram amigos e que seguraram a minha mão nos momentos difíceis. Aos meus queridos alunos da FAPA que me acompanharam nessa experiência de ser professora e aluna ao mesmo tempo. À querida colega Sonia Pinto, por ouvir as minhas queixas e reclamações, e, quando preciso, segurar as pontas no trabalho.

E finalmente à minha família. À família Souto, que tem sido o meu porto seguro há muitos anos. A meu marido José Carlos e meus filhos Arthur e Alice, que já entenderam que eu nunca vou parar de estudar e se resignaram a ter algumas horas da minha vida deles roubadas.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as relações bilaterais e a cooperação militar entre o Brasil e o Paraguai de 1939 a 1948. Em termos internacionais, é uma conjuntura de sistemas de poder em disputa, Estados Unidos e Alemanha entre 1939 e 1945, e Estados Unidos e União Soviética entre 1945 e 1948. Em termos de subsistema platino, é um período de disputa latente entre Brasil e Argentina pela subegemonia regional. Nesse cenário, e a identidade política entre os regimes de Félix Estigarribia, Higinio Morínigo e Getúlio Vargas promoveu uma notável aproximação política e cultural entre os dois países, assim como iniciativas de viabilizar as relações comerciais através de ligações infraestruturais: estradas de ferro, estradas de rodagem, pontes, etc. Também houve a fundação da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP) que inaugurou a cooperação militar entre os dois países que persiste até hoje. O incremento das relações bilaterais entre Brasil e Paraguai nesse período fazia parte de um projeto do governo brasileiro de política externa para o desenvolvimento e foi a base dos fortes vínculos que se desenvolveram nos anos posteriores, tendo também contribuído para o lento processo de modificação na balança de poder no Cone Sul.

Palavras-chave: Relações bilaterais. Brasil. Paraguai.

ABSTRACT

This work intends to analyze bilateral relations and military cooperation between Brazil and Paraguay from 1939 to 1948. At an international level, we have a conjuncture of power systems in dispute, United States and Germany from 1939 to 1945, and United States and Soviet Union from 1945 to 1948. In terms of platinum subsystem it is a period of potential dispute between Brazil and Argentina. In this context, the ideological identity between Brazilian and Paraguayan governments promoted a remarkable political and cultural rapprochement between the two countries, as well as efforts to enable trade relations through infrastructure links: railroads, highways, bridges, etc. There was also the settlement of Brazilian Military Instruction Mission in Paraguay (MMBIP), in Asuncion until today. The increase of bilateral relations between the two countries during this period was part of a Brazilian government's foreign policy project. It has also contributed to the process of modification of balance of power in the Southern Cone.

Keywords: Bilateral relations. Brazil. Paraguay.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	BASES HISTÓRICAS DAS RELAÇÕES BRASIL-PARAGUAI.....	26
2.1	DA CONQUISTA AO VICE-REINO DO RIO DA PRATA	27
2.2	DO VICE-REINO DO RIO DA PRATA À INDEPENDÊNCIA	30
2.3	FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL: FRANCIA, CARLOS ANTONIO LÓPEZ, SOLANO LÓPEZ.....	37
2.3.1	O Isolamento de Francia	37
2.3.2	Abertura e Confronto: os López.....	41
2.4	O ESTADO LIBERAL	55
2.4.1	Preponderância Brasileira	55
2.4.2	Preponderância Argentina	62
3	CONTEXTO INTERNACIONAL E REGIONAL (1939-1948).....	76
3.1	CONTEXTO INTERNACIONAL: ESTADOS UNIDOS, ALEMANHA E URSS: SISTEMAS DE PODER EM DISPUTA	76
3.2	CONTEXTO REGIONAL	84
3.2.1	Brasil e Argentina: Disputa no Subsistema Platino.....	85
3.3	O PARAGUAI NO SISTEMA INTERNACIONAL.....	110
4	A APROXIMAÇÃO DO PARAGUAI AO BRASIL: INTERFERÊNCIA NA PREPONDERÂNCIA ARGENTINA (1939-1948).....	133
4.1	GOVERNO FÉLIX ESTIGARRÍBIA.....	133
4.1.1	Conjuntura Histórica	133
4.1.2	Relações Bilaterais	138
4.2	GOVERNO HIGINO MORÍNIGO	147
4.2.1	Conjuntura Histórica	147
4.2.2	Relações Bilaterais	169
4.3	REVOLUÇÃO DE 1947	195
4.3.1	Conjuntura Histórica	195
4.3.2	Relações Bilaterais	197
4.4	EPÍLOGO: O FIM DO GOVERNO MORÍNIGO	202

5	COOPERAÇÃO MILITAR COM O BRASIL: A MISSÃO MILITAR BRASILEIRA DE INSTRUÇÃO NO PARAGUAI (MMBIP)	207
5.1	MILITARES NO PARAGUAI NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	207
5.2	A FUNDAÇÃO DA MMBIP EM 1942.....	211
5.2.1	Funções da MMBIP no Período Nacionalista	220
5.2.2	Funcionamento da MMBIP no Período Nacionalista.....	230
5.2.3	O Acordo da Missão Militar	239
5.3	DIPLOMATAS E MILITARES: NEGRÃO DE LIMA E LÁDARIO TELLES.	247
5.3.1	Biografias dos Demais Encarregados de Negócios, Embaixadores e Militares Brasileiros no Paraguai	252
6	CONCLUSÃO.....	255
	REFERÊNCIAS.....	261
	FONTES CONSULTADAS	271

1 INTRODUÇÃO

A América do Sul sempre foi um dos objetivos prioritários da política externa brasileira. Os motivos nem sempre foram a busca de cooperação e parcerias. No período imperial, tratava-se mais de uma imposição geográfica. O Brasil, única monarquia entre repúblicas, com vasto território e fronteiras com múltiplos países buscava evitar o isolamento. Após a proclamação da República, teve início a aproximação dos países sul-americanos, que, com diversas nuances, não passou de retórica até um período recente (BANDEIRA, 2003, p. 270).

As relações do Brasil com a região, de forma geral, foram mediadas pelas relações com a Argentina que, durante muitos anos, obedeceram a um padrão pendular. No final da década de 1960 e na década de 1970, o Brasil estabeleceu um estilo de relações com os países menores – Paraguai, Uruguai e Bolívia – que envolvia objetivos políticos e econômicos. Em termos políticos, tratava-se de isolar a Argentina. No plano econômico, a ideia era estabelecer uma forma de cooperação que atrelava a economia desses países à economia brasileira, reproduzindo aqui uma relação centro periferia (JAGUARIBE, 1986, p. 167-175). A partir da década de 1980, as relações do Brasil com a Argentina modificaram-se, o que culminou com a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) na década seguinte. Houve, depois da abertura política e da redemocratização, uma série de mudanças na política externa brasileira.

As relações do Brasil com o Paraguai são, em geral, tratadas na bibliografia dentro do contexto da Bacia do Prata e raramente abordadas em termos bilaterais. Isso causa estranheza em vista das particularidades e da natureza dessa relação. Há um enorme número de brasileiros no país guarani. E Itaipu Binacional criou praticamente uma união entre os dois países na fronteira. O Tratado de Itaipu, assinado em abril de 1973, consolidou uma mudança nas relações internacionais da região platina que iniciou muitos anos antes.

A partir do final da década de 1930, houve uma modificação importante na política externa brasileira em relação aos países vizinhos. Até então, o Paraguai tinha suas relações exteriores voltadas para a Argentina. A partir dessa data, o interesse em que o comércio exterior paraguaio se desviasse para o Brasil e a identidade política entre os regimes de Félix Estigarribia, Higinio Moríngio e Getúlio Vargas promoveu uma notável aproximação política e cultural entre os dois países, assim como iniciativas de viabilizar as relações comerciais através de ligações infraestruturais: estradas de ferro, estradas de rodagem, pontes, etc. O incremento das relações bilaterais entre Brasil e Paraguai nesse período foi notável e foi a base dos fortes vínculos que se desenvolveram nos anos posteriores.

A ampliação das relações bilaterais ocorreu juntamente com o estabelecimento da cooperação militar. A fundação da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP) em 15 maio 1942 ocorreu dentro desse contexto. Mas as relações entre os militares dos dois países antecederam o início da missão. Em outubro de 1941, o major Alfredo Stroessner foi escolhido membro de um grupo de jovens oficiais para receber treinamento em artilharia no Brasil. Stroessner permaneceria no Brasil somente até janeiro de 1942. Mas os autores que analisam o seu longo período como presidente do Paraguai concordam que esse contato foi fundamental para a orientação pró-Brasil que o Paraguai assumiria durante o *Stonato* (LEWIS, 1986; MIRANDA, 1990; DORATIOTO, 2012).

Ocorre que o período é pouquíssimo abordado na literatura. Sobre as relações bilaterais existe somente o trabalho pioneiro de Francisco Doratioto, *Relações Brasil-Paraguai: Afastamento, tensões e aproximação (1989-1954)*, que apresenta um panorama geral da época. Com respeito à Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai, não existe um único estudo.

É impossível estudar essa aproximação sem conhecer o contexto internacional e regional da época. No plano mundial, é o período caracterizado por Gerson Moura como de barganha nacionalista, no qual o Brasil negociou seu apoio na Segunda Guerra mundial em troca de recursos para o desenvolvimento (MOURA, 1980). O ano de 1942 foi o ano em que o Brasil definiu seu apoio aos Aliados, apesar de um grupo bastante forte em torno de Vargas preferir ao Eixo. No Paraguai, por sua vez, as simpatias pelo Eixo eram ainda maiores. Os Estados Unidos conseguiram o apoio do país guarani, por conta de vultosos empréstimos, embora a declaração de guerra ao Eixo tenha ocorrido somente em fevereiro de 1945. O Brasil, uma vez alinhado a Washington, contribuiu para isso. A partir de 1944, com o encaminhamento do final da guerra, começaram as pressões norte-americanas para a democratização da América Latina. As políticas externas do Brasil e Paraguai se modificaram. No Brasil, ocorreram eleições e o estabelecimento de uma postura de alinhamento com os Estados Unidos. No Paraguai, uma crise institucional e uma guerra civil que encerraram o período nacionalista e abriram caminho para a longa ditadura do Partido Colorado (FLECHA, 2013, p. 226; MIRANDA, 1990, p. 46). Em ambos os países houve um reforço do anticomunismo em função do cenário da Guerra Fria.

Contudo, essa história é incompreensível sem o conhecimento do contexto da região platina que possui uma lógica própria. No final da década de 1930, havia uma preponderância argentina na região, caracterizada tanto pelo dinamismo de sua economia, quanto por sua ascendência sobre os países do entorno. O contexto da Segunda Guerra, com o alinhamento

brasileiro aos Estados Unidos, a persistência argentina na neutralidade perante o Eixo, bem como as crises políticas que caracterizaram a chamada “década infame”, iniciaram um processo que levou a um equilíbrio de poder argentino-brasileiro na década de 1960 e a uma preponderância brasileira na década de 1970. Esse jogo complexo envolvendo Estados Unidos, Brasil, Argentina e Paraguai possui lacunas de investigação, especialmente com respeito ao Paraguai, que sempre aparece nas análises como país-objeto, ou seja, que sofre a ação dos maiores.

O objetivo do presente trabalho é investigar como a mudança de orientação da política externa brasileira em relação ao Paraguai a partir de 1935 afetou as relações bilaterais entre os dois países e como isso evoluiu através de diversas conjunturas entre 1939 e 1948. São nossos objetivos específicos:

- a) verificar como as mudanças de conjuntura nos dois países afetaram as relações bilaterais;
- b) verificar qual era o objetivo do governo brasileiro com a instalação da missão militar brasileira de instrução no Paraguai em 1942, quais foram as suas funções e como foi o seu funcionamento no período nacionalista;
- c) verificar de que forma a rivalidade com a Argentina afetou as relações entre o Brasil e o Paraguai no período estudado.

Nossa hipótese é de que a aproximação brasileiro paraguaia ocorrida entre 1939 e 1948 foi uma das principais iniciativas do projeto de política externa para o desenvolvimento inaugurado com a Revolução de 1930, tanto que foi dirigida a partir de peculiaridades da sociedade paraguaia, com a utilização da aproximação cultural e da cooperação militar. Ao final do período em exame, em 1948, o Paraguai ainda estava na esfera de influência Argentina, pois em história, os processos são lentos e as iniciativas em política externa, muitas vezes, levam anos para gerar frutos. Mas a partir da década de 1950, a aproximação entre Brasil e Paraguai começou a se consolidar com base no que fora construído.

Entre 1939 e 1944, durante os governos Félix Estigarribia e Higinio Morínigo, houve mais iniciativas de aproximação entre os dois países do que durante todo o período anterior, desde a independência do Brasil. Em 1939 foi assinado o Acordo de Intercâmbio Ferroviário, Cultural e Econômico entre o Brasil e o Paraguai, que estabeleceria a ligação ferroviária entre os dois países. Em 1941, foram assinados dez acordos, dentre os quais o que conferia ao Paraguai um entreposto no porto de Santos. Entre julho e agosto de 1941, Getúlio Vargas

visitou Assunção¹, única viagem internacional – além da que fizera à Argentina e ao Uruguai em 1932 – de todo o seu período presidencial. Em maio de 1942, o Brasil enviou ao Paraguai a MMBIP, com seis oficiais, que se tornaria a única missão militar permanente do Brasil no exterior. Em 1942, Getúlio Vargas enviou à Assunção como Embaixador Francisco Negrão de Lima, político e jornalista de sua total confiança, que realizou uma verdadeira ofensiva em termos aproximação. Em 1943, durante a visita de Higinio Morínigo ao Brasil, foi cancelada a dívida de guerra do Paraguai com o Brasil, referente à Guerra da Tríplice Aliança, um ato simbólico, mas cheio de significado no contexto dessa aproximação. Durante todo o período no qual Vargas e Morínigo estavam na presidência houve uma notável cooperação institucional, com o envio de ministros e técnicos paraguaios para estudar as instituições e a legislação brasileiras e adaptá-las à realidade paraguaia. Foi desenvolvida uma cooperação cultural ativa, com o envio de estudantes paraguaios para estudar no Brasil em todos os níveis, aulas de português na Rádio Nacional do Paraguai e fundação de institutos culturais em Assunção e no Rio de Janeiro dedicados à colaboração cultural. Em 1947, mesmo após a mudança nos cenários nacionais e internacional e o esfriamento das relações, o Brasil enviou uma missão para a tentativa de mediação na Revolução de 1947. A missão não foi bem sucedida, mas marcava a presença brasileira no Paraguai.

O cenário internacional e latino favoreceram todas essas iniciativas. Contudo, é perceptível pela análise das fontes que essa aproximação não era motivada por essas facilidades, mas fazia parte de um projeto.

Utilizaremos, em termos de base teórica, uma adaptação da abordagem analítico-sistêmica adotada por Gerson Moura no estudo clássico *Autonomia na Dependência* de viés marxista; alguns conceitos realistas de Raymond Aron modificados por Leonel Itaussu Mello em na obra *Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul*; alguns conceitos relacionados ao modelo da política burocrática de Graham Allison; e algumas formulações de Robert Keohane sobre *os small states*.

Assim como Gerson Moura, consideraremos aqui o Estado como o principal ator das relações internacionais, sem, todavia, deixar de prestar a atenção na interferência de outras esferas. Faremos uma análise que conjuga o exame da ordem política e da ordem econômica, buscando estabelecer os vínculos entre elas. Assim:

¹ Getúlio Vargas visitou também a Bolívia.

Pensaremos a política externa do Brasil como resultado da conjugação das conjunturas políticas mais imediatas, tanto externas como internas, dentro de condicionamentos estruturais mais amplos, que dizem respeito à totalidade do campo capitalista e o lugar que nele ocupa o país em estudo. O campo capitalista, na primeira metade do século XX, se caracteriza pela competição por hegemonias, que traduzem no plano político o fenômeno subjacente do imperialismo (MOURA, 1980, p. 37).

A teoria marxista do imperialismo² considera ser este um estágio de desenvolvimento do capitalismo, no qual predomina o capital monopolista. Há substituição da livre concorrência pelos monopólios. As relações econômicas mundiais se caracterizam pela exportação de capitais, com menor exportação de mercadorias. Isso produz grande disputa na esfera internacional e conseqüente divisão do mundo entre as potências dominantes do sistema capitalista:

O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu importância assinalável a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha da terra entre os países capitalistas mais importantes (LÊNIN, 1990, p. 111).

Aníbal Quijano identifica dois momentos de atuação imperialista na América Latina: a acumulação primário-exportadora e a acumulação urbano-industrial. O primeiro período durou da conquista até a década de 1940 (em alguns países, como a Argentina, desde a década de 1930) e caracterizou-se pelo investimento no setor primário e pela organização de enclaves articulados com a economia da metrópole (QUIJANO, 1974, p. 83). Os Estados imperialistas, nessa fase, operam principalmente em função de uma estratégia de desenvolvimento dos interesses nacionais-imperialistas de dominação (QUIJANO, 1974, p. 84). Na segunda fase, ocorre nas metrópoles uma “[...] desnacionalização do controle de capital, o que inclui a integração entre capital de propriedade nacional e capital de origem estrangeiro e, portanto, associação dos mais importantes setores da burguesia nacional e a operação capitalista imperialista [...]” (QUIJANO, 1974, p. 88). Resta apontar que há diferenças entre os países latino-americanos. Segundo Quijano, no Paraguai, ainda nessa fase, era predominante a modalidade primário-exportadora de acumulação imperialista. O Brasil, contudo, teria tido a sua economia incorporada ao ciclo de reprodução ampliada do capital (QUIJANO, 1974, p. 90). Nesse momento, os Estados imperialistas agiam em função de uma estratégia global de defesa do sistema (QUIJANO, 1974, p. 91).

² Existem diversas teorias do imperialismo, tanto marxistas, quanto não marxistas. Ver: (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 611-621).

Segundo Gerson Moura, o que produziu a mudança do primeiro para o segundo momento foi o novo formato político assumido pelo imperialismo, quando emergiram novas potências com pretensões hegemônicas, e variaram os arranjos de poder na esfera internacional:

No primeiro caso, os ‘sistemas de poder’ europeus existiam no interior do sistema capitalista e rivalizavam entre si, o que permite entender por que perseguiram objetivos nacionais. No segundo caso, o ‘sistema de poder norte-americano’ abrangia o conjunto dos países capitalistas além de confrontar com outro “sistema de poder” (URSS), que englobava a totalidade dos países de governo socialista, o que permite compreender por que os Estados Unidos se preocupavam com a defesa do sistema capitalista em seus conjuntos. (MOURA, 1980, p. 40).

Por potência hegemônica entendemos o país que dispõe dos elementos essenciais que caracterizam uma grande potência, ou seja, extensão territorial, força econômica e força militar e os expressa politicamente na esfera internacional.

O modo através do qual se exprime o ser grande potência é dado pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercuta sobre outros Estados: a grande potência é potência hegemônica, chefe e guia de um sistema de alianças e de acordos com maior ou menor extensão. (GRAMSCI, 1980, p. 191).

Assim, sistema de poder é um grupo de Estados, formado por um centro hegemônico (grande potência) e a sua respectiva área de influência (estados aliados subordinados) (MOURA, 1980, p. 41).

No nosso recorte temporal e para o contexto latino-americano, temos dois momentos distintos. O período entre 1939 e 1942, no qual em função da crise de 1929 e o declínio do capitalismo liberal, estava ocorrendo a estruturação de novos sistemas de poder com aspiração de três potências à posição hegemônica: Estados Unidos, Alemanha e URSS. E o período de 1942 a 1948, quando os Estados Unidos se situaram como potência hegemônica na América Latina, sem outra potência desafiante.

Nosso objeto de estudo são dois países subordinados ao centro hegemônico norte-americano. Aqui temos que incluir a noção de subsistema platino. Dentro do sistema de poder no qual no qual se estabeleceu a hegemonia norte-americana, existe um subsistema que possui alguma autonomia. Parodiando, Leonel Itaussu Mello, é preciso ter em conta que o relacionamento brasileiro-paraguaio (o autor escreve brasileiro-argentino) não pode ser desvinculado das relações de poder no nível dos sistemas interamericano e internacional, assim como não pode, igualmente, ser dissociado da influência exercida por ambos sobre as

relações de poder do subsistema platino (MELLO, 1996, p. 53). Nossa tarefa é destacar a autonomia das relações de poder intrarregionais, sem deixar de lado sua interação com o sistema de poder mundial.

Leonel Itaussu Mello utiliza na obra *Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul* as noções de equilíbrio, hegemonia e império apresentadas por Raymond Aron em *Paz e Guerra entre as Nações*. O equilíbrio ocorre quando as unidades políticas se encontram em equilíbrio de forças. O império ocorre quando as unidades políticas estão dominadas por uma delas, perdendo a sua autonomia e desaparecendo como centros de decisão política. Entre essas duas categorias, situa-se a hegemonia. Nesse caso há superioridade incontestável de uma das unidades políticas, mas ela não procura absorver as demais respeitando a sua independência (ARON, 1986, p. 220-221). Há outra categoria, a preponderância, colocada por Aron como subtipo situado entre o equilíbrio e a hegemonia. Itaussu Mello utiliza a preponderância como conceito autônomo, o que parece adequado ao nosso estudo (MELLO, 1996, p. 48-49). Ele a define:

Entendemos que a situação típica da preponderância configura-se quando, no âmbito de um determinado grupo de unidades políticas, a ruptura do equilíbrio de poder não engendra para a unidade beneficiária uma posição de supremacia incontestável, nem reduz as demais a um estado de impotência, que são característicos da hegemonia. Por outras palavras, o que tipifica a preponderância é que o peso ou a influência superiores de uma certa unidade não lhe conferem, necessária ou automaticamente, uma posição de supremacia ou de comando nas suas relações com as unidades mais fracas que integram a constelações política. Ocorre que o conjunto formado por unidades de poder desigual insere-se geralmente num contexto mais amplo e constitui apenas o subsistema de um sistema maior que relativiza a superioridade de peso da unidade preponderante. Assim, a preponderância exercida pela unidade de maior peso dentro daquele subsistema encontra-se subordinada, por sua vez, à hegemonia de outra unidade mais poderosa, que ocupa o vértice do sistema mais abrangente. (MELLO, 1996, p.49).

Itaussu Mello demonstra em seu trabalho que a política de poder do Brasil na região platina e a modernização da economia alteraram o equilíbrio de poder brasileiro argentino existente na década de 1960 em direção a uma preponderância brasileira na década de 1970. Contudo, o equilíbrio da década de 1960 era resultado de um processo que iniciou com a preponderância argentina estabelecida nos primeiros trinta anos do século XX. Na década de 1930, apesar de ser “a década infame” na Argentina, sua preponderância estava assegurada no subsistema platino. O Brasil passava por um processo revolucionário e somente modificou a política externa da república oligárquica a partir de 1935. A ascendência argentina sobre Paraguai e Bolívia era indiscutível. E não haveria mudança na balança de poder regional sem a modificação das relações do Brasil com esses dois países, especialmente com o Paraguai

situado “[...] no flanco aberto do Brasil meridional e central.” (COUTO E SILVA, 1967, p. 55).

Um complicador é o fato de Brasil e Paraguai terem pesos diferentes no sistema internacional e no subsistema regional platino.

Robert Keohane, refletindo a respeito dos pequenos estados (*small states*) no sistema internacional nos traz uma classificação interessante. O autor, ao examinar o conceito de *small state*, percebe que a maioria dos autores se concentra em capacidade de manutenção da segurança com recursos próprios. Essa concepção é pouco útil, já que coloca no mesmo grupo estados muito diferentes como Alemanha ocidental, Itália, Paraguai e Angola. Assim:

Sugiro, que ao invés de se concentrar em percepções a respeito da manutenção da segurança com recursos próprios, devemos focalizar no papel sistêmico que os líderes dos Estados os veem desempenhando [...]. Um Estado *system-determining* desempenha um papel crítico na modelagem do sistema. O poder imperial num sistema unipolar ou os dois grandes poderes no bipolar são exemplos. Numa segunda categoria estão os *system-influencing*, que não podem individualmente dominar o sistema, mas podem influenciar sua natureza através de ações unilaterais ou multilaterais. Em terceiro, alguns Estados que não podem afetar o sistema agindo sozinhos, mas podem exercer impacto significativo agindo através de pequenos grupos, alianças, organizações regionais ou internacionais. Esses podem ser denominados *system-affecting states*. Finalmente, quase todos os sistemas internacionais contêm alguns Estados que podem fazer muito pouco para influenciar as forças que os afetam, exceto em grupos tão grandes nos quais têm influência mínima e nos quais são dominados por poderes maiores. Para esses Estados pequenos, *system-ineffectual*, a política externa é um ajustamento à realidade, não um rearranjo dela. Esse quatro tipos de Estado podem ser denominados, resumidamente, em conformidade com o uso tradicional, de grandes, secundários, médios e pequenos. (KEOHANE, 1969, p. 295-296).

Assim, podemos posicionar Brasil e Paraguai dentro do sistema internacional como *system-affecting state* e *system-ineffectual*, respectivamente. Todavia, essa hierarquia não se aplica ao subsistema platino. Dentro dele, o Brasil tem mais peso e o Paraguai é muito mais influente do que em termos internacionais.

A noção de sistema internacional não deve, todavia, encobrir as peculiaridades dos contextos específicos de cada país, pois “[...] as relações da América Latina não se limitavam à dependência econômica, sendo que os países latino-americanos também assumiram posições diferenciadas diante das mudanças ideológicas e políticas do século XX.” (SILVA; MOREIRA; QUINTEROS, 2010, p. 11). Isso justifica a preocupação com a conjuntura que permite o entendimento das particularidades de cada país no tocante à formulação e ao funcionamento das políticas externas.

Assim, nossa tarefa será examinar as determinações estruturais, que delimitam o campo de ação dos tomadores de decisão e as determinações conjunturais, dadas pela decisão

e ação dos *policy-makers* (MOURA, 1980, p. 42). A diferença da nossa abordagem em relação à de Moura é que temos as políticas externas de dois países dependentes a examinar e suas interações, tendo como pano de fundo as relações de ambos com a potência dominante.

Para o processo decisório, situado no plano da análise conjuntural, utilizaremos o modelo da política burocrática (ou política governamental) de Graham Allison. Esse autor, analisando a crise dos mísseis de Cuba, um dos episódios mais quentes da Guerra Fria, parte de três premissas: os analistas pensam em problemas de política externa e militar a partir de modelos conceituais implícitos e não esclarecidos, o que tem consequências significativas para as suas reflexões; a maior parte dos estudiosos explica e prediz o comportamento dos governos com base em um modelo denominado do ator racional ou clássico; dois modelos alternativos contribuem para explicações e previsões mais acertadas: o modelo do processo organizacional e o modelo da política burocrática (ALLISON, 1971, p. 3-5).

Allison argumenta que a maioria dos analistas contemporâneos de eventos internacionais utiliza o modelo do ator racional. Nesse modelo, o Estado é visto como ator racional e unitário, e a ação governamental é concebida como escolha entre alternativas ditadas pela utilidade (ALLISON, 1971, p. 13). O modelo do processo organizacional considera os governos como uma estrutura organizacional complexa na qual cada organização participante do processo de tomada de decisão toma uma posição (output) a respeito de um tema. Assim, a organização que melhor fundamentar a sua decisão terá maior poder de influenciar o tomador de decisão (ALLISON, 1971, p. 67-68). O modelo da política burocrática considera as decisões dos governos como resultado de negociações, compromissos e conflitos entre diversas instâncias burocráticas governamentais.

O modelo da política burocrática ou governamental não concebe um ator unitário, mas vários atores como jogadores – jogadores não focados em um tema estratégico, mas em diversos problemas nacionais. Jogadores que agem não em termos de objetivos estratégicos, mas de acordo com diversas concepções de metas nacionais, organizacionais e pessoais. Jogadores que tomam as decisões de governo não por uma única escolha racional, mas pelas pressões políticas (ALLISON, 1971, p. 144, tradução nossa).

O modelo da política burocrática é o mais adequado para o exame da política externa do Brasil e do Paraguai na época em questão. Aqui destacamos o conceito construído por Svartman de Elite Diplomática Brasileira (EDB) durante o Estado Novo, um grupo era formado por diplomatas, políticos e militares que ocupavam cargos em embaixadas e organizações internacionais. E havia grande influência de órgãos da administração pública nas esferas de decisão relativas à política externa (SVARTMAN, 1999, p. 57). Para o período

posterior ao Estado Novo o modelo é ainda mais pertinente, já que com a democracia aumenta a ingerência de outras esferas sobre as decisões de política externa, como, por exemplo, o Poder Legislativo. No caso do Paraguai, o modelo também se aplica. Como Francisco Doratioto demonstra em *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensão e reaproximação (1889-1954)*, mesmo em governos ditatoriais no Paraguai, a política externa era uma área de disputas. Um exemplo é a influência dos *tiempistas*, dissidência do Partido Liberal formada por intelectuais católicos que, através do jurista Luís A. Argaña foram fundamentais para o estreitamento das relações brasileiro-paraguaias na década de 1940 (DORATIOTO, 2012, p. 438-439).

Um último ponto a ser explorado em termos teóricos são as táticas utilizadas pelos países menores³ para influenciar os mais poderosos. Estudar a política externa de países pequenos é um desafio. Em todas as épocas, as atenções se voltam para os “grandes” ou, pelo menos, para os que estão em ascensão. Em geral, a política externa dos países pequenos é estudada pelos seus nacionais. Se os estudos não são abundantes, o que dizer das teorizações? Um exame do pouco que existe de teorização sobre o comportamento internacional de países pequenos (*small countries* ou *small powers*), revela que, em geral, as análises se concentram nas suas relações com as grandes potências. É o caso de *The big influence of small allies* de Robert Keohane e dos trabalhos que analisam os alinhamentos dos países do Leste europeu pós Primeira Guerra Mundial com a Alemanha nazista. Quando analisamos as regiões, verificamos a escassez de trabalhos que teorizam sobre países pequenos na América Latina. Com a exceção de Cuba, que atraiu a atenção por ter rompido com a potência norte-americana em 1959, os demais países pequenos são pouco estudados.

Robert Keohane em *Big Influence of small allies* tem por objetivo mostrar como pequenos países aliados dos Estados Unidos na Guerra Fria manobravam para influenciar o grande país. Ele questiona: que táticas os aliados menores usam para influenciar a política americana? Como o sistema político americano responde a essas pressões? Quais as implicações dessas relações para o futuro da política externa americana? (KEOHANE, 1971, p. 161)

³ Jeanne Hey prefere, ao invés de definir *small state*, o que pode resultar em uma discussão de não muita utilidade, prefere identificar o comportamento internacional que esses Estados apresentam: um baixo nível de participação em assuntos mundiais, possuem um âmbito restrito de questões de política externa, limitam seu comportamento à área geográfica imediata, empregam instrumentos de diplomacia e política externa econômica em detrimento de instrumentos militares, enfatizam princípios internacionalistas, direito internacional, integram instituições multinacionais sempre que possível, optam por posições de neutralidade, contam com as superpotências para proteção, parcerias e recursos, cooperam e evitam conflitos com outros, dispõem uma quantidade desproporcional de recursos de política externa para assegurar segurança física, política e sobrevivência (HEY, 2003, p. 5).

Estudando as relações dos Estados Unidos com países como Irã, Paquistão, Indonésia, Taiwan, Espanha, Filipinas, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, Keohane identificou que mesmo os aliados mais dependentes e fracos conseguiram obter alguma mudança significativa na política externa americana: Fraqueza não implica apenas lealdade; para estados pequenos (*small powers*) ela produz também algum poder de barganha. Tipicamente, quanto menor o estado, mais ele toma os grandes padrões da política internacional como certos, já que nada que ele faça os afeta muito (KEOHANE, 1971, p. 162). Então eles são capazes de se concentrar em uma pequena variedade de interesses vitais e ignorar quase tudo mais. Da mesma forma, eles podem desconsiderar ou descontar os efeitos de suas ações na estabilidade do sistema internacional.

São duas as estratégias que um pequeno estado usa para influenciar os Estados Unidos, muitas vezes empregadas ao mesmo tempo: a estratégia de super-lealdade e a de independência moderada. A independência moderada, no contexto da Guerra Fria, via de regra, envolvia acenar com relações com a União Soviética ou com a China comunista.

Creemos que essas ideias podem nos ajudar a mapear as táticas utilizadas pelo Paraguai para tirar vantagens dos países mais desenvolvidos da região, Brasil e Argentina, e também dos Estados Unidos no período estudado. O Paraguai começa, na década de 1940, voltar a sua política externa para a esfera brasileira. Todavia, nunca abandonou a ambiguidade e sempre jogou com a disputa Brasil-Argentina.

As fontes primárias utilizadas no presente estudo são predominantemente diplomáticas. Há algumas fontes produzidas por militares, quase todas reproduzidas ou anexadas à documentação diplomática. Buscamos documentos a respeito da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP) junto ao Arquivo Histórico do Exército. Lá existem cinco caixas de documentos relativos à MMBIP, sendo os mais antigos do final da década de 1950. Na Cooperação Militar Brasil-Paraguai em Assunção recebemos a informação de que, quando a missão foi encerrada em 1994, os documentos foram enviados a Foz do Iguaçu e, após, ao Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro. Assim, não sabemos o que ocorreu com a documentação do período entre 1942 e 1960. Obtivemos documentos relativos à missão na Embaixada Brasileira de Assunção. Mas esses documentos são fragmentados do ponto de vista cronológico, cobrindo alguns eventos de interesse para a diplomacia. Tampouco obtivemos os relatórios dos adidos militares para o Ministério do Exército do Brasil. O Ministério da Defesa informou que essa documentação se encontra dispersa e não disponível para consulta. Essas fontes são, em sua maioria, brasileiras. Não obtivemos permissão para pesquisa junto ao Ministério da Defesa Nacional nem ao Ministério

das Relações Exteriores do Paraguai. Há algumas fontes paraguaias anexas à documentação brasileira, mas em muito pouca quantidade. Assim, é preciso refletir a respeito dessas fontes.

Chamamos os relatórios, memorandos, telegramas dos diplomatas de “fontes com personalidade”, pois além de saber exatamente quem escreveu, acabamos por conhecer o estilo, o vocabulário, os preconceitos, as preocupações dos nossos escreventes.

Para os nossos propósitos, é bastante útil o conceito trabalhado por Eduardo Svartman de elite diplomática brasileira (EDB). A elite diplomática brasileira era composta pelos diplomatas, políticos e militares que atuavam na política externa do Brasil durante as décadas de 1930 e 1940. Svartman apresenta uma interessante análise para captar a inserção social dessa elite a partir de três variáveis: a classe da qual faz parte, o estamento burocrático que integra e o grupo com o qual está comprometida (SVARTMAN, 1999, p. 22). “Tais dimensões [de grupo, de classe e de estamento burocrático] abrem espaço, inclusive, para que se possam captar a originalidade daqueles que produziram relatórios, análises e proposições para que se atuasse sobre a conturbada realidade internacional de seu tempo.” (SVARTMAN, 1999, p. 22). Assim, esses eram os sujeitos que produziram as nossas fontes.

Aqui precisamos recordar o método crítico que remonta a Jean Mabillon (1632-1707) na obra *De Re Diplomatica* (1681) e detalhado pelos historiadores Langlois e Seignobos no livro *Introdução aos Estudos Históricos* de 1898. Consideremos a crítica externa e a crítica interna. Com respeito à primeira, ou seja, os caracteres materiais do documento: seu papel, tinta, escrita e marcas particulares que apresentam nossas fontes não apresentam muitos problemas. A maioria são textos datilografados, alguns poucos manuscritos, e muitos com cópias, ou seja, autênticos. Já a crítica interna diz respeito à coerência do texto, ou seja, a compatibilidade entre sua data e aos fatos mencionados. Como afirma Antoine Prost, ela seria impossível se ignorássemos tudo de um determinado período ou de um tipo de documento (PROST, 2012, p. 58). Aqui temos a crítica da exatidão, que remete à situação objetiva e a crítica da sinceridade, que remete às intenções. Com respeito aos erros, verificamos alguns casos de erro de datilografia ou data, como trocar 1944 por 1954. É com respeito à sinceridade, ou nas palavras de Prost, às mentiras, que temos que ter cautela. Nossa documentação é composta por documentos voluntários, ou seja, para a informação de leitores contemporâneos dos seus produtores (PROST, 2012, p. 59-60). Esses “autores” nem sempre estavam bem informados ou eram sinceros. Além disso, sua escrita apresentava algumas intenções bem claras: lisonjear o seu destinatário, demonstrar habilidade e astúcia, “mostrar serviço”, ostentar uma rede de contatos (é muito comum os diplomatas referirem “soube de fonte fidedigna” sem declarar a fonte), influenciar uma tomada de decisão. Assim, nossas

fontes estiveram sempre sob suspeita e tiveram seu conteúdo cruzado com fontes jornalísticas e bibliografia especializada. Mesmo assim, os relatórios ou memorandos, não sendo “fontes abertas” (open sources) são mais confiáveis do que, por exemplo, discursos ou entrevistas. E, conforme Trachtenberg ensina nosso objetivo não é saber se o produtor do documento está mentindo, mas entender a conexão entre o que é dito e o que realmente aconteceu. Nesse caso, não é possível se basear em algum ou alguns documentos, mas ver o que foi dito sobre aquele tema em diferentes contextos, em um período considerável de tempo e verificar se as palavras correspondem ao que foi de fato realizado (TRACHTENBERG, 2006, p. 156).

A respeito dos discursos, bastante citados no presente trabalho, Trachtenberg comenta que os formuladores de política externa enfrentam um problema peculiar: vivem ao mesmo tempo no mundo da política internacional e no mundo da política interna. Assim, têm a tendência de adaptar seus relatos de forma que reflitam os valores de sua cultura nacional. A retórica que eles adotam corresponde ao que o público espera ouvir e não necessariamente reflete o real pensamento do formulador de políticas (TRACHTENBERG, 2006, p. 153). Assim, os discursos são sempre suspeitos e assim foram tratados.

Outro problema com o qual nos deparamos foi a fragmentação das fontes. Nossa experiência na Embaixada do Brasil em Assunção foi a de entrar em uma sala repleta de arquivos e pastas, em estantes até o teto, e procurar por conta própria as fontes. Assim, para alguns anos há muito material, para outros, pouco. Para alguns há predominância de um tema, por exemplo, relações com a Argentina. Seguimos a lição de Trachtenberg: procurar fazer o máximo com as evidências que tínhamos (TRACHTENBERG, 2006, p. 158).

Uma característica das “fontes com personalidade” é que, com frequência, elas apresentam opiniões pessoais. Assim, Protásio Gonçalves, encarregado de negócios do Brasil em Assunção, comenta a respeito de Cesar Vasconcelos, possível futuro ministro do Paraguai na Argentina que ele era advogado de nenhuma moralidade que “tem sempre sido defensor dos judeus, cujos negócios ilícitos patrocinava”⁴. O adido à Embaixada de Assunção, major Francisco Damasceno Ferreira Portugal, escreve para Negrão de Lima que determinado incidente ocorreu em função da falta de habilidade e tato de Ladário Telles, comandante da MMBIP⁵. É preciso tomar cuidado com esse tipo de manifestação que pode, tão somente, refletir a opinião pessoal e os preconceitos do escrevente. Com respeito aos preconceitos, há muitas manifestações nas fontes refletindo antissemitismo por parte dos diplomatas, no caso

⁴ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 213. (1 de novembro de 1940).

⁵ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil-Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Arquivo Negrão de Lima. Atividade diplomática. (19 de dezembro de 1944).

Lafayette de Carvalho e Silva e Protásio Gonçalves⁶. Nesse caso, é preciso levar em consideração a época em que as declarações foram feitas e deixar de lado os nossos sentimentos em relação ao assunto.

A principal atitude em relação a esse tipo de fonte é a cautela. Quando pesquisamos em um inventário, em um processo judicial, em documentos oficiais da administração, a linguagem é padronizada e um tanto circunspecta. Nas fontes com personalidade a linguagem é peculiar a cada escrevente, de modo que, com o tempo, reconhecemos o estilo e o vocabulário do seu autor. Essa familiaridade pode criar a falsa impressão de uma maior fidedignidade ao real. Um exemplo é o alarmismo em relação a tudo o que dizia respeito à Argentina que levava os diplomatas a divulgarem boatos. É raro isso ficar visível nas fontes, mas encontramos um caso.

Em agosto de 1948, o Embaixador Barbosa Carneiro escreveu ao Ministério das Relações Exteriores a respeito das possíveis repercussões que a negociação do Acordo da MMBIP estava tendo na Argentina.

Seria interessante se o Embaixador Ouro Preto soubesse do Deputado chileno Enrique Cañas Flores, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e do antigo ministro Plenipotenciário Gallardo Nieto o que ouviram em Buenos Aires a respeito do Acordo sobre a nossa Missão Militar no Paraguai. Ambos vieram assistir à posse do senhor Natalício Gonzalez. Consta-me que se referiram ao assunto dizendo que os argentinos se mostram muito irritados⁷.

O Ministério das Relações Exteriores respondeu:

Em resposta ao seu telegrama nº 118. O Embaixador Ouro Preto informa que Enrique Cañas Flores, com quem toda intimidade [sic], lhe disse ignorar Missão Militar Brasileira no Paraguai e nunca ter ouvido referências a esse respeito, nem em Assunção, nem em Buenos Aires. Enrique Galando Nieto também declarou que não sabe do que se trata⁸.

Barbosa Carneiro se justificou dizendo que o boato lhe fora revelado pelo Embaixador do Chile em Assunção, que teria pedido a máxima reserva⁹. Ou seja, os mesmos que teriam dito que os argentinos estavam irritados, disseram que nada sabiam a respeito da MMBIP. Ou os amigos de Ouro Preto mentiram, ou o Embaixador do Chile mentiu, ou Barbosa Carneiro

⁶ Há muitas referências na documentação a problemas em relação à população que fugia do nazismo na Europa e, em função da legislação restritiva, não conseguia ingressar no Brasil. Muitos judeus iam ao Paraguai, muitos utilizando inclusive suborno, e atravessavam a fronteira para o Brasil.

⁷ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 118. (26 de agosto de 1948).

⁸ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 57. (8 de setembro de 1948).

⁹ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 130. (9 de setembro de 1948).

mentiu. Tratava-se de um boato, plausível, pois era esperado que os argentinos ficassem irritados com o acordo da missão brasileira. Mas pode ter sido uma fantasia divulgada por alguém que queria demonstrar ter uma informação importante. Afinal, nesse período havia uma missão americana, que tinha acordo, e uma missão argentina no Paraguai. E as relações do Paraguai com a Argentina estavam mais próximas do que com o Brasil. Os argentinos não tinham muitos motivos para ficarem irritados.

Contudo, a divulgação desses boatos, ainda que fossem fantasiosos, diz muito sobre a visão de mundo dos sujeitos históricos que produziram as fontes. O medo da Argentina seja em termos militares, de um ataque ao Brasil, ou do estabelecimento de hegemonia na América Latina, era real e pautava o comportamento da EDB, ainda que hoje essas duas possibilidades pareçam pouco plausíveis.

Esse é somente um exemplo do que temos que ter em conta ao analisar as fontes com personalidade.

O presente estudo está dividido em seis capítulos, sendo o primeiro a introdução. O segundo capítulo apresenta uma revisão histórica das relações do Brasil com o Paraguai. Essa recapitulação é importante, uma vez que permite o conhecimento de algumas peculiaridades da história paraguaia e seu impacto nas relações com o Brasil, como por exemplo, a cultura autoritária dos períodos Francia e López, a perspectiva, sempre presente, da Argentina dominar o país para reconstruir o vice-reino do Rio da Prata e a própria política pendular, de oscilação entre Argentina e Brasil.

O terceiro capítulo discute o sistema internacional, o subsistema platino e posição do Paraguai no sistema internacional, com ênfase em suas relações com os Estados Unidos. O contexto é bastante complexo, com duas potências disputando primazia no sistema mundial, Estados Unidos e Alemanha, num primeiro momento, e Estados Unidos e União Soviética, no período final. Ao mesmo tempo, há a tradicional disputa entre Brasil e Argentina no subsistema platino, que apesar de estar condicionada pelas vicissitudes da situação mundial possuía uma lógica própria. E finalmente, a posição que o Paraguai, país periférico entre os países periféricos, em meio a essa complexidade. Optamos por discutir as relações do Paraguai com a Argentina juntamente com as relações bilaterais com o Brasil no quarto capítulo.

No quarto capítulo, analisamos o período de aproximação brasileiro paraguaia durante os governos Félix Estigarribia, Higinio Morínigo e na época da Revolução de 1947. Em

princípio, há uma exposição da conjuntura histórica¹⁰ e, após, das relações bilaterais nesses três períodos. Em 1939, inicia um período de aproximação, que atinge o seu auge em 1942. A partir de 1944 as relações começam a esfriar e, em 1947, estão um tanto enfraquecidas.

O quinto capítulo analisa a cooperação militar. Em primeiro lugar, há uma revisão a respeito do papel dos militares no Paraguai ao longo da história. Após, a ênfase é na Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP) que se instalou em Assunção em 1942. Finalmente, há uma breve reflexão sobre a função dos militares e dos diplomatas no período estudado. O último capítulo é a conclusão do trabalho.

¹⁰ Foi difícil resgatar a conjuntura histórica do período nacionalista. A historiografia paraguaia somente nos últimos anos começou a se desenvolver e não existe nenhum trabalho abrangente sobre esse período. Assim, tivemos que construir a narrativa a partir da bibliografia disponível, nem sempre confiável, e das fontes analisadas.

2 BASES HISTÓRICAS DAS RELAÇÕES BRASIL-PARAGUAI

As relações do Brasil com Paraguai são tão antigas quanto a ocupação da América pelos europeus. No período colonial, a fronteira entre os dois países era um dos pontos de enfrentamento das coroas portuguesa e espanhola pelo controle da América do Sul. Com a criação do vice-reino do Rio da Prata em 1776 e com o notável desenvolvimento de sua capital, Buenos Aires, o Paraguai ficou situado entre duas grandes nações que se desenvolviam. A partir das independências, da Argentina em 1810, do Paraguai em 1811 e do Brasil em 1822, a história do Paraguai passou a ser modelada pelos dois grandes vizinhos. A situação de para-choque entre eles conspirou contra a sua soberania (MORA, 1993, p. 43). Assim, as relações bilaterais estarão sempre envolvidas no contexto multilateral da região platina.

No período França, apesar do isolamento, houve uma aproximação bilateral com a presença de Manuel Corrêa da Câmara em Assunção, entre 1824 e 1829, o primeiro representante estrangeiro oficialmente recebido em Assunção. Isso já demonstra a importância do Paraguai para a política imperial e o papel assumido pelo Brasil na época de fiador da independência do país.

Essa aproximação ampliou-se no período Carlos López, quando o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência do Paraguai em 1844 e enviou ao país guarani alguns dos maiores expoentes de sua diplomacia, Pimenta Bueno, na década de 1840, e José Maria Paranhos, o Visconde do Rio Branco, em 1858. Também data dessa época o primeiro episódio de cooperação militar entre Brasil e Paraguai, com o envio de uma Missão Militar brasileira em 1851, que permaneceu por 15 meses no país guarani.

Nas décadas de 1840 e 1850, as relações internacionais no Prata foram, em grande parte, relacionadas à instabilidade resultante da divisão da Argentina em uma Confederação e a província de Buenos Aires, essa última liderada pelo caudilho Juan Manuel de Rosas. A derrota de Rosas em 1852 e a reunificação argentina em 1862 trouxeram estabilidade à região. Desenhou-se um novo cenário de cooperação argentino-brasileira e de antagonismo com os países menores, Uruguai e Paraguai, esse último já liderado por Francisco Solano López.

Uma série de equívocos de Solano López, incluindo a confiança nos políticos uruguaios, fortemente dependentes do Brasil, produziu o desencadeamento da Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai em 1865. Em maio desse ano, Brasil, Argentina e Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança. A Guerra terminou em 1870, com a

destruição do sistema produtivo paraguaio, redução drástica de sua população e submissão do país ao que estava estipulado no tratado dos vencedores.

Em termos políticos, houve a instalação de um sistema liberal, pelo menos no plano formal, e a criação de partidos políticos, os mesmos que se encontram até hoje no poder, Colorado e Liberal. O Brasil influenciou politicamente o Paraguai até 1904, quando a influência argentina, que em termos econômicos era hegemônica após a guerra, se tornou também determinante no plano político. A república liberal terminaria em 1936 com o golpe de conduziu os militares, fortalecidos pela vitória na Guerra do Chaco (1932-1935), ao poder. No período de preponderância argentina, houve tentativas de reaproximação do Brasil, especialmente depois de 1917, mas elas dependiam mais de questões conjunturais do que de um projeto de política externa. Esse projeto apareceria somente durante o governo de Getúlio Vargas, especialmente depois de 1936, quando os governos do Brasil e Paraguai se aproximaram também em temas ideológicos.

2.1 DA CONQUISTA AO VICE-REINO DO RIO DA PRATA

A região do Paraguai antes da conquista era povoada por índios guaranis, na porção oriental, e por diversas tribos, na região do Chaco, genericamente denominadas de guaycurues¹. Os primeiros espanhóis chegaram em torno de 1525. Em 15 ago.1537, o capitão espanhol Juan de Salazar ² fundou, na margem oriental do rio Paraguai, o Porto e Casa Forte de Nossa Senhora da Assunção, onde em 1541 estabeleceu-se o primeiro Cabildo (CARDOZO, 2011, p. 11-12). Em 1547, foi instituído o Bispado de Assunção³.

Efraím Cardozo considera que a conquista do Paraguai durou de 1525 até 1556, data do falecimento de Domingos Martinez Irala, eleito governador em 1544, pelos habitantes de Assunção⁴. A partir dessa data, teria iniciado a colonização (CARDOZO, 2011, p. 15).

Ainda no século XVI, foram fundadas diversas cidades a partir de expedições saídas

¹ O Paraguai em termos geográficos é dividido em duas partes pelo Rio Paraguai: a região oriental, entre os rios Paraguai e Paraná, que é um prolongamento do planalto brasileiro; e o Chaco, que atualmente compreende os departamentos de Presidente Hayes, Boquerón e Alto Paraguai.

² João de Salazar foi em 1537 em socorro da expedição de João Ayolas, que fora aniquilada por indígenas (GOES FILHO, 1999, p. 132).

³ O historiador argentino Ricardo Levene, citado por Goes Filho, explica o declínio de Assunção em detrimento de Buenos Aires: “O grau de crescimento alcançado e a enorme extensão do território que correspondia a Assunção fez com que em 1617 se criasse a governadoria de Buenos Aires, a separando totalmente do Paraguai. Desde então, o distrito de Assunção, abandonado os seus próprios elementos e privado das correntes vivificadoras da imigração, iniciou uma decadência agravada pelas devastações dos portugueses do Brasil” (GOES FILHO, 1999, p. 132).

⁴ A Real Provisão de 1537 autorizava os conquistadores e habitantes do Rio da Prata a elegerem o governador em caso de vacância (CARDOZO, 2011, p. 13).

de Assunção, dentre elas, Buenos Aires⁵, Santa Fé e Concepción. A partir de 1580, foram estabelecidas missões franciscanas e, a partir de 1589, chegaram os padres jesuítas, que se situaram principalmente na região do Guairá (Paraná) (CARDOZO, 2011, p.18).

Em 1535, os Habsburgo instituíram o sistema vice-real, que seria institucionalizado em 1542, com o estabelecimento do vice-reino do Peru, com capital em Lima, e do vice-reino da Nova Espanha, com capital na Cidade do México. Os Bourbons acrescentaram mais dois: o vice-reino de Nova Granada, com capital em Santa Fé de Bogotá, em 1717, e o do Rio da Prata, com capital em Buenos Aires em 1776 (ELLIOT, 2004, p. 290).

A região paraguaia situava-se na periferia dos domínios espanhóis na América. Os únicos portos autorizados ao intercâmbio direto com a metrópole eram os de Veracruz, no vice-reino da Nova Espanha e do Portobello, no vice-reino do Peru. Assim, o Peru e sua capital, Lima, eram na prática o centro administrativo e econômico da América espanhola.

Isso significou que os vizinhos de Tucumán, Paraguai, Chile e Equador buscaram aceder à prata que se produzia nas regiões andinas centrais enviando às cidades peruanas ou alto-peruanas os produtos de que elas necessitavam. Dessa forma, as regiões periféricas se integraram às centrais por meio de um processo de especialização relativa de suas produções e, a partir do século XVI, começaram a competir pelo abastecimento das cidades andinas mais populosas (AZCUY AMEGHINO; BIROCCO, 1998, p. 12).

Assim, o Paraguai foi uma das economias com traços de monoprodução, se transformando em abastecedor de erva-mate de uma zona que se estendia do Equador até o Chile, uma vez que a infusão preparada com a erva ganhou popularidade entre os brancos e entre os nativos (AZCUY AMEGHINO; BIROCCO, 1998, p. 14). Foi Hernando Arias de Saavedra, conhecido por Henandarias, o primeiro *criollo* a chegar ao governo na América, que, diante da prostração da economia paraguaia com o fechamento do porto de Buenos Aires, incentivou a indústria da erva-mate (CARDOZO, 2011, p. 20).

Os jesuítas, chegados à região ainda no século XVI, no início do século XVII, entraram, em conflito aberto com a classe dominante paraguaia na denominada “Revolução dos Comuneros”. Segundo Efraím Cardozo, a origem do termo comunero situa-se em 1544, quando Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, governador, foi destituído, e em seu lugar foi eleito Domingo de Irala. A inspiração eram os comuneros castelhanos massacrados por Carlos V em Villallar em abril de 1521 (CARDOZO, 2011, p. 13). Segundo Cardozo, desde essa data, a coletividade paraguaia dividiu-se entre “comuneros”, que desejam manter as liberdades e

⁵ Em 1536, o *adelantado* da Coroa espanhola, Pedro de Mendoza, fundou Buenos Aires que foi abandonada em 1541. Em 1580, João Garay, partindo de Assunção, repovoou a cidade (GOES FILHO, 1999, p. 131-132).

direitos do povo, mesmo contra a Coroa, e “leais”, que aceitavam a autoridade estabelecida. Os comuneros foram os catalisadores de um forte sentimento popular, espalhado pela província, eles promoveram a ideia de independência da Coroa muito antes que outros países da região concebessem essa noção (MIRANDA, 1990, p. 31).

A raiz do conflito era a competição dos jesuítas no mercado da erva-mate, o fato de se apoderarem das terras mais férteis e, principalmente, a forte oposição ao sistema de *encomienda*⁶, base da economia paraguaia (CARDOZO, 2011, p. 27). Os jesuítas tinham obtido quase um monopólio sobre a mão de obra. Além disso, tinham benefícios fiscais da Coroa. Em 1730, controlavam 30 reduções e contavam com cerca de 150 mil indígenas (MIRANDA, 1990, p. 32). Assim, qualquer governador considerado simpático aos jesuítas era hostilizado pela classe dominante de Assunção. Segundo Carlos Miranda, a revolta teve também outras duas causas: a mudança na composição do Cabildo de Assunção no final do século XVII, e o sentimento de hostilidade em relação à Coroa, que parecia pouco se importar com o Paraguai (MIRANDA, 1990, p. 31). Para Jerry Cooney, a revolta dos comuneros foi a manifestação de um espírito de localismo no Paraguai, peculiar entre as colônias espanholas na América (COONEY, 1972, p. 408).

A revolta teve duas fases: 1717 a 1725, e 1730 a 1735. Em 1735, Bruno Mauricio de Zavala derrotou os comuneros, já enfraquecidos e divididos, e revogou a Real Provisão de 1547, considerada a razão da altanaria paraguaia (CARDOZO, 2011, p. 31). Os jesuítas, após os a Guerra Guaranítica (1750-1756), resultado da revolta dos indígenas com o Tratado de Madri, passaram a ser considerados como fonte de problemas para a Coroa espanhola. Foram expulsos do Paraguai em 1767 (MIRANDA, 1990, p. 32).

A expulsão dos jesuítas incrementou o comércio de erva-mate. O envio passou de 27 mil arrobas em 1776 para 161, 258 arrobas em 1786. O cultivo de erva também promoveu a expansão territorial para o norte (FLECHA, 2012, p. 16).

Com respeito ao Brasil, as questões de fronteiras são muito antigas. Desde a época colonial, o Paraguai foi um estado tampão entre o território espanhol e a colônia portuguesa do Brasil (MORA, 1993, p. 51). Com a união das coroas ibéricas (1580-1640), a divisão de Tordesilhas perdeu o sentido. Foi nessa fase que os portugueses expulsaram os espanhóis das reduções do Alto Paraguai (CARVALHO, 1998, p. 11). O século XVII foi marcado pelas violentas incursões de bandeirantes sobre o território paraguaio. Em 1750, Portugal e Espanha

⁶ Regime implantado na América espanhola a partir de 1512, através do qual comunidades indígenas ficavam sob os cuidados de um *encomendero* que poderia utilizar a sua mão de obra para o desenvolvimento de atividades agrícolas ou extração de metais preciosos. A *encomienda* era uma concessão da Coroa espanhola.

assinaram o Tratado de Madri, pelo qual o princípio do *uti possidetis* substituía o Tratado de Tordesilhas de 1494. Portugal teve garantida a posse do Mato Grosso e Amazonas, bem como dos Sete Povos das Missões. Em troca, abandonaria a Colônia de Sacramento.

O Tratado de 1750 tinha dois objetivos principais: estabelecer o *uti possidetis*, respeitando os territórios efetivamente ocupados pelas duas potências contratantes, e delimitar seus respectivos Estados, tomando como base, não linhas astronômicas, mas cursos de águas e relevos conhecidos que se prestassem à demarcação sem provocar discussões. Desaparecia definitivamente o fantasma do Meridiano e consolidavam-se juridicamente as conquistas dos bandeirantes no interior do nosso continente (CARVALHO, 1998, p. 12).

Já em 1761, o governo português, insatisfeito com a posição desvantajosa na região do Tape (Uruguai), anulou o Tratado de Madri com o Tratado de El Pardo. O resultado foi uma guerra de dez anos (1767-1777), pela qual a ilha de Santa Catarina e a Colônia de Sacramento foram conquistadas pela Coroa espanhola. O Tratado de Santo Idelfonso (1777) encerrou o conflito. Por ele, a Lagoa Mirim passava a ser a fronteira meridional do Brasil. A coroa portuguesa recuperou a ilha de Santa de Catarina, mas perdeu os Sete Povos das Missões e a Colônia de Sacramento (CARVALHO, 1998, p. 14).

Santo Idelfonso vigorou por 24 anos. Em 1801, a Espanha entrou em conflito com Portugal na denominada “Guerra das Laranjas”. Com a vitória dos portugueses na América, foi assinado o Tratado de Badajós em junho de 1801. Por ele, o Arroio Chuí marcava a fronteira meridional do Brasil e os Sete Povos ficavam com Portugal (CARVALHO, 1998, p. 15)⁷.

2.2 DO VICE-REINO DO RIO DA PRATA À INDEPENDÊNCIA

A segunda metade do século XVIII foi marcada pelo impacto das reformas borbônicas na América espanhola. A partir do reinado de Felipe V (1700-1746) e, de forma muito mais consistente, de Carlos III (1759-1788), a Coroa espanhola, decadente e insolvente no início do século, implementou uma série de medidas administrativas com o objetivo de racionalizar o governo de suas Índias. Foi criado o vice-reino do Rio da Prata e implantado o sistema de intendências (BRADING, 2002, p. 409).

O Paraguai passou em 1777 a integrar o vice-reino do Rio da Prata. A nova unidade política compreendia várias províncias segregadas do antigo vice-reino do Peru: Buenos Aires, Paraguai, Tucumán, Potosi, Santa Cruz de La Sierra, Charcas e Cuyo (AZCUY

⁷ Para uma narrativa minuciosa das questões de fronteira entre as Américas portuguesa e espanhola ver: (GOES FILHO, 1999).

AMEGHINO; BIROCCO, 1998, p. 48). O resultado foi uma mudança radical no equilíbrio geográfico do continente. Lima perdeu o seu prestígio. A inclusão do Alto-Peru no novo vice-reino com o objetivo de fornecer a Buenos Aires os lucros finais de Potosí, determinou a divisão política permanente da região andina (BRADING, 2004, p. 408).

Em 1782, o vice-reino foi dividido em oito intendências. O objetivo do sistema de intendências era centralizar melhor a administração colonial, eliminar abusos de funcionários reais e aumentar as rendas do Estado. A partir desse momento, os governadores se denominavam intendentess-governadores (FLECHA, 2012, p. 13). A intendência do Paraguai foi criada em 28 de janeiro de 1782 e o primeiro governador intendente foi Pedro Melo de Portugal. A partir desse momento, o país teve um crescimento econômico notável. Pelo edito de livre comércio de 1778 foi estabelecido o comércio livre, foi abolido o porto Preciso de Santa Fé⁸ e passou a haver o estímulo da Coroa para o cultivo de tabaco, o comércio de madeira, a construção de embarcações e a introdução de moedas metálicas (CARDOZO, 2011, p. 36). O comércio se dirigia aos portos de Buenos Aires e Montevideu através dos rios Paraguai e Paraná. (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 18).

Pouco antes da independência, portanto, o Paraguai possuía com os domínios portugueses, a indefinição de limites decorrentes dos Tratados de Madri e de Santo Ildefonso. A demarcação, que deveria ter ocorrido, não ocorreu, o que deu lugar a novos conflitos como o estabelecimento pelos portugueses, respectivamente, em 1778 e 1790, dos fortes de Albuquerque e Coimbra na margem direita do rio Paraguai (SCAVONE; BREZZO, 2013, p.19). Havia também problemas ao sul, como a ocupação pelos correntinos que cruzavam o rio Paraná até a margem direita, do que se chamaria de campos de Pedro González, bem como o estabelecimento de uma guarda em Curupayty (SCAVONE; BREZZO, 2013, p.19). Além de questões de fronteiras, havia outras questões com Buenos Aires.

Estava ainda latente a lembrança das dificuldades para a produção paraguaia, como foi o privilégio do porto preciso da cidade de Santa Fé. Outra questão era a referente às taxas alfandegárias que gravavam em Buenos Aires a importação de erva-mate do Paraguai. (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 20). A população passou de cerca de quarenta mil habitantes em 1700 para mais de cem mil em 1810 (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 18).

Scavone e Brezzo destacam que a independência do Paraguai foi precipitada por fatores externos. Havia dois centros de poder com pretensões hegemônicas na região: Buenos Aires e Portugal. E foi diante dessas forças que os dirigentes paraguaios optaram pela

⁸ Santa Fé em 1662 foi estabelecida como porto obrigatório e final para as exportações paraguaias.

independência⁹. O Paraguai tornou-se independente de fato a partir de 1811, de pleno direito a partir de 1813, mas somente conduziu e buscou o reconhecimento internacional a partir de 1842, desenvolvendo, para obtê-lo, uma ação diplomática que alcançou o seu objetivo em 1852 (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 17).

Jerry Cooney destaca que fatores como a escassez de migração, a necessidade de agricultura de subsistência ao longo de quase todo o período colonial, o grande número de guaranis e a aculturação da população nativa, que formou uma população mestiça homogênea e uma elite fortemente associada ao restante dos habitantes, fizeram com que o Paraguai possuísse, no início do século XIX, a maioria dos ingredientes necessários para a formação de um Estado nacional (COONEY, 1972, p. 408).

A crise que desencadeou a independência do Paraguai começou na Europa com a tomada do trono espanhol por Napoleão Bonaparte. Em abril de 1808, o rei Fernando VII foi deposto. Em seu lugar, ascendeu ao trono José Bonaparte, irmão de Napoleão. Enquanto o rei Fernando permanecia detido pelos franceses, insurreições populares começaram a ocorrer em todo o território espanhol. Foi criada em 27 maio 1808, em Sevilha, a Junta Suprema da Espanha e das Índias que acumulava poderes executivos e legislativos durante a ocupação napoleônica e era o centro de resistência contra a invasão francesa. Em 1810, diante da ocupação francesa da Andaluzia, a junta se transferiu para Cadiz, onde se converteu no Conselho de Regência da Espanha e das Índias.

Na América, juntamente com o sentimento de fidelidade ao monarca destituído, cresceram as ideias que questionavam a fidelidade à Junta e ao Conselho, já que contavam apenas com representantes da metrópole. “A ausência do rei produziu, portanto, uma situação de acefalia política, pois faltava a autoridade suprema na qual se concentravam os vínculos constitutivos da monarquia hispânica.” (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 21). Foram criadas juntas americanas que substituiriam as autoridades coloniais, com a divisão entre crioulos e peninsulares.

Em maio de 1810, crioulos de Buenos Aires destituíram o vice-rei e formaram uma Junta Provisional governativa. A burguesia mercantil de Buenos Aires planejava um Estado nacional centralizado, sob sua hegemonia, com a unificação das províncias da ex-colônia. A posição estratégica de Buenos Aires possibilitava-lhe dificultar o comércio do interior com o restante do mundo e assim controlar todas as demais províncias (DORATIOTO, 2002, p. 24). A independência do Paraguai foi uma das reações a esse movimento.

⁹ Para uma narração pormenorizada dos fatos relativos à independência do Paraguai ver (FLECHA, 2012; CARDOZO, 2010).

Goes Filho destaca que o insucesso da Argentina em preservar o vice-reinado do Rio da Prata sob seu controle decorreu muito mais por motivos sociológicos do que militares. O Paraguai e o Uruguai, já tinham em 1810, depois de quase trezentos anos de vida colonial diferenciada, as raízes de uma nacionalidade própria (GOES FILHO, 1999, p. 232). .

Importante acentuar que no Paraguai, as reformas econômicas e o desenvolvimento cultural no final do século XVIII, geraram uma pequena elite crioula, educada com ideias iluministas, mas privada de posições importantes no governo. Esse grupo, baseado no cultivo de erva-mate e tabaco, voltava-se para o exército ou para a Igreja. O comércio estava, em sua maior parte, nas mãos de pessoas de fora. Não é por acaso que grande parte dos líderes do movimento de emancipação eram militares (COONEY, 1972, p. 408).

Em Assunção, o governador-intendente, Bernardo de Velasco, e o Cabildo, submeteram a comunicação da junta a um conselho em 24 de julho de 1810. O conselho jurou fidelidade ao Conselho de Regência e decidiu manter amizade com a junta de Buenos Aires sem, contudo, reconhecer-lhe a superioridade. A província foi colocada em estado de defesa, pois era esperada uma reação negativa da junta portenha.

A junta de Buenos Aires enviou uma expedição militar a cargo de Manuel Belgrano para controlar a província do Paraguai. Ao mesmo tempo, designou o capitão Francisco Arias para cooptar paraguaios “proeminentes” para a causa da junta. O advogado paraguaio Juan Francisco Agüero foi encarregado pela junta, em setembro de 1810, de incitar uma revolta para facilitar a expedição de Belgrano. Suas instruções eram no sentido de recomendar a seus conterrâneos “[...] as vantagens de nossa união e os males aos quais o Paraguai ficará exposto se continuar dividido, pois isolado e sem comércio sofrerá uma ruína cujo fim será o de cair na dominação dos portugueses que se aproveitarão de sua falta de defesa.” (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 23). Ele não obteve a adesão dos paraguaios, tendo sido preso ao chegar a Assunção.

A expedição comandada por Belgrano foi vencida em 19 de janeiro de 1811 na batalha de Paraguarí. Em 9 de março, houve outra batalha em Tucuarí, quando os portenhos foram novamente derrotados e capitularam. Enquanto os paraguaios disputavam com Buenos Aires no campo da batalha, o governador Velasco buscava o apoio de Portugal. A corte portuguesa se encontrava refugiada no Rio de Janeiro desde 1808. A esposa do príncipe regente português, Dom João VI, Carlota Joaquina de Bourbon, era irmã de Fernando VII, o rei aprisionado por Bonaparte. Surgiu uma ideia de que Carlota Joaquina poderia assumir a coroa hispânica e afirmar sua autoridade sobre as colônias americanas. No início de 1811, o governador Velasco solicitou a cooperação de Portugal para evitar que as forças portenhas

recebessem reforços. A ajuda não se concretizou, mas em maio de 1811, chegou a Assunção o tenente José de Abreu, emissário do Capitão Geral do Rio Grande do Sul, “[...] com instruções de concertar as condições para que as tropas paraguaias se somassem às de Portugal e pudessem operar conjuntamente em Misiones e na Banda Oriental.” (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 24). Foi o primeiro passo do governo português do Brasil para “proteger” o Paraguai do domínio argentino (CERVO; BUENO, 2002, p. 45). Estava tudo acertado, mas na véspera do tenente Abreu partir com ordens para as forças paraguaias localizadas na fronteira, desencadeou-se o movimento que produziu a independência. (CARDOZO, 2011, p. 54).

A sublevação, que já vinha sendo preparada, foi adiantada em virtude do acordo com Portugal. Os conspiradores, liderados pelo capitão Pedro Juan Caballero, tomaram o quartel principal e intimaram o governador a proibir a saída do emissário português. Na intimação, Pedro Juan Caballero afirmava:

Em atenção a que a Província está certa de que havendo defendido à custa do seu sangue, de suas vidas e de seus haveres do inimigo a atacou, agora vai entregar-se a uma Potência Estrangeira, que não a defendeu com o menor auxílio, que é a Potência Portuguesa, este Quartel, de acordo com os Oficiais Patrícios e demais soldados, não pode menos que defendê-la com os maiores esforços (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 25).

Nesse momento, havia três diferentes grupos em disputa: os espanhóis (nem todos eram espanhóis, mas eram partidários da Coroa), os portenhos e os patriotas. Entre os patriotas, despontou como liderança o doutor José Gaspar Rodrigues de Francia. Francia, um intelectual crioulo filho de um português, que seria o homem mais importante do Paraguai nos próximos trinta anos, realizou uma série de manobras para adquirir cada vez mais poder. Segundo Cooney, ele buscou a sua base de poder na maioria da população paraguaia que vivia da agricultura de subsistência (COONEY, 1972, p. 416).

No dia 16 de maio, foi criado um governo provisório composto pelo governador Velasco, por Juan Valeriano de Zavillos e por José Gaspar Rodriguez de Francia. No dia seguinte foi publicado um edital pelo qual “[...] sem desconhecer a autoridade do monarca cativo, os paraguaios decidiram assegurar seus foros, liberdade e dignidade frente a Buenos Aires e Portugal.” (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 26).

Em 30 de maio, após a convocação da junta geral, foi publicado novo edital com um princípio que se converteria em um eixo fundamental da política exterior do Paraguai: a não ingerência nas questões internas das outras províncias (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 27). Poucos dias depois, o governador Velasco foi afastado e preso, por se considerar sua

convivência com portugueses e espanhóis de Montevidéu (CARDOZO, 2011, p. 54).

Em 17 de junho de 1811, foi iniciado o Congresso com o objetivo de constituir um governo definitivo e regular as relações com Buenos Aires. Segundo Scavone e Brezzo, o Congresso tinha mais as características de um Cabildo ou conselho municipal aberto do que a de um Congresso representativo. Os mais de 250 membros foram convidados, com exceção de seis eleitos que representavam vilas e povoados do interior (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 28). Foi aprovada por ampla maioria a criação de uma Junta Superior Governativa presidida por Fulgencio Yegros e integrada por José Gaspar Rodriguez de Francia, Pedro Juan Caballero, Francisco Xavier Bogarín e Fernando de La Mora.

Diante dos delegados, Francia esclareceu quais eram as três tarefas do novo governo:

- a) a forma de governo e a administração que devemos ter e observar no futuro;
- b) esclarecer as nossas relações com a província de Buenos Aires e com as demais províncias;
- c) decidir o que fazer em relação aos indivíduos que previamente exerceram autoridade no país, mas, no momento, suspendê-los para prevenir qualquer influência ou disposição contra a nossa liberdade (COONEY, 1972, p. 416).

O Paraguai assumia assim os atributos de um estado independente, mas continuava invocando, de modo formal, a fidelidade a Fernando VII. Com respeito a Buenos Aires, foi estabelecido que o Paraguai participaria do Congresso Geral, mas que qualquer regulamento ou Constituição que fossem adotados somente o obrigaria após a sua aprovação por uma junta plena e geral dos seus habitantes (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 28). Essa ideia, juntamente com a proposta de uma confederação com Buenos Aires e demais cidades, foi enviada à capital portenha em 20 de julho de 1811. Nesse momento, Buenos Aires estava com problemas de autoridade na Banda oriental e no Alto Peru. Apesar de não desejar a confederação, enviou uma nota positiva em 28 de agosto.

Em 12 de outubro de 1811, a Junta Superior governativa do Paraguai e os comissionados de Buenos Aires assinaram um tratado. O negociador paraguaio foi José Gaspar Rodriguez de Francia, que havia se afastado da Junta. Por ele, o Paraguai reafirmou a sua independência e a posse dos territórios disputados e se comprometeu com uma aliança militar (que nunca foi colocada em prática). O governo de Buenos Aires aceitaria a independência paraguaia e não faria oposição às resoluções do Congresso de junho de 1811. Também foi estipulada a extinção do monopólio do tabaco, do pagamento da sisa e do tributo pela erva exportada em Assunção e não em Buenos Aires, o cancelamento de impostos ao comércio no lugar da venda e a possibilidade de que Buenos Aires pudesse gravar de forma

moderada a importação de produtos paraguaios (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 31). Foram também definidos limites entre terras paraguaias e portenhas.

Apesar de ter sido recebido com alegria no Paraguai, o tratado logo demonstrou suas limitações. O Paraguai não concordou com o envio de tropas solicitadas por Buenos Aires, alegando falta de armas e os perigos de um ataque português. Buenos Aires estabeleceu um imposto ao tabaco, violando o tratado.

Em maio de 1813, chegou a Assunção Nicolás de Herrera, enviado do governo de Buenos Aires para convidar um representante a participar da Assembleia geral Constituinte das Províncias Unidas do Rio da Prata. A junta paraguaia convocou um novo Congresso que iniciou em 30 de setembro de 1813. Foi aprovado um regulamento de governo pelo qual foi decidido não enviar deputados à Assembleia em Buenos Aires. Foram escolhidos dois cônsules “que se denominarão da República do Paraguai”, Fulgencio Yegros e José Gaspar Rodríguez de Francia. Foi assim proclamada a República, a primeira da América do Sul, e o regulamento foi a Primeira Lei fundamental do país. “A proclamação formal da independência, porém, deu-se apenas em 1842, embora o 2º Congresso Geral paraguaio de 1813 a deixasse explícita ao substituir a designação do Paraguai de Província para República.” (DORATIOTO, 1998, p. 169).

O enviado Herrera quis discutir um novo tratado de aliança e comércio com Buenos Aires, mas acabou retornando sem obter êxito (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 34-35; CARDOZO, 2011, p. 57-58).

Os cônsules teriam jurisdição e autoridade iguais, mas as tropas e armamentos deveriam ser divididos, a cargo de cada um deles. Deveriam se revezar por quatro meses na presidência e estavam autorizados a organizar a administração e criar um tribunal superior de apelações (CARDOZO, 2010, p. 76). Escolher a forma de consulado para o governo era ideia de Francia, que tinha amplo conhecimento de história romana e da Revolução Francesa. Segundo Cooney, em cerca de um ano, ele iria desempenhar o papel de César e Yegros, o de Pompeu (COONEY, 1972, p. 425).

Nesse ano de consulado, Francia reafirmou sua liderança, principalmente colocando seus partidários em posição de poder e enfraquecendo os de Yegros. Além disso, os espanhóis foram eliminados como força no Paraguai. Foram impostas medidas que proibiam casamento de espanhóis com paraguaios e eles foram privados de seus direitos civis. Outra questão foi a manutenção da neutralidade nos conflitos platinos, com a recusa do apoio a José Artigas¹⁰ em

¹⁰ José Artigas, de uma família de Montevideu com grandes interesses rurais e participação no serviço público, passou a liderar, a partir de 1811, os esforços pela independência do Uruguai da Junta de Buenos Aires.

sua luta contra Buenos Aires (COONEY, 1972, p. 426).

2.3 FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL: FRANCIA, CARLOS ANTONIO LÓPEZ, SOLANO LÓPEZ

Entre 1814 e 1870, ocorreu a formação do Estado nacional paraguaio com os governos de José Gaspar Rodríguez de Francia, Carlos López e Solano López.

2.3.1 O isolamento de Francia

Em outubro de 1814, outro congresso em Assunção elegeu Francia, Dictador Supremo de la República. Em junho de 1816, ele seria considerado Ditador perpétuo. El Supremo seria o líder incontestado do Paraguai até a sua morte em 1840.

Solteiro, asceta e solitário, Francia se dedicou com toda a sinceridade ao governo do Paraguai. A espinha dorsal da sua política, o que buscou a todo custo, foi manter o país independente. (LEWIS, 1986, p. 37). Para isso, optou pelo isolamento e investiu na construção de um exército forte e numa economia controlada pelo Estado. Em uma população de 375 mil pessoas, todo homem crioulo ou indígena, deveria prestar serviço militar. Assim, obteve um exército de 5500 soldados regulares e 25 mil de reserva (LEWIS, 1986, p. 38).

O Estado tornou-se regulador de todas as atividades econômicas e detentor do monopólio do comércio de erva-mate, tabaco e madeiras. O confisco das terras dos espanhóis fortaleceu o poder do Estado francista, que organizou nessas terras as *Estancias de la Patria*, arrendadas a camponeses ou exploradas pelo próprio Estado, que utilizava mão de obra de prisioneiros e escravos (DORATIOTO, 1998, p. 175).

Em 1820, foi descoberta uma conspiração para assassinar Francia. A repressão foi implacável e incluiu Fulgencio Yegros, seu antigo companheiro (FLECHA, 2012, p. 86). Outra fonte de oposição ao governo de Francia foi a Igreja Católica. A maior parte dos clérigos era educada e tinha contatos no exterior, algo que os tornava automaticamente suspeitos para o ditador. Em 1823, o seminário e os mosteiros de Assunção foram fechados e clérigos envolvidos com essas instituições foram enviados para paróquias no interior (MIRANDA, 1990, p. 33). Em 1824, ordens religiosas foram expulsas do país e os bens da Igreja foram secularizados. Segundo Doratioto, isso foi uma reação de Francia à ordem do papa Leão XII de que bispos e arcebispos na América apoiassem os esforços de Fernando VII para restabelecer a autoridade sobre as antigas colônias (DORATIOTO, 2002, p. 25).

A primeira década do governo de Francia se caracterizou por um grande declínio no comércio exterior. As exportações caíram de 391,233 pesos em 1816 para 57,498 pesos em 1820. Na verdade, isso ocorreu menos por desejo de isolamento por parte *Del Supremo* do que por sua recusa de pagar o preço da sujeição política a Buenos Aires em troca da abertura da rede fluvial ao livre comércio do Paraguai. Daí a retração do comércio (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 34,35).

Mas o isolamento não era total. Havia relações comerciais que satisfaziam as necessidades mínimas do país. Adquiriam-se armas, tecidos e metalurgia com pagamento em espécie, em erva-mate, tabaco e couro. O pouco comércio ocorria através dos portos de Villa del Pillar, com Corrientes, e de Itapúa (atual Encarnación), com comerciantes que vinham do Brasil (embora a mercadoria fosse em geral destinada ao Prata). E o comércio não era livre: era necessária uma autorização. De resto, a saída de paraguaios para o exterior era praticamente impossível, a correspondência com o exterior foi praticamente suprimida e as relações com os outros países foram reduzidas ao mínimo (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 38). Havia entre 100 e 300 estrangeiros no país, entre comerciantes e funcionários consulares, todos estritamente vigiados (MORA, 1993, p. 56).

Não houve diplomacia durante a ditadura de Francia. Todavia, havia contatos do Paraguai com o mundo exterior (MORA, 1993, p. 55). Segundo Flecha, a ditadura Francia tinha mais semelhança com o absolutismo monárquico do que com o governo da Roma antiga. Ele pessoalmente se encarregava do mando das tropas, dos exercícios de instrução, dirigia operações militares, se ocupava da contabilidade e das finanças do Estado, controlava o comércio, fixava o pagamento dos funcionários do Estado, planejava e vigiava a execução das obras públicas. Não havia uma burocracia estatal, não havia Congresso, nem tribunal de justiça. “A simples possibilidade de que um só indivíduo fosse capaz de controlar todo o aparato administrativo indica a simplicidade desse aparato e as dimensões reduzidas do Estado.” (FLECHA, 2012, p. 84).

Durante o longo governo Francia, ocorreu, em 7 de setembro de 1822, a proclamação da Independência do Brasil, resultado de um longo processo que remetia a 1808 com a vinda da família real portuguesa para a América. Na época da Independência, o Brasil já estava envolvido em conflitos na região platina. Na verdade, “[...] após as independências, Rio de Janeiro e Buenos Aires vão administrar o secular conflito entre Portugal e Espanha relativo ao estuário do Rio da Prata.” (CERVO; BUENO, 2002, p. 40).

Com respeito à região platina, entre 1822 e 1889, a política brasileira para os países da Bacia do Prata passou pelas seguintes fases:

- a) tentativa de cooperação e entendimento para a defesa das independências (1822-1824);
- b) a Guerra da Cisplatina (1824-1828);
- c) política de neutralidade (1828-1843);
- d) a passagem da neutralidade à intervenção (1844-1852);
- e) a presença brasileira ativa (1851-1864);
- f) retorno à política intervencionista;
- g) retraimento vigilante (1877-1889) (CERVO, BUENO, 2002, p. 109).

Segundo Doratioto, as relações entre o Império do Brasil e o Paraguai não podem ser entendidas exclusivamente sob sua dimensão bilateral.

Suas características estavam profundamente vinculadas ao processo de construção dos Estados Nacionais no Rio da Prata. Nestes, as lutas políticas internas influenciavam e também eram influenciadas pelas relações intra-regionais; fato este que se aplica, em menor intensidade, ao próprio quadro político interno brasileiro. A política platina do Império buscou consolidar, como espaço nacional brasileiro, o território ocupado pelo expansionismo colonial português nessa área, tratando ainda de impedir que o espaço do antigo Vice-Reino do Rio da Prata se constituísse em único Estado. Para tanto, o Império do Brasil buscou ser hegemônico no Prata, disputando com Buenos Aires tal condição, quer de forma impositiva, para obter a consolidação do espaço nacional brasileiro, quer de forma preventiva, com a finalidade de garantir a independência do Paraguai e Uruguai (DORATIOTO, 2013, p. 26).

A opção histórica portuguesa de dominar as vias navegáveis, controlar o comércio e o contrabando regionais fora incorporada por Dom João VI desde 1808. A rigor, isso envolvia a inclusão de Buenos Aires e Montevideú. Mas tanto Estados Unidos e as potências europeias se opunham, quanto Buenos Aires e o Uruguai. Dom João VI incorporou o Uruguai como província Cisplatina em 1821. Em 1825, em reação à declaração de Independência desse país, Buenos Aires decretou a incorporação da Cisplatina. Dom Pedro I declarou guerra à Buenos Aires. Diante da indefinição que se seguiu, ocorreu a mediação britânica que encerrou a guerra em 1828. Pela convenção de 27 de agosto, Brasil e Argentina ficavam obrigados a garantir a independência do Uruguai e, em artigo adicional, ficava garantida a navegação do Prata e afluentes, um trunfo brasileiro segundo Amado Cervo (CERVO; BUENO, 2002, p. 41). Cervo rejeita a ideia corrente de que o Uruguai foi criado como Estado tampão entre Brasil e Argentina para favorecer os interesses ingleses. Para ele, o Uruguai foi criado por determinação do seu povo, cujo sentimento de nacionalidade se fortaleceu durante a guerra (CERVO; BUENO, 2002, p. 41).

Entre a independência do Uruguai, em 1828, e a fracassada aliança com Juan Manuel de Rosas em 1843, a política brasileira para a região platina foi pautada pela não intervenção

nos assuntos de outros Estados. Não convinha agir, enquanto a independência do Uruguai fosse mantida, bem como a navegabilidade dos rios, o Paraguai estava fechado e não aceitava alianças e era inevitável uma opção pela aliança ou confronto com Rosas (CERVO; BUENO, 2002, p. 59-60). Tanto as lideranças do Uruguai, Fructuoso Rivera, e seu adversário Manuel Oribe, quanto Rosas, se aproximavam do Império dependendo de sua situação. Se estavam no poder, se afastavam; se visavam ao poder, se aproximavam. Assim, a política de neutralidade parecia mais prudente, ainda mais que as facções em disputa na região platina tinham interesses ligados ao Rio Grande do Sul (CERVO; BUENO, 2002, p. 60).

Como se pode observar em relação ao Paraguai, a neutralidade era relativa. Embora o isolamento do regime de Francia, deixasse o país fora do sistema internacional, o objetivo de “salvar” o Paraguai de Buenos Aires evitando a constituição de um grande país argentino rival foi uma política adotada por Dom João VI, desde o envio de José de Abreu em 1810, e seguida pelos estadistas do Brasil independente (CERVO; BUENO, 2002, p. 45).

Apesar de não reconhecer oficialmente a independência paraguaia, o Brasil manteve no país entre 1824 e 1829, o cônsul Manuel Corrêa da Câmara. Corrêa da Câmara foi o primeiro representante estrangeiro oficialmente recebido em Assunção. Sua missão tinha por finalidade conquistar a simpatia do governo, separar definitivamente o Paraguai da Confederação Argentina, obter uma aliança defensiva, talvez ofensiva e, no mínimo a neutralidade paraguaia na Guerra da Cisplatina. Em troca, oferecia a facilidade do comércio por Montevideú. A aliança não se concretizou (CERVO; BUENO, 2002, p. 46).

Francia pleiteou a Câmara um tratado de limites entre os dois países baseado no Tratado de Santo Ildefonso. Todavia, ele recusava o critério desejado pelo Rio de Janeiro, *uti possidetis de facto*, pelo qual caberia a cada país o território que efetivamente estivesse ocupando quando da independência, com o que seriam brasileiras as terras situadas à margem direita do Alto Paraguai até o Rio Jaurú. As relações sofreram rápido desgaste, não só em função da questão dos limites. O governo Imperial não atendeu ao pedido de Francia de indenização por prejuízos causados pelos ataques dos índios mbayes, incentivados por particulares brasileiros, a propriedades paraguaias ao norte. Igualmente, não cumpriu a promessa de entregar ao governo paraguaio um barco carregado de armas. A embarcação ficara retida em Montevideú, em função da Guerra Cisplatina. Além disso, com a independência do Uruguai, o interesse brasileiro diminuiu. Assim, em junho de 1829, Francia acusou Câmara de má fé e ele teve de deixar o Paraguai. Até o início da década de 1840, não houve mais contatos oficiais entre os dois países, embora houvesse contatos oficiosos (DORATIOTO, 1998, p. 169-170; CERVO; BUENO, 2002, p. 46). Para Amado Cerro “[...]”

as relações originais entre Brasil e Paraguai não correspondiam a uma política de boa vizinhança, por que eram, ao contrário, ditadas por interesses estratégicos concretos, no quadro do subsistema regional.” (CERVO, 2002, p. 46).

2.3.2 Abertura e confronto: os López

Em 20 de setembro de 1840, faleceu o doutor Francia. Logo após, assumiu o governo uma Junta Provisional composta por Manuel Antônio Ortiz e pelos comandantes dos quatro quartéis de Assunção. A Junta deveria convocar um congresso, mas a procrastinação produziu um golpe militar em 22 de janeiro de 1841, quando o sargento Romualdo Duré destituiu a Junta e foi instaurado um Triunvirato integrado por José Medina, José Gabriel Benítez e José Domingo Ocampos.

Em 9 de fevereiro, houve novo golpe que derrotou o Triunvirato. Foi criado o Comando Geral de Armas presidido pelo militar Mariano Roque Alonso e tendo como secretário o advogado Carlos Antonio López. López, que no início da ditadura Francia havia se confinado em sua estância em Villa del Rosário, retornara a Assunção para observar a possibilidade de participar da luta política (FLECHA, 2012, p. 94-95). Foi marcado um Congresso em 12 de março de 1841. Apesar de um grupo, liderado por Juan Bautista Rivarola, defender o fim do personalismo e uma Constituição liberal, o grupo de López, apoiado pelo Exército, foi vitorioso. Houve um retorno ao governo da forma de Consulado de 1813. Foi escolhido como cônsul militar, Mariano Roque Alonso, e como cônsul civil, Carlos Antonio López. Na verdade, estava claro para todos que López era o verdadeiro governante. Ele eliminou as práticas mais bárbaras da ditadura francista, introduziu reformas modernizadoras, mas manteve a forma autocrática e personalista de governo (FLECHA, 2012, p. 96).

Ocorreu no Paraguai, em março de 1844, um Congresso Geral. Houve a aprovação da “Lei de Administração Política do Estado”, conhecida como Constituição de 1844. Foi mudada a forma de governo, passando o titular a ser Presidente da República. Apesar de incluir a divisão de poderes, na prática havia uma preeminência do Poder Executivo e seu controle total pelo presidente. Carlos Antonio López foi eleito por dez anos (FLECHA, 2012, p. 101-102). Na verdade, não se tratava de uma Constituição, mas de um simulacro de práticas democráticas que auxiliaram López a centralizar o poder (MIRANDA, 1990, p. 54).

Carlos Antonio López estava diante de uma situação internacional na qual não era mais possível manter o isolamento da pátria guarani. A Argentina, envolvida em guerra civil e

parcialmente dominada pelo ditador Juan Manuel Rosas, se encontrava prestes a uma confrontação com Inglaterra e França. O Brasil estava no turbulento período da Regência e enfrentando a revolução Farroupilha na fronteira. O Uruguai também estava em guerra civil fomentada e apoiada por facções argentinas (MORA, 1993, p. 57). O desafio de López era romper o isolamento paraguaio sem comprometer a independência. A mudança na política externa tinha como objetivo também dinamizar a economia. O modelo político de Francia não estimulou o desenvolvimento das forças produtivas e barrava o surgimento de uma elite econômica. A consequência era a falta de um setor social com capital e experiência administrativa (DORATIOTO, 1998, p. 185-186).

Um obstáculo para a expansão guarani era Rosas, que não reconhecia a independência paraguaia e dificultava o comércio, controlando a navegação no rio Paraná. Rosas, governador da província de Buenos Aires desde 1829 e da Confederação Argentina a partir de 1835, “[...] foi poderoso motivo para a aproximação entre o Império do Brasil e o Paraguai, ao representar ameaça para ambos.” (DORATIOTO, 1998, p. 186). Sua política era de centralismo em Buenos Aires, monopólio aduaneiro e negativa de abertura do rio da Prata e seus afluentes à navegação (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 57). No Brasil, a política rosista era vista como um projeto de reconstrução do vice-reino do Prata, principalmente a partir de 1835, quando estabeleceu um protecionismo rigoroso, o monopólio de comércio de Buenos Aires com o interior, o fechamento dos rios, cortando o comércio com o Mato Grosso. Era mister concluir o tratado definitivo de paz previsto pela convenção de 1828 (CERVO, 2002, p. 60).

Um dos primeiros atos internacionais do governo de Carlos Antonio López foi a aliança correntino-paraguaia. A província de Corrientes rompeu com a Confederação Argentina em 1839. Em julho de 1841, foi assinado um tratado de amizade, comércio e navegação com Corrientes e um tratado de limites provisório. O tratado desagradou Juan Manuel de Rosas, responsável pelas relações exteriores da Confederação. Buenos Aires era o único porto habilitado para comerciar com o exterior e regulava o tráfego nos rios Paraná e Uruguai. As independências do Paraguai e Uruguai ameaçavam esse sistema baseado no monopólio portuário de Buenos Aires e na consideração dos tributários do rio da Prata como rios interiores, sujeitos à autoridade portenha (DORATIOTO, 1998, p. 44).

Diante dessa situação era imperativo o reconhecimento da independência Paraguai. O ano de 1842 foi marcado por obstáculos impostos por Buenos Aires. Em abril de 1842, o Império do Brasil solicitou autorização para o ingresso no rio Paraná de navio que conduziria o encarregado de negócios brasileiro à Assunção. A autorização foi negada pelo governo argentino (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 46). Em junho de 1842, também foi negada

permissão para que o enviado da Grã-Bretanha, George Gordon, chegasse ao Paraguai passando pelo território da Confederação. Gordon acabou chegando ao país pelo território uruguaio. Ele informou os paraguaios a respeito da negativa e de que lhe foi relatado que havia um partido no Paraguai favorável à união com a Confederação (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 47). O objetivo da missão Gordon era obter dados a respeito do Paraguai para o governo inglês (FLECHA, 2012, p. 99).

A situação tensa na região platina, bem como esses obstáculos motivaram os cônsules a convocar um congresso para 25 de novembro de 1842. Apesar da independência declarada em 1813, não havia um documento oficial, uma Declaração de Independência. A Argentina, por exemplo, continuava se referindo ao Paraguai como “província do Paraguai”. A declaração oficial aprovada no Congresso dizia que “A República do Paraguai no rio da Prata é para sempre de fato e de direito uma nação livre e independente de todo o poder estrangeiro”. Além disso, foram aprovados símbolos nacionais como bandeira e escudo (FLECHA, 2012, p. 97). A declaração de independência foi enviada aos governos de Buenos Aires, Brasil, Chile, Bolívia, Inglaterra, França, Estados Unidos e Vaticano (FLECHA, 2012, p.98).

Em dezembro de 1842, Andres Gil foi enviado como emissário especial a Buenos Aires para comunicar a decisão do Congresso e obter o reconhecimento da Independência. Em meados de 1843, Gil retornou a Assunção com a resposta da Confederação. Rosas não reconheceu a independência, mas também não rompeu com Assunção. Na verdade, enviou “conselhos” no sentido de que seria prudente o Paraguai permanecer unido à Confederação Argentina. Em agosto, Manuel Pedro de Peña foi enviado a Buenos Aires para contestar a resposta negativa da Confederação (SCAVONE; BREZZO, 2013, p.49).

Em 1843, Fructuoso Rivera, na presidência do Uruguai, passou a apoiar aos farrapos e reivindicar os limites de 1777 com o Brasil, com a devolução ao Uruguai das missões do Rio Grande do Sul. Rivera também estava indisposto com a Confederação Argentina. Rosas enviou um representante, Tomás Guido, ao Rio de Janeiro para negociar um acordo. Foi firmada uma aliança com o propósito de derrubar Rivera e pacificar o sul do Brasil. Apesar de ratificada no Brasil, não foi aceita por Rosas. Revelou-se uma manobra protelatória do governador portenho, que, assim, afastou a interferência europeia no Prata, colocou Manuel Oribe no poder no Uruguai e manteve o Brasil neutro (CERVO, BUENO, 2002, p. 61). O Império considerava, então, novamente investir no Paraguai, já livre do isolamento francista.

Em outubro de 1843, José Antônio Pimenta Bueno foi nomeado Encarregado de Negócios e Cônsul Geral do Brasil em Assunção. Depois de diversas tratativas, em 14 de

setembro de 1844, o Brasil reconheceu independência paraguaia – foi o primeiro país a reconhecê-la - e assinou um Tratado de Aliança, Comércio, Navegação, Extradicação e Limites:

Reconheceram-se os limites determinados pelo Tratado de Santo Idelfonso e estabeleceu-se que seria nomeada uma comissão para demarcar a fronteira. Com isso, a república guarani restauraria o domínio sobre umas 30 mil milhas quadradas que se encontravam nas mãos de brasileiros. O governo Imperial, porém, não ratificou o acordo de limites, tornando-o sem efeito (DORATIOTO, 1998, p. 187).

Isso decorreu de uma mudança conjuntural, a nomeação, no Ministério de Negócios do Brasil, de Paulino José Soares de Sousa, um advogado das relações bilaterais fortes com o Paraguai (CERVO, BUENO, 2002, p. 112). Apesar disso, o apoio brasileiro ao Paraguai era discreto, já que o Império não se julgava forte o suficiente para enfrentar Rosas. Esse tratado não foi aprovado pelo governo Imperial, embora esse tenha cumprido o compromisso de advogar pelo reconhecimento da independência paraguaia e tenha sustentado seu próprio reconhecimento frente às reclamações da Confederação Argentina (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 51-52).

Um dos desdobramentos dos entendimentos da década de 1840 foi a cooperação militar. Pimenta Bueno, negociou com o então Barão de Caxias, Presidente da Província do Rio Grande: “o governo deste Estado quer instrutores das diferentes Armas para seu Exército. O Presidente precisa quanto antes dos ditos instrutores”, referindo-se a Carlos Antonio López (MALAN, 1988, p. 13). O acerto, inicialmente informal, foi oficializado em 1851 como uma Missão Militar Brasileira composta de quatro oficiais, dois do Exército e dois da Marinha. Ela permaneceu no Paraguai por 15 meses e foi constituída pelo Capitão Hermenegildo de Albuquerque Porto Carrero, pelo 1º Tenente João Carlos de Vilagran Cabrita, ambos da Artilharia, e pelos 2º Tenente da Armada Imperial João Soares Pinto e Francisco Domingues Caminada (MALAN, 1988, p. 13).

O período entre 1844 e 1876, foi caracterizado pela ascensão, apogeu e declínio de uma política brasileira de potência periférica e seu lugar de maior expressão foi justamente a região platina. O Império brasileiro havia consolidado seu Estado nacional e as conjunturas regional e internacional eram favoráveis. A Europa se encontrava em crise na década de 1850 e entre 1851 e 1871 enfrentaria três guerras. Os Estados Unidos estavam às voltas com sua expansão territorial e, após, com uma guerra civil. “Deve-se acrescentar a debilidade dos Estados uruguaio e argentino, ainda incapazes de articular as forças produtivas internas, e as dificuldades do Estado patrimonial paraguaio, no momento em que propôs a abertura externa” (CERVO; BUENO, 2002, p. 109).

Entre a aliança fracassada com Rosas em 1843 e a intervenção de 1852, a política platina brasileira atravessou um período de indefinição, caracterizado pela consideração de alternativas incompatíveis e a pela falta de clareza no estabelecimento de metas concretas. O fato de onze ministros de Negócios Estrangeiros terem ocupado a pasta, entre 1843 e 1849, bem ilustra essa instabilidade (CERVO; BUENO, 2002, p. 110). Tudo indica que não havia uma política brasileira para o Uruguai ou Paraguai. As ações ocorriam em função das iniciativas ou reações presumíveis de Rosas (CERVO; BUENO, 2002, p. 111). Cervo destaca como exigências para um entendimento com Rosas: obtenção do tratado de paz previsto na convenção de 1828, assegurando a independência do Uruguai; reconhecimento da independência do Paraguai; liberdade de navegação; reconhecimento dos limites de acordo com a ocupação (*uti possidetis*) da época da independência e estabelecimento do comércio regular regional

Em dezembro de 1844, o Paraguai assinou uma convenção com Corrientes sobre direito de visita, embargo e apreensão. Rosas fechou os portos da Confederação às embarcações paraguaias e rompeu o compromisso de garantir o comércio recíproco. Em julho de 1845, o governo paraguaio rechaçou qualquer possibilidade de se incorporar à Confederação Argentina. Foram intensificadas às ações paraguaias para o reconhecimento da independência. Em 1845, o Uruguai reconheceu. Em 1846, a Bolívia. Em 1847, a Venezuela e a Áustria (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 52).

Em dezembro de 1845, foi assinado um tratado de aliança com Corrientes, explícito contra Juan Manuel de Rosas. As relações se deterioraram e López declarou guerra contra Rosas em dezembro de 1845. Mas diferenças entre os aliados esvaziaram a aliança e em setembro de 1846, por mediação dos Estados Unidos, o governo paraguaio decretou o fim das hostilidades. Contudo, a mediação não seguiu e em meados de 1848, o Paraguai foi novamente bloqueado. As indefinições do Brasil, a impossibilidade de dominar as missões (que havia sido invadidas por pouco tempo em meados de 1849) e os propósitos belicosos de Rosas levaram López a propor uma acordo provisório a Rosas em outubro de 1849 (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 52-54; CERVO; BUENO, 2002, p. 114).

Em 1846, o encarregado de negócios do Paraguai, Juan Andrés Gelly, chegou ao Rio de Janeiro. Apresentou uma proposta de tratado de limites e aliança ofensiva e defensiva que não foi aceita pelo governo imperial. Apesar disso, havia apoio não formalizado, como quando em 1847, o Paraguai ocupou a ilha de Apipé, no Rio Paraná, e em 1849, quando ocupou a região das missões. O representante argentino no Rio de Janeiro reclamava de

armamentos chegavam a Assunção através do Brasil. O governo imperial alegava neutralidade e prometia tomar providências (DORATIOTO, 1998, p. 187).

Como se pode observar, López hesitava entre Corrientes, os europeus, Rosas e o Império. “Aleatoriamente, poderia unir-se a forças antagônicas para atingir seus fins, e essa possibilidade não excluía o confronto com o Império, cuja aliança buscava sem alcançar” (CERVO; BUENO, 2002, p. 113).

A partir de 1848, a diplomacia de Rosas passa a atuar no sentido de provocar um conflito com o Brasil. O representante argentino, Tomaz Guido, pediu reiteradas vezes explicações sobre pronunciamentos feitos no Parlamento do Império desfavoráveis a Rosas. As explicações eram dadas e novas eram pedidas até que, em 1850, quando o governo brasileiro recusou, Guido anunciou a ruptura de relações e se retirou para Buenos Aires no dia 11 de setembro (DORATIOTO, 1998, p. 188).

O retorno de Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, ao Ministério de Negócios Estrangeiros em 1849 marcou a adoção de uma política consistente de contenção da Argentina e de aliança com o Paraguai. Essa política envolvia também o afastamento dos europeus dos assuntos americanos. Paulino decidiu, após a retirada europeia do Prata¹¹, a intervenção contra Oribe e Rosas. A avaliação brasileira considerava que Rosas saíra fortalecido do confronto com os europeus. Controlando o Uruguai, através de Oribe, Paraguai e Bolívia seriam suas próximas presas e, talvez, o Rio Grande do Sul. Seria a reconstrução do vice-reino do Rio da Prata. A ideia, portanto, era atacar Rosas antes de sofrer um ataque. Paulino tomou uma série de medidas, entre elas, o financiamento através do Banco Mauá aos colorados uruguaios e uma aliança com Carlos Antonio López (CERVO, 2002, p. 114-115, DORATIOTO, 1998, p. 188). Em dezembro de 1850, foi celebrado um tratado de ajuda mútua em caso de ataque pela Confederação Argentina ou por seus aliados no Uruguai e para que a navegação do rio Paraná fosse livre. Tinha vigência de seis anos e foi ratificado em abril de 1851 (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 56).

Em 1º maio de 1851, Justo José de Urquiza, governador de Entre Rios, reassumiu o exercício da representação externa de sua província. Em 29 de maio, foi assinada uma aliança ofensiva e defensiva entre o Brasil, Uruguai e Entre Rios. O objetivo era expulsar Oribe e seus apoiadores argentinos e pacificar o Uruguai. Urquiza ingressou com as suas forças no

¹¹ Desde a década de 1830, a França e Grã-Bretanha estavam em conflito com a Confederação Argentina na região platina, pelo bloqueio da livre navegação. Depois de muitos incidentes, em 1849, foi assinada a Convenção Aranha-Southern entre Rosas e Grã-Bretanha que reconhecia o rio Paraná como um rio de navegação interior, sob o domínio exclusivo da Confederação. Em 1850, foi assinado um acordo no mesmo sentido com a França (DORATIOTO, 2012, p. 184).

Uruguai em 8 de junho de 1851. Em agosto, Rosas declarou guerra ao Brasil. Em outubro, os blancos se renderam a Urquiza. O governo colorado estabelecido era fraco e dependente do Brasil. Foram assinados cinco tratados que confirmavam a ascendência brasileira sobre Montevideú (DORATIOTO, 1998, p. 189). Os aliados venceram Rosas em 3 de fevereiro de 1852 na batalha de Monte Caseros, ocasião em que o Brasil ascendeu como nova potência regional, temporariamente hegemônica (CERVO, BUENO, 2012, p. 116).

Segundo Cervo, a presença brasileira, entre 1851 e 1876, caracterizou-se pela substituição das potências anteriormente dominantes e a ação do Brasil preencheu os requisitos do conceito de hegemonia:

- a) comandou pela via diplomática, um sistema de acordos e alianças favoráveis aos desígnios da vontade nacional;
- b) usou da força para dobrar a vontade dos estados platinos, quando o requeriam as circunstâncias;
- c) submeteu os mesmos Estados à dependência financeira, por meio de empréstimos e dívidas públicas;
- d) abriu-os à penetração econômica privada e garantiu o fornecimento de matérias primas indispensáveis à manutenção do seu sistema produtivo;
- e) obstou ao aparecimento de uma hegemonia concorrente no período (CERVO, 2002, p. 125).

O Brasil possuía uma gama de interesses na região platina. Com relação ao Paraguai, os interesses econômicos não eram muito fortes, uma vez que o comércio entre os países era minguido. Mas a partir da década de 1850, entraram em concorrência no comércio internacional de erva-mate (CERVO; BUENO, 2002, p. 117). Os interesses estratégicos e de segurança eram mais substanciais. O principal era a defesa da independência paraguaia, juntamente quanto ao acesso ao Mato Grosso por rio e a definição de fronteiras. Cervo considera para o balanço geopolítico da diplomacia brasileira, liderada pelos conservadores, o Uruguai tinha mais importância econômica, a Argentina, maior importância política, “[...] permanecendo o Paraguai na tradicional função de trunfo estratégico.” (CERVO; BUENO, 2002, p. 116). Um dos passos importantes foi o reconhecimento da independência do Paraguai pela Confederação Argentina.

Após a derrota de Rosas, a ascendência brasileira sobre o Uruguai era completa, Cervo fala em semiprotetorado. Com respeito à Argentina, o governo Imperial alegava neutralidade em relação a Buenos Aires e à Confederação, embora tenha contribuído financeiramente para a unidade em 1859 (CERVO; BUENO, 2002, p. 119).

Pelo protocolo de Palermo de 6 de abril de 1852, Urquiza foi autorizado a dirigir as relações exteriores da Confederação provisoriamente. Em 24 de abril, designou Santiago

Derqui, encarregado de negócios no Paraguai, com objetivo de propor um tratado de amizade, comércio e navegação a López. O tratado de Limites e navegação foi assinado em 15 de julho de 1852. Foram definidos os limites e era concedida ao Paraguai a livre navegação pelo rio Paraná e seus afluentes. Dois dias depois, em 17 de julho, Derqui reconheceu em nome da Confederação Argentina a independência do Paraguai.

Em setembro de 1855, o Congresso argentino rechaçou o tratado alegando que eram feridos os direitos da Confederação com respeito ao seu território seco e fluvial. Um novo acordo foi firmado em julho de 1865. A liberdade de navegação ficava garantida, mas a questão dos limites foi postergada (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 58-59).

Para resolver a questão do acesso ao Mato Grosso, o Brasil devia obter um acordo para a livre navegação do rio Paraguai. O governo paraguaio invocava razões militares para não efetivar um acordo sobre o tema. De forma astuta, Carlos López vinculava um acordo sobre a liberdade de navegação no Alto Paraguai à fixação dos limites entre os países. “A dificuldade principal estava precisamente na fronteira com o Mato Grosso. O governo de Assunção sustentava que o limite na margem esquerda do Paraguai devia ser o Rio Blanco, que desemboca ao norte do forte Olimpo, enquanto o Brasil entendia que tinha que ser o Rio Apa, situado mais ao sul”. A ideia do Paraguai era fazer coincidir as fronteiras a ambos os lados do rio, evitando o contato entre os dois povos, o contrabando, a emigração, a deserção e a penetração de ideias liberais no Paraguai (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 61).

Estancieiros e as próprias autoridades do Mato Grosso estimulavam os índios Guaicurús e Mbayes a efetuar incursões em propriedades paraguaias, com o fim de roubar gado, mulas e cavalos. Simultaneamente, brasileiros partindo do antigo presídio de Miranda, instalaram-se na região, onde também foram construídos fortes do Império. Em 1850, um destacamento brasileiro ocupou o ponto conhecido como Fecho dos Morros, na colina do Pão de Açúcar, na margem oriental do Alto Paraguai. Posteriormente, esse destacamento foi expulso a força por ordem de López (DORATIOTO, 1998, p. 194).

Se pleiteava os territórios com base no *uti possidetis de facto*. O governo paraguaio invocava o tratado de Santo Ildefonso e o *uti possidetis de jure*. A diplomacia imperial alegava que o tratado de Badajós anulava o de Santo Ildefonso. O fato é que as relações brasileiras paraguaias se deterioravam.

Em 1853, o representante brasileiro foi expulso de Assunção, mas as relações diplomáticas não foram rompidas. No final de 1854, o governo brasileiro enviou uma esquadra (com 20 embarcações, 130 canhões e 2 mil homens) para apoiar o almirante Pedro

Ferreira de Oliveira, que devia exigir explicações pela expulsão do encarregado de negócios brasileiro no ano anterior e negociar um tratado de limites.

Em abril de 1855, foi assinado um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Era concedida a liberdade de navegação, mas, para isso, os limites deveriam ser definidos em um ano. O tratado não foi aprovado pelo Império. López enviou José Breges para resolver a questão. Em abril de 1856, foi assinado um novo tratado que assegurava a livre navegação. Todavia, o tratado, ao condicionar a navegação a normas de controle estabelecidas pelo Paraguai, não resolveu o problema. O conselheiro José Maria do Amaral, ministro plenipotenciário ante a Confederação Argentina, foi ao Paraguai para obter a revogação do tratado e fazer novas negociações. As gestões não deram certo e a possibilidade de guerra estava no horizonte.

Em 1857, o Império enviou José Maria Paranhos como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial perante o Uruguai, a Confederação Argentina e o Paraguai. Em outubro, negociou acordos com a Confederação Argentina, que poderiam ser a base de uma aliança contra o Paraguai (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 62-63; DORATIOTO, 1998, p. 186).

Em 14 de dezembro de 1857, foi assinado um protocolo reservado que continha disposições nesse sentido. Nele, a Confederação Argentina se comprometia que, em caso de guerra, embora permanecesse neutra, permitiria o deslocamento de tropas brasileiras em direção ao Paraguai. Como a Confederação controlava o rio Paraná, o Brasil precisava do seu apoio para tomar medidas militares. Paranhos chegou a Assunção em fevereiro de 1858, onde negociou com o plenipotenciário paraguaio, Francisco Solano López, a questão da navegação fluvial. A questão de limites ficou pendente (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 64-65).

É preciso acrescentar que o Paraguai de Carlos López era materialmente muito diferente do país de Francia.

Apesar do intercâmbio mercantil mais ativo, não se tratava de uma ampla abertura comercial, pois o governo paraguaio mantinha forte controle sobre as atividades econômicas. O estado tinha o domínio da maior parte das terras rurais, que arrendava a particulares ou explorava por conta própria, determinava preços de produtos agrícolas e, desde 1846, se reservou o monopólio da exploração e comercialização de erva mate e de madeiras. O maior lucro do governo vinha da diferença do preço que o estado pagava pela erva e o preço pelo qual vendia. Parte das receitas era destinada ao aparelhamento militar, pois se concebia um conflito com os vizinhos. Iniciou-se um processo de industrialização, com o estabelecimento de uma fundição de ferro, um arsenal e um estaleiro. Houve contratação de profissionais estrangeiros, em geral, ingleses. Em 1856 foi criada uma linha de vapores para Buenos Aires, depois estendida a Montevideú. Em 1855, o país contava com cerca de quinhentos mil habitantes (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 70-71).

O ano de 1862 foi um marco na região platina. No Paraguai, Francisco Solano López ascendeu ao poder. Na Argentina, ocorreu a reunificação sob a liderança de Buenos Aires. E no Brasil, o partido liberal substituiu o conservador no governo. Nesse ano também, venceu a moratória para definição de limites do Paraguai com o Império e com a Argentina, estabelecida na década anterior (DORATIOTO, 2002, p. 39-40).

Na madrugada de 10 de setembro de 1862, faleceu Carlos António López, sendo substituído pelo vice-presidente, Francisco Solano López, que já fora nomeado seu sucessor. Solano López estava empenhado no processo de modernização iniciado por seu pai. O financiamento dessa modernização demandava a ampliação das exportações paraguaias. Assim, o território litigioso com o Brasil adquiriu importância por ser região de produção de erva-mate. O Paraguai passou a buscar um *Lebensraum*, que além do território brasileiro, incluía o porto de Montevidéu. Esse protagonismo paraguaio colocou o país em rota de colisão com a Argentina e Brasil. (DORATIOTO, 1998, p. 200).

A República Argentina foi reunificada com eleição de Bartolomeu Mitre como presidente em 5 de outubro de 1862. Buenos Aires não consistia mais em ameaça. Depois de décadas de conflito, as políticas do Império e da Argentina estavam afinadas na região platina. Mitre era favorável à livre navegação e era aliado dos colorados no Uruguai, onde se asilava na época de Rosas. Os colorados eram aliados históricos do Império. Já oposição argentina federalista buscou aliar-se aos blancos e ao Paraguai (DORATIOTO, 1998, p. 199).

Um fator que contribuiu para isso foi a ascensão dos liberais ao poder no Rio de Janeiro. Eles abandonaram a política conservadora de investir e proteger os Estados pequenos, enquanto continham a Argentina. Resolveram apostar em uma aliança com o país antes rival. Houve ruptura de relações com a Inglaterra em 1863, em função do bloqueio do Rio de Janeiro por navios ingleses para pressionar o Império a pagar indenização pelo saque de um navio inglês que naufragara no sul do Brasil. O Império pagou, mas houve uma exacerbação do espírito nacional que se voltou para o Prata, local onde era possível demonstrar grandeza em assuntos internacionais (DORATIOTO, 1998, p. 202).

O elemento catalisador das divergências foi o Uruguai governado desde 1860 por Bernardo Berro. Berro estabeleceu relações com a oposição federalista argentina, chefiada por Urquiza, permitindo que Corrientes e Entre Rios utilizassem o porto de Montevidéu. Ele também buscou minar a hegemonia brasileira no Uruguai. Em 1861, recusou-se a renovar o Tratado de Comércio e Navegação. Também estabeleceu um imposto sobre as exportações de gado em pé, atingindo os interesses dos estancieiros do Rio Grande do Sul. Assim, Berro se indispôs tanto com a Argentina, quanto com o Brasil (DORATIOTO, 1998, p. 200).

Em 1862, Berro enviou Juan José de Herrera a Assunção. “Herrera alertou Solano López sobre o perigo que estariam correndo as soberanias dos países menores, em virtude de uma suposta convivência entre Argentina e Peru para dividir a Bolívia.” (DORATIOTO, 1998, p. 200). Em 1863, após o colorado Venâncio Flores invadir o Uruguai com tropas organizadas em Buenos Aires, Herrera tornou-se o ministro das relações exteriores do Uruguai. Ele firmou aliança com o Paraguai, consagrando dois eixos de poder na região: Uruguai, Paraguai e províncias argentinas dissidentes de um lado, Brasil e Argentina do outro. Apesar disso, Solano López se recusava a fazer uma aliança formal com Urquiza, embora não recusasse de maneira formal (DORATIOTO, 1998, p. 201-202).

Desse modo, Assunção aparecia aos governos argentino e brasileiro, como elemento indispensável na solução de problemas platinos. Utilizando-se de uma aliança não concretizada, mas sempre possível, o Paraguai estabeleceria, portanto, um novo equilíbrio regional, com o qual afastaria a ameaça histórica de uma ação argentina contra a sua independência: garantiria o acesso a um porto marítimo, o de Montevidéu, e teria condições mais favoráveis para negociar as fronteiras com seus dois vizinhos (DORATIOTO, 1998, p. 201).

No início de 1864, Argentina e Uruguai romperam relações. E as relações do Brasil com o Uruguai estavam tensas. Em abril de 1864, José Antônio Saraiva foi enviado ao Uruguai para exigir respeito aos direitos dos brasileiros residentes no país e a punição de funcionários que abusaram de autoridade. O objetivo era ganhar tempo, enquanto os exércitos eram preparados na fronteira. Saraiva convenceu-se de que o Império poderia atingir seus objetivos promovendo a paz interna no Uruguai, o que implicaria uma reestruturação do governo, com o afastamento dos que se opunham aos interesses brasileiros. Saraiva entendeu-se com o governo argentino nesse sentido (DORATIOTO, 1998, p. 203).

Em 4 ago.1864, o governo Imperial apresentou um *ultimatum* ao presidente uruguaio, Atanasio Cruz Aguirre, que sucedeu Berro, no sentido de cumprir a promessa de substituir ministros blancos por colorados. Saraiva foi para a Argentina no dia 11, onde assinou um protocolo declarando a possibilidade de ambos os governos atuarem contra Aguirre, por meios lícitos. O governo uruguaio rompeu com o Brasil e o governo de Assunção protestou em nota do dia 30 de agosto contra eventual ocupação do Uruguai pelo Império e afirmou não assumir responsabilidade pelas consequências de qualquer ato de represália brasileiro. (DORATIOTO, 1998, p. 203). Em 12 de setembro, tropas brasileiras ingressaram no Uruguai, retornando alguns dias depois, e em 30 de outubro, o Império assinou o Acordo de Santa Lúcia com Venâncio Flores, estabelecendo cooperação (DORATIOTO, 1998, p. 204).

Em 10 de novembro de 1864, o vapor brasileiro Marquês de Olinda foi aprisionado por uma canhoeira paraguaia horas depois de ter saído de Assunção rumo ao Mato Grosso. No dia 13, o governo paraguaio respondeu ao pedido de explicações rompendo relações com o Império e proibindo a navegação de navios brasileiros no rio Paraguai. Foi enviado José Paranhos, ex-ministro conservador, para negociar com Buenos Aires uma ação conjunta no Uruguai em apoio a Flores (DORATIOTO, 1998, p. 204).

Em 23 de dezembro de 1864, as tropas paraguaias invadiram o Mato Grosso, território que Solano López sabia desprotegido. O objetivo era derrotar as forças brasileiras que estavam operando no Uruguai o obrigar o Império a assinar uma paz favorável à Assunção. O plano foi inviabilizado pela sucessão de Aguirre pelo *blanco* Tomás Villalba. Ele era sensível aos interesses dos comerciantes preocupados com o bloqueio do porto de Montevideu pelo Brasil em 2 de fevereiro de 1865. Assim, em 20 de fevereiro, foi firmado, com a concordância argentina, o Protocolo de Paz de Villa Unión por Paranhos, Manuel Herrera y Obes, representando Villalba e Venâncio Flores, que assumiu como presidente da república do Uruguai (DORATIOTO, 1998, p 205; SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 80). Foi a primeira aliança contra o Paraguai.

López convocou um congresso extraordinário para avaliar a situação internacional que se reuniu em 18 de março de 1865. Ele manteve a decisão de invadir o Brasil de declarar guerra à Argentina devido à “[...] indubitável a mancomunação do Governo da Confederação Argentina com o Império do Brasil para deslocar o equilíbrio político dos Estados do Prata.” (SCAVONE; BREZZO, 2013, p.80). Ao ter a permissão de passagem negada pela Argentina, invadiu Corrientes em 13 abr.1865.

Segundo Amado Cervo, López cometeu três erros básicos ao iniciar a guerra: acreditar na dissidência de Urquiza, que, começada a guerra, apoiou Mitre; contar com os blancos, que debandaram ante as tropas brasileiras; e dispersar o exército, ao invés de tomar Buenos Aires e Montevideu e negociar em uma posição de força (CERVO; BEUNO, 2002, p, 123). Por outro lado, Brasil e Argentina não acreditavam que o Paraguai, de fato, fosse entrar em guerra.

Segundo Doratioto, Solano López desencadeou a guerra contra o Brasil e contra Argentina devido a uma percepção errônea do poder nacional paraguaio. “Erro esse compreensível em uma cultura política como a paraguaia, ditatorial e isolacionista. O Paraguai sequer possuía um serviço exterior, carecendo, portanto, aquele governante de informações estratégicas, que reduzissem os riscos de implementar uma política ativa para o Prata”. O Paraguai dispunha apenas de um cônsul na cidade de Paraná e agentes comerciais

em Buenos Aires e Montevideu. Não havia instituições estatais organizadas que auxiliassem López a tomar decisões internas ou externas (DORATIOTO, 1998, p, 208).

Nos meses que se seguiram, foi se articulando uma nova aliança pela qual Argentina e Brasil exerceriam uma hegemonia conjunta na região platina. O tratado da Tríplice Aliança foi assinado em Buenos Aires em 1º maio 1865 por Argentina, Uruguai e Brasil.

Não iremos narrar aqui os episódios da Guerra do Paraguai. Há ampla bibliografia a esse respeito. Todavia, há que comentar algo a respeito do denominado revisionismo a respeito da guerra que passou a ocorrer a partir da década de 1960. Tais interpretações apontavam o imperialismo britânico como causador do conflito. O despotismo de López foi pintado com tintas anti-imperialistas:

A Guerra do Paraguai, para esse revisionismo, resultou do confronto premeditado entre duas estratégias de crescimento econômico: a do país guarani, sem vinculação com os centros capitalistas, e as da Argentina e do Brasil, baseadas no ingresso de recursos financeiros e tecnológicos estrangeiros. Estes dois países, por essa interpretação, teriam sido manipulados pela Grã-Bretanha para aniquilar o desenvolvimento autônomo paraguaio, abrindo um novo mercado consumidor para os produtos britânicos e fornecedor de algodão para as indústrias têxteis inglesas (DORATIOTO, 1998, p. 208-209).

Curiosamente, essa versão foi adotada tanto pela ditadura de Alfredo Stroessner, numa tentativa de criar uma identificação entre o seu governo e o de López, quanto por historiadores marxistas, como León Pomer e Júlio José Chiavenatto¹².

Francisco Doratioto desconstrói essa versão em seu trabalho *Maldita Guerra*, mostrando ser fantasiosa a imagem de que o Paraguai pré-1865 promoveu sua industrialização a partir de dentro, com seus próprios recursos, sem depender dos centros capitalistas, a ponto de supostamente tornar-se ameaça aos interesses da Inglaterra no Prata. Na verdade, o projeto de industrialização, muito incipiente, iniciado por Carlos Antonio López contou, predominantemente, com capital britânico. Igualmente é fantasiosa a apresentação do Paraguai como um Estado onde haveria igualdade social e educação avançada. “A realidade era outra e havia uma promíscua relação entre os interesses do Estado e da família López, a qual soube se tornar a maior proprietária privada do país enquanto estava no poder.” (DORATIOTO, 2002, p. 30). Essa visão tem sido corroborada em estudos mais recentes¹³.

¹² POMER, Leon. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global, 1980; CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense: 1981.

¹³ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: memórias e imagens*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003; MENEZES, Alfredo da Mota. *A Guerra é nossa: a Inglaterra não provocou a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Contexto, 2013.

Durante a guerra, as opiniões públicas da Europa e da América manifestavam uma simpatia especial pelo Paraguai, que lutava contra três países e permanecia bloqueado no interior do continente. Os Estados beligerantes fizeram propaganda de suas causas na imprensa europeia e americana (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 83). Os governos europeus se mantiveram neutros. No caso da Grã-Bretanha havia alguma simpatia pelos aliados por parte dos seus agentes diplomáticos no Prata que os viam como representantes do progresso e da civilização contra o retrocesso e a barbárie (SCAVONE; BREZZO, 2013, p.84). O representante britânico em Buenos Aires, Edward Thornton, se ofereceu não oficialmente para auxiliar a reconciliação entre as partes, o que foi recusado. Em 1867, G. F. Gould, secretário da legação britânica em Buenos Aires ofereceu também mediação para o fim da guerra, também recusada (DORATIOTO, 1998, p. 210). Comerciantes e banqueiros favoreceram a Tríplice Aliança, mas era uma questão de negócios.

Os Estados Unidos foi o único país que manteve uma legação no Paraguai durante a guerra. França, Itália e Portugal tinham agentes consulares. Embora demonstrasse simpatia pelo Paraguai, o governo de Washington considerava que não devia se envolver no conflito, pois não tinha nenhum interesse direto nele (SCAVONE; BREZZO, 2013, p.84).

Bolívia, Chile, Equador e Peru ofereceram mediação em 1866, através dos representantes chileno e peruano em Buenos Aires. Foi recusada. Em 1866, Peru e Bolívia protestaram contra o Tratado de Tríplice Aliança. A Bolívia protestava contra a cláusula que considerava que, após a vitória, o Chaco Boreal iria para a Argentina. A reclamação foi respondida, com a salvaguarda dos interesses bolivianos (SCAVONE; BREZZO, 2013, p.86). Em 1868, houve uma última tentativa de mediação por parte da Bolívia e do Chile que não foi aceita.

O Tratado da Tríplice Aliança estabelecia que, terminada a guerra, seriam garantidas a independência, a soberania e a integridade territorial do Paraguai. Quanto ao território, a integridade era o que restasse depois da aplicação do artigo 16 pelo qual a Argentina ficaria com todo o Chaco Boreal, terras à margem direita do rio Paraguai, até a Bahía Negra na fronteira com o Mato Grosso, e a margem esquerda do Paraná até o rio Iguaçu, ou seja, a área das missões. Ao Brasil caberia o território há anos litigioso, ficando estabelecida a fronteira pela linha do rio Igurei, serra do Maracajú e pelos rios Apa e Paraguai (DORATIOTO, 1998, p. 211).

O Conselho de Estado do Brasil se opôs à cláusula referente ao Chaco Boeral, por ser contrária à política tradicional brasileira de manter a independência do Paraguai e separar a fronteira brasileira da argentina. Afirmava que a melhor solução seria a fronteira paraguaio-

argentina estabelecida pelo rio Pilcomayo, o que acabou ocorrendo no pós-guerra. A deposição de armas ocorreria somente após a derrubada de López. Terminado o conflito, o Paraguai deveria indenizar os gastos de guerra feitos pelos governos aliados, bem como os danos e prejuízos às propriedades públicas e particulares (DORATIOTO, 1998, p. 212).

A confluência de interesses entre Argentina e Brasil terminou ainda antes do conflito armado. Em 1868, Mitre foi substituído por Faustino Sarmiento, contrário à aliança. O partido conservador reassumiu o governo no Brasil e retomou a tradicional política de contenção da Argentina. Para Doratioto,

Essa aliança [...] não sobreviveu à vitória militar sobre Solano López e à realização dos objetivos específicos de cada um dos aliados. A vontade individual e a convergência ideológica de homens de Estado argentinos e brasileiros não se impuseram à desconfiança estrutural entre os dois países. Esta era uma verdadeira ‘força profunda’, coletiva. (DORATIOTO, 1998, p. 214).

Em janeiro de 1869, o Exército Brasileiro ocupou Assunção. A guerra estava perdida para o Paraguai, mas Solano López continuou lutando até ser morto em 1º de março de 1870, em Cerro Corá.

“A derrota para a Tríplice Aliança significou para o Paraguai a ruptura de um modelo de crescimento econômico que lançara as bases para uma formidável expansão capitalista.” (DORATIOTO, 1998, p. 214). O Estado nacional paraguaio foi destruído, com perda de recursos econômicos, territórios e população. A Argentina, além dos ganhos territoriais, saiu fortalecida politicamente com eliminação dos aliados externos da oposição federalista a Buenos Aires e economicamente com a venda de suprimentos para as forças imperiais. Para o Império, a guerra marcou o apogeu e o início da decadência.

2.4 O ESTADO LIBERAL

O período do Estado liberal paraguaio ocorreu entre 1871 e 1836.

2.4.1 Preponderância brasileira

Em fevereiro de 1869, Paranhos foi enviado ao Paraguai com o objetivo de estabelecer um governo provisório, com o qual fosse possível celebrar a paz. Por trás disso, estava o retorno da política de contenção da Argentina e o receio que esse país tentasse ameaçar a independência do Paraguai. O governo Imperial estava convencido de que a Argentina pretendia

anexar o Paraguai. O governo argentino, por sua vez, julgava que o Brasil estabeleceria um protetorado sobre o país (DORATIOTO, 1998, p. 216).

Em março de 1869, foi formada uma comissão paraguaia que foi para Buenos Aires em abril. No início de junho, se chegou a um acordo para a criação de um governo provisório, formado em agosto por Cirilo Antonio Rivarola, Carlos Loizaga e José Dias de Bedoya.

Ainda em 1869, ocorreu um problema diplomático grave, quando o norte-americano Eduardo Hopkins, que se instalara no Chaco para explorar madeira, recusou-se a pagar impostos para as autoridades paraguaias, alegando ser argentino o território. Aproveitando o pretexto, o comandante militar argentino, Emilio Mitre, instalou uma guarnição militar na Villa Occidental. O governo Imperial defendeu a titularidade paraguaia desse território. Mas a disputa iria se estender pelos próximos anos (DOATIOTO, 1998, p. 216-217).

Em junho de 1870, os representantes da Tríplice Aliança e do governo provisório assinaram um protocolo no qual se formalizou o acordo preliminar de paz e se acordou que tratados definitivos seriam celebrados depois de eleito o governo permanente do Paraguai. Foi ratificada a aceitação em geral do tratado da Tríplice Aliança, mas reservando-se para os arranjos definitivos a faculdade de formular modificações no interesse na república, no sentido de sustentar seus direitos territoriais. O protocolo anulava, assim, a intangibilidade do tratado da aliança e segundo Scavone e Brezzo foi um triunfo da política traçada pelo Brasil (SCAVONE; BREZZO, 2013, p.87-89).

Em novembro de 1870, reuniu-se uma Convenção Nacional Constituinte que aprovou uma nova Constituição e elegeu Cirilo Antonio Rivarola como presidente entre 1870-1874. “A Constituição de 1870, que vigoraria durante sete décadas, representou uma reação contra o sistema político vigente até a guerra, assim como a incorporação jurídica ao país das ideias liberais consagradas formalmente nos demais Estados do Prata.” (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 89).

O país permaneceu ocupado pelas forças da Tríplice Aliança e teve de enfrentar negociações não equitativas com os aliados. As diferenças entre os antigos aliados davam ao Paraguai alguma margem de manobra. Mas um complicador para o estabelecimento dos limites foi a perda da documentação durante a guerra, em saques e traslados. Grande parte do arquivo do Ministério das Relações Exteriores tinha sido apropriada pelo Brasil (SCAVONE, BREZZO, 2013, p. 90).

O impasse sobre a questão do Chaco colocou Argentina de um lado e Brasil e Uruguai do outro. Nesse contexto, o presidente paraguaio, Salvador Jovellanos (Rivarola renunciara em novembro de 1871), propôs que Brasil e Paraguai iniciassem as negociações de paz.

Em janeiro de 1872, o Barão de Cotegipe celebrou com o plenipotenciário paraguaio, Carlos Loizaga, os Tratados de Paz, Limites, Amizade, Comércio e Navegação, ou seja, a paz em separado da Aliança. Estabeleceu-se a paz entre os dois países e o Paraguai assumiu a dívida de guerra, bem como a indenização por danos e prejuízos causados a particulares. A navegação nos rios Paraná e Paraguai foi liberada por completo. O exército imperial permaneceria no Paraguai nos próximos cinco anos, para “manter a ordem e a boa execução dos ajustes celebrados”. Inviabilizou-se, assim, uma ação militar argentina para garantir a posse do Chaco, uma vez que essa iniciativa seria hostil ao império (DORATIOTO, 1998, p. 219). E foi fixada a linha divisória entre os dois países.

O território do Império do Brasil está separado da república do Paraguai pelo leito ou canal do rio Paraná, a partir do lugar onde começam as possessões brasileiras na embocadura do Iguazu até o Salto Grande de las Sete Caídas do mesmo rio Paraná. Do Salto Grande de las Sete Caídas a linha demarcatória continua pela crista da Sierra de Mbaracayú até o ponto em que essa termina¹⁴.

A paz em separado, que era vedada pelo Tratado da Tríplice Aliança, posicionou o Brasil favoravelmente em relação à Argentina no Paraguai (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 91). A Argentina não estava em condições de levar adiante a disputa com o Brasil. Para buscar uma saída negociada, enviou o ex-presidente Bartolomeu Mitre ao Brasil. Bolívia e Chile também interferiram nas negociações, tentando utilizar o Império a seu favor. Apesar do contexto desfavorável, Mitre conseguiu que o governo do Brasil reafirmasse a vigência do Tratado da Tríplice Aliança e se comprometesse em apoiar as negociações entre Paraguai e Argentina. Mitre, em seguida, foi a Assunção, mas não conseguiu acertar os limites com o Paraguai.

O Uruguai também assinou tratados bilaterais com o Paraguai em agosto de 1873. O objetivo dos uruguayos era obter uma cláusula de nação mais favorecida e substituir Buenos Aires no fornecimento de mercadorias a Assunção (DORATIOTO, 1998, p 221).

Entre agosto de 1872 e junho de 1874, ocorreram os trabalhos de demarcação de limites paraguaio-brasileiros. Foram colocados seis marcos entre a foz do rio Apa e a foz do rio Iguazú no Paraná (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 99). Em maio de 1876 teve início a retirada das tropas brasileiras.

Em 1878, os Estados Unidos arbitraram a questão de limites com a Argentina. Em novembro, foi decidido que o Paraguai tinha legal e justo título ao território entre os rios Pilcomayo Verde, assim como à Villa Occidental compreendida dentro dele. A Argentina

¹⁴ Para uma discussão minuciosa sobre as fronteiras do Brasil com o Paraguai ver: (GOES FILHO, 1999).

acatou a sentença e o ato de devolução ocorreu em maior de 1879 (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 96).

Para o Brasil,

[...] determinadas as fronteiras com a República paraguaia, de modo favorável ao Brasil; garantido o acesso fluvial ao Mato Grosso, graças à livre navegação do rio Paraguai; reafirmada a existência de um estado paraguaio independente e sua soberania sobre o Chaco acima do rio Pilcomayo, atingiu o governo imperial seus objetivos maiores quanto à Assunção. (DORATIOTO, 1998, p. 225).

Declinou a importância do Uruguai e Paraguai para a política externa brasileira. A monarquia enfrentava graves problemas internos - déficits orçamentários, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a questão militar, as divergências com a Igreja e o fortalecimento da oposição republicana - e a Argentina não ameaçava mais a independência dos países menores.

A Argentina, por sua vez, investia em sua relação com o Velho Mundo, tornando-se uma grande exportadora de carnes e de cereais. Os governantes argentinos, mesmo desejosos da posição proeminente no Prata, atuaram na região com o cuidado de não turvar as relações com o Brasil (DORATIOTO, 1998, p. 225-226).

A Argentina se impunha na região, mais pelo desenvolvimento econômico, do que por possuir uma estratégia nesse sentido. Assim se resolveu a rivalidade com o porto de Montevideu: “A economia paraguaia era satelizada pelo mercado argentino e o porto de Buenos Aires, ao se modernizar rapidamente, refletindo a superioridade econômica argentina, impôs-se ao de Montevideu.” (DORATIOTO, 1998, p. 226-227).

Para reconstruir o país, houve dois momentos no pós-guerra. No primeiro, o governo optou por incentivar a imigração e entrada de capitais externos, tanto sob a forma de empréstimos, como através de inversões diretas. Num segundo, houve a venda massiva de terras públicas. A incorporação de braços europeus ajudaria o repovoamento do país e faria crescer a produção agrícola, bem como aumentaria o rendimento da força de trabalho nativa. Esse plano fracassou já na década de 1870. As emissões de bônus paraguaios entre 1871-1872, renegociados com pouco êxito em 1875, teve escassos efeitos nas finanças do Estado. Houve tentativas de migração europeia em 1870, com uma colônia alemã, e em 1873 com uma colônia britânica. O fracasso das colônias alimentou no exterior a lenda sobre a inadequação do Paraguai para receber imigrantes europeus (BREZZO, 2010, p. 207-208).

A agricultura perdeu a força durante as duas décadas finais do século XIX, com níveis mais baixos do que os alcançados no pré-guerra. A atividade econômica não se diversificou

nas primeiras décadas após a guerra e seguiu em torno dos produtos tradicionais de comércio exterior paraguaio. A principal fonte de receitas do estado eram os impostos alfandegários.

Foi nessa conjuntura que iniciou o processo de venda massiva de terras públicas e das plantações de erva-mate, o que se concretizou com as leis de 1883 e 1885. Esse processo ocorreu durante o governo Bernardino Caballero, entre 1880 e 1886. A maior parte das terras era vendida para especuladores e investidores argentinos, bem como para políticos paraguaios que depois as vendiam para estrangeiros. Não foram aproveitadas para produção intensiva, mas para a especulação e atividade extrativista de madeiras e erva-mate. O resultado foi o latifúndio com proprietários ausenteados e a maioria da população relegada à condição de peões (SCAVONE; BREZZO, 2013, p.103-105, BREZZO, 2010, p. 209).

No início do século XX, houve algum efeito produtivo com a instalação no Chaco das indústrias de elaboração do extrato de quebracho e tanino, utilizados nos curtumes de pele e coros. A indústria do tanino acentuou a conexão entre Paraguai e Argentina, através das empresas e capitais argentinos que predominavam nessa atividade. “O efeito mais importante desta atividade econômica foi a habilitação dos territórios desertos do Chaco para a exploração pecuarista e, posteriormente, para a colonização.” (SCAVONE; BREZZO, 2013, p.106).

Por volta de 1915, teve impulso a indústria de carne com a instalação dos primeiros frigoríficos, mobilizando a atividade pecuarista, mas tanto as indústrias de tanino, como os frigoríficos eram operados por capital estrangeiro.

Pouco antes da proclamação da República no Brasil, foram fundados os dois partidos que são dominantes até hoje na política paraguaia. No período em que se formou o governo provisório pós-guerra organizaram-se dois grupos, o Club del Pueblo e o Club Unión. Do Club Unión, formado por conservadores, antigos seguidores de Solano López e emigrados antiliberais, originou-se a Associação Nacional Republicana, o Partido Colorado, em 1887. A partir do Club Unión, nasceu, no mesmo ano, o Centro Democrático, ou Partido Liberal. Como apenas 14% dos paraguaios eram alfabetizados, os partidos escolheram as cores vermelha e azul para se identificarem. As diferenças entre os dois partidos eram mais no plano do discurso do que no plano concreto, sendo ambos caracterizados pelo personalismo e oportunismo. Os colorados acusavam os liberais de serem “legionários”, referência à participação de muitos na *Legión Paraguaya*, que lutou ao Lado da Tríplice Aliança na Guerra (DORATIOTO, 2012, p. 32-33; FLECHA, 2012, p. 135-136). Chamar alguém de legionário é uma ofensa até hoje no Paraguai. Historicamente, o Partido Colorado sempre foi mais simpático ao Brasil e o Liberal, à Argentina.

O Paraguai, após a guerra, tornou-se um centro de produção e armazenamento de produtos primários dependente de Buenos Aires. Os produtos de exportação iam para Buenos Aires e dali eram reexportados como despachos argentinos. Uma grande parte das importações de produtos manufaturados também vinha de lá, ficando com o comércio portenho os lucros de intermediação. No final do século XIX, a Argentina absorvia entre 60 e 80% das exportações paraguaias. O tráfego dava-se pelos rios Paraguai e Paraná, sendo o transporte monopolizado por empresas argentinas, que exploraram a dependência paraguaia da navegação fluvial.

As negativas argentinas para melhorar as condições de acesso para a produção do Paraguai e a dependência econômica reatualizaram na consciência paraguaia o peso da mediterraneidade e a imagem da Argentina como responsável por sua prostração e por obstaculizar sua reconstrução econômica. (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 107-108).

Em julho de 1916, foi assinado entre Paraguai e Argentina um tratado de livre comércio, que implantava um regime de ampla e recíproca liberação tarifária, que encaminhava uma união aduaneira. O tratado foi obstaculizado pelos industriais argentinos dos ramos de erva-mate, açúcar e tabaco. Acabou não sendo aprovado. (SCAVONE, BREZZO, 2013, p. 108). Como os produtos paraguaios competiam com os argentinos, o governo de Buenos Aires fazia de tudo para tornar a economia do Paraguai menos competitiva. Por exemplo, em 1917, quando um frigorífico norte americano que operava no Paraguai começou a exportar carne congelada, as autoridades argentinas confiscaram os carregamentos com a desculpa de que os regulamentos sanitários haviam sido violados. Assim, o Paraguai teve que sair do mercado da carne congelada, ficando somente com a carne seca e o extrato de carne (MORA, 1993, p. 72). Na década de 1920, ampliou-se a dependência, com novas medidas protecionistas e restrições às exportações paraguaias.

Entre os historiadores, é consenso que uma primeira fase após a Guerra do Paraguai, entre 1870 e 1904, teria sido marcada por uma ascendência brasileira na política paraguaia, ainda que em declínio, e uma esmagadora presença argentina nos campos econômico e cultural (DORATIOTO, 1998, p. 227; MORA, 1993, p. 69; SCAVONE; BREZZO, 2013, p.110). Após, até 1936, a influência argentina seria dominante em todos os campos, com um afastamento em relação ao Brasil.

No período entre 1889 a 1902 houve uma continuidade da política externa da república brasileira em relação à política externa imperial. O fim do Império, com a deposição de Dom Pedro II, não implicou em inovação das relações com o Paraguai. A notícia da proclamação da República no Brasil foi recebida com entusiasmo no Paraguai. A monarquia

era vista como exótica entre as repúblicas latino-americanas e responsável pelo expansionismo brasileiro em detrimento das repúblicas (DORATIOTO, 2012, p. 26-27).

Durante o governo de Deodoro da Fonseca não houve nenhum fato importante em relação ao Paraguai, além de questões relativas a notas promissórias não pagas durante a Guerra da Tríplice Aliança e sobre a dívida de guerra paraguaia e com o estado brasileiro (DORATIOTO, 2012, p. 27).

No governo do Marechal Floriano Peixoto, em 1894, houve uma interferência direta na política do Paraguai com o incentivo ao golpe que derrubou o presidente Juan Gualberto González com o intuito de inviabilizar a candidatura de José Segundo Décaud e favorecer a de Bernardino Caballero. Décaud era visto como um partidário da influência argentina. Segundo Doratioto, essa foi uma iniciativa pessoal de Floriano Peixoto, informado pela Legação brasileira em Assunção e impregnado dos temores militares dos avanços argentinos. Desempenhou papel fundamental o representante brasileiro em Assunção, Amaro Cavalcanti, que financiou a oposição a Décaud e tramou com o general Juan Bautista Egusquiza o golpe quem inviabilizou a candidatura de Décaud (DORATIOTO, 2012, p. 48-52). Mora considera Décaud um dos poucos políticos do período que conseguiu preservar certo grau de independência ante a dominação estrangeira (MORA, 1993, p. 69).

Os dois primeiros governos civis, Prudente de Moraes (1894-1898) e Campos Sales (1898-1902) pouco fizeram em relação ao Paraguai, em função das disputas internas e da crise financeira. Interessante que, já em 1894, o secretário Antonio Nunes Pereira, exercendo interinamente a chefia da Legação no Paraguai alertou a Chancelaria para a necessidade de o Brasil oferecer uma alternativa para o escoamento de produtos paraguaios em relação à Argentina. Sugeriu uma ferrovia do lado brasileiro que ainda incorporaria o distante Mato Grosso ao Brasil (DORATIOTO, 2012, p. 53).

Em março de 1899, correu em Assunção a notícia de que um grupo republicano brasileiro defendia o perdão da dívida da Guerra do Paraguai, o que motivou uma manifestação de cinco mil pessoas em frente à Legação Brasileira. O governo brasileiro frustrou o intento. O chanceler Olyntho Magalhães justificou que o perdão da dívida era uma prerrogativa do Congresso, mas mesmo que não fosse o Executivo não o faria. Eram duas as justificativas. A dívida era vista, do ponto de vista geopolítico como uma garantia da independência paraguaia. Em caso de uma anexação argentina, o governo brasileiro cobraria a dívida imediatamente. Por outro lado, internamente, seria difícil justificar o perdão frente à opinião pública brasileira, com a economia em crise (DORATIOTO, 2012, p. 74).

Entre 1902 e 1912, a política externa brasileira esteve sob o comando de José Maria Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Além de conhecer profundamente os países platinos, era filho de José Maria Paranhos, o Visconde do Rio Branco, expoente da política do Império e conhecedor do Paraguai, onde estivera em missões diplomáticas em 1858 e entre 1869 e 1871. A política externa do Barão do Rio Branco tinha como princípios básicos a não intervenção nos assuntos internos dos países vizinhos, apoiar governos legais e estabelecer uma *entente* com a Argentina. A ideia era estabelecer uma liderança brasileira, sem imposições aos países da região, de modo que o Brasil viesse a figurar como intérprete entre os vizinhos e as grandes potências. Para isso, os países sul-americanos não poderiam ver o Brasil como uma ameaça. Para que isso funcionasse, uma *entente* com a Argentina era fundamental.

2.4.2 Preponderância Argentina

Assim, em 1904, quando o Partido Liberal, apoiado pelo governo argentino, depôs o presidente Juan Escurra, o Brasil não interveio, rompendo, assim, a tradição diplomática brasileira de conter a influência argentina no Paraguai. O Barão do Rio Branco se manifestou diversas vezes nesse sentido durante o processo que levou ao golpe, no sentido que “nas ocasiões de crise interna, devemos prestar sempre o nosso apoio moral aos governos legais dessa República”. O Brasil, assim, recusou a venda de armas para o governo colorado alvo da conspiração. A revolução de 1904, segundo Doratioto, o único movimento realmente popular no Paraguai independente, terminou em 12 de dezembro de 1904 com a assinatura do Pacto de Pilcomayo. Houve um arranjo com a cessão de dois ministérios para os colorados, uma suposta atenção ao ministro do Brasil, que logo se revelou enganosa (DORATIOTO, 2012, p. 116-122). Para Mora, a revolta de 1904 foi motivada pela divisão em facções do Partido Colorado e marcou o início de quatro décadas nas quais “[...] a Argentina estaria por trás de cada golpe e de cada rebelião tomando abertamente partido.” (MORA, 1993, p. 72).

Para Doratioto, o Barão era de uma geração que, em função da partilha imperialista da África e Ásia, tinha temor obsessivo de que o Brasil sofresse uma invasão das potências expansionistas, perdendo a sua autonomia ou parte do território. Para esses intelectuais, os países da América Latina só sobreviveriam se contassem com estruturas estatais respeitáveis e se tirassem proveito das rivalidades imperialistas. Daí a postura defensiva e pacifista do Barão (DORATIOTO, 2012, p.113). Houve um período de grande cordialidade com a Argentina e se falou até em cooperação

Com respeito ao Paraguai, o Barão era cauteloso, tendo declarado que desde 1869 havia tratado de perto com políticos paraguaios e “pude assim mesmo apreciar a inconstância de sentimento de alguns e a duplicidade de outros”. Apesar da desconfiança, cultivava uma postura de respeito pelo país menor, como se observa nessa citação:

A nossa política deve continuar a ser de abstenção nos negócios internos do Paraguai sem, todavia, deixar de concorrer com os conselhos da nossa amizade, embora nem sempre correspondida, para que os recursos desse país, digno de melhor sorte, não sejam malbaratados em lutas intestinas. A violência chama a violência. Só uma política de moderação e concórdia poderá trazer a calma de que precisa esse povo para se entregar às obras de paz, únicas de que podem resultar a felicidade e o engrandecimento das nações. (DORATIOTO, 2012, p. 115).

De acordo com Doratioto, a *entente* não funcionou, pois a Argentina não aceitava a liderança brasileira: era superior ao Brasil nos planos econômico e militar e tinha sólidas relações com Grã-Bretanha. Esse período foi marcado pelo “argentinismo” dos governos do Paraguai, com destaque para o governo de Benigno Ferreira, entre 1906 e 1908. Um indicativo do declínio da influência brasileira foi uma diminuição de status da Legação brasileira, que até então sempre fora chefiada por um ministro residente e plenipotenciário, o cargo mais alto da carreira diplomática brasileira até 1905, e em 1907 passou a ser chefiada por um primeiro secretário (DORATIOTO, 2012, p. 141). Novamente retornou a questão do perdão da dívida de guerra. O encarregado da legação brasileira, Félix Bocayúva, que considerava a dívida “incobrável”, sugeriu o perdão como uma forma do Brasil recuperar o terreno perdido no Paraguai. Além disso, o Brasil se anteciparia à Argentina que, caso concedesse o perdão de sua dívida, daria o “golpe decisivo” para impor-se ao Paraguai. A ideia do encarregado era negociar o perdão da dívida em troca de benefícios comerciais para o Brasil. Rio Branco respondeu argumentando que a dívida era uma garantia de independência do Paraguai (DORATIOTO, 2012, p. 143). Bocayúva, alías, tinha uma coluna no jornal *El Diario*, por-voz dos liberais radicais, onde sob o pseudônimo de *Corresponsal*, escrevia a coluna *Vida Brasileña*, para mostrar o progresso pelo qual o Brasil passava (DORATIOTO, 2012, p. 144).

O período entre 1909 e 1912 foi conturbado, com a dissensão entre os liberais produzindo golpes que resultaram na guerra civil de 1911-1912. As relações com o Brasil continuavam frias. Melhoraram um pouco com a ascensão em janeiro de 1911 de Albino Jara, em função de um golpe militar. O governo brasileiro conseguiu chegar a um acordo no sentido de solucionar por arbitragem eventuais divergências entre os países, com a assinatura da *Convenção de Arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e o Paraguai em 24 de*

fevereiro de 1911, e de conectar os telégrafos brasileiro e paraguaio (DORATIOTO, 2012, p. 180).

Nesse período conturbado, Rio Branco buscou, em vários momentos, uma posição comum, para evitar apoios externos às partes em luta no Paraguai. Em geral, os dissidentes do governo se exilavam em Buenos Aires e de lá tramavam golpes e conspirações. Rio Branco não só expressava a neutralidade brasileira como também pressionava a Argentina no sentido de manter neutralidade (DORATIOTO, 2012, p. 188).

Segundo Doratioto, a guerra civil de 1911-1912 foi um dos momentos políticos mais anárquicos da história do Paraguai. Foi o resultado da luta entre facções do Partido Liberal. Houve oportunidade de ingerência tanto do Brasil, quanto da Argentina, uma vez que ambas as partes em luta buscavam o apoio externo.

Albino Jara foi derrubado em julho de 1911 e Liberato Marcial Rojas foi empossado como presidente provisório. Rojas enfrentou várias sublevações e foi derrubado em fevereiro de 1912. Sucedeu-o Pedro Peña que ficou apenas 21 dias na presidência, tendo sido derrubado pelas forças comandadas por Manuel Gondra. Foi então nomeado presidente Emílio González Navero, que tinha Gondra e o liberal radical Eduardo Schaerer no seu Ministério. Enquanto isso, Albino Jara, que se encontrava na Argentina, retornou ao Paraguai pela cidade de Encarnación e sublevou os quartéis da cidade, rumando para Assunção. Mal armado, Jara foi morto em 12 maio 1912 em Kaí Puente. Em 15 ago. 1912, assumiu a presidência Eduardo Schaerer (FLECHA, 2012, p. 181-182).

Diante da guerra civil, Rio Branco manteve o princípio da neutralidade quanto aos assuntos internos do Paraguai. Segundo Doratioto, o governo argentino de Sáenz Peña também manteve essa postura, tendo havido uma atuação de comum acordo, com a manutenção da neutralidade, mas garantindo os interesses de seus cidadãos, bem como a livre navegação do rio Paraguai. Segundo esse autor, nem sempre os representantes militares e diplomáticos dos dois países mantinham essa neutralidade (DORATIOTO, 2012, p. 198). Já Frank O. Mora (1993, p. 72) afirma que a Argentina apoiou abertamente a facção schaerista.

Com o liberalismo radical no poder, o Paraguai viveu certa estabilidade política até 1922, quando ocorreria nova guerra civil. Nesse período, as relações com o Brasil tiveram dois momentos: distanciamento até 1917 e, após, uma lenta reaproximação. A Argentina, nesse período, ao satelizar a economia paraguaia e ter ascendência sobre os liberais radicais, tornara-se hegemônica no país (DORATIOTO, 2012, p. 243).

As relações entre os países da região platina nesse período eram boas. Em 15 maio 1915, Brasil, Argentina e Chile assinaram o Tratado do ABC, pacto para a resolução

pacífica dos conflitos. Não era uma aliança, mas despertou desconfiança nos outros países da região e também no governo norte-americano (DORATIOTO, 2012, p. 243-244).

A gestão de Lauro Müller, que sucedeu Rio Branco falecido em 10 de fevereiro de 1912, foi uma continuidade da gestão do Barão. Müller foi substituído no Ministério das Relações Exteriores, em 1917, por Nilo Peçanha, decisão do presidente Venceslau Brás. Lauro Müller defendia a neutralidade da Primeira Guerra e foi acusado de ser germanófilo (DORATIOTO, 2012, p. 251). Essa mudança marcou a adoção de uma política mais ativa do Brasil em relação aos países vizinhos.

Um dos primeiros atos do novo plenipotenciário brasileiro, Antonio de Brienne do Nascimento Feitosa, foi convidar políticos colorados para a recepção de 15 de novembro, embora tenha sido desaconselhado por colegas do corpo diplomático. O Partido Colorado era considerado “brasileiro e opositor ao governo”. Nos meses seguintes, Feitosa se empenhou em melhorar as relações do Brasil com o Paraguai (DORATIOTO, 2012, p. 252-253).

No contexto da controvérsia de limites com a Bolívia, que levou à Guerra do Chaco na década de 1930, Nilo Peçanha levantou a hipótese de que o Brasil poderia perdoar a dívida da Guerra do Paraguai se este concedesse um porto no rio Paraguai para a Bolívia. Feitosa chegou a conversar sobre o assunto com políticos paraguaios. A ideia era fazer parecer que eram os paraguaios que propunham. A intenção, que era para permanecer secreta, foi publicizada por meio de um discurso de um deputado. Houve violenta campanha contrária à iniciativa de Peçanha. Uma fonte da Legação brasileira informou o governo de que a campanha seguia a orientação da Argentina. Além disso, políticos colorados não desejavam o perdão, pois ele fortaleceria o partido Liberal no poder. Nilo Peçanha acabou desistindo da ideia (DORATIOTO, 2012, p. 255-257).

Os relatórios de representantes brasileiros e argentinos desse período demonstram que havia grande preocupação com o eventual alinhamento dos países menores em caso de conflito entre Argentina e Brasil. Para os argentinos se supunha que o Uruguai e a Bolívia se alinhariam com o Brasil (daí o governo argentino não querer o fortalecimento da Bolívia) e o Paraguai, à Argentina (DORATIOTO, 2012, p. 258). Mas a visão, de ambas as partes, era bastante pragmática. Veja-se a observação de José Cantillo, representante argentino em Assunção nesse período, que viria a ser ministro das Relações Exteriores da Argentina entre 1938 e 1940. Cantillo comentou que a preeminência argentina no Paraguai decorria de vinculações econômicas, geográficas, culturais e políticas entre os dois países, mas que “[...] os homens públicos do país guarani, quando se alinharam com o Brasil ou com a Argentina, o fizeram visando obter vantagens para seus objetivos políticos internos e nunca como resultado

de uma adesão profunda, pensada e definitiva a um ou outro dos países vizinhos.” (DORATIOTO, 2012, p. 253).

Ao iniciar a Primeira Guerra mundial, o Paraguai declarou a sua neutralidade no conflito. Enquanto a guerra se mantinha no continente europeu, o Paraguai experimentou apenas seus efeitos econômicos. Com a interrupção das comunicações e intercâmbios, houve a diminuição das receitas aduaneiras. Com o início da guerra de submarinos em janeiro de 1917 pela Alemanha, os Estados Unidos romperam relações com esse país e expressaram o desejo aos países neutros de que abandonassem a neutralidade. O Brasil apoiou os Estados Unidos e a Argentina manteve a neutralidade. O governo paraguaio manteve a neutralidade, mas expressou solidariedade moral ao governo norte-americano. Houve uma mobilização no Paraguai pelo apoio aos aliados (SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 125-130).

A guerra, com o aumento da demanda de produtos alimentícios, especialmente a carne, beneficiou o Paraguai. Os Estados Unidos também se interessou pelo país, com a instalação de frigoríficos americanos já em 1917 (SCAVONE; BREZZO, 2013, p.132).

No início dos anos 1920, cristalizou-se entre as lideranças liberais paraguaias a necessidade de conter a influência argentina. Havia duas facções em luta do partido Liberal: uma a liderada por Eduardo Schaerer, que havia exercido influência nos últimos dez anos e enriquecido em cargos públicos; e outra liderada por Manuel Gondra, que liderava a juventude e prometia mudanças (FLECHA, 2013, p. 184). No governo Manuel Gondra (1920-1922) houve uma aproximação com o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922). Num novo episódio de guerra civil, Gondra foi substituído por Eusebio Ayala. Schaerer, inicialmente julgou poder manipular Eusebio Ayala. Quando percebeu a independência do novo presidente, incitou uma nova guerra civil. Foram quatorze meses de luta que terminaram em julho de 1923, com a derrota dos insurgentes. Flecha considera que “[...] esta derrota do exército tradicional caudilhistas, quer dizer, um exército que não era nacional, mas particularista, no sentido de não responder a uma estrutura determinada, mas às ordens de um caudilho, foi o fato mais importante de toda a década de 1920.” (FLECHA, 2013, p. 186).

Eusebio Ayala renunciou em abril de 1923 e foi nomeado seu sucessor o ministro da Fazenda, Eligio Ayala (1924-1928). O governo de Eusebio Ayala já demonstrava simpatias pelo governo brasileiro. Em encontro com o chefe da Legação brasileira, Rodrigues Alves, em novembro de 1921, conversou sobre a possibilidade de um projeto de uma estrada de ferro ligando Assunção a Santos, em São Paulo, e criticou o governo argentino por ter imposto restrições à importação da carne brasileira.

As relações avançaram inclusive no plano militar. O Ministério da Guerra paraguaio decidiu enviar para o Brasil mais dois sargentos para cursar a Escola de Aviação Militar, no Rio de Janeiro, para acompanhar o sargento Emílio Nudelman, que lá estava desde o ano anterior. Argentina e Chile se esforçavam para atrair para as suas escolas militares alunos paraguaios. Faziam-no por saberem que, ao retornarem aos seus países, seriam “[...] elementos permanentes e às vezes decisivos nas relações internacionais do Paraguai [...]”, nas palavras de Rodrigues Alves (DORATIOTO, 2012, p. 277). Havia uma demanda pela escola brasileira de aviação, uma vez que houvera três acidentes mortais com aviadores paraguaios na Argentina e o governo paraguaio suspeitava que houvessem sido provocados (DORATIOTO, 2012, p. 277).

O governo Epitácio Pessoa criou, em março de 1922, a Comissão de Estudos da Estrada de Ferro Brasil Paraguai, que devia apresentar um projeto de ferrovia. A Comissão apresentou um relatório preliminar em março de 1923 com quatro possíveis traçados e recomendou o que ligasse Assunção a São Paulo. O enfoque era econômico-estratégico. A ferrovia não poderia concorrer em termos de custo com o Porto de Buenos Aires, mas ligaria Assunção aos centros mais desenvolvidos do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, o que incrementaria o comércio bilateral. O relatório ainda comentava a vantagem militar no caso de “agressão vinda do sul” (DORATIOTO, 2012, p. 279-279).

Com a guerra civil que se seguiu ao governo de Eusebio Ayala, os funcionários da legação brasileira, incluindo Rodrigues Alves, partiram de Assunção. O Brasil manteve a tradicional neutralidade, mas tinha simpatia pelo governo de Eusebio Ayala.

O governo de Eligio Ayala coincidiu com um *boom* econômico. Houve uma espécie de revolução algodoeira, com o aumento da produção e dos preços internacionais do algodão também cresceram a quantidade e o valor das exportações de erva-mate, tabaco, madeiras e tanino. Os frigoríficos foram reativados, foram instalados engenhos açucareiros, moinhos de trigo as primeiras indústrias têxteis (FLECHA, 2013, p. 190-193). Isso favoreceu a estabilidade do governo Eligio Ayala.

No período de Eligio, há diversos informativos da Legação argentina afirmando que o governo paraguaio estava de conluio com o governo brasileiro, sendo “pouco amigo da Argentina”, e manobrando para indispor os países maiores. O representante argentino em Assunção, Luis Castiñeras, deu um parecer a respeito da conduta do Paraguai:

Portanto, estimular a rivalidade, a competição e a discórdia entre a Argentina e o Brasil é a norma de conduta internacional dessa nação, temerosa, talvez, de que a concórdia e harmonia nas relações entre nosso país e o Brasil traria para o Paraguai uma situação de esquecimento e até de menosprezo (DORATIOTO, 2012, p. 301).

Nos anos seguintes, apesar do Paraguai buscar uma equidistância entre Brasil e Argentina, houve obstáculos. O governo argentino passou a financiar o fortalecimento militar paraguaio, que necessitava de recursos para resistir à pressão da Bolívia sobre o Chaco. Segundo Doratioto, o governo de Arhur Bernardes (1922-1926) teve postura acanhada em relação ao Paraguai, em contraste com o dinamismo da administração Eptácio Pessoa. O Itamaraty pouco respaldou, com atos concretos, as tentativas de Eusebio Ayala e Eligio Ayala de direcionar a política externa paraguaia para um equilíbrio entre Brasil e Argentina. Não houve entre 1922 e 1926, iniciativa de maior alcance nas relações bilaterais. O projeto da ferrovia acabou não tendo desdobramentos durante a República velha (DORATIOTO, 2012, p. 319).

Um dos únicos pontos positivos foi a cooperação cultural que começou no ano de 1925 com o envio de cerca de 130 escoteiros paraguaios em excursão Brasil (DORATIOTO, 2012, p. 317). Nos próximos anos, principalmente a partir da década de 1930, a cooperação cultural se ampliaria muito.

O governo Washington Luís (1926-1930) avançou ao perceber o Paraguai como mercado para produtos brasileiros. Entre 1926 e 1928, entre 50 e 55% das exportações do Paraguai eram para a Argentina, sem contar os produtos que eram reexportados a partir de Buenos Aires. Enquanto isso, as estatísticas mostravam um decréscimo das exportações brasileiras para o Paraguai entre 1923 e 1927. Havia clareza de que existia perspectiva de maior comércio com o Paraguai, mas isso dependia do desenvolvimento de comunicações físicas entre os dois países. Surgiu então um plano de construir uma estrada de ferro entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, permitindo a conexão dos sistemas ferroviários brasileiro e paraguaio em Ponta Porã. Lá haveria conexão com a região noroeste do Brasil, viabilizando a ligação com os Portos de Santos e Rio de Janeiro. Seriam 548 quilômetros de trilhos. Nabuco de Gouvêa, encarregado de negócios no Paraguai a partir de 1927, via vantagens econômicas e estratégicas, já que a ferrovia do lado brasileiro poderia ser usada pelo Exército para a defesa do sul do Mato Grosso (DORATIOTO, 2012, p. 323). A falta de recursos e a Revolução de 1930 impediram o seguimento desse projeto.

Em outubro de 1927, foi assinado um Convênio telegráfico, favorável ao Paraguai, já que o Brasil faria a maior parte do investimento. O fato de maior relevância nas relações

paraguaio-brasileiras nesse período foi a assinatura do Tratado Complementar de Limites ou Tratado Ibarra-Mangabeira, em 21 maio 1927. O Itamaraty não conseguia solucionar essa questão, pois insistia em introduzir no tratado cláusula ressalvando eventuais direitos da Bolívia ao território a ser demarcado, o que o Paraguai não aceitava. O tratado definiu, no trecho entre a foz do Apa e o desaguadouro da Bahía Negra, o leito do Rio Paraguai como fronteira, pertencendo a margem esquerda ao Brasil e a direita ao Paraguai. Ratificou-se o reconhecimento da soberania brasileira sobre a ilha de Facho dos Morros, e quanto as demais ilhas caberia ao Brasil as que estavam à margem oriental, e caberia ao Paraguai aquelas próximas da margem ocidental (DORATIOTO, 2012, p. 327).

Eligio Ayala foi sucedido por José Guggiari (1928-1932), eleito. Ele manteve a política interna e externa de Eligio Ayala que, inclusive, compôs o seu ministério. Guggiari inovou visitando os países vizinhos e manteve política de Ayala quanto ao Chaco. Guggiari visitou o Brasil em 2 de julho de 1928, antes de tomar posse em agosto, tendo se encontrado com Washington Luís. O governo brasileiro recebeu Guggiari com diversas homenagens, banquetes e recepções.

A tensão na região do Chaco era cada vez maior. Em 5 de dezembro de 1928, o capitão paraguaio Rafael Franco, sem ordens superiores, tomou o fortim *Vanguardia* dos bolivianos. Em resposta, cinco fortins paraguaios foram atacados e as relações entre os dois países foram rompidas. Houve mobilização militar geral no Paraguai.

O Brasil declarou-se neutro, enquanto a Argentina apoiava abertamente o Paraguai. Em 13 de março de 1929 foi inaugurado por iniciativa do Secretário de Estado norte-americano Frank Kellog, em Washington, a Conferência Pan-americana de Contenção e Arbitragem sobre o contencioso boliviano-paraguaio. Em 31 de agosto foi apresentada uma Convenção de Arbitragem que determinava num de seus artigos que seria entregue um porto a Bolívia na Bahía Negra. A delegação paraguaia recusou a Convenção, mas foi assinado um Protocolo que determinava à volta ao *status quo ante* ao ataque ao fortim *Vanguardia* e a retomada das negociações diplomáticas (DORATIOTO, 2012, p. 356; SCAVONE; BREZZO, 2013, p. 138-139).

O governo brasileiro acabou envolvido no conflito quando o chanceler paraguaio Gerónimo Zubizarreta enviou nota à Legação brasileira, em 2 de janeiro de 1929, protestando contra a assinatura de um Tratado de Limites e Comunicações Ferroviárias entre Brasil e Bolívia em 25 de dezembro de 1928. A preocupação paraguaia era com um dos artigos do tratado pelo qual o governo brasileiro se comprometia a dar um milhão de libras esterlinas para auxiliar a Bolívia a realizar o plano ferroviário de ligar Cochambamba e Santa Cruz de la

Sierra e daí a pontos no Brasil. O governo paraguaio julgava que o Bolívia poderia usar esse dinheiro para comprar armas (DORATIOTO, 2012, p. 356-357). A Chancelaria brasileira respondeu em termos duros, reclamando contra a presunção de deslealdade.

O governo boliviano também protestou contra o Tratado Complementar de Limites Brasil Paraguai, alegando que o Brasil dera ao Paraguai argumento favorável no litígio do Chaco. O governo brasileiro respondeu que as notas reversais registravam a reivindicação boliviana (DORATIOTO, 2012, p. 358).

A aprovação do Tratado Ibarra-Mangabeira foi o tema principal das relações Brasil Paraguai em 1929. O tratado foi aprovado pelo Senado em fevereiro com alguma oposição. O governo paraguaio se empenhou nisso, pois queria manter boas relações e, eventualmente, utilizar o território do Brasil para a obtenção de material bélico. Em 18 de outubro, foi aprovado pela Câmara dos Deputados. (DORATIOTO, 2012, p. 360-367).

Nos últimos meses do governo Washington Luís e da República Velha, o Brasil tratou de mostrar apreço pela atitude amistosa de Guggiari. O presidente brasileiro propôs, inclusive, uma visita do presidente eleito, Júlio Prestes, ao Paraguai. Houve a preparação da visita que deveria ocorrer em setembro de 1930 (DORATIOTO, 372-372). Próximo à data, em função da crise política no Brasil, a visita foi adiada, o que causou grande descontentamento no Paraguai.

O contexto era favorável para que o Brasil recuperasse sua influência no Paraguai, objetivo que vinha sendo perseguido discretamente desde 1917. Para isso, eram necessárias iniciativas concretas e a principal seria uma saída pelo mar por porto brasileiro. Isso equilibraria a influência de Argentina e Brasil sobre o país guarani. Mas, poucos dias depois que o governo paraguaio recebeu o telegrama informando o cancelamento da visita de Júlio Prestes, Washington Luís foi deposto pela Revolução de 1930.

O primeiro governo Getúlio Vargas (1930-1945) deu continuidade à política de aproximação do Paraguai. Contudo, a política externa, nos primeiros cinco anos, seguiu as orientações tradicionais do Itamaraty. Foi entre 1935 e 1936 que ocorreu uma redefinição da política externa. Foram assinados acordos com os Estados Unidos (1935) e com a Alemanha (1936), e “[...] a partir desse momento, o Brasil começou a se configurar como peça relevante na disputa dessas duas potências pela hegemonia comercial e pela influência política na América Latina.” (SVARTMAN, 1999, p. 51).

No início de 1931, o governo brasileiro teve conhecimento da instalação de uma Missão Militar argentina no Paraguai. O chanceler Zubizarreta informou ao encarregado de negócios brasileiro em Assunção que foi o governo paraguaio que insistiu para obtê-la. Essa

notícia alarmou o governo brasileiro, pois se suspeitava que ela tivesse finalidade antibrasileira. Essa missão colocou em funcionamento a *Escuela Superior de Guerra*, de formação de oficiais do Estado-Maior, e era comandada pelo coronel Abraham Schweitzer que falava guarani, o que lhe garantiu a sua popularidade no Paraguai (DORATIOTO, 2012, p. 377-378).

Em agosto de 1932, Eusebio Ayala (1932-1936) foi nomeado presidente. O governo Vargas tinha simpatia por Ayala, por ele sempre ter mantido relações cordiais com os brasileiros. Isso se confirmou quando o governo paraguaio impediu o uso de seu território pelos revolucionários de São Paulo e de Mato Grosso em 1933 (DORATIOTO, 2012, p. 361).

A guerra do Chaco, iniciada em junho de 1932, (1932-1936) suspendeu as ações externas paraguaias. O processo de disputa entre Bolívia e Paraguai teve duas fases. A primeira se estende desde meados do século XIX até a primeira metade da década de 1920, e foi caracterizada por disputas diplomáticas. O segundo período vai até o início do conflito em 1932 e foi marcado por preparação militar e ações bélicas dos dois países na região (SILVEIRA, 1997, p. 47). A origem foi o fechamento do rio Paraguai à Bolívia, em função do Tratado de Comércio, Navegação e Limites assinado entre Paraguai e Argentina em 1858. Além do conflito territorial, na década de 1920, foi confirmada a existência de petróleo no leste da Bolívia. A posse do Chaco tornou-se importante para o escoamento do petróleo (SILVEIRA, 1997, p. 51).

A guerra começou com o ataque boliviano na madrugada de 15 de junho de 1932 ao fortim Carlos Antonio López. O conflito se estendeu por três anos com a morte de cerca de 50 mil bolivianos e 40 mil paraguaios. Ao final do confronto, tem-se o Paraguai ocupando todo o território do Chaco Boreal e a Bolívia defendendo os poços petrolíferos em seu território original, sem que nenhum dos exércitos encontrasse mais condições de fazer avanços decisivos. Foi obtida, então a paz e começou uma longa conferência, em Buenos Aires, que se estenderia até 1939 (SILVEIRA, 1997, p. 54).

Em termos militares, o Paraguai foi vencedor. Apesar de possuir um exército menor e menos equipado, a qualidade de seus comandantes militares, com destaque para José Félix Estigarribia, bem como o conhecimento do território foram decisivos. As comunicações e os transportes do Exército paraguaio também eram superiores (SILVEIRA, 1997, p. 54, FLECHA, 2013, p. 201-202). Segundo Mora, embora a vitória tenha tido enorme custo humano e econômico, ela devolveu ao Paraguai o seu orgulho nacional. Para ele: “O país seguiria suportando os mesmos problemas políticos e econômicos de antes, mas agora estava

em condições de formular uma política internacional mais forte e independente em relação à Argentina e o Brasil, devido a sua grande vitória no campo de batalha.” (MORA, 1993, p. 76).

Foi na guerra do Chaco, na lendária batalha do Boquerón, que fez a sua estreia o cadete de apenas 20 anos, Alfredo Stroessner. Destacou-se como condutor da tropa e encerrou a guerra já como tenente de primeiro grau (NERI FARINA, 2003, p. 47-50).

O governo brasileiro se declarou neutro e se envolveu nas diversas tentativas de mediação. A diplomacia brasileira acompanhou de perto o conflito. Em 1934, Getúlio Vargas estava “um tanto alarmado” com a situação, porque a Argentina “[...] ampara abertamente o Paraguai, provendo-o de recursos, acumula tropas na fronteira da Bolívia, já ocupou alguns fortins deste país e advoga a reabsorção da Bolívia, como parte desgarrada do vice-reino do Prata.” (DORATIOTO, 2012, p. 409). Vargas escreveu a Oswaldo Aranha, Embaixador em Washington, que terminada a guerra, o Paraguai com um enorme exército, poderia ter o poder civil derrubado por um general vitorioso. Ele temia que, para ocupar dos militares, o governo paraguaio criasse algum incidente na fronteira com a Argentina. Por isso, instruiu Aranha a tentar obter do governo dos Estados Unidos artilharia, um ou dois cruzadores, submarinos e uma ou duas canhoiras (DORATIOTO, 2012, p. 409).

Em 17 de fevereiro de 1936, um golpe militar derrubou o governo liberal de Eusebio Ayala. Fato considerado surpreendente fora do país, uma vez que o governo Ayala acabava de obter a vitória na Guerra do Chaco, era previsível se examinassem as condições internas do Paraguai no momento. Justamente a vitória preparou o terreno para o golpe (LEWIS, 1986, p. 49). Os combatentes organizados e fortalecidos retornavam para casa. Muitos não obtiveram as esperadas pensões. O governo estava reduzindo os efetivos, o que diminuía o número de cargos para oficiais (DORATIOTO, 2012, p. 419). Além disso, os termos da paz descontentaram diversos grupos, já que havia uma percepção que os êxitos militares não foram reproduzidos no âmbito diplomático (DORATIOTO 2012, p. 418).

A deportação do coronel Rafael Franco¹⁵ para a Argentina em 9 de fevereiro de 1936 foi o estopim para o golpe. Franco era herói de guerra e presidia a Associação Nacional de ex-Combatentes que contava com cerca de 40 mil veteranos. Articulou uma frente política que congregava estudantes e intelectuais (DORATIOTO, 2012, p. 419). Apesar de ter sido nomeado por Ayala diretor do Colégio Militar, continuava a falar livremente contra o

¹⁵ Com a ascensão de Rafael Franco à presidência em 1936 iniciou o período denominado de nacionalista na historiografia paraguaia. Ele se encerra em março de 1947 com a eclosão da revolução (RODRÍGUEZ, 2010).

governo, quando foi ordenada a sua partida para a Argentina. Ocorreu a sublevação e Franco retornou da Argentina para assumir o poder.

Essa é a origem do partido febrerista¹⁶, que seria uma das influências fundamentais dos próximos anos. Os revolucionários alegavam reagir contra trinta anos de corrupção do partido liberal, durante os quais assumiram uma posição de fraqueza em relação à guerra do Chaco, governaram de forma antidemocrática, não fomentaram o progresso social e econômico e abriram o país para a penetração econômica estrangeira (LEWIS, 1967, p. 285). O gabinete ministerial formado por Rafael Franco contava com personalidades de diversas tendências políticas ligadas pelo antiliberalismo. Contudo, Franco excluiu o setor que consistia em seu maior apoio, ou seja, os militares e os ex-combatentes. Não havia um programa de governo definido (SCAVONE YEGROS, 2011, p. 245).

O Brasil reconheceu o governo Franco em 14 de março de 1936, juntamente com os demais países mediadores das negociações com a Bolívia (DORATIOTO, 2012, p. 423). As tratativas para o estreitamento de relações iniciadas entre os governos Vargas e Ayala foram interrompidas. O motivo foi a desconfiança brasileira. O governo Franco não estava organizado em um partido, nem tinha programa definido. E a presença de comunistas na coalizção provocava hesitação entre os brasileiros. Em outubro de 1936, Franco proibiu as atividades do partido comunista.

O governo brasileiro melhorou as relações com o governo Franco, à medida que esse endurecia com os comunistas. Na metade 1936, foi instalada a comissão paraguaia de demarcação de limites com o Brasil e manifestou o interesse na construção de uma ferrovia que ligasse os dois países. Em novembro, o encarregado de negócios, Lafayette de Carvalho e Silva ofereceu um pacote de cooperação que incluía a conexão ferroviária, a aceitação de alunos paraguaios nas escolas militares brasileiras, a instalação de uma agência do Banco do Brasil em Assunção, um porto franco para o Paraguai em Santos (DORATIOTO, 2012, p. 428-429).

A atmosfera política interna era cada vez mais tensa. Em 13 de agosto de 1936, uma revolta militar encerrou o curto governo Franco. Segundo Doratioto, isso ocorreu por dois motivos. A monopolização do poder pela Liga Nacional Independente¹⁷, grupo de direita, e

¹⁶ No período da revolução, os adeptos de Rafael Franco eram denominados franquistas. Eles passaram a denominar-se febrerista a partir de 1944 com a fundação da Concentração Revolucionária Febrerista.

¹⁷ Grupo criado em 14 de maio 1928 em torno do jornal *La Nacion* (publicado a partir de 1926). Refletia a insatisfação entre os jovens intelectuais com o liberalismo. Exaltavam o período nacionalista do século XIX, Francia e os López, o autoritarismo e a ideologia corporativista. Foi dissolvida em 1936 com o estabelecimento da União Nacional Revolucionária. Um dos seus maiores expoentes foi Juan Stefanich,

alijar os demais apoiadores da revolução. Outro foi a transferência de unidades militares para o Chaco sob alegação de uma nova ameaça boliviana. O motivo real era afastar os militares da capital para reduzir sua influência política. A iniciativa do golpe foi do coronel Ramon Paredes (DORATIOTO, 2012, p. 430).

Os militares que depuseram Franco escolheram o liberal Félix Paiva para ocupar o governo de forma provisória. Foi reconhecido pelo Brasil em 19 de agosto. Paiva era considerado argentinista e pouco disposto a se aproximar do Brasil. Todavia, os oficiais ligados ao general Félix Estigarribia, viam essa aproximação com bons olhos (DORATIOTO, 2012, p. 431).

Apesar de ser um governo liberal, Paiva era refém dos militares que derrubaram Franco e sofreu diversas tentativas de golpes. As relações do governo Paiva com o Brasil eram boas. Luis Riart, nomeado representante do Paraguai no Rio de Janeiro, era uma entusiasta da aproximação do Brasil. Em novembro de 1937, foi manifestada a intenção de se construir uma estrada moderna que ligasse Assunção à fronteira com o Brasil na altura de Foz dom Iguaçu (DORATIOTO, 2012, p. 432-433) No início de 1938, foi encomendado um projeto para a construção da estrada. Também houve iniciativas de aproximação cultural. Em julho, por iniciativa de Luis Argaña, Ministro da Educação, 25 estudantes universitários brasileiros foram convidados a visitar Assunção. Também por ação da Argaña, o português foi declarado obrigatório no curso primário a partir de 1939, com o compromisso brasileiro de enviar professores para o Paraguai (DORATIOTO, 2012, p. 437). Com respeito à ligação ferroviária, o Brasil iniciou em 1938 a construção do ramal da Noroeste do Brasil, de Campo Grande a Ponta Porã. O Paraguai alegava falta de condições financeiras para construir o seu lado e parecia preferir o investimento na rodovia. O encarregado de negócios, Antônio Vilhena de Ferreira Braga, “[...] se concentrou na paranoica preocupação com um ataque da Argentina ao Mato Grosso.” (DORATIOTO, 2012, p. 438).

Um feito importante do governo Paiva foi a assinatura do Tratado de Paz, Amizade e Limites entre o Paraguai e a Bolívia em 21 de julho de 1938, encerrando a conferência Buenos Aires. No Paraguai, o tratado foi submetido a um plebiscito, tendo sido aprovado por 135.000 eleitores e reprovado somente por 13.000 (SCAVONE YEGROS, 2011, p. 248).

Em setembro de 1938, foram realizadas eleições para o congresso e no dia 10 de outubro ele confirmou Félix Paiva como presidente provisório. Havia descontentamento por parte dos militares, que desejavam mais influência no poder e repudiavam a reabertura do

chanceler de Rafael Franco. Também influenciou o pensamento do líder colorado Natalício Gonzalez (NICKSON, 2015, p. 6776-6784; GONZALEZ, 2011, p. 88).

congresso. Os civis, por outro lado, não queriam perder o poder (DORATIOTO, 2012, p. 439). No ano de 1939, haveria eleições e somente um candidato de consenso conseguiria pacificar o país. Esse candidato seria o general. Félix Estigarribia.

Iniciava no Paraguai uma era de mudanças. Na política interna, a preeminência seria dos militares. Na política externa, iniciou o período em que o Paraguai reduziu a aproximação com argentina e orientou-se para o Brasil.

3 CONTEXTO INTERNACIONAL E REGIONAL (1939-1948)

Nesse capítulo serão discutidos os contextos internacional e regional entre 1939 e 1948, bem como o posicionamento do Paraguai nesse contexto.

3.1 CONTEXTO INTERNACIONAL: ESTADOS UNIDOS, ALEMANHA E URSS: SISTEMAS DE PODER EM DISPUTA

Os anos da Segunda Guerra mundial foram resultado do conflituoso período entre guerras. Até a Grande Guerra, as relações internacionais eram baseadas no equilíbrio de poder, ou seja, eram reguladas por algumas potências europeias. Embora o Concerto Europeu estabelecido em 1815 tenha se rompido em 1871, com a unificação alemã, e as novas potências, os Estados Unidos e o Japão, estivessem cada vez mais interferindo nas relações internacionais, a Europa ainda era o centro de decisões. A Primeira Guerra rompeu com essa lógica. No confuso período entre 1919 e 1939, que alguns historiadores como Eric Hobsbawm consideram como período de guerra, houve tentativa de criar uma ordem internacional baseada na cooperação através da Liga das Nações (HOBSBAWM, 1995). Não deu certo. Assim, “[...] as novas Potências, na Europa e fora dela, buscavam aumentar suas áreas de influência, enquanto as antigas e bem estabelecidas potências buscavam frear seu próprio declínio.” (MOURA, 2012, p. 36).

A crise da bolsa de Nova York, em 1929, acabou com as tentativas de distensão e de recuperação econômica dos países ainda endividados com a Primeira Guerra¹. Seus resultados na Europa foram queda de preços, declínio na produção industrial, do comércio internacional, das reservas monetárias e aumento do desemprego. No plano econômico, o individualismo, a livre iniciativa e o mercado cederam lugar ao nacionalismo econômico e ao protecionismo. Isso se refletiu na descrença em relação ao Estado liberal e na busca de alternativas radicais. Segundo Amado Cervo, o efeito desses fatores sobre as relações internacionais foram a indiferença e a hostilidade em relação à cooperação e a prática generalizada de adotar soluções nacionais para problemas internacionais (CERVO, 1997, p. 181).

Três novos “sistemas de poder”, nas palavras de Gerson Moura, estavam emergindo, Estados Unidos, Alemanha e União Soviética, ao passo que o Império Britânico vivia o seu ocaso. Num primeiro momento, Estados Unidos e Alemanha investiram na América Latina

¹ Uma boa análise sobre a Grande Depressão e seu impacto na economia mundial e do Brasil está em Corsi, (2000).

por motivos econômicos, no caso, obtenção de produtos primários e de mercados para seus produtos industrializados. Com a eclosão da Segunda Guerra, os objetivos passaram a serem também políticos e estratégicos (MOURA, 1980, p. 62).

É interessante, já que o presente estudo envolve Brasil, Paraguai e Argentina, analisar o que há em comum entre esses três países em termos de conjuntura interna e que respostas eles deram no plano internacional.

A crise econômica provocada pela Grande Depressão afetou as elites dos três países. Desde as independências até o final do século XIX, Brasil e Argentina eram dominados por uma elite agrária com as suas ramificações comerciais urbanas. O sistema político era formalmente liberal, mas abusava da fraude eleitoral e de poderes emergenciais em caso de necessidade, para controlar dissidências ou as classes menos favorecidas. Em termos econômicos, era adotado o liberalismo, o comércio exterior sem restrições e a livre empresa tal como na Europa ocidental e nos Estados Unidos. O processo de revolução industrial nesses países fazia da América Latina fonte de matérias primas (insumos e alimentos). As elites oligárquicas compactuaram com essa posição subordinada na divisão internacional do trabalho.

Deliberadamente, vincularam suas economias nacionais a uma relação de comércio livre com a Grã-Bretanha e seus competidores industriais, ampliando e modernizando as suas estâncias e cultivos para produzir um grande volume de gado bovino e ovino, algodão, trigo, açúcar e café, que os mercados industriais necessitavam, avidamente, e trocando-os por produtos manufaturados que as nações industriais estavam dispostas a vender e para os quais o sudeste da América do Sul carecia de plantas de fabricação local (GROW, 1988, p. 34).

Além disso, tornaram-se lócus de inversão do capital europeu e norte-americano excedente, que promoveram uma modernização com a construção de estradas de ferro, telégrafos, portos, frigoríficos, etc.

O Paraguai possuía algumas particularidades. Do período pós-independência, o país herdou a ausência de dominação oligárquica resultante da inexistência de latifúndios (SOLER, 2007, p. 26). Os indígenas, convertidos em camponeses, produziam para subsistência e vendiam os excedentes no mercado local. O campesinato, portanto, não esteve submetido à exploração capitalista em função do baixo valor da terra e da ausência de uma classe dominante de estancieiros (SOLER, 2007, p. 25). A maioria dos agricultores não tinha condições de adquirir títulos de propriedade nos períodos de Francia e dos López. Muitos ocupavam a terra ilegalmente e, com o tempo, eram expulsos, indo residir ao redor de Assunção, cercados de latifúndios pertencentes a estrangeiros (ZOOMERS;

KLEINIPENNING, 1990, p. 135). O colapso resultante da Guerra da Tríplice Aliança alterou a ordem política e as relações de propriedade. Foi adotado um liberalismo formal, com a formação de dois partidos, Liberal e Colorado. As dívidas contraídas com a guerra obrigaram o Estado a vender ou arrendar a terras a proprietários estrangeiros.

Até os próximos 50 anos do século XX, o sistema produtivo da grande propriedade ficou formado por empresas de enclave extrativo - erva mate, madeira e tanino – e o latifúndio pecuário. As comunidades de camponeses, amparadas pelo Estado, seguiram ocupando terras sem título de propriedade, sustentadas pela produção de subsistência, abastecendo o mercado interno e fornecendo mão de obra (SOLER, 2007, p. 28).

Foi criada uma clientela camponesa, fundamental para o sistema de partidos. E um grupo de comerciantes que controlava o crédito e os transportes. Houve mudanças em relação ao período anterior à guerra, mas a concentração de terra em mãos estrangeiras continuava impedindo a existência de uma elite econômica independente do Estado. O controle do governo era uma das únicas formas de enriquecimento e a luta por ele era acirrada (SOLER, 2007, p. 30). Esse foi o motor da instabilidade política do período liberal. A economia paraguaia era completamente dependente da Argentina, uma vez que Buenos Aires controlava o comércio no Rio da Prata.

O sistema funcionou relativamente bem até o final da Primeira Guerra. Com a crise que atingiu os países industrializados, a economia latino-americana entrou em colapso. Em 1930, o comércio exterior argentino diminuiu pela metade o do Brasil em dois terços (GROW, 1988, p. 34). A situação do Brasil era mais dramática, pois seu principal produto era o café, cortado pelos consumidores em tempos de crise. O Paraguai, como satélite econômico da Argentina, foi igualmente atingido.

Nesse contexto, parte das elites latino-americanas se voltou para o movimento já iniciado na Europa de rejeição ao liberalismo. Embora o fascismo e até o nazismo tenham encontrado muitos adeptos no Brasil, na Argentina e no Paraguai (como o partido Integralista no Brasil) a maior parte da elite descontente com a situação se voltou para um autoritarismo conservador. Militares, muitos provenientes de uma classe média que ascendeu a partir do início do século XX, assumiram uma posição nacionalista e passaram a defender a substituição das elites civis incompetentes e corruptas por ditaduras militares que estabeleceriam a ordem nos países arruinados. Foi o caso do movimento febrerista, tributário da Guerra do Chaco.

Assim, nos três países, houve golpes com instalação de governos autoritários conservadores. No Brasil, Getúlio Vargas (1930-1945), no Paraguai, Rafael Franco (1936-

1937) e Higino Morínigo (1940-1948), e na Argentina, José Uriburu (1930-1932) e Juan Perón (1943-1955).

Assim, ao surgir como força política predominante no sudeste da América do Sul na década de 1930, estas ditaduras “nacionalistas autoritárias” com seu enfoque nacionalista, estatista e autárquico do desenvolvimento econômico, sua sensibilidade à exploração econômica por parte das nações industrializadas, e seu antagonismo ao livre intercâmbio comercial internacional, apresentaram um obstáculo importante aos planos do governo de Roosevelt para desenvolver novos laços comerciais e abrir novos mercados para as exportações industriais dos Estados Unidos na região (GROW, 1988, p. 42).

Franklin Delano Roosevelt (1882-1945) e Adolf Hitler (1889-1945) chegaram ao poder no mesmo ano, 1933, com diferença de dois meses. Roosevelt inaugurou a chamada Política da Boa Vizinhança já no seu discurso de posse². Segundo Gerson Moura, ela envolvia vários tipos de iniciativa, mas faltava-lhe um padrão definido e coerente. Era baseada nos seguintes pressupostos: abandono da política de interferência e, principalmente, de intervenção militar, reconhecimento da igualdade jurídica das nações americanas, necessidade de consultas interamericanas sempre que problemas internos de uma república ameaçassem as outras, necessidade de acordo para garantir o bem estar dos povos americanos (MOURA, 2012, p. 39). O não intervencionismo foi referendado na sétima Conferência Internacional dos Estados Americanos em Montevideu em dezembro de 1933. Para Antonio Tota, a Política da Boa Vizinhança era um instrumento, de amplo espectro, para a execução de um plano de americanização das “culturas mais débeis” da América Latina (TOTA, 2000, p. 19).

Sem dúvida, a política da Boa Vizinhança tinha motivações econômicas. Na América Latina, tratava-se de aproveitar o declínio britânico para ganhar novos mercados. Uma das primeiras medidas de Roosevelt para melhorar as taxas de comércio exterior, com a abertura de novos mercados foi a criação em fevereiro de 1934 do Banco de Importação e Exportação (*Eximbank*), destinado a dar crédito com juros baixos a governos estrangeiros para a aquisição de produtos norte-americanos. O banco foi amplamente utilizado no programa de convênios de comércio recíproco inaugurado em junho de 1934 (GROW, 1988, p. 24).

Contudo, Gerson Moura afirma que a economia não era a única preocupação de Roosevelt. As medidas tomadas sugerem uma grande preocupação com questões políticas e

² “No campo da política exterior eu orientarei essa nação para a política da boa vizinhança (bom vizinho no texto original). O vizinho que respeita a si mesmo e, por isso, respeita os direitos dos outros, o vizinho que respeita suas obrigações e o caráter sagrado dos acordos com os outros vizinhos.” Disponível em: <<http://bit.ly/2a67hvy>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

estratégicas. “Os objetivos eram, na medida do possível, garantir a colaboração política e o alinhamento das nações latino-americanas à liderança dos Estados Unidos.” (MOURA, 2012, p. 40).

No caso da Alemanha nazista, o intercâmbio comercial foi todo colocado sob o controle do Estado, com o governo assumindo o compromisso de obter a importação de matérias primas essenciais e novos mercados para a indústria alemã, especialmente no leste europeu e no sudeste da América do Sul. Em termos de comércio, a Alemanha estava em situação de vantagem. Os Estados Unidos não tinha uma economia complementar à dos países da região platina. Os produtos de exportação, carnes, cereais, algodão, competiam com as exportações dos Estados Unidos. A complementaridade que existia diminuiu nos anos da Grande Depressão. Já a Alemanha necessitava de alimentos e matérias primas e disponibilizava produtos industriais. Os Estados Unidos adotavam o livre comércio e a Alemanha o comércio de compensação. Esse último consistia na compra de matérias primas com marcos que podiam ser utilizados somente para a compra de produtos alemães. O Brasil³, por exemplo, firmou um acordo com os Estados Unidos, em 1935, que mantinha ou reduzia as tarifas aduaneiras para os produtos dos dois países. Apesar de ser um acordo assimétrico, pois favorecia os Estados Unidos, era inevitável diante do poder norte americano e da necessidade de recuperação econômica centralizada na defesa do café (MOURA, 1980, p. 90). No ano seguinte, houve um acordo com a Alemanha que previa a exportação de grandes quantidades de algodão, café, laranjas, couro, tabaco e carne enlatada (MOURA, 2012, p. 53)⁴. Para evitar conflitos com os Estados Unidos, que acompanhou as negociações, foram estabelecidas cotas para as exportações brasileiras e restrições às importações de manufaturados alemães (MOURA, 1980, p. 91). Além do Brasil, a Alemanha fez acordos comerciais com a Argentina e o com Uruguai. Hitler lançou um programa comercial agressivo dirigido à região platina, trabalhando com os industriais alemães de forma coordenada para eliminar a concorrência britânica e norte-americana.

Agentes de vendas de empresas privadas alemãs inundaram a região, coordenando suas atividades com o pessoal diplomático e com o auxílio de subsídios governamentais para seus bens manufaturados, o que permitiu competir em preços com as exportações britânicas e estadunidenses de forma tão eficaz que logo os empresários norte americanos se queixaram ao

³ Segundo Amado Cervo eram três os princípios que orientavam a política de comércio exterior nesse período: tirar proveito da rivalidade entre os blocos que dividiam o mundo para aumentar o poder de barganha externo; manter o comércio liberal com os Estados Unidos; e realizar o comércio compensado com a Alemanha e Itália, mais adequado à expansão da indústria nacional (CERVO, 2008, p. 45).

⁴ Para maiores detalhes sobre as relações comerciais entre Brasil, Estados Unidos e Alemanha ver Hilton (1977).

Departamento de Estado de concorrência desleal. Ao mesmo tempo, missões comerciais oficiais, encabeçadas por representantes do Banco Oficial e dos Ministérios das Relações Exteriores, Economia e Agricultura acorreram à região, oferecendo preços atrativos para as matérias primas, promovendo vendas de artigos industriais e explorando habilmente as aspirações da região, com a promessa de assistência financeira e técnica para projetos de desenvolvimento industrial (GROW, 1988, p. 45).

O governo alemão desejava mais do que expandir o seu comércio na América Latina: buscava também exercer influência política e cultural⁵. Nesse aspecto, desfrutava da vantagem da presença de cerca de 1,5 milhões de imigrantes no sul do Brasil, sudeste do Paraguai e nas regiões de Misiones e Corrientes na Argentina. Eram, na maioria, não assimilados, falando exclusivamente alemão, estudando em escolas alemãs e frequentando igrejas e associações alemãs (CORSI, 2000, p. 51-52; GROW, 1988, p. 53).

O novo sistema de poder alemão dispunha de uma ideologia bastante clara e que apelava para concepções em alta na época, como a falência do liberalismo e da democracia, dentro de um espírito revolucionário e promessas de uma nova ordem. Era limitada pelo fato de ter uma dimensão eminentemente nacional (alemã) com pouco apelo aos outros países (MOURA, 1980, p. 136).

Já o sistema norte-americano passou a construir uma ideologia, o americanismo, que era de caráter programático “[...] em que o sufixo – *ismo* tinha se transformado num poderoso armamento intencional, com o claro objetivo de suplantar outros – *ismos*, autóctones ou não.” (TOTA, 2000, p. 19). Os elementos mais importantes do americanismo foram gestados nos Estados Unidos a partir da primeira metade do século XX: a democracia, o progressismo e o tradicionalismo (TOTA, 2000, p. 19-20).

No plano das relações internacionais, o americanismo recebeu o prefixo pan a adquiriu o sentido de uma ideologia:

[...] internacionalista, que suplantava a ideia de defesa nacional dos Estados Unidos e acentuava a solidariedade entre as nações americanas e o respeito à sua soberania, em nome de um objetivo maior: a defesa hemisférica contra o inimigo externo. Essa ideologia segregada pelo sistema de poder norte-americano se corporificou nos ideais do pan-americanismo (MOURA, 1980, p. 136).

⁵ Para detalhes sobre as relações diplomáticas entre a Alemanha e o Brasil ver: RAHMEIER, Andréa Helena Petry. **Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil**: da proximidade ao rompimento (1937-1942). 2009. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

O termo pan-americanismo não surgiu nessa época⁶, mas adquiriu outro significado, o de defesa coletiva das Américas (sob a direção dos Estados Unidos) perante outras nações justificada pela solidariedade continental. Essa adviria da adesão a uma série de princípios: fé nas instituições republicanas, lealdade à democracia como um ideal, reverência pela liberdade, aceitação da dignidade do indivíduo e de seus direitos pessoais invioláveis, crença na resolução pacífica dos conflitos, aversão ao uso da força como instrumento da política nacional e internacional, adesão aos princípios de soberania isonômica dos Estados e justiça sob o direito internacional, esperança na paz duradoura para todas as nações (MOURA, 1980, p. 137).

Esses princípios eram reiterados em documentos oficiais e nas conferências pan-americanas. Todavia, a prática era diferente e todos sabiam disso. A maioria das nações latino-americanas eram ditaduras vistas pelas autoridades norte-americanas como um “mal necessário” para garantir a estabilidade da região. Assim o sistema interamericano não dependia de uma identidade de regimes políticos, mas da adesão a um centro hegemônico (MOURA, 1980, p. 137). O papel legitimador do pan-americanismo, contudo, era evidente. Daí a sua abundante utilização nos discursos de Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Félix Estigarribia e Higinio Morínigo.

Desde o final da década de 1880, o governo dos Estados Unidos fazia esforços para coordenar as Américas por meio de conferências pan-americanas periódicas⁷. Essa iniciativa somente teve sucesso depois da década de 1930. Além das diferenças e conflitos entre os países latino-americanos, havia ressentimento acerca do intervencionismo norte-americano sob a forma da *big stick diplomacy*, ou da *dollar diplomacy* (MOURA, 2012, p. 45). A partir de meados da década de 1930, foi realizada uma série de conferências com o objetivo de forjar uma unidade.

A Conferência Interamericana de Consolidação da Paz ocorreu em Buenos Aires entre 1º de 26 de dezembro de 1936 (foi uma conferência extraordinária). Foi proposta por Roosevelt ao presidente Augustin Pedro Justo, sugerindo sua sede em Buenos Aires. A motivação foram os ataques do Japão à China e da Itália à Etiópia e a preocupação com a

⁶ O termo remete ao Congresso do Panamá, em 1826, quando Simon Bolívar pretendia constituir uma confederação das jovens nações americanas. No final do século XIX, com a expansão econômica decorrente da Revolução Industrial, os Estados Unidos formularam uma política exterior pan-americana com objetivos econômicos. No final da década de 1930, com a aproximação de um conflito mundial, aos objetivos econômicos se somaram os políticos, militares e estratégicos. (BUENO, [2003]).

⁷ As Conferências Pan-Americanas foram as seguintes: Washington (1889-1890), Cidade do México (1901-1902), Rio de Janeiro (1906), Buenos Aires (1910), Santiago (1923), Havana (1928), Montevideú (1933), Lima (1938), Bogotá (1948) e Caracas (1954). Houve, principalmente com a aproximação da Segunda Guerra, conferências extraordinárias que, muitas vezes, aparecem na bibliografia como conferências Pan-Americanas.

instabilidade internacional. Apesar do impacto que causou a abertura da conferência feita por Roosevelt, houve oposição por parte do país anfitrião. A política externa argentina, na época, sob o comando de Carlos Saavedra Lamas era contrária ao pan-americanismo e ciosa da manutenção dos vínculos com a Inglaterra.

Os Estados Unidos conseguiram obter um acordo criando um mecanismo de consulta entre os países americanos, capacitando-os a agir imediatamente em situações críticas. Esta conferência estabeleceu o princípio de que uma ameaça à segurança de uma nação americana seria considerada uma ameaça a todas elas. A proposta original era a criação de um organismo permanente para assistência recíproca e havia referência ao ataque de uma nação “não americana”. Ambas foram barradas pela Argentina. A partir desse momento a Argentina passou a ser considerada uma aliada não confiável pelo governo norte-americano (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000a).

Na VIII Conferência Pan-Americana de Lima, em dezembro de 1938, o governo dos Estados Unidos decidiu ampliar o sistema de consultas e propôs o estabelecimento de um comitê consultivo americano permanente. Entretanto, os Estados Unidos enfrentaram novamente a oposição da delegação argentina. Chegou-se a uma solução provisória que instituiu um sistema de consultas, mediante reuniões de chanceleres americanos.

A Primeira Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos no Panamá, entre 26 de setembro e 3 de outubro de 1939, teve por objetivo garantir a neutralidade e o estabelecimento de medidas para enfrentar problemas econômicos derivados da eclosão da guerra. Nela votou-se pela neutralidade e pela neutralidade nas águas territoriais (MOURA, 2012, p. 46). Ainda assim, apesar de ter obtido duas decisões unânimes, o governo norte-americano teve que recuar de suas pretensões iniciais em função da delegação argentina.

A Conferência de Havana, ocorrida entre 21 e 31 de julho de 1940, marcou um novo avanço dos Estados Unidos. Ela ocorreu após a queda e a ocupação da França e da Holanda, em um período de vitórias militares do Eixo. A preocupação não era mais a neutralidade, mas a defesa. Foi decidido que qualquer tentativa de um estado não americano de violar a integridade, inviolabilidade territorial, soberania ou independência política de um estado americano seria considerada um ato de agressão contra todos os estados americanos (MOURA, 2012, p. 46). Também foi prevista uma administração provisória em todas as possessões europeias nas Américas cujo controle passasse de um país europeu a outro (MOURA, 1980, p. 139).

A Terceira Reunião de Chanceleres do Rio de Janeiro, entre 15 e 28 de janeiro de 1942, foi o auge do esforço norte-americano para que todo o continente assumisse uma

posição coordenada anti Eixo. O objetivo era obter o imediato e unânime rompimento de relações com o Eixo. Argentina e Chile se opunham, por razões diversas. A Argentina discordava da natureza imperativa da proposta e desejava manter a posição de neutralidade, em função da situação doméstica instável. O Chile temia que o rompimento fosse interpretado como estado de guerra e que acarretasse ataques japoneses à sua costa (MOURA, 2012, p. 84).

Ao longo do desenvolvimento da guerra os Estados Unidos lograram alinhar os países americanos em torno da causa aliada estabelecendo hegemonia incontestada sobre o continente. Foi empregada por Roosevelt uma política de trocar o fornecimento de armas pelo sistema *Land and Lease* em troca de cooperação política e econômica. Foram feitos acordos com 18 países e gastos 324 milhões de dólares em armamentos⁸ (RABE, 1974, p. 133-134). A influência alemã no continente declinou, num primeiro momento, em termos comerciais, em função da guerra, e, após, em termos políticos, com a ação norte-americana e local contra a influência nazista e com a derrota do projeto de Hitler. Somente a Argentina resistiu ao projeto hegemônico, tendo pago um alto preço conforme será visto na próxima seção. Esse país iria se reintegrar ao continente americano através da Conferência de Chapultepec em fevereiro de 1945 e declarando guerra ao Eixo em 27 de março.

O cenário que se desenhava a partir de 1946 envolvia o combate à outra influência, a comunista, com o cenário bipolar que se estabeleceu. Algo que já fora percebido durante a guerra por alguns operadores da política externa brasileira tornou-se bastante evidente: a perda da importância estratégica da América Latina. “Os Estados Unidos, após a guerra tornaram-se um dos polos do poder mundial e, nessa condição, deram prioridade a um sistema planetário de segurança que privilegiava, na aplicação de seus recursos, a cooperação com a Europa, o Oriente Próximo, o Extremo Oriente e a África.” (BUENO, 2012, p. 290).

3.2 CONTEXTO REGIONAL

O contexto regional no período foi marcado pela disputa entre Brasil e Argentina.

⁸ Somente Panamá e Argentina ficaram desse fora desses acordos. Os objetivos dos acordos para o pós Guerra eram a padronização dos armamentos, eliminando armas de fabricação estrangeira e introduzir missões militares norte-americanas em locais onde essas missões ainda não existiam (RABE, 1974, p. 134).

3.2.1 Brasil e Argentina: Disputa no Subsistema Platino

Segundo Amado Cervo, esse período marcou na América Latina o abandono do paradigma liberal-conservador e o começo do novo paradigma do Estado desenvolvimentista⁹. “O movimento das diplomacias latino-americanas, durante a depressão dos anos 30 e a Segunda Guerra Mundial, fornece indícios de que os governos da região traçaram objetivos a serem alcançados externamente, que traduziam novas percepções dos interesses da região” (CERVO, 2001, p. 52). Ao lado dos interesses tradicionais da economia agrícola, surgiam novos segmentos sociais com interesses diversificados: uma burguesia industrial desejosa de ampliar seus negócios, massas urbanas querendo trabalho e salários, intelectuais criticando a dependência do exterior e militares preocupados com a vulnerabilidade dos seus países. A velha diplomacia da agroexportação não atendia a todos esses interesses. “Transitava-se do interesse de um grupo para o interesse de uma nação.” (CERVO, 2008, p. 46). Tanto Brasil, como Argentina, passaram por esse processo de mudança de paradigma¹⁰ (CERVO, 2001, p. 52-53).

A política externa de Getúlio Vargas para o Rio da Prata manteve as diretrizes de Rio Branco: a defesa da estabilidade política regional, a não intervenção nos assuntos externos dos países vizinhos e manutenção do diálogo com Buenos Aires (DORATIOTO, 2014, p. 115). Brasil e Argentina passaram por golpes de Estado em 1930. No Brasil, a república oligárquica ou República Velha foi derrubada por uma dissidência oligárquica aliada aos tenentes, jovens oficiais revolucionários que interferiam na política desde o início da década de 1920. Getúlio Vargas subiu ao poder amparado nessa aliança heterogênea¹¹.

Na Argentina, o presidente Hipolito Yrigoyen, eleito em 1928 pela União Cívica Radical, foi derrubado por um golpe militar liderado por José Félix Uriburu. Foi uma reação à violenta crise financeira que iniciara já antes da quebra da bolsa de Nova York. Não era somente reflexo da situação internacional. Em 1930, ocorreu o auge da expansão horizontal

⁹ Alguns elementos conceituais do novo paradigma segundo Amado Cervo: o processo decisório baseado em percepções adequadas dos interesses nacionais; a ideia de realizar, pela via da negociação, ganhos recíprocos nas relações internacionais; o objetivo de superar desigualdades entre as nações; e uma visão cooperativa, de realização mútua de interesses entre os povos (CERVO, 2008, p. 46).

¹⁰ Com uma série de ressalvas, podemos considerar que o Paraguai também passou. Veremos como o governo Higinio Morínigo se preocupou com a industrialização e com uma possibilidade de desenvolvimento autônomo do país. Os fatores limitantes, contudo, eram muito maiores do que na Argentina e no Brasil. Um dos maiores era a ausência de uma elite não dependente do Estado.

¹¹ É vastíssima a bibliografia sobre a Revolução de 1930. Citaremos as obras mais conhecidas: **A revolução de 30**: seminário internacional. Brasília: Ed. UNB, 1983; FAUSTO, Bóris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1997; DECCA, Edgar. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981; OLIVEIRA, Lúcia Lippi de (Org.). **Elite intelectual e debate político nos anos 30**: uma bibliografia comentada da Revolução de 1930. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

da produção agropecuária, ou seja, não haveria novas incorporações de terras à atividade. Era o fim da *Belle Époque* argentina (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000a). O governo Uriburu foi o primeiro de um ciclo de governos militares que perduraria até 1983. Foi sucedido pelo general Augustin Justo, eleito em novembro de 1931, em pleito fraudulento no qual foram proibidas as candidaturas de oposição. Era o início da chamada “década infame”.

A política externa argentina permaneceu centrada na questão do comércio exterior. A base do crescimento do país fora o pagamento dos déficits do intercâmbio com os Estados Unidos com os superávits do comércio com a Inglaterra. Essa relação triangular se alterou com a crise internacional. O fluxo de capital britânico para a Argentina cessou e os domínios do Império Britânico passaram a demandar acesso privilegiado aos mercados da metrópole em detrimento dos interesses argentinos. Os Estados Unidos, por sua vez, defendiam a liberalização do comércio mundial (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000a). Já era clara a necessidade de alternativas em termos de comércio exterior. Mesmo assim, com a situação mundial calamitosa, era necessário preservar o mercado britânico. Daí a rejeição argentina a qualquer organização ou pacto hemisférico que colocasse o país em subordinação a outra nação ou conjunto de nações. Assim, em maio de 1933, foi assinado com a Grã-Bretanha o pacto Roca-Runcimann que garantia o mercado de carnes britânico para a Argentina, mas em condições desvantajosas para o país platino (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000b).

Certamente, o descontentamento em relação ao pacto Roca-Runcimann com a Grã-Bretanha e a impossibilidade, durante muitos anos, de alcançar uma solução alternativa através de um tratado comercial com os Estados Unidos geraram um nacionalismo argentino voltado a uma maior independência de ação em assuntos internacionais e a reforçar o controle governamental sobre a economia. Isso dificultou a busca de bases políticas para a segurança hemisférica e, quando houve o enfrentamento entre os países do Eixo e os aliados, levou o governo argentino a adotar uma posição de neutralidade como forma de preservar seus interesses políticos e econômicos (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000c).

Nos primeiros anos do governo Vargas, ou seja, durante o governo provisório (1930-1934) não houve alterações de rumos na política exterior que o Brasil vinha desenvolvendo na República Velha, apenas uma maior ênfase na diplomacia econômica em função da situação internacional (BUENO, 2012, p. 251-252). Mas ao longo da década de 1930, com as mudanças econômicas e sociais, passou a se desenvolver uma nova percepção do interesse nacional. “Embora sem descurar dos interesses das exportações tradicionais, a política externa brasileira buscou formas de cooperação e barganhas voltadas para um interesse nacional compreendido de maneira mais abrangente do que o período anterior, pois visava a contemplar outros segmentos da sociedade” (BUENO, 2012, p. 252). Houve um reforço do

pragmatismo e a instrumentalização da política externa para o desenvolvimento (BUENO, 2012; CERVO, 2008; CORSI, 2000). Svartman sintetiza:

Seria nesse contexto - em que a América Latina como um todo era vislumbrada como um espaço de disputa interimperialista e que, com o avançar da década de 1930, a importância de um alinhamento efetivo para além das significativas trocas comerciais já efetuadas, tornava-se cada vez mais relevante para as potências rivais - que brechas no sistema internacional seriam abertas, e países dependentes e de pouca relevância no concerto das nações veriam sua margem de manobra significativamente ampliada (SVARTMAN, 1999, p. 47-48).

Com dois sistemas de poder em disputa, buscando alianças e parcerias, havia espaço para o Brasil barganhar e buscar concessões. “Fosse por motivos mais estritamente econômicos (fornecimento de produtos primários) ou estratégicos (alinhamento e colaboração ampla), Alemanha e Estados Unidos disputam o Brasil, e esse fato alarga os limites da decisão e ação do Estado brasileiro.” (MOURA, 1980, p. 62). A política de indefinição que se desenhou na época foi chamada por Gerson Moura de “equidistância pragmática”. Ela teria durado do final da década de 1930 até 1941, quando o Brasil definiu sua posição como aliado norte-americano. Segundo Moura, ela foi o resultado de um quadro de recuo das potências tradicionais, de competição de dois sistemas de poder nascentes e da divisão interna nas instâncias de decisão do Estado brasileiro (MOURA, 1980, p. 63).

Os Estados Unidos com a política de Boa Vizinhança de Roosevelt subordinava questões econômicas às questões políticas estratégicas. O objetivo estadunidense era garantir a colaboração política e o alinhamento dos países latino-americanos à liderança norte-americana. Isso explica, por exemplo, a tolerância do governo Roosevelt com o comércio compensado com a Alemanha acertado a partir de 1936. Com o acordo de comércio de 1935, houve pressão para que o comércio com a Alemanha fosse encerrado. Todavia, essas pressões assumiam mais a forma de recomendações do que de pressões efetivas. A partir de 1938, com um cenário de guerra se avizinando, a Boa Vizinhança passou a incluir objetivos militares. Com a eclosão da guerra e a com a possibilidade de um ataque alemão a partir do norte da África, Washington necessitava de bases militares no território brasileiro, especialmente no Nordeste.

A Alemanha, além das facilidades do comércio compensado, exercia importante influência política e ideológica por meio de diversos canais: embaixadas, consulados, escolas, clubes, etc., aproveitando o expressivo contingente de população de origem alemã no Brasil¹².

¹² Para maiores detalhes sobre a influência alemã e a atuação do partido nazista no Brasil ver GERTZ, René E. **O perigo alemão**. Porto Alegre: UFRGS, 1998; HILTON, Stanley. **Suástica sobre o Brasil**. Rio de Janeiro:

Sem falar no prestígio que o regime nazista desfrutava junto a setores da sociedade e do Exército, inclusive membros do alto escalão.

No Brasil, o período em questão é de consolidação do Estado Novo¹³. A repressão do levante integralista de 1938 encerrou o período mais conturbado da política interna brasileira pós 1930. Foram eliminados os tenentes e os liberais democratas, que não desejavam o continuísmo de Vargas. E as oposições radicais e organizadas, os comunistas e os integralistas. O resultado foi um estado centralizador, modernizador e autoritário (SVARTMAN, 1999, p. 50). A partir de 1937, duas questões ocupavam o governo Vargas: a necessidade de investimentos para a construção de uma indústria siderúrgica e a modernização das Forças Armadas. Nos círculos decisórios havia grande divisão ideológica com partidários do livre comércio versus comércio compensado, liberais versus nacionalistas, “pró-Eixo” versus “pró-Estados Unidos”. O Ministério das Relações Exteriores era organizado em moldes liberais mais tradicionais e era, de forma geral, alinhado às posições norte-americanas e britânicas. Oswaldo Aranha, chanceler entre 1938 e 1944, era um dos principais entusiastas dos interesses norte-americanos. Já o Ministro do Exército, Eurico Gaspar Dutra e o Chefe do Estado Maior, Pedro Aurélio de Góes Monteiro, eram admiradores do Eixo. Eles eram da facção hegemônica das forças armadas que emergiu de uma série de disputas entre facções a partir da década de 1930 que José Murilo de Carvalho denomina de grupo intervencionista controlador ou intervencionismo tutelar¹⁴. Essas divisões permitiram que Getúlio Vargas assumisse um papel privilegiado, como uma espécie de árbitro, explorando as oportunidades criadas pela concorrência dos dois sistemas de poder em ascensão.

Em geral, a melhor maneira de descrever a política externa do Brasil na década de 1930 é como uma oscilação entre uma grande potência e a outra em termos comerciais, políticos e militares. Esta política de equilíbrio pragmático entre a Alemanha e os Estados Unidos produziu uma série de benefícios comerciais e aumentou o poder de barganha do Brasil nos anos vindouros. (MOURA, 2012, p. 51).

Civilização Brasileira, 1977; HILTON, Stanley. **A guerra secreta de Hitler no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

¹³ Sobre o Estado Novo ver: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999; LEVINE, Robert. **Pai dos Pobres?** O Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Cia Das Letras, 2001; D' ARAUJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

¹⁴ Para uma análise dos diferentes projetos em disputa nas Forças Armadas e dos embates que resultaram no grupo intervencionista controlador (CARVALHO, 1983, 2006). Carvalho faz um interessante contraponto entre os dois chefes militares. “Goés era irrequieto, dispersivo, boquirroto, politicamente ambicioso [...]. Não tinha condições de administrar a realização de suas próprias ideias. Teve, no entanto, a sorte de encontrar seu complemento perfeito no general Eurico Gaspar Dutra. Modesto, tímido, sem ambição política, sem pretensões intelectuais. Dutra era um executor, um administrador, um disciplinador, um homem da caserna (CARVALHO, 2006, p. 108-109).

Os anos entre 1930 e 1941 são os anos de neutralidade, nos quais o Brasil obteve os maiores ganhos com o equilíbrio pragmático. O governo brasileiro manteve as suas metas estratégicas - industrialização do país e reequipamento das Forças Armadas - apesar das consequências econômicas, sociais e políticas acarretadas pelo início da guerra na Europa. O comércio com a Alemanha cessou em 1940 com o bloqueio naval britânico. Mas o declínio do comércio não significou a perda do prestígio político do *Reich* no Brasil. Aliás, um dos efeitos do bloqueio foi uma onda de sentimentos antibritânicos nos círculos militares brasileiros. Vargas adotou uma posição de neutralidade em relação à guerra, tentando manter o equilíbrio. A partir de 1940, os Estados Unidos lançaram uma ofensiva econômica, política e cultural sobre a América Latina, sendo que o Brasil era um dos principais alvos¹⁵. Uma das principais medidas foi a criação do Birô do Coordenador de Assuntos Interamericanos (OCIAA – *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*) em 16 de agosto de 1940, sob a liderança de Nelson Rockefeller. O OCIAA era subordinado ao Conselho de Defesa Nacional e tinha objetivo expreso de eliminar a influência do Eixo na América Latina através de ações econômicas, culturais, de saúde, etc.

Entre agosto e setembro de 1940, foi fechado em Washington o acordo para a construção de Volta Redonda. Os recursos seriam fornecidos pelo *Eximbank* e a assistência técnica providenciada por empresas privadas estadunidenses. O ponto mais complexo da colaboração Brasil Estados Unidos foi o militar¹⁶. Isso se explica, em parte, pela simpatia que parte do Exército Brasileiro tinha pelo Eixo, inclusive no primeiro escalão do governo. Em 1941, as relações entre os dois países tinham melhorado em todos os níveis, com exceção do militar. Os americanos desejavam uma “colaboração passiva” dos militares brasileiros, com a cessão de bases e aeroportos que seriam operados por militares norte-americanos. Esperava-se que os exércitos dos aliados subordinados se ocupassem da manutenção da ordem interna, enquanto o exército estadunidense defenderia o continente. Os militares brasileiros não aceitaram esse papel e impuseram toda a sorte de obstáculos ao projeto da grande potência.

Entre janeiro e agosto de 1942, o Brasil abandonou o equilíbrio pragmático e embarcou em uma sólida aliança com os Estados Unidos. Na Conferência do Rio em Janeiro de 1942, o Brasil rompeu relações com o Eixo. Entre fevereiro e março, o ministro da Fazenda, Arthur da Souza Costa, esteve em Washington quando foram assinados com o governo dos Estados Unidos acordos militares e econômicos. Em maio, um acordo secreto político-militar criou duas comissões militares mistas para planejar a defesa do território

¹⁵ Para a ofensiva cultural norte-americana sobre o Brasil ver o excelente Tota (2000).

¹⁶ Para as relações militares entre Brasil e Estados Unidos na época (SVARTMAN, 2008; RABE, 1974).

brasileiro. Finalmente, em agosto, após o afundamento de cinco navios mercantes nacionais, o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália.

Os acordos militares resolveram em parte os dois impasses do ano anterior: a questão do fornecimento de armamento requisitado pelos militares brasileiros e a questão da defesa do Nordeste. Moura destaca que

A resistência interna – particularmente militar – ao alinhamento com os Estados Unidos constituiu um elemento importante das negociações, já que a estratégia estadunidense necessitava da colaboração militar brasileira. O governo brasileiro usou a resistência dos militares como moeda de troca, podendo assim garantir que as forças armadas brasileiras então fossem as mais bem equipadas da América Latina. (MOURA, 2012, p. 117-118).

A formulação clássica de Gerson Moura da equidistância pragmática, exposta na obra de 1980 *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942* e aprofundada na tese de doutorado *Relações exteriores do Brasil 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil Estados Unidos após a Segunda Guerra* publicada no Brasil em 2012, é corroborada por alguns autores e questionada por outros.

Ricardo Seintenfus enfatiza mais a questão comercial, explicando a importância do comércio compensado para a Alemanha e como foi conveniente para o Brasil, sendo que o auge ocorreu no ano de 1937 quando as importações alemãs atingiram um quarto do total das importações brasileiras superando as norte-americanas (SEITENFUS, 1985, p. 84). Luiz Alberto Moniz Bandeira reforça a tese de que a política exterior de Getúlio Vargas aproveitava a luta comercial e econômica entre as grandes potências para ampliar a margem de autonomia do Brasil em benefício do desenvolvimento nacional (MONIZ BANDEIRA, 1993, p. 25). Para Francisco Luiz Corsi é consenso que o Brasil, em meados da década de 1930, “[...] teria adotado uma política externa independente, procurando obter vantagens e ocupar espaços decorrentes do acirramento dos conflitos internacionais.” (CORSI, 2000, p. 15). Esse autor, todavia, adota outro enfoque. Ele considera importante indagar se essa busca de vantagens políticas e econômicas estaria motivada por algum tipo de projeto nacional de desenvolvimento e é isso que ele investiga no seu interessante estudo¹⁷. Amado Cervo denomina de “duplo jogo” da política externa de Vargas o que Moura chama de equidistância. O Brasil teria jogado entre Alemanha e Itália por um lado e Estados Unidos do outro com o

¹⁷ Corsi denomina a política externa de Vargas de “política externa independente”, termo inadequado que pode causar confusão com a política externa dos governos Jânio Quadros e João Goulart. Esse equívoco, todavia, não prejudica o seu excelente trabalho.

objetivo de promover a sua segurança, seu comércio exterior e seu processo de industrialização a partir da implantação da siderúrgica de Volta Redonda (CERVO, 2001, p. 25).

Marcelo Paiva Abreu aborda o tema pelo lado da economia. Ao contrário dos historiadores, que concordam com a tese de Moura, Abreu questiona o conceito de equidistância pragmática, uma vez que esta “[...] exagera de modo quase caricatural o poder de barganha econômico e político da Alemanha no Brasil e, conseqüentemente, subestima o peso norte americano.” (ABREU, 1990, p. 88). Ele compara o comércio entre Brasil e Alemanha da década de 1930 com o período anterior à Primeira Guerra Mundial e mostra que os valores, mesmo nos melhores anos, nunca atingiram os níveis anteriores a 1914 (ABREU, 1990, p. 90). Abreu também aponta que os historiadores se basearam em dados equivocados, uma vez que os ganhos alemães eram superestimados, pois as faturas relativas a produtos alemães eram lançadas em marcos do *Reich*, que eram conversíveis, quando deveriam ser contabilizadas em *aski marks*, ou seja, marcos compensados, não conversíveis (ABREU, 1990, p. 90). O autor apresenta os dados corrigidos, mostrando números menos favoráveis à Alemanha e a interessante ideia de que houve, de fato, uma substituição de produtos britânicos por produtos alemães e não de produtos norte-americanos por alemães (ABREU, 1990, p. 90).

Ironildes Bueno vai além, ao examinar fontes primárias alemãs. Todas as interpretações citadas assumem que a barganha era real, ou seja, caso o governo norte-americano não atendesse às demandas brasileiras, o governo Vargas se voltaria para a Alemanha. Assim, a Alemanha teria condições de fornecer uma planta siderúrgica e reaquecer o comércio ainda durante a guerra, mediante o desvio do bloqueio naval inglês. A documentação diplomática alemã analisada pela autora mostra que a proposta era para “depois da conclusão da paz”. Em telegrama de 27 de junho de 1940, Berlim pede que seu Embaixador no Rio de Janeiro se certificasse de quais eram os interesses do presidente brasileiro, mas antecipava a interpretação do Ministério do Exterior Alemão: “[...] nós estamos presumindo que a interpretação correta é a de que durante a guerra a intenção é apenas de firmar acordos referentes a bens que serão comprados mais tarde.” (BUENO, 2006, p. 185). Deve-se ter em conta que nessa época a diplomacia alemã trabalhava com a hipótese de uma guerra curta e vitoriosa.

Clodoaldo Bueno igualmente relativiza a equidistância pragmática, destacando que faltavam ao Terceiro Reich condições objetivas para atender às demandas brasileiras. Também destaca que o alinhamento aos Estados Unidos era tributário de uma parceria

tradicional entre os dois países que preexistia à guerra. Mesmo buscando vantagens através de barganha, o Brasil dificilmente abandonaria a aliança com os Estados Unidos (BUENO, 2012, p. 253).

Apesar dos acertos de Gerson Moura, baseados em sua exaustiva e minuciosa pesquisa, sua tese tem de ser relativizada. Como todo historiador, Moura estava imerso nas questões de sua época, no caso, o comportamento internacional do Brasil no final da década de 1970 e início da década de 1980, períodos do pragmatismo responsável de Ernesto Geisel e do universalismo de João Figueiredo. O Brasil, no contexto da Guerra Fria, mas em um momento em que a bipolaridade já não era tão marcada, tentava buscar alternativas à parceria com os Estados Unidos. Em 1975, entrou em atrito com o governo norte-americano, ao realizar o acordo nuclear com a República Democrática da Alemanha. Também buscou aproximação com outros países da Europa ocidental e com o Japão. Num contexto no qual a potência norte-americana passava por uma crise econômica severa e perdia sua projeção mundial, o Brasil buscava brechas no sistema. É fácil compreender por que o contexto pré Segunda Guerra atraiu a atenção de Moura. Havia também uma crise, em função da guerra que se gestava, e havia oportunidades para um país dependente buscar brechas no sistema. Julgamos que a tese da equidistância pragmática deve ser matizada. Parece-nos que o autor subestimou o peso da aliança do Brasil com os Estados Unidos, prévia à década de 1930, e superestimou o potencial da Alemanha em oferecer o que o país buscava: apoio à industrialização e armas. Se utilizarmos o método de suposições, explicado por Antoine Prost¹⁸ (2012, p. 158), fica muito difícil de imaginar um alinhamento final do Brasil com a Alemanha. Mesmo imaginando que os Estados Unidos não tivessem entrado na guerra e que a Alemanha a tivesse vencido, em 1941, dificilmente os Estados Unidos permitiria a ingerência alemã na América Latina. No momento em que isso ocorresse, haveria o conflito militar entre Estados Unidos e Alemanha. E, se eventualmente, o governo brasileiro apoiasse a Alemanha, seria provavelmente derrubado. Assim, o equilíbrio pragmático era levemente desequilibrado a favor dos Estados Unidos.

A Argentina, por sua vez, se defendeu do assédio do pan-americanismo, invocando as suas relações históricas com a Europa e defendendo a neutralidade na guerra. Desde a 1ª Conferência Internacional dos Estados Americanos, ocorrida em 1889 em Washington, a Argentina se opunha a um sistema exclusivamente americano (SAUER, 1993, p. 22). A

¹⁸ Em *Doze Lições sobre História*, Antoine Prost explica a importância para o historiador de imaginar desfechos diferentes dos ocorridos para melhor compreender o devir histórico. Para ele “[...] imaginar uma outra história é o único meio de encontrar as causas da história real”. Ele mostra como Raymond Aron utilizou esse método para analisar o papel desempenhado por Bismark no desencadeamento da guerra de 1866 entre a Áustria e a Prússia (PROST, 2012, p. 158-162).

Conferência de Buenos Aires de 1936 foi um aceno dos norte-americanos ao amor próprio argentino com a sugestão de realizá-la na capital portenha. Roosevelt consultou Getúlio Vargas antes de convocar a conferência e Oswaldo Aranha, então Embaixador em Washington, participou da negociação da agenda da conferência junto ao Departamento de Estado (HILTON, 1994, p. 232-234). No caminho para Buenos Aires, Roosevelt visitou o Brasil, no dia 27 de novembro. O encontro em Buenos Aires foi marcado pelo desacordo entre Argentina, por um lado, e Estados Unidos e Brasil, por outro (HILTON, 1994, p. 240). Houve grande embate de opiniões entre o Secretário de Estado Cordell Hull (1871-1955) e o chanceler argentino, Saavedra Lamas¹⁹. A Argentina se opôs a ideia de criar um comitê consultivo permanente para tratar da segurança hemisférica e também se opôs a alusão de ataques de nações “não americanas” (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000d). Apesar da vitória Argentina, Aranha considerou o resultado da conferência positivo, já que aumentava o prestígio do Brasil junto aos Estados Unidos (HILTON, 1994, p. 241).

Antes da VIII Conferência Pan-Americana de Lima, em dezembro de 1938, Oswaldo Aranha entrou em contato com o chanceler argentino, José Maria Cantillo [governo Roberto Ortiz]²⁰, para obter entendimento no ponto fundamental da agenda: a solidariedade continental em face das ameaças extra hemisféricas. Todavia, embora Cantillo fosse mais afável do que Saavedra, a postura argentina continuava intransigente (HILTON, 1994, p. 301). Em Lima, o chanceler José Maria Cantillo discursou na abertura defendendo os vínculos do país com a Europa e atacando as iniciativas dos Estados Unidos de construir mecanismos formais de solidariedade continental. Invocou laços históricos com a Europa, não somente de ordem econômica, mas históricas e sentimentais (HILTON, 1977, p. 169). Depois deu uma contundente entrevista:

Penso que a América deve se unir solidamente pelo seu próprio desenvolvimento. Devemos formular um programa não porque temos um inimigo externo, mas porque queremos uma América forte [...]. Os Estados Unidos não compram praticamente nada de nós. Como podemos esquecer os povos que dão vida a nossa nação e compram os nossos produtos? (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000e).

A ideia de um comitê consultivo permanente foi substituída por reuniões periódicas dos chanceleres. E havia uma cláusula na declaração final que autorizava a não cooperação (HILTON, 1994, p. 302). Deve-se ter em conta, todavia, que essa postura não se relacionava

¹⁹ Oswaldo Aranha escreveu a Vargas a respeito de Lamas: “[...] ele é um desequilibrado perigoso, que precisa de uma camisa de força, pois é capaz de arrastar seu país às maiores loucuras.” (HILTON, 1994, p.441).

²⁰ Segundo Hilton, Cantillo e Ortiz divergiam em relação à postura a ser adotada pela Argentina. Ortiz desejava um alinhamento com os Estados Unidos, ao passo que Cantillo era mais voltado para a Europa e defendia que os países latino-americanos seguissem seu curso sem contrariar os interesses europeus (HILTON, 1977, p. 169).

com qualquer tipo de apoio ao nazismo. Pelo contrário, em meados de 1939, o governo Ortiz estabeleceu várias medidas no sentido de coibir a influência nazista na Argentina, e Cantillo, na conferência, declarou oposição à infiltração nazista no hemisfério²¹ (HILTON, 1977, p. 164).

Na Primeira Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos no Panamá, em 1939, Oswaldo Aranha já era Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Ele trabalhou novamente junto ao Departamento de Estado no sentido de obter apoio dos países latino americanos às medidas de neutralidade (HILTON, 1994, p. 324-325). A Argentina se opôs a qualquer compromisso de ordem política ou militar. Aceitou a definição de uma área marítima de segurança, mas garantiu que o patrulhamento dessa área fosse facultativo e não interferisse na soberania dos Estados. Nessa conferência, os Estados Unidos desejavam incluir na declaração a proibição de submarinos entrarem nas águas e portos neutros. Por iniciativa da Argentina, a decisão ficou a critério de cada país (SAUER, 1993, p. 23-24). Contudo, não houve um embate sério entre Estados Unidos e Argentina e se criou uma atmosfera de maior cordialidade entre os dois países (HILTON, 1977, p. 171).

A Argentina, depois da conferência, propôs a substituição da neutralidade pela não beligerância²². A mudança começou com a invasão da Noruega e da Dinamarca pela Alemanha em abril de 1940. José Maria Cantillo sugeriu primeiro à Inglaterra, e depois aos Estados Unidos, que a neutralidade fosse abandonada. O argumento seria o de que a neutralidade não estava sendo respeitada pelo Eixo e de que a neutralidade norte-americana era pró-aliados.

Em vista da simpatia manifesta do governo Roosevelt para com os aliados, da declaração por oficiais norte-americanos que os Estados Unidos não podiam deixar a Inglaterra ser conquistada, e da óbvia impotência do direito internacional tradicional, não poderiam tais providências incluir a adoção formal de uma política ousada destinada a justificar tanto ajuda às democracias quanto maiores restrições sobre atividades alemãs no hemisfério, sem exigir participação ativa no conflito? (HILTON, 1977, p. 177-178).

A não beligerância seria uma posição intermediária entre a neutralidade e a guerra. A proposta foi apresentada aos Estados Unidos em 19 abr.1940, em caráter confidencial. Caso fosse aceita, seria apresentada ao Brasil²³. A proposição foi rechaçada. Foram dadas diversas razões, entre elas a de que colocava em risco a unanimidade obtida nas conferências. A razão

²¹ Hilton esclarece que, nesse momento, havia dois grupos na Argentina que eram simpáticos ao Eixo: oficiais nacionalista que admiravam a eficiência do Exército alemão, e grupos ligados ao comércio de exportação, esses últimos por razões estritamente econômicas e não políticas (HILTON, 1977, p. 166-167).

²² Stanley Hilton discute com detalhes a proposta argentina de não beligerância (HILTON, 1977, p. 162-203).

²³ Na verdade, ela foi apresentada ao Brasil antes de ser rejeitada pelos Estados Unidos, justamente por Cantillo saber que, sendo o Brasil o país americano mais próximo aos Estados Unidos, caso o Brasil a aprovasse, havia mais chance do governo norte americano acata-la (HILTON, 1977, p. 181).

principal, todavia, parece ter sido o fato de Roosevelt estar em campanha pela reeleição e não desejar arcar com o ônus de realizar mudanças na política externa (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000f). O conceito de não beligerância não era reconhecido pelo direito internacional.

Elmar Sauer julga que a Argentina teve intenção de colaborar com os aliados e que a rejeição de sua proposta pelos Estados Unidos, com o apoio do Brasil, teve reflexos importantes nas futuras relações argentino-brasileiras. Para ele: “Os Estados Unidos interpretaram a proposta argentina como forma de se subtrair seu país à dominação continental já solidificada naquele momento.” (SAUER, 1993, p. 25). Roberto Ortiz, eleito em 1937, e José Maria Cantillo, apesar do discurso nacionalista, eram pró-Aliados. A situação se complicou quando, em um discurso em 10 de junho de 1940, Roosevelt declarou que o fornecimento de recursos materiais à Inglaterra e à França era o objetivo primordial de seu governo. Isso significava, na prática, a adoção da posição de não beligerância que a Argentina havia proposto (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000f). Isso enfraqueceu a posição de Cantillo e da ala pró-aliada do governo Ortiz. Segundo Sauer, a aceitação da proposta argentina poderia significar o reconhecimento da liderança argentina no continente (SAUER, 1993, p. 26). Segundo ele:

A recusa da proposta de substituição da neutralidade pela não beligerância levará a Argentina a radicalizar a sua posição posterior na manutenção da neutralidade, o que não será problemático para os interesses norte-americanos enquanto os Estados Unidos não estavam envolvidos na guerra (SAUER, 1993, p. 28).

A Argentina se aferrou à neutralidade estrita que depois se transformou em uma neutralidade pró-Eixo. A proposta de não beligerância foi, de fato, uma tentativa argentina de controlar o pan-americanismo que, cada vez mais, engessava os países latino-americanos em volta dos Estados Unidos. Se ela tivesse sido aceita, o curso dos acontecimentos na Argentina teria sido diferente nos anos seguintes. O grupo pró-aliado de Ortiz e Cantillo teria saído fortalecido, os nacionalistas simpatizantes do Eixo não chegariam ao poder e, talvez, tivéssemos um cenário de disputa entre Brasil e Argentina pelo papel de aliado preferencial. Contudo, a histórica postura anti-imperialista dos governos argentinos, tornava-o suspeito para o Departamento de Estado. Assim, mesmo que não houvesse eleições, dificilmente a proposta ser levada em conta.

Gerson Moura destaca que a neutralidade estabelecida pelos Estados Unidos no hemisfério era uma neutralidade anti-Eixo. “Tratava-se de um instrumento tático empregado por Roosevelt como parte de sua política voltada a construir os Estados Unidos como Grande Potência, em face de um rival que detinha aspirações semelhantes.” (MOURA, 2012, p. 47).

Assim, se estava de fato chamando de neutralidade algo que nenhum dos lados da guerra respeitava.

Nesse momento, as relações entre Brasil e Argentina eram boas, especialmente no plano comercial. Na visão estratégica de Oswaldo Aranha, Argentina e Estados Unidos ocupavam lugar prioritário. “Sonhava com uma entente com a Argentina, julgando-a imprescindível à harmonia continental e, mais importante ainda, à segurança do Brasil (HILTON, 1994, p. 340)”. Em outubro de 1939, os dois governos começaram a negociar um tratado comercial que foi assinado em janeiro de 1940. Pelo tratado a Argentina passou a adquirir diversos produtos industriais do Brasil substituindo o comércio com a Europa que estava interrompido (HILTON, 1994, p. 341). Em outubro de 1940, houve uma visita ao Brasil do ministro da fazenda da Argentina, Frederico Pinedo, e a criação de uma comissão que elaborou três convênios: um sobre a supressão de sucedâneos de gêneros alimentícios e facilidades para exportação de manufaturados brasileiros; outro sobre a abertura de crédito para a compra de excedentes de produção; e um terceiro sobre a isenção recíproca de direitos de importação de produtos de indústrias novas. Os dois primeiros foram assinados (HILTON, 1994, p. 342).

A Conferência de Havana, em julho de 1940, não repetiu os conflitos anteriores das conferências interamericanas. Inicialmente, o chanceler Cantillo criou expectativa negativa ao se recusar a participar do encontro. Contudo, para evitar confronto direto com a delegação norte-americana, enviou em seu lugar Leopoldo de Melo para apresentar as posições da Argentina (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000g). Apesar de algum embate retórico, houve convergência de interesses entre Argentina e Estados Unidos, já que a preocupação norte-americana era manter a neutralidade, mesmo que enviesada (SAUER, 1993, p. 28).

Em seguida, Ortiz se afastou do governo em função de doença (agosto de 1940) e foi substituído pelo vice-presidente, Ramón Castillo. Ortiz renunciou formalmente em julho de 1942. A neutralidade mantida pelo governo Castillo não era compartilhada de forma monolítica pela classe política argentina. Tanto que em 1941, em diversos momentos, Castillo fez declarações que evidenciavam sua proximidade à aliança americana (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000h). Em outubro desse ano, foi assinado um acordo de comércio com os Estados Unidos, que substituiu um tratado obsoleto de 1853. Apesar de não ter assegurado o mercado americano para os cereais e carne fresca, o convênio estabeleceu as bases para a futura diversificação do intercâmbio comercial. Após, uma série de gestos geraram a expectativa de que a Argentina se alinharia com os Estados Unidos na defesa do hemisfério: o envio de uma missão militar para os Estados Unidos acompanhada de um especialista em

finanças para discutir futuro auxílio através da Lei *Land and Lease* e o anúncio de que a Argentina venderia aos Estados Unidos toda a sua produção de tungstênio por um ano (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000h).

Em dezembro de 1941, em mensagem para Getúlio Vargas, Rodrigues Alves, Embaixador Brasileiro na Argentina, relatou a divisão no governo argentino. Os ministros do Interior e da Guerra seriam favoráveis aos aliados, ao passo que os ministros das Relações Exteriores, da Marinha, da Justiça e da Instrução Pública seriam apoiadores do Eixo. Já os da Agricultura e das Obras Públicas apoiariam Castillo em qualquer sentido²⁴. O ministro das Relações Exteriores, Ruiz Guinãzu, era germanófilo e simpatizante do regime franquista espanhol. Em relatório de 31 ago.1941, Rodrigues Alves avaliava a situação das Forças Armadas argentinas.

O Exército se mantém alheio às manobras políticas, mercê da profunda divisão em que se encontra. Uma parte dos generais, e talvez a maior parte e mais responsável, mostra-se fiel ao governo e às instituições; outra, talvez mais numerosa, mas menos representativa, inclina-se para o totalitarismo; e outra, finalmente, que se mostra a tomar cartas no assunto, somente no caso de que algo grave ocorresse e pusesse em risco a estabilidade do regime. A Marinha, ainda quando tenha simpatia pronunciada por um governo forte e decidido, para não dizer totalitário, é muito disciplinada e dificilmente tomará parte em qualquer aventura de caráter subversivo²⁵.

A ataque japonês a Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941 tornou urgente uma adesão unânime à solidariedade continental. Esse era o objetivo da Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores realizada no Rio de Janeiro entre 15 e 28 de janeiro de 1942²⁶, que foi convocada por iniciativa de Oswaldo Aranha e seria por ele presidida. Os objetivos dos Estados Unidos nessa ocasião eram três: convencer os Estados americanos da urgência de ruptura de relações diplomáticas e comerciais com o Eixo; encontrar uma base de acordo sobre medidas de cooperação militar e naval para garantir a segurança do hemisfério; e adotar medidas de cooperação indispensáveis para os Estados americanos suportarem as consequências econômicas decorrentes da guerra. Para os Estados Unidos, as duas primeiras proposições eram mais importantes. Para a Argentina, a última era mais importante (SAUER, 1993, p. 40-41). A Argentina, logo após Pearl Harbor, firmara um decreto pelo qual se comprometia a cumprir o acordado na Conferência de Havana e a considerar os Estados Unidos como país não beligerante (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000i). Rodrigues Alves informou a Vargas, um mês antes da Reunião, de que “[...] a República

²⁴ CPDOC-FGV. Arquivo Getúlio Vargas. Correspondência. (18 de dezembro de 1941).

²⁵ CPDOC-FGV. Arquivo Getúlio Vargas. Correspondência. (31 de agosto de 1941).

²⁶ Hilton relata com detalhes os preparativos e a Conferência em si. (HILTON, 1977, p. 380-389).

Argentina vai nos dar trabalho [...], presidida como estará pelo Doutor Ruiz Guiñazu.” E de que Castillo informara que a Argentina já tinha a sua posição definida e que não pretendia ir além do que já se conhecia²⁷.

Houve tentativa de um encontro de chanceleres de países de língua espanhola em Buenos Aires antes da Conferência do Rio. O objetivo era o de formar um bloco independente, liderado pela Argentina que fizesse oposição aos Estados Unidos na conferência. Compareceram os representantes de Peru, Bolívia, Chile e Paraguai. Esse encontro foi monitorado pela diplomacia brasileira (SVARTMAN, 1999, p. 152).

O Brasil, por sua vez, chegava à conferência como aliado preferencial dos Estados Unidos. A diferença entre Brasil e Argentina era que o Brasil tinha a segurança de cooperação econômica para a implantação da indústria siderúrgica, obtida em 1941, e da expectativa de ajuda para a modernização das Forças Armadas. (SAUER, 1993, p. 41). Mesmo assim, Dutra e Góes Monteiro²⁸ chegaram a colocar seus cargos à disposição no primeiro dia da conferência. Para os chefes militares havia dois problemas fundamentais no relacionamento com os Estados Unidos: as falhas reiteradas em suas promessas de auxílio para as Forças Armadas²⁹, e a não compreensão de que, para o Brasil, a Argentina era um problema estratégico (HILTON, 1994, p. 385). A movimentação diplomática deixa claro o papel de mediador desempenhado pelo Brasil no sentido de convencer os argentinos a cooperar. Os formuladores da política externa brasileira entendiam ser desfavorável deixar a Argentina isolada dentro da comunidade sul americana e, ainda mais, com o apoio do Chile. Todavia, diante da negativa argentina foi substituída a proposta de ruptura obrigatória com o Eixo pela recomendação de ruptura. Exceto Argentina e Chile, todos os demais participantes da Reunião romperam relações com o Eixo.

Os resultados da Reunião do Rio de Janeiro asseguraram a hegemonia norte-americana sobre o continente. Segundo Sauer:

[...] as perdas do Brasil³⁰, se comparadas às da Argentina foram menores, apesar de ambos os países continuarem sendo periféricos dentro do sistema de poder. A Argentina, por recusar as condições do centro hegemônico e por não estar

²⁷ CPDOC-FGV. Arquivo Getúlio Vargas. Correspondência. 1941.12.18 doc 6.

²⁸ Representantes do Eixo fizeram campanha junto aos chefes militares para que a neutralidade fosse mantida (HILTON, 1994, p. 386-387).

²⁹ Sumner Welles, diante das reclamações de Vargas e Aranha a esse respeito, escreveu para Roosevelt e o presidente americano enviou uma mensagem pessoal a Vargas, ainda durante a reunião, garantindo a remessa dos equipamentos de guerra.

³⁰ As perdas do Brasil, para o autor, se referem a dificuldades no comércio bilateral acarretadas por medidas econômicas acertadas na III Reunião, como a cessão de matérias primas estratégicas necessariamente para o Estados Unidos (SAUER, 1993, p. 51).

diretamente colocada como região estratégica nos planos de defesa do continente, pagará um preço enorme por sua opção, perdendo, em favor do Brasil, a liderança na sub-hegemonia regional (SAUER, 1993, p. 52).

O aquecimento da rivalidade Brasil Argentina ocorreu após a conferência do Rio (SVARTMAN, 1999, p. 55). Brasil e Argentina tinham uma perspectiva diferenciada de inserção no sistema internacional. O Brasil sempre cultivara uma relação especial com os Estados Unidos e, ao longo da década de 1930, manteve uma política externa presente nos foros interamericanos, ao passo que a Argentina sempre se manteve afastada dos Estados Unidos e ligada à Inglaterra e à Liga das Nações. Essa visão diferenciada somada à disputa por influência nos países vizinhos (Uruguai, Bolívia e Paraguai), marcou as relações políticas da Argentina e Brasil no período pós-conferência (SVARTMAN, 1999, p. 54). O Brasil trabalhava para que a Argentina aceitasse a tese de ruptura com o Eixo, mas se opunha à possibilidade de cooperação entre Estados Unidos e Argentina, pois colocaria em risco a obtenção da sub-hegemonia regional. Já os Estados Unidos manobravam com os dois países dependentes (SAUER, 1993, p. 59-60).

Segundo Eduardo Svartman, existiam dois tipos de representações a respeito da Argentina elaboradas pela EDB. O segmento da EDB cuja inserção estava ligada ao estamento militar – representado pelo grupo de Góes Monteiro e Dutra – iria construir a imagem da Argentina como o principal inimigo em potencial do Brasil. Tal segmento pretendia mapear e analisar as possibilidades reais ou imaginárias da Argentina vir a estabelecer uma hegemonia militar e econômica na região que se chocasse com os interesses brasileiros. Já os quadros de inserção burocrática, política e diplomática cujas preocupações giravam em torno do pan-americanismo e da solidificação dos laços do Brasil com os Estados Unidos (Oswaldo Aranha e o Itamaraty) irão construir uma imagem da Argentina como possível liderança regional, posição que pretendiam para o Brasil. Contrariava também os interesses norte-americanos que não queria dissidências no sistema americano. O monitoramento realizado por diplomatas e militares visava a apontar as ações argentinas em prol do estabelecimento de uma hegemonia política ou influência sobre os países do Prata no sentido de construir um sistema paralelo ou oposto ao pan-americanismo (SVARTMAN, 1999, p. 18). Havia uma dinâmica entre esses dois grupos, sendo que no período da equidistância pragmática e a partir de 1943, o grupo dos militares predominou. Já o grupo do Itamaraty teve maior preeminência no momento em que o Brasil selou a aliança com os Estados Unidos até serem alcançados os objetivos militares e econômicos (SVARTMAN, 1999, p. 78).

A realidade do Cone Sul era pintada pela a EDB, especialmente pelos assessores militares, de forma a acentuar a superioridade argentina em termos econômicos e militares. E não eram somente os militares que temiam a Argentina. A rivalidade com o país vizinho era uma dos três problemas da agenda do chanceler Oswaldo Aranha já em 1938³¹ (HILTON, 1994, p. 264). E foi na sua gestão que foi concebido e implementado um projeto mais consciente e elaborado de hegemonia regional brasileira (SVARTMAN, 1999, p. 97). Essa hegemonia seria possível, uma vez que o Brasil desempenharia o papel de país-chave na região, em virtude de sua condição de aliado especial dos Estados Unidos. O envio da Força Expedicionária Brasileira à Europa foi mais uma estratégia do Estado Novo no sentido da obtenção de uma sub-hegemonia regional. Decorreria dessa orientação também o movimento para a obtenção de um assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), depois frustrado (SVARTMAN, 1999, p. 101).

A partir do encerramento da Terceira Reunião e do recrudescimento das tensões na região, a visão da Argentina como inimigo em potencial iria gradualmente penetrar os quadros da diplomacia brasileira, envolvendo os seus segmentos político e diplomático (SVARTMAN, 1999, p. 161). Do lado brasileiro será invocado o “perigo argentino” para barganhar apoio norte-americano. Na viagem de Arthur de Sousa Costa aos Estados Unidos em fevereiro de 1942 para negociar os Acordos de Washington, Getúlio Vargas insistiu para que ele usasse notícias sobre a movimentação de tropas argentinas para a fronteira “para apressar entrega nosso material de guerra”³². Alguns dias depois, Vargas pressionou Sousa Costa a obter os armamentos conforme acordado, pois:

Atividades nossa fronteira não se limitam substituição forças de polícia por forças Exército armadas e equipadas para campanha, mas compreendem também instalação postos rádio, colocação barcos velozes armados metralhadoras no rio Uruguai, construção apressada rodovias e campos de aterrissagem, comissões cartógrafos e engenheiros levantando cartas e construção pontes resistentes grande peso, depósitos material bélico em Posadas. Agentes da Gestapo disfarçados missionários protestantes tentam penetrar nossos quartéis. Não tenho dúvida prepara-se movimento agressivo, pois nossa parte não houve qualquer atividade bélica³³.

A ideia de uma guerra entre Brasil e Argentina, na qual a Argentina seria o agressor surgiu no período imperial quando o estado monárquico dirigiu suas forças para conter Juan Manuel de Rosas (1793-1877). Essa ideia persistiu mesmo após a derrota de Rosas e, segundo

³¹ Os outros dois problemas eram: as atividades nazistas no Brasil e seus reflexos sobre as relações com a Alemanha e o relacionamento especial com os Estados Unidos (HILTON, 1994, p. 264).

³² CPDOC-FGV. Arquivo Getúlio Vargas. Correspondência. (9 de fevereiro de 1942).

³³ CPDOC-FGV. Arquivo Getúlio Vargas. Correspondência. (14 de fevereiro de 1942).

Francisco Doratioto, tornou-se uma força profunda na ação diplomática e mesmo no imaginário durante a maior parte do século XX, até o início do processo de integração Brasil-Argentina na década de 1980 (DORATIOTO, 2014, p. 32). No período aqui analisado, esse pensamento está sempre presente. Segundo Svartman, o temor era real (SVARTMAN, 1999, p. 165) ainda que hoje, analisando a situação da época, nos pareça muito pouco provável que houvesse uma guerra entre Argentina e Brasil.

Um exame da correspondência de Rodrigues Alves com Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha mostra a preocupação com movimentação militar na Argentina. Por exemplo, em 7 de março de 1942, Rodrigues Alves comentou diversas medidas que haviam sido tomadas pelo governo argentino: prorrogação do prazo de serviço dos conscritos, convocação de 800 sub oficiais da reserva e três mil sargentos e aumento de efetivos de tropas. Disse que as Forças Armadas argentinas exploravam o medo de um golpe nazista para obter essa mobilização. Finalmente, o Embaixador relatou que enviaria o adido militar, coronel Tasso de Oliveira Tinoco, em viagem turística com seus pais que estavam em férias para inspecionar a fronteira da Argentina com o Brasil. Em relatório anexo a essa correspondência, o adido Augusto de Amaral Peixoto Júnior relatou que nos meios militares argentinos havia boatos de que o Brasil estava concentrando tropas nas fronteiras³⁴.

Os norte-americanos estavam mais preocupados em pressionar o Brasil a aceitar o envio de suas tropas ao Nordeste, prevenindo-se contra um possível ataque alemão vindo da África do que com auxiliar o Brasil numa hipotética guerra com a Argentina (HILTON, 1994, p. 317). Mesmo assim, o artigo VII do acordo firmado em maio de 1942 que selou a aliança militar Brasil-Estados Unidos previa que

[...] no caso de agressão ao Brasil por outra república americana, que na opinião dos Estados Unidos da América, seja simpática às potências do Eixo ou por elas instigada, os Estados Unidos da América fornecerão ao Brasil a assistência necessária à segurança nacional e à manutenção no poder do presente governo. (SAUER, 1993, p.63).

Após a reunião do Rio, Washington julgava que a Argentina mudaria de orientação. Os Estados Unidos estavam pressionando a Argentina através de alocações discriminatórias. Frank McKann explica:

³⁴ CPDOC-FGV. Arquivo Getúlio Vargas. Correspondência. (7 de março de 1942).

Quando as autoridades de Washington preparam as estimativas de necessidades dos países americanos, aplicavam a cada um deles a fórmula para, a seguir, cortar arbitrariamente as alocações argentinas em 50 e 70 por cento enquanto as necessidades e solicitações do Brasil recebiam uma consideração especial. Os suprimentos de petróleo eram um exemplo expressivo de como esse sistema funcionava. A última expedição de petróleo para a Argentina em navios aliados tinha sido em abril [de 1942]. A partir de então, com exceção de alguma quantidade de óleo transportado em navios tanques argentinos nenhum petróleo havia sido mandado para portos platinos. Neste mesmo período, os embarques para o Brasil tinham sido regulares (McCANN, 1995, p. 226).

Apesar disso, os Estados Unidos não desejavam um total boicote ao país, pois necessitavam de tungstênio, de quebracho, de zinco, couros e lã, além de construir uma posição econômica em detrimento da Grã Bretanha (McCANN 1995, p. 227). Mas apesar da pressão, na qual o Brasil se engajou, o ano de 1942 passou com a manutenção da neutralidade. Sauer pondera que, o que se mostra no longo prazo como uma política equivocada do governo argentino, ou seja, a não percepção de que o mundo mudara de centro, assume outro aspecto quando se observa a conjuntura. Em 1942, a guerra ainda não estava definida. Além disso, a opção do governo Castillo estava muito mais vinculada à instabilidade interna a uma rejeição ao pan-americanismo (SAUER, 1993, p. 68).

No Brasil, com a ruptura com o Eixo e o ingresso do Brasil na guerra, as atividades dos agentes do Eixo foram desmanteladas. Parte desses agentes migrou para a Argentina e prosseguiu em atividade. Uma das estratégias dos Estados Unidos para forçar uma posição da Argentina foi a de tornar públicos fatos relativos à espionagem de agentes do Eixo em seu território. Em outubro de 1942, o subsecretário do Departamento de Estado Sumner Welles fez um discurso contundente denunciando as atividades de espionagem na Argentina e no Chile. Logo houve a publicação de um memorando do Departamento de Estado detalhando as atividades de espionagem nos países recalcitrantes (SAUER, 1993, p. 77-79).

Em 23 de janeiro de 1943, o Chile rompeu relações com o Eixo, deixando a Argentina ainda mais isolada. Nos Estados Unidos, havia divergências entre os diversos departamentos a respeito do grau de pressão que deveria ser feito sobre o país. O Departamento de Estado, por exemplo, foi contrário à proposta do Departamento do Tesouro de que os fundos argentinos fossem congelados, alegando que a Argentina estava permitindo que navios norte-americanos usassem os seus portos e vendendo-lhes algumas matérias primas estratégicas. Além disso, uma medida desse tipo poderia levar a uma aliança formal com a Alemanha e um ataque ao Brasil (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000j). De qualquer forma, as pressões aumentaram em 1943.

Em 4 de julho de 1943, o presidente Castillo foi derrubado por um golpe militar. Assumiu a presidência o general Arturo Rawson que foi substituído alguns dias depois pelo

general Pedro Pablo Ramirez. O golpe foi organizado de forma improvisada por 14 oficiais, alguns simpatizantes dos aliados e outros do Eixo. Alguns eram dirigentes do Grupo de Oficiais Unidos (GOU)³⁵, grupo criado no início de 1943 e que inicialmente pretendia frustrar a eleição de Robustrano Patrón Costa, candidato de Castillo à sucessão (SAUER, 1993, p. 91). Não houve discussão a respeito de política externa antes do golpe. Todavia, o afastamento precoce do general Rawson já sinalizava a orientação que se iria tomar. Rodrigues Alves, escrevendo a Vargas disse julgar que o general Ramirez, ainda que encaminhasse a sua política externa para uma maior aproximação dos os países americanos, não abandonaria a neutralidade, pois quem tinha simpatias pronunciadas pelos aliados era o general Rawson³⁶.

O gabinete estava dividido entre neutralistas ou simpatizantes do eixo e simpatizantes dos aliados. O Brasil reconheceu o novo governo já em 9 de junho, não tendo esperado mais tempo conforme era o desejo do Embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires. Isso causou uma ótima impressão no governo argentino. Mas logo, o presidente Ramirez começou a falar pan-americanismo prático “querendo expressar com esse conceito seu desejo de cooperação com a causa dos aliados no continente, sem assumir a ruptura com o eixo” (SAUER, 1993, p. 94). Tomava medidas que suscitavam dúvidas. Decretava o fechamento de agrupamentos ou entidades de feição nazifascistas, ao mesmo tempo em que também proibia o funcionamento de agremiações tidas como democráticas ou de apoio à causa dos aliados (SAUER, 1993, p. 96) Diante de um pedido do Embaixador norte americano em Buenos Aires, Norman Armour, para que colaborasse no sentido de convencer os argentinos a aderir à causa aliada, Rodrigues Alves em 20 de julho de 1943, demonstrou cautela ao informar Vargas:

A ruptura seria, sem dúvida alguma, o ideal. Mas devemos evitar que se pretenda ver na nossa atitude qualquer ideia de forçar a República Argentina a tomar uma posição que ela considera contrária aos seus interesses. Tratarei de agir em cooperação com Armour de modo que os argentinos não vejam em nossa ação o mais mínimo propósito de interferir nos negócios desta República³⁷.

Observa-se que o Brasil, apesar do comprometimento com a aliança americana, não desejava alterações com a Argentina. Já estava na posição de parceiro privilegiado da potência hegemônica, logo, não havia necessidade de se envolver na complicada situação argentina de forma desfavorável.

³⁵ Após o golpe o GOU passou a ser conhecido como Grupo Obra de Unificação ou Grupo Governo, Ordem e Unidade (SAUER, 1993, p. 113).

³⁶ CPDOC-FGV. Arquivo Getúlio Vargas. Correspondência. (15 de junho de 1943).

³⁷ CPDOC-FGV. Arquivo Getúlio Vargas. Correspondência. (20 julho de 1943).

A publicação na imprensa de uma carta de Segundo Storni, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, para o Secretário de Estado, Cordell Hull, com a devida resposta, em setembro de 1943, produziu a demissão do chanceler. Na carta, ele elencava as contribuições argentinas para a aliança americana e explicava a manutenção da neutralidade por razões de política interna, além de solicitar armamentos e maquinário para que o país estivesse em equilíbrio perante os países sul-americanos. Mencionava corrupção nos meios políticos³⁸. A carta foi publicada nos principais jornais norte-americanos. Hull julgava que a publicação da carta pudesse levar a opinião pública argentina a se revoltar contra o seu governo e provocar a mudança na sua política externa. Ocorreu exatamente o contrário. Juntamente com Storni, caiu a ala mais liberal do movimento de junho de 1943. No lugar de Storni, assumiu o general Alberto Gilbert, nacionalista e contrário à ruptura (SAUER, 1993, p. 99-100).

A ruptura argentina com o Eixo ficava mais distante. Surgiu a partir desse momento uma percepção expansionista da política externa argentina a partir da ideia de formar um bloco de estados sul americanos sob o domínio da Argentina. Discursos e ações sugeriam união de países como Bolívia, Paraguai, Uruguai, Chile com a Argentina para combater o imperialismo norte-americano (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000j). Os adeptos argentinos do Eixo consideravam que o modelo para esse bloco deveria ser o adotado pela Alemanha na Europa, a chamada *Blockidee* (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000j). Em correspondência de 5 de novembro de 1943, Rodrigues Alves escreveu para Oswaldo Aranha:

O ministro Gilbert, o que pretende é fazer um bloco latino americano que pudesse contrabalançar a incontestável influência dos norte-americanos. E daí seu namoro com o Chile, com o Paraguai e com a Bolívia, só para falar nos vizinhos mais próximos. Esta política está, sobretudo, inspirada no propósito acima referido e no de debilitar a nossa influência cada vez mais crescente junto aos nossos vizinhos menores, e que deveras o incomoda (SVARTMAN, 1999, p. 179).

Em 22 de dezembro de 1943, ocorreu um golpe militar na Bolívia que retirou do governo o general Enrique Peñaranda que vinha adotando uma posição claramente pró-norte-americana. O Departamento de Estado acusou o governo Ramirez de fomentar o golpe³⁹. A participação de oficiais argentinos no golpe foi interpretada por Washington como uma tentativa de formar um bloco antiamericano na região (SAUER, 1993, p. 108). Houve uma mobilização dos Estados Unidos no sentido de que os países do continente não reconhecessem o novo governo de Gualberto Villarroel que contava com integrantes do

³⁸ CPDOC-FGV. Arquivo Getúlio Vargas. Correspondência. (5 de agosto de 1943).

³⁹ Ver CPDOC-FGV. Arquivo Getúlio Vargas. Correspondência. (10 a 21 de janeiro de 1944).

Movimento Nacionalista Revolucionário tido como pró-fascista⁴⁰. Segundo Gerson Moura, ainda que fosse clara a conexão entre os conspiradores bolivianos e os militares argentinos não havia qualquer evidência de inspiração nazista, tratando-se de um movimento autoritário nacionalista (MOURA, 2012, p. 144). Somente a Argentina reconheceu o novo governo⁴¹.

A situação favoreceu o Brasil. À medida que se aprofundava o antagonismo entre Estados Unidos e Argentina, a ajuda militar norte-americana ao Brasil cresceu. Os compromissos de fornecimento do material bélico aumentaram logo depois do golpe da Bolívia (SAUER, 1993, p. 109). “O resultado foi que as armas tão ansiosamente aguardadas pelo Brasil durante os meses anteriores começaram a fluir rapidamente para o sul do país no começo de 1944.” (MOURA, 2012, p. 144). Stanley Hilton destaca, na biografia de Oswaldo Aranha, a indiferença norte-americana, em diversos momentos, ao argumento brasileiro de necessidade de armamentos para conter a Argentina (HILTON, 1994, p. 317). Percebe-se que essa indiferença cessou no momento em que o armamento do Brasil passou a ser usado como forma de pressão.

Em janeiro de 1944, o Departamento de Estado preparou uma declaração pública acusando a Argentina de enriquecer durante a guerra, submeter os vizinhos à dominação nazista, tolerar os agentes nazistas e desempenhar papel decisivo no golpe boliviano. O comunicado seria acompanhado de uma ordem de congelamento de todos os ativos argentinos nos Estados Unidos. Sauer salienta que a intenção norte-americana de impor sanções econômicas à Argentina não seria possível sem o aval e participação da Inglaterra, que relutava em apoiar (SAUER, 1993, p. 110).

Nesse momento, o chanceler Gilbert comunicou ao Embaixador Armour que o governo argentino romperia com o Eixo, pois havia provas de que havia pelo menos três redes de espionagem alemãs atuando dentro do país (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000j). A Argentina rompeu com o Eixo em 24 de janeiro de 1944.

Ramirez ficou em situação delicada com o afastamento dos nacionalistas⁴². No final de fevereiro iniciou o processo que levou a sua renúncia em 9 de março, por um golpe que colocou o general Edelmiro Farrell, vice presidente de Ramirez, no poder. A renúncia foi mascarada por uma declaração na qual Ramirez delegava poderes ao vice-presidente por

⁴⁰ Para maiores detalhes sobre o envolvimento argentino e alemão no golpe na Bolívia ver (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000j).

⁴¹ Foi aplicada a “doutrina Guani” proposta pelo chanceler uruguaio, Alberto Guani, que era presidente do Comitê Consultivo de Emergência para a Defesa Política do Continente (CCEDPC). Peça doutrina Guani qualquer governo americano que se estabelecesse pelas armas teria o seu reconhecimento condicionado a uma consulta prévia aos demais países (SVARTMAN, 1999, p. 183).

⁴² Mais detalhes sobre o afastamento de Ramirez (SAUER, 1993).

razões de saúde, para que não houvesse alteração da situação internacional (SAUER, 1993, p. 110). De acordo com a obra *História General de las Relaciones Exteriores da Argentina* (2000), a coação norte-americana era desnecessária, pois apesar dos agentes e da influência do Eixo, esses não representavam uma ameaça militar ao hemisfério. O objetivo norte-americano teria sido o de desestabilizar um governo que se opunha à liderança norte-americana no continente. E, em função da sua história econômica e de sua tradição diplomática, qualquer governo argentino procederia da mesma forma (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000j).

O governo norte-americano considerou que o golpe que levou Farrell ao poder neutralizara a ruptura argentina com o Eixo e se empenhou para que o novo governo não fosse reconhecido. Contudo, a Bolívia e o Chile o reconheceram (SEIFERHELD, 2012, p. 542). O Brasil apoiou os Estados Unidos, mas havia discordâncias dos militares e até de Oswaldo Aranha em relação à intransigência norte-americana (SAUER, 1993, p. 118). Algumas semanas depois, a esquadra do Atlântico Sul composta por navios norte-americanos e brasileiros aproximou-se da Argentina a pretexto de uma visita a Montevidéu, atitude da qual Vargas discordou⁴³ (MONIZ BANDEIRA, 1993, p. 34).

Nesse momento, a derrota do Eixo era uma questão de tempo. Juan Perón, que acumulava a Secretaria do Trabalho, o Ministério da Guerra e a vice-presidência, começou a articular uma saída para a Argentina, pensando no pós-guerra. Tentou, inclusive, um encontro com Vargas, desaconselhado por Oswaldo Aranha.

Em 26 de agosto de 1944, Aranha renunciou ao cargo de Ministro das Relações Exteriores, tendo sido substituído interinamente por Pedro Leão Velloso. Houve boatos em Buenos Aires de que a saída de Aranha tivesse sido motivada pela sua discordância da política dos Estados Unidos para com a Argentina ou que Dutra estivesse afastando os elementos pró-americanos do governo para se alinhar com a Argentina, o que foi prontamente desmentido por Getúlio Vargas (SAUER, 1993, p. 121).

No Brasil, a formação e o engajamento de uma Força Expedicionária Brasileira (FEB) no teatro de guerra europeu foi um desdobramento do equilíbrio pragmático na visão de Gerson Moura. A FEB, que não era desejada nem pelo governo norte-americano, nem pelo britânico, foi um projeto desenhado para fortalecer as Forças Armadas brasileiras e dar ao Brasil uma posição de destaque na América Latina como “aliado especial” dos Estados Unidos.

⁴³ Moniz Bandeira relata planos concretos de uma invasão conjunta dos Estados Unidos e do Brasil à Argentina, que teria sido discutida entre o comandante da frota, Almirante Jonas Insgran e Goés Monteiro em Montevidéu, mas que foi contrariado por Vargas que gestionou junto a Roosevelt para que não ocorresse. (MONIZ BANDEIRA, 1993, p. 35-36).

O governo Vargas percebeu claramente a perda de importância estratégica do Brasil com a invasão do norte da África pelos aliados em novembro de 1942. Roosevelt contornava as demandas brasileiras com lisonjas, como o encontro com Vargas em Natal em janeiro de 1943, no retorno da Conferência de Casablanca. Foi nesse momento que os militares passaram a insistir na participação direta na guerra. A moeda de troca foi a garantia de manutenção das bases militares no Norte e no Nordeste sob controle norte-americano no pós-guerra. Em 5 maio 1943, foi decidido o envio da FEB para o exterior. A força com 25 mil homens lutou na Itália entre julho de 1944 e fevereiro de 1945. Chegou o período no qual a capacidade brasileira de extrair benefícios do seu alinhamento aos Estados Unidos declinou.

Em abril de 1944, Vargas, aproveitando a situação da Argentina, enviou novo pedido de ajuda aos Estados Unidos para a compra de equipamento bélico e com o objetivo de modernizar a marinha. A resposta veio em junho, mas com o acréscimo de que a mesma proposta de cooperação militar seria discutida com o México e depois ampliada para os demais países latino-americanos, exceto a Argentina, ou seja, o Brasil não estava mais sendo tratado como aliado preferencial (SAUER, 1993, p. 126).

Gerson Moura sintetiza:

Do ponto de vista político, o Brasil era um dos “aliados menores”. Ele não era uma potência, mas deveria ser tratado como tal, devido aos interesses estratégicos e políticos dos Estados Unidos na América do Sul. Durante os anos críticos da Guerra, o governo brasileiro pôde obter certos benefícios a partir de sua posição de “aliado especial”, mas após o meio de 1944, esta retórica não mais usufruiu de apoio. O despacho da FEB foi o último grande ganho do Brasil como “aliado especial” (MOURA, 2012, p. 144).

Atingir o status de aliado preferencial era o maior objetivo de Oswaldo Aranha como chanceler (HILTON, 1994, p. 323). Apesar das motivações internas de sua renúncia, a coincidência de datas demonstra que ele percebera a mudança do status do Brasil no cenário internacional.

Em 27 de outubro de 1944, a Argentina pediu à Junta Diretora da União Pan Americana para convocar uma reunião de consulta entre chanceleres americanos com o objetivo de resolver a situação de isolamento (SAUER, 1993, p. 127). Os Estados Unidos negaram, sugerindo uma reunião somente dos países que tomaram parte na guerra. Orlando Peluffo, chanceler argentino, se comunicou com Vargas por intermédio do jornalista brasileiro Caio Julio Cesar Vieira, pedindo sua intervenção a favor da Argentina (SAUER, 1993, p. 129-130). Vargas não interveio, como esperado e a reunião foi marcada para 21 de fevereiro de 1945, em Chapultepec, no México. A reunião foi denominada Conferência Interamericana

sobre os Problemas da Guerra e da Paz ou Conferência Especial de Consulta do Sistema Interamericano. Em novembro de 1945, Cordell Hull foi substituído na secretaria do Departamento de Estado por Edward Stettinus, o que modificou a política norte-americana em relação à Argentina.

Assim, em Chapultepec, foi aberto um espaço para a Argentina. A ata final da conferência previa a readmissão da Argentina se declarasse guerra ou Eixo e se dispusesse a cooperar de forma plena com as Nações Unidas (SAUER, 1993, p. 131). Ainda em fevereiro, uma missão secreta do Departamento de Estado foi a Buenos Aires propondo o reconhecimento do governo Farrell, o levantamento do embargo econômico e do bloqueio comercial em troca da adesão aos princípios interamericanos. Em 27 de março de 1945, a Argentina declarou guerra aos países do Eixo. Em 4 de abril, o representante argentino assinou a ata final da Conferência de Chapultepec (SAUER, 1993, p. 132).

Segundo Svartman:

A Argentina, apoiada em seus laços econômicos e políticos com a Inglaterra e na sua inserção estratégica perante Paraguai, Uruguai e Bolívia, utilizou armas diplomáticas, financeiras e mesmo militares para, nas diferentes conjunturas que se apresentavam, contrabalançar a pressão norte-americana e o crescimento brasileiro na região. Todavia, apesar da retórica, das movimentações militares nas fronteiras e nas intervenções na política interna dos países vizinhos, a ação externa dos governos argentinos era sempre uma ação de resistência a uma nova ordem que se configurava, nunca uma ofensiva que, de fato, fosse capaz de se impor como alternativa real tanto à hegemonia norte-americana quanto ao projeto de subegemonia brasileiro (SVARTMAN, 1999, p. 198).

No Brasil, ano de 1945 foi de transição democrática. Getúlio Vargas restabeleceu a liberdade partidária e marcou eleições presidenciais e para uma constituinte. O temor de que fizesse alguma manobra para permanecer no poder levou ao seu afastamento em outubro. Em 2 de dezembro, foi eleito presidente Eurico Gaspar Dutra. Havia uma expectativa de que o Brasil, por ter redemocratizado suas instituições, ter sido colaborador na política latino-americana dos Estados Unidos e ter prestado auxílio no esforço de guerra entrasse em uma fase de “relações especiais” com a potência do norte (BUENO, 2012, p. 290). Mas os Estados Unidos tinham outras prioridades e elas não incluíam a América Latina. A cooperação econômica ficou aquém do esperado. Mesmo assim, o governo Dutra foi marcado pelo completo alinhamento político e militar com os Estados Unidos. Um dos marcos desse alinhamento foi a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) no Rio de Janeiro em 2 de setembro de 1947, na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e Segurança do Continente, que previa um mecanismo permanente de assistência militar recíproca (BUENO, 2012, p. 290). Outras medidas importantes do governo Dutra

foram a ruptura de relações diplomáticas com a União Soviética em outubro de 1947 e o voto contra a admissão da China Popular à ONU, acompanhando do voto dos Estados Unidos (BUENO, 2012, p. 291-292). Segundo Gerson Moura, o poder exercido durante a guerra pelo apoio aos Estados Unidos declinou e o alinhamento se tornou um dogma que não trouxe quaisquer recompensas políticas ou econômicas (MOURA, 2012, p. 157).

Em 24 de fevereiro de 1946, Perón foi eleito presidente da Argentina por uma coalizão entre o partido Laborista, a Junta Renovadora, dissidência da União Cívica Radical e o partido Independente. O governo Truman, já engajado nos movimentos da Guerra Fria, via com reservas o novo governo argentino que era classificado pelo Departamento de Estado como corporativista, nacionalista e até totalitário (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000). Em 6 de julho, Perón enunciou em cadeia de rádio a chamada “Terceira posição”. A ideia, que não ficou clara nesse primeiro discurso, era manter a Argentina em uma posição intermediária entre Estados Unidos e União Soviética, com a doutrina justicialista como alternativa ao capitalismo e ao comunismo (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000)⁴⁴. Para Perón, essa opção permitiria agir no contexto internacional como um pêndulo, segundo as necessidades, sem comprometimento com nenhum dos dois extremos (SILVA; MOREIRA; QUINTEROS, 2010, p. 213). Apesar disso, a Argentina assinou o TIAR, embora tenha levado muitos anos para ratificá-lo⁴⁵.

Iuri Casvlak considera que até 1950, a embaixada brasileira em Buenos Aires percebeu a Argentina como um governo forte internamente, com veleidades expansionistas em relação aos países da América do Sul e em contraposição à ordem internacional sancionada pelos Estados Unidos. Assim, ao Brasil do governo Dutra “coube proteger o sistema interamericano da força peronista, assumindo o papel de representante do liberalismo norte-americano na esfera da economia política das relações internacionais do subcontinente” (CAVLAK, 2008, p. 69). Mesmo assim, o governo brasileiro evitou entrar em conflito com o argentino e, inclusive, procurou mediar as desavenças com Washington. Contudo, o fato da Argentina peronista buscar liderança regional gerava problemas. A política argentina de tentar estabelecer uniões econômicas entre os países limítrofes, sem considerar os organismos multilaterais criados em 1945, levou o Brasil a alinhar-se com os Estados Unidos na defesa do multilateralismo e da cláusula de nação mais favorecido. E havia preocupações geopolíticas

⁴⁴ Segundo os autores, o discurso de 6 de julho de 1947 tinha dois objetivos. Um externo, que seria garantir a eventual presença argentina no Plano Marshall e outro, interno, garantir o apoio dos nacionalistas, descontentes com a aproximação argentina dos Estados Unidos e a proximidade da conferência do Rio de Janeiro.

⁴⁵ O Tratado foi ratificado pela Argentina em 28 de junho de 1950.

com as relações da Argentina com a Bolívia e o Chile, países que possuíam amplos setores vinculados ao regime peronista (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000m).

3.3 O PARAGUAI NO SISTEMA INTERNACIONAL

Ao contrário do Brasil e da Argentina, o Paraguai não era foco de interesse dos Estados Unidos. Houve certa preocupação durante a Guerra do Chaco, pois era um conflito que prejudicava a política da Boa Vizinhança (MORA; COONEY, 2009, p. 95). Mas, mesmo com as inclinações autoritárias e comunistas durante o período de Rafael Franco, o Paraguai era visto como um país menor, quase como um apêndice da Argentina. Foi a estratégia de expansão alemã no sudeste paraguaio que chamou a atenção dos Estados Unidos. Havia cerca de 30 mil alemães no Paraguai, cuja população total era um milhão de habitantes. Os imigrantes começaram a chegar no final do século XIX. Uma nova leva chegou depois da Primeira Guerra. Dedicavam-se à agricultura, possuíam oficinas mecânicas e empresas de construção. Dentre os cinco mil que residiam em Assunção, muitos se dedicavam ao setor bancário e ao comércio. Esses tinham peso econômico e tinham muita influência na comunidade empresarial da capital, onde estabeleciam vínculos profissionais e pessoais (através do casamento) com as famílias influentes de Assunção (MORA; COONEY, 2009, p. 128). Lembremos que as relações pessoais no Paraguai funcionam por meio de contratos diádicos⁴⁶, e os dirigentes nazistas logo captaram essa tendência.

No Paraguai, as atividades nazistas começaram em 1927 em Villarrica e na Colônia Independência. Em 1929, foi lá criado o primeiro partido nazista fora da Alemanha (SEIFERHELD, 2012, p. 84). Já em 1934, apenas um ano após Hitler chegar ao poder, as organizações alemãs no exterior eram obrigadas a se inscrever no *Verband Reichsdeutscher Vereine im Ausland* (Associação das Organizações Alemãs no Exterior), cuja finalidade era registrar as atividades dos alemães no exterior e arrecadar fundos para finalidades beneficentes e militares no Reich. Assim, o governo auxiliava somente as organizações afinadas com a ideologia nazista (SEIFERHELD, 2012, p. 92).

A Alemanha também investia muito em propaganda radiofônica na América Latina. A embaixada alemã em Assunção contava em 1939 com cerca de 500 discos e aparelhos de

⁴⁶ Segundo Foster, contratos diádicos são de dois tipos: os feitos entre pessoas do mesmo status socioeconômico, e os feitos entre indivíduos de status socioeconômico diversos. Ambos os tipos envolvem obrigações recíprocas. Mas essas obrigações são diferentes. Para o primeiro tipo, elas são simétricas, ou seja, são obrigações recíprocas complementares iguais para ambas as partes. Para o segundo tipo, elas são assimétricas – recíprocas não complementares, pois cada parte deve a outras coisas diferentes (FOSTER, 1961, p. 1174-1175).

rádio que eram emprestados a emissoras locais ou a quem possuísse aparelhos para reprodução. A propaganda difundia o novo desenvolvimento político alemão, buscava fomentar a aproximação econômica e antagonizar com o discurso norte americano do pan-americanismo, salientando a relação cultural da América espanhola com a Europa, “mãe espiritual do novo continente”. A questão racial, em contrapartida, não era abordada nessa propaganda. A Alemanha utilizava as ondas curtas, o que, na ausência de emissoras locais no Paraguai, atraía a atenção da população. Inicialmente, os programas eram dirigidos à população de origem alemã. Mas logo passou a haver segmentos em espanhol (SEIFERHELD, 2012, p. 231-232).

Em contraste, a presença dos Estados Unidos no Paraguai, no início da Segunda Guerra Mundial era minúscula. Representando menos de um por cento do total do intercâmbio comercial dos Estados Unidos na América Latina, com apenas três empresas norte-americanas e menos de trinta cidadãos dos Estados Unidos no país, o Paraguai, na prática, estava mais distante do interesse norte-americano do que qualquer outro país latino-americano (GROW, 1988, p. 7).

Uma das grandes preocupações de Washington era que a Alemanha ganhasse adesão de militares pró-fascistas que, influenciados pelas missões militares e pelos assessores alemães, poderiam conquistar poder político e voltar-se contra a política da Boa Vizinhança (MORA; COONEY, 2009, p. 126-127).

Foi somente quando surgiu a ameaça de uma incursão estratégica alemã, com o início da Segunda Guerra, que o Paraguai chamou a atenção dos Estados Unidos. A guerra cortou o comércio de Assunção com Berlim, diminuindo as opções comerciais do Paraguai. Nesse momento, Washington passou a combinar estímulos diplomáticos e materiais para atrair o Paraguai para a sua esfera. Vários departamentos do governo contribuíram para isso, especialmente o *Eximbank*, o Departamento de Guerra, com suas missões militares e programas de *Land and Lease*, o Escritório do Coordenador de Assuntos Inter Americanos (OCIAA) e o Instituto de Assuntos Interamericanos (MORA; COONEY, 2009, p. 130-131).

O curto governo de Estigarribia foi um período de aproximação. Ele era representante do Paraguai em Washington desde março de 1938 e era visto como capaz de afastar a influência nazista no Paraguai, embora os americanos conhecessem suas tendências autoritárias. Já em dezembro de 1938, Estigarribia apresentou uma solicitação ao *Eximbank* de créditos num total de \$ 7,8 milhões para “[...] melhorar as condições econômicas e financeiras do Paraguai.” (GROW, 1988, p. 74). O item principal da proposta era um crédito de \$ 3,3 milhões para construir uma estrada de 480 km de Assunção até o leste, até a fronteira

brasileira na zona de Foz do Iguaçu. Esse projeto seria, conforme justificou Estigarríbia para o presidente do *Eximbank*, Warren Lee Pierson, duplamente vantajoso. Passando através da região agrícola mais fértil do país, diminuiria os custos de produção e incentivaria a cultura de algodão e outros produtos exportáveis, triplicando o volume das exportações do Paraguai. Além disso, acabaria com o domínio argentino sobre o comércio paraguaio, com a utilização da rede de estradas do Brasil. Estigarríbia também solicitava \$ 2 milhões como reserva para o Banco da República do Paraguai para fortalecer a moeda instável e mais \$ 2,5 milhões para construir o primeiro sistema de água potável de Assunção, bem como técnicos norte-americanos para auxiliar o Paraguai na modernização da sua agricultura, estrutura financeira e programas de saúde pública (GROW, 1988, p. 74-75).

O general tinha naturalmente aspirações pessoais. Ser o fiador do desenvolvimento e da estabilidade financeira do Paraguai faria dele um candidato natural à sucessão de Félix Paiva. Por outro lado, os Estados Unidos viam o general com bons olhos, como “[...] um homem inteligente e de pensamento construtivo.” (GROW, 1988, p. 75). A revolução franquista fora vista com reservas e o retorno dos liberais em 1937 foi celebrado. Além disso, uma crise econômica poderia trazer os radicais de volta ao poder. Assim, o Departamento de Estado instou o *Eximbank* a responder favoravelmente ao pedido, ignorando, inclusive a recomendação negativa de seu próprio assessor para assuntos econômicos ⁴⁷. As negociações prosseguiram sem obstáculos. Em maio de 1939, as negociações foram interrompidas, pois o Paraguai estaria negociando um acordo tripartite com a Alemanha e a com a Bolívia ⁴⁸. Depois de ser advertido pelo Subsecretário de Estado, Sumner Welles, a respeito do caráter irregular do projeto, Estigarríbia tranquilizou o governo norte-americano de que não tinha intenção de cumprir o acordo “[...] prejudicial ao progresso da política comercial liberal entre as repúblicas americanas e outras nações do mundo.” (GROW, 1988, p. 76).

⁴⁷ Considerava-se que havia dificuldades técnicas, falta de funcionários qualificados no Paraguai, e o impacto negativo nos preços mundiais caso a produção de algodão paraguaia aumentasse 400% (MORA; COONEY, 2009, p. 132).

⁴⁸ O governo da Bolívia havia expropriado os bens da Standard Oil sem indenização em março de 1937. Em 21 de abril de 1939 foi assinado entre os governos do Paraguai e Bolívia um contrato *ad referendum* pelo qual a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) instalaria em zonas francas concedidas pelo governo paraguaio e localizadas na margem direita do rio Paraguai zonas de armazenamento, recepção e despacho de petróleo e armazém para mercadorias (BREZZO, 2013). A Alemanha, por sua vez, estava tentando obter um monopólio sobre as exportações de petróleo boliviano, oferecendo assistência técnica e financeira à empresa petrolífera estatal boliviana em troca de petróleo. A assistência incluía a construção de um oleoduto na direção leste até um porto paraguaio no rio Paraguai onde o petróleo seria embarcado para a Europa. Os paraguaios deveriam dar preferência ao petróleo boliviano e prestar assistência ao transporte para a Alemanha. Os alemães iriam instalar refinarias de petróleo no Paraguai e construir uma estrada que uniria Assunção com o Brasil (GROW, 1988, p. 76).

O acordo foi assinado em 13 de junho de 1939. Na ocasião, Estigarribia relacionou diretamente a sua conclusão ao sistema de segurança coletiva que os Estados Unidos pretendiam construir na América:

Gostaria de expressar a Vossa Excelência (o Secretário de Estado Cordell Hull), a convicção do povo paraguaio, e a minha própria, que com a realização do programa delineado, estará assegurada a pronta reabilitação econômica e financeira do Paraguai cujo progresso, através da assistência dos Estados Unidos, será mais um fator na segurança coletiva do continente que a que todos os americanos aspiram (UNITED STATES, 1939).

Foi aprovado o valor de \$3 milhões de dólares para a primeira fase do projeto viário e um crédito de \$500.000 mil dólares para o Banco da República do Paraguai. Também consultores técnicos da Comissão Tarifária e do Serviço de Saúde Pública dos Estados Unidos foram designados ao governo paraguaio. Em troca, o Paraguai assinaria o contrato para a construção da rodovia com uma empresa de engenharia dos Estados Unidos e aceitaria um representante do *Eximbank* para fiscalizar as operações do Banco do Paraguai (GROW, 1988, p. 77). No dia 20 de junho, foi designado Eric F. Lamb para essa função (UNITED STATES, 1939).

O importante acordo marcou uma mudança decisiva nas relações entre os dois países. Washington ganhou uma influência que nunca havia tido até então e a utilizou para conter, senão para eliminar, a influência nazi no país e, ao mesmo tempo, assegurar concessões políticas e de segurança dos governos paraguaios quando as circunstâncias o requeressem. Para o Paraguai, o acordo significou o começo de uma nova e importante forma de relação, que teria um significativo impacto econômico e político no país. As relações bilaterais nunca haviam sido tão estreitas, nem voltariam a ser até meados da década de 1950 (MORA; COONEY, 2009, p.133).

Estigarribia assegurou a Welles que não toleraria interferência alemã na política, na propaganda e na economia, além de ter vetado propostas alemãs de auxílio (MORA; COONEY, 2009, p.134). A mudança de orientação foi perceptível. Enquanto na Conferência de Lima, em 1938, o Paraguai votou contra a proposta dos Estados Unidos de selar um pacto formal de defesa mútua, nas Conferências do Panamá (1939) e de Havana (1940), Estigarribia instruiu os delegados paraguaios a “cooperarem de maneira mais estreita possível” com os representantes norte-americanos (MORA; COONEY, 2009, p.134). Em 14 de setembro de 1939, o governo de Estigarribia declarou a neutralidade do Paraguai na guerra através do Decreto nº 16.984 (SEIFERHELD, 2012. p. 291).

Em agosto de 1940, Protásio Batista Gonçalves, encarregado de negócios junto à Legação Brasileira em Assunção, fez, em correspondência para Oswaldo Aranha, uma análise adequada a respeito da influência germânica e norte-americana no Paraguai:

Assim é que já verifiquei ser grande a influência alemã, não só porque a colônia alemã é rica e numerosa e goza de real prestígio, sendo dessa nacionalidade grande parte do comércio, como também porque um bom número de oficiais do exército é de tendência nazi, apesar de que é francesa a missão que ministra instrução aos militares, além de que o chefe de governo é notoriamente amigo da França. Não duvido que os alemães e os alemanistas tenham a intenção de dar algum golpe aqui, com o fim de posteriormente se irradiarem pelos países vizinhos; diz-se que tem sido relativamente vultosa a imigração nos últimos tempos e sabe-se que a Casa Bayer gasta bastante dinheiro com a propaganda nazista. O jornal LA TRIBUNA, de que é redator um ex-presidente da República, o dr. Eduardo Schaerer [presidente do Paraguai entre 1912 e 1916], é evidentemente subvenciado por essa firma. [...] A Alemanha e a Itália são as únicas nações europeias que atualmente têm as suas missões aqui chefiadas por Ministros e são essas as legações as mais bem instaladas em Assunção. [...] No entanto, sobre o governo paraguaio, creio que os Estados Unidos são o país que exerce mais influência: o próprio Ministro americano me fez compreender que foi devido a pressão do seu governo que o Dr. Salomoni [Thomas Salomoni, Ministro das Relações Exteriores entre setembro e novembro de 1940] foi a Havana [Conferência de Havana entre 21 e 31 de julho de 1940]; parece que precisavam contar com o seu voto. O general Estigarribia é grande amigo da Norte América, onde acreditou seu genro na qualidade de ministro. Não creio também que a comissão americana de engenheiros que aqui se encontra, só tenha por fim a construção do caminho ao Iguassu, pois outros técnicos menos exigentes em matéria de remuneração, seriam tão capazes quanto eles para realizar essa obra. Deve haver nisso alguma finalidade política, talvez contrabalançar em parte as influências alemãs e argentinas⁴⁹.

Em 1939, após o desencadeamento da Segunda Guerra, houve uma grande demanda na Europa por carnes, madeira e tanino do Paraguai. Todavia, em 1940, a ocupação alemã da Europa ocidental e a guerra naval no Atlântico limitaram as exportações, prejudicando o governo Estigarribia que dependia cerca de 70% de direitos aduaneiros para arrecadações fiscais (GROW, 1988, p. 77). Para amenizar a crise Estigarribia tentou intensificar sua aproximação com a aliança americana.

Em correspondência de 2 de setembro de 1940, Finley Howard, Ministro dos Estados Unidos no Paraguai, relata ao Secretário de Estado conversas com Pablo Max Insfran, Ministro de Obras Públicas e Justo Pastor Benitez, Ministro da Fazenda e das Relações Exteriores, nas quais os paraguaios solicitam auxílio econômico em troca de apoio concreto à aliança americana, no acaso bases militares, navais e aéreas. Howard se queixa da vagueza dos planos apresentados pelos paraguaios, mas acentua que as dificuldades econômicas são o ponto mais fraco do governo Estigarribia e deveriam se agudizar. Conclui que: “Se o atual governo do Paraguai pretende se alinhar conosco em medidas políticas e militares, nós devemos garantir a assistência financeira necessária para ajuda-los a implementar tal programa.” (UNITED STATES, 1940, p. 1126).

Em 17 de setembro, Horacio Fernandez, Ministro do Paraguai nos Estados Unidos, e genro de Estigarribia, apresentou um programa de reconstrução econômica do Paraguai,

⁴⁹ CPDOC-FGV. Arquivo Oswaldo Aranha. Correspondência Política. (3 de agosto de 1940).

envolvendo vários itens: reajuste financeiro, financiamento do porto de Assunção, obras públicas, medidas sanitárias em Assunção e criação de uma marinha mercante⁵¹. O Secretário de Estado pediu que o consultor financeiro do Banco do Paraguai, Eric Lamb, fosse encarregado de elaborar um plano mais detalhado (UNITED STATES, 1940, p. 1134). Enquanto essas possibilidades eram discutidas, ocorreu a morte de Estigarribia em um acidente de avião de 7 de setembro de 1940.

Em 28 de dezembro de 1940, Finley Howard enviou relatório para o Secretário de Estado, Dean Acheson, recomendando cautela em função das mudanças ocorridas desde o desaparecimento do governo Estigarribia. O auxílio econômico estava sendo estudado, mas Howard sugere que se espere “[...] uma mudança ou consolidação do regime e alguma evidência do desejo e habilidade do governo acompanhar os Estados Unidos no programa de solidariedade continental [...]” (UNITED STATES, 1940, p. 1134). Howard sugeriu ajuda econômica esperando que “A reação a tal generosidade fosse a desejada e que o Paraguai se tornasse um amigo dos Estados Unidos na América do Sul.”

Tanto os *tiempistas*⁵⁰ quanto os militares paraguaios eram avessos à causa das democracias. Julgavam que os verdadeiros imperialistas eram os ingleses e americanos e nutriam admiração pelo exército e pelo governo alemão. Luís Argaña, Ministro das Relações Exteriores e líder *tiempista*, declarava que não considerava as potências do Eixo como uma ameaça séria ao hemisfério ocidental e que, mesmo se a Inglaterra caísse, a Alemanha estaria muito ocupada com rebeliões e hostilidades na Europa para ameaçar as Américas. Também considerava que em caso de vitória do Eixo o Paraguai “[...] seria deixado em total independência devido aos laços de simpatias criados por um ideal comum” e que o Paraguai poderia “funcionar muito bem em um mundo totalitário.” (GROW, 1988, p. 88).

No início de 1941, Finley Howard foi substituído por Wesley Frost. Howard passara cinco anos no Paraguai e desenvolvera laços de amizade com os líderes de partidos tradicionais. Não conseguia ocultar seu desdém pelas novas lideranças. Além disso, bebia muito e era mulherengo, o que degradava os *tiempistas* e os militares (GROW, 1988, p. 90-91). Segundo Mora e Cooney, recebia as pessoas na embaixada de saída de banho ou com ainda menos roupa (MORA; CONEY, 2009, p. 141). Frost teve muito mais êxito no manejo com o novo governo (GOMEZ FLORENTIN, 2011, p. 60). Essa foi uma das primeiras

⁵⁰ Grupo de intelectuais católicos de direita, cujo nome vem do jornal El Tiempo fundado em 1937. Tinham influência do fascismo e do corporativismo europeus. Entre 1941 e 1944 atuaram no governo Morínigo (NICKSON, 2015, loc. 11150-11158).

medidas tomadas por Roosevelt para melhorar as relações com o Paraguai depois da morte de Estigarribia.

A seguir, o governo dos Estados Unidos fez um gesto humanitário. Ao saber que o filho de sete anos de Morínigo sofria de paralisia infantil, Sumner Welles sugeriu a Roosevelt em fevereiro de 1941 que os Estados Unidos oferecessem tratamento médico. “Se o menino viesse aos Estados Unidos, o presidente teria razões maiores para pensar bem de nós e conseqüentemente haveria menos probabilidade que caísse sob influência do Eixo”. Welles chegou a dizer que o gasto no tratamento seria um gasto em “fundos para a defesa” (GROW, 1988, p. 91). No início de maio, a senhora Dolores Morínigo, acompanhada do menino, embarcou para Warm Springs na Geórgia, onde permaneceram por três meses (CORREIO DA MANHÃ, 4 maio 1941).

Em 11 de junho de 1941, Higino Morínigo fez uma declaração à imprensa a respeito da postura do Paraguai com respeito à defesa do hemisfério ocidental:

O Paraguai cumprirá integralmente suas obrigações para a defesa do hemisfério ocidental logo que essas obrigações fiquem definidas em ação comum das repúblicas americanas, o que espero se fará na conferência dos nossos ministros de relações exteriores. O governo, nessa sua atitude, conta com o apoio de todos que sinceramente desejam a estabilidade da paz (CORREIO DA MANHÃ, 12 jun. 1941).

Em seguida foi oferecido um total de U\$11000,000 em material para o Exército e Marinha, sendo \$2000,000 para o Exército e \$1000,000 para a Marinha até 30 de junho de 1942. Esperava-se o pagamento de \$50,000 em cada ano até 1947, sendo os termos mais favoráveis oferecidos para os países da América. Em troca, o Paraguai disponibilizaria bens e informações necessários para a defesa dos Estados Unidos e das Américas. Havia também a previsão de envio de uma missão militar para instrução sobre o uso desses equipamentos. Hull invocava as boas relações e os compromissos assumidos pelo governo Estigarribia. O oficial de ligação advertiu para que não fossem publicadas na imprensa as condições favoráveis oferecidas ao Paraguai para não produzir descontentamentos nos outros países. A assinatura ocorreu em 20 de setembro de 1941. Além do programa de ajuda militar, estavam em vigor os empréstimos acertados com Estigarribia, \$400,000 para reparos no Porto de Assunção, \$400,000 de crédito para a agricultura e a reforma de dois aeroportos pela Pan American-Grace Air Ways (UNITED STATES, 1941, p. 764)⁵¹.

⁵¹ Os acordos negociados com Estigarribia envolviam \$3 milhões de dólares para a primeira fase do projeto viário e um crédito de \$500.000 mil dólares para o Banco da República do Paraguai. Também consultores técnicos da Comissão Tarifária e do Serviço de Saúde Pública dos Estados Unidos foram designados ao governo paraguaio.

Com a entrada dos Estados Unidos na Guerra, Argaña se reuniu no dia 10 de dezembro em seu gabinete com os representantes diplomáticos americanos e falou sobre a situação criada para todos os países do continente. Disse que o Paraguai teria atitude idêntica a do Brasil e da Argentina. E que a atitude tomada pelos países do continente era a única que se poderia adotar.

Mas Protásio Gonçalves relatou:

Sei, de fonte fidedigna, que na tarde desse mesmo dia, o Ministro das Relações Exteriores convocou a uma reunião secreta os chefes das forças militares sediadas nesta capital e lhes explicou não permitir o momento adotar-se outra atitude que a assumida pelo governo e que, por conseguinte, era necessário que todos os paraguaios, sem terem em conta simpatias e ideologias próprias, acatassem cegamente as resoluções governamentais. Teria, dessa forma, obtido o Ministro Argaña o assentimento unânime dos referidos chefes, muitos dos quais eram até agora notoriamente partidários da aproximação com a Alemanha e a Itália e não com os Estados Unidos⁵².

No dia 12, Protásio foi procurado pelo encarregado de negócios do Japão que se disse apreensivo pela atitude dos países do continente, entre os quais a Bolívia, declarando guerra ao seu país. Disse que temia que todos fizessem o mesmo depois da conferência do Rio de Janeiro, mas que confiava que o presidente Vargas se abstinhasse de intervir. Disse que temia que o Paraguai seguisse o exemplo da Bolívia, em consequência da pressão exercida pelo governo dos Estados Unidos⁵².

Na verdade, em conversas reservadas com militares ao longo de mês de dezembro, Argaña ponderava que, em razão da supremacia britânica e norte-americana no Atlântico, passariam pelo menos uns quatro anos antes que a cooperação econômica com a Alemanha fosse factível e que nesse período os Estados Unidos seriam a única fonte de ajuda militar e econômica para o Paraguai. Segunda as fontes de Michael Grow, Argaña teria dito numa dessas ocasiões:

Os poderes do Eixo sabiam perfeitamente quais são os sentimentos reais do Paraguai e os tomarão em consideração quando triunfarem finalmente. Contudo, é imperativo que o Paraguai continue fazendo o jogo dos Estados Unidos por urgentes razões de interesse nacional (GROW, 1988, p. 94).

Morínigo seguiu as instruções de Argaña. Em uma entrevista concedida anos após declarou:

Ainda que o Paraguai tivesse muita simpatia pelo regime alemão e, em especial, pelo seu exército, eu decidi alinhar o Paraguai com os Estados Unidos por causa dos potenciais benefícios e vantagens [...]. Cheguei à conclusão que era do interesse do Paraguai estar ao lado dos aliados. (GROW, 1988, p. 140).

⁵² BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL. 263. (12 de dezembro de 1941)

Em 25 de fevereiro de 1942, o Paraguai rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo. Segundo Protásio Gonçalves, os oficiais adeptos do Eixo teriam aceitado a ruptura após a ruptura brasileira, o que demonstraria a confiança da oficialidade paraguaia na política externa de Vargas (DORATIOTO, 2012, p. 252). Foram tomadas, por meio de decretos-lei, uma série de medidas que impediam súditos dos países do Eixo de se reunirem para fins patrióticos, entrar ou sair do país sem autorização, controle de correspondências, etc. (SEIFERHELD, 2012, p. 487). Poucos dias depois, em fevereiro, as Legações em Assunção e Washington foram elevadas à categoria de Embaixada (MORA; COONEY, 2009, p. 140).

Amancio Pampliega relata em suas memórias as pressões norte-americanas para que o governo paraguaio tomasse medidas contra os alemães. Uma delas era o boato de existência de uma “lista negra” com nome de paraguaios e estrangeiros mal vistos pela Legação norte-americana. Segundo Pampliega, o resultado foi que muitos se afastaram dos alemães, fecharam suas contas no Banco Germânico, deixaram de comprar em estabelecimentos de alemães, etc. Mas outros colaboraram com seus amigos estrangeiros colocando seus bens em seus nomes e até ações em sociedades. Pampliega comenta a falta de sensibilidade norte-americana para o fato de que “[...] as colônias alemã e italiana eram muito importantes para o Paraguai. Estavam enraizadas, tinham seus clubes, seus colégios, até seus hospitais. Seus filhos estavam casados com paraguaios e eram nossos compatriotas.” (PAMPLIEGA, 1984, p. 78-83).

Em 1942, os Estados Unidos iniciaram a construção de uma base aérea em Assunção. A pista de aterrissagem seria uma das maiores e melhores do continente, numa área de 2000 quilômetros construída pela Pan American Airways Company (a Embaixadora aérea da indústria norte-americana conforme Grow), conforme fora acertado num acordo de novembro de 1940 (GROW, 1988, p. 106). Era um programa para toda a América Latina e tinha por objetivo conseguir concessões para empresas privadas norte-americanas, ganhando vantagem competitiva sobre os rivais europeus e obter direito de aterrissagem para aviões militares em caso de necessidade. Quando da visita do Ministro da Guerra argentino em agosto daquele ano, Antônio de Vilhena Ferreira Braga informou ao Rio de Janeiro que a obra contava com a oposição do major Benitez Vera, comandante da Divisão de Cavalaria. Não se podia verificar na época se essa oposição tinha a ver com a influência argentina⁵³.

⁵³ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 153. (22 de agosto de 1942).

Durante todo o ano de 1942, a construção foi negociada entre o Departamento de Estado e o governo do Paraguai. Houve um problema relativo a uma cláusula a ser inserida no acordo segundo a qual o aeroporto deveria ter uso restrito a aeronaves operadas por cidadãos das repúblicas americanas signatárias da Declaração de Lima (UNITED STATES, 1942). Essa cláusula era considerada uma limitação de soberania. Depois de muitos debates, houve aceitação da cláusula de forma suavizada. De acordo com a documentação do Departamento de Estado, em agosto de 1942, as obras foram suspensas por interferência do Exército paraguaio, logo no mesmo mês da visita da missão argentina (UNITED STATES, 1942). Os engenheiros e operários foram impedidos de prosseguir por um destacamento da aviação militar que compareceu ao local armado de metralhadoras. Houve até disparos (GROW, 2008, p. 106).

No início de fevereiro de 1943, Francisco Negrão de Lima, Embaixador do Brasil em Assunção, informava Aranha de que essa oposição havia gerado um problema diplomático: as obras haviam sido suspensas de maneira brusca e pouco gentil com os americanos. Os técnicos deixaram o Paraguai. Mas o comandante da Divisão de Cavalaria, major Benítez Vera e o Comandante da Aviação Militar, major Pablo Stagni alegaram que a pista amputava parte do terreno pertencente à aviação militar e que esta circunstância era por eles ignorada.

Ao que tudo indicava, o major Pablo Stagni teria sido, de fato, o responsável pela paralização da obra. Ele havia ido, pouco antes, à Argentina em missão de confraternização. Em uma das festas em que lá participou, o adido militar norte-americano, talvez ignorando as simpatias do major Stagni pelo Eixo, fizera em algumas afirmações e referências a respeito da repercussão da guerra na América do Sul. Uma dessas referências teria atribuído à base aérea em construção no Paraguai um objetivo estratégico dos Estados Unidos da América em face da atitude hostil assumida pelo governo argentino. O major Stagni, depois de ter ouvido isso e fortemente influenciado pela atmosfera argentina, teria conversado com Benítez Vera e obtido a paralização da obra. O Embaixador americano recorreu a Morínigo. Segundo Negrão de Lima, “O presidente, como já frisei em vários ofícios, assume sempre atitudes contemporizadoras em tais situações, evitando choques com os elementos dos quais depende a estabilidade de seu governo”. O Embaixador brasileiro comentou que há pouco mais de dois meses, em palestra íntima, o Embaixador dos Estados Unidos aludira a este e outros assuntos, queixando-se das dificuldades que vinha encontrando para o perfeito desempenho de sua missão. Negrão de Lima teria dito que na atmosfera política paraguaia “tão sensível e delicada” era melhor esperar que o tempo resolvesse e que o Embaixador Frost “contasse, pois, com esse colaborador sutil, o qual não lhe faltaria”. No dia 4 de fevereiro, o Embaixador

americano informou que as obras prosseguiriam, sem alarde para não despertar as resistências anteriores. Havia, contudo, um novo problema. O cimento, antes importado da Argentina, não viria mais, em consequência dos embaraços criados por aquele país. Frost pediu que o cimento viesse do Brasil. Seriam necessários cinco mil sacos. Negrão de Lima sabia que o cimento estava escasso no Brasil “mas a Vossa Excelência não escapará por certo o alcance político da nossa colaboração com o Governo dos Estados Unidos da América numa obra em que se acha tão empenhado e a ser executada no Paraguai”⁵⁴. Em novembro de 1942, um muito irritado Cordell Hull escrevia a Frost que não tinha pressa em retomar a construção, já que fora paralisada pelos paraguaios (UNITED STATES, 1942).

Em 2 de junho de 1943 reiniciou a construção da pista, agora denominada de aeroporto da Pan American Airway System em Campo Grande, com uma cerimônia solene que contou com a presença do presidente Morínigo, do Embaixador norte americano e do representante da companhia, George Smith. (EL PAIS, 2 jun. 1943; EL PARAGUAYO, 3 jun. 1943). Negrão de Lima informou Oswaldo Aranha assinalando uma mudança de atmosfera no Paraguai em relação aos Estados Unidos, aludindo aos setores militares de tendência nazista. Justificava a transformação pela cooperação que o governo dos Estados Unidos da América vinha dando ao governo sob diversos aspectos e principalmente pelo fato de aqui haverem chegado 31 aviões de instrução e treinamento destinados a aviação militar. Mas também credita a mudança à política externa brasileira: “Também é justo assinalar a influência exercida no mesmo sentido pela política que o Brasil tem feito em relação ao Paraguai e que indiretamente fez esse país perceber a necessidade de aproximação com a grande nação americana”. Ainda acrescentou as vitórias aliadas no norte da África que enfraqueciam a causa nazista⁵⁵.

Em março de 1942, o governo Morínigo solicitou ao governo dos Estados Unidos crédito do *Eximbank* no valor total de 7 milhões de dólares para diversas finalidades. Esperavam uma resposta favorável uma vez que, no Rio de Janeiro, Sumner Welles assegurara que qualquer “solicitação do governo paraguaio” teria consideração favorável do governo Roosevelt. Todavia, a resposta foi negativa (GROW, 1988, p. 100). Mas em pouco tempo, o quadro mudou. Com as sucessivas vitórias do Eixo e ausência de ajuda econômica e militar dos Estados Unidos, os grupos pró Eixo, especialmente a Frente de Guerra⁵⁶,

⁵⁴ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL/ 52 688.3 (43). (5 de fevereiro de 1943).

⁵⁵ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 277 688. (43). (4 de junho de 1943).

⁵⁶ Grupo formado em 1938 de militares e policiais pró-fascistas que exerceram considerável influência sobre o governo Higinio Morínigo durante a Guerra. Era também conhecida como Grupo de Cavalaria, em função de sua força nos regimentos de cavalaria. Combatia a pressão diplomática e comercial dos Estados Unidos

começaram a acusar Morínigo de confiar em Argaña e nos *tiempistas*, apoiando os Estados Unidos na Conferência do Rio. Em 10 de abril, Wesley Frost informou ao Departamento de Estado que a ruptura do Paraguai com os poderes do Eixo se baseou quase abertamente sobre o argumento de que essa medida traria consigo assistência econômica e de defesa dos Estados Unidos e os líderes do movimento pela ruptura, Dr. Argaña e seus amigos estão agora em perigo de serem removidos dos seus cargos devido ao fracasso dessa política em obter resultados (GROW, 1988, p. 100-101).

Nesse meio tempo, o Departamento de Estado enviou ao Paraguai o emissário especial Avra Warren para obter a expulsão dos agentes diplomáticos do Eixo e dos espões nazistas. Morínigo decidiu-se pela expulsão do pessoal diplomático, o que acarretou uma crise no governo. Em uma tensa reunião do gabinete em 1º de maio, a facção militar condenou a expulsão de cidadãos pacíficos e exigiu a renúncia de Argaña que enganara o país com promessas de ajuda norte-americana (GROW, 1988, p.101) (SEIFERHELD, 2012, p. 489). Quarenta e oito horas depois, o Departamento de Estado anunciou um programa de assistência econômica para o Paraguai. Os pontos centrais do programa eram três milhões de dólares do *Eximbank* para projetos de obras públicas e desenvolvimento agrícola e industrial. Contudo, como acentua Michael Grow, a ideia de desenvolvimento econômico do Paraguai era diversa para ambos os lados. Morínigo desejava dividir os créditos igualmente para indústrias e estradas. Já os americanos não eram entusiastas da industrialização. Queria prosseguir com a construção de estradas que vinha sendo feita desde 1939 por uma empresa de Nova York. Isso gerou alguma discussão, mas Morínigo terminou cedendo e foi acertado que dois milhões seriam para a construção de vias (GROW, 1988, p.102). Houve, a partir de março, a retirada das delegações alemã e italiana. Não foi fácil e contou com a reação de membros do governo, tendo se completado somente em abril de 1942 (SEIFERHELD, 2012, p. 485).

Em janeiro de 1943, o Chile anunciou a ruptura de relações com o Eixo. O Presidente Juan Antonio Rios comunicou a Morínigo por nota em 20 de janeiro (LA TRIBUNA, 22 jan. 1943). Segundo Negrão de Lima, o rompimento das relações diplomáticas do Chile com o Eixo teve no Paraguai excelente repercussão. Ele considerava que qualquer acontecimento

defendendo uma atitude mais leniente para com os interesses germânicos no Paraguai. Seus Líderes: comandante de cavalaria coronel Victoriano Benitez Vera, coronel Bernardos Aranda Gamba, Pablo Stagni, coronel Heriberto Florentín, chefe da polícia secreta Marcos Fuster e o chefe de polícia Matshuito Villasboas, que deu aos seus filhos os nomes de Adolfo e Hirohito. Seus jornais, *El País* e *El Nacional* atacavam as demandas trabalhistas dos sindicatos. Com a vitória aliada, foram afastados em um movimento militar em 9 de junho de 1946 (NICKSON, 2015, Loc. 4763-4775). Segundo Gómez (2011, p. 38), o coronel Ramón Paredes chefiava a Frente de Guerra no período do governo Estigarribia.

que viesse a fortalecer, moral ou materialmente, a posição aliada, poderia sempre exercer uma influência útil, dado o prestígio de certos elementos nazistas instalados em cargos oficiais importantes⁵⁷.

O ponto alto das relações com os Estados Unidos foi a visita de Morínigo ao país em junho de 1943. Morínigo partiu de Assunção no dia 3, passou pelo Rio de Janeiro, onde ficou hospedado no hotel Glória. Houve um jantar no Itamaraty oferecido por Oswaldo Aranha, com a presença dos Embaixadores Wesley Frost e Jefferson Caffery. No dia 4, embarcou para os Estados Unidos, fazendo escala em Recife e Belém. Acompanharam Luiz Argaña, Rogelio Espinosa, Ministro da Fazenda, e Victoriano Benitez Vera. Chegou a Washington no dia 9, sendo recebido no aeroporto pelo Secretário de Estado, Cordell Hull (CORREIO DA MANHÃ, 3 e 10 de junho de 1943). Em visita ao Congresso norte americano, Morínigo acentuou que o Paraguai vinha se mantendo e pretendia continuar a manter-se fiel aos seus compromissos internacionais e fez o elogio do sistema democrático como o verdadeiro corpo de doutrinas que pode e deve ser modificada a luz da verdade, sem a quebra de sua estrutura jurídica, mas que era o verdadeiro regime dos povos livres. Acentuou Morínigo que não é daqueles que se fixam numa ideia e não admitem modificações; pelo contrário, estava convicto da necessidade de introduzir modificações no regime democrático, mas respeitando a sua base política e funcional. Finalmente declarou:

Os fatos principais dessa nova era foram a política da Boa Vizinhança e a consolidação do pan-americanismo, sendo que esse último forneceu o exemplo mais magnífico da união dos países jamais visto na história para o propósito de defesa contra um perigo comum. Lembrou o ataque traiçoeiro a Pearl Harbour dirigindo não apenas aos Estados Unidos mas a todo o continente e terminou repisando a fidelidade do Paraguai à unidade americana. (CORREIO DA MANHÃ, 3 jun.1943).

Foi recebido no Capitólio pelo Vice-Presidente Henry Wallace, pelo presidente da Câmara e pelos membros de comissões de relações exteriores das duas casas do congresso. O Secretário de Estado Cordell Hull presidindo a sessão (da União Pan Americana) se referiu à cooperação paraguaia “no desenvolvimento da uniformidade da política dos negócios interamericanos, indispensável à segurança das Américas e a presteza com que o Paraguai levou à prática as resoluções do Rio de Janeiro”. Declarou também que o Paraguai foi um dos primeiros países americanos a romper com o Eixo e que a presença do general Morínigo nos Estados Unidos certamente traria apreciável contribuição ao bom atendimento entre as nações do continente (CORREIO DA MANHÃ, 3 jun. 1943).

⁵⁷ BRASIL. Embaixada de Assunção. RESERVADO/34 920.1 (32)(81) (29 de janeiro de 1943).

Por ocasião de seu encontro com Roosevelt, Morínigo voltou ao assunto do desenvolvimento industrial, solicitando que o um milhão restante do último empréstimo fosse aplicado para plantas têxteis, leite desidratado, concentrados cítricos, juta, amido de mandioca e depósitos refrigerados para produtos agrícolas. Funcionários do Departamento de Estado informaram que enviariam técnicos para estudar a viabilidade desses projetos. Mas os técnicos nunca foram enviados e o *Export Import Bank* manteve a sua atitude hostil para com o desenvolvimento industrial do país (GROW, 1988, p. 102-105).

Durante a visita a Washington, Morínigo também tentou obter ajuda dos Estados Unidos para a prospecção de petróleo. Foi orientado a buscar uma companhia petrolífera privada. Depois de alguns problemas, resolvidos com a ajuda do governo norte-americano a Union Oil Company da Califórnia assinou um contrato com o governo paraguaio em outubro de 1944, obtendo direitos de exploração livres de impostos por 35 anos no Chaco com pagamento de royalties de apenas 12% ao governo Paraguaio (GROW, 1988, p. 108). Os Estados Unidos também prestou ao Paraguai assistência técnica através do OCIAA nas áreas de reforma bancária e monetária. Foram colocados à disposição do país três técnicos que auxiliaram na redação de uma legislação básica sobre moeda, o Banco Central e as atividades bancárias em geral. Essas reformas significaram a primeira tentativa do Paraguai de organizar os seus setores monetário e financeiro de maneira sistemática e racional (MORA; COONEY, 2009, p. 147), algo que estava na plataforma de governo de Morínigo em 1940. O comércio bilateral com os Estados Unidos também cresceu de 1,5 milhões de dólares em 1938 para 5,5 milhões em 1945, sendo o segundo parceiro comercial paraguaio depois da Argentina.

Com a ruptura de relações com o Eixo, as atividades nazistas foram dificultadas no Paraguai. Mesmo assim, com a presença expressiva de alemães, eram comuns as denúncias de conspirações. Otto Meyern, Ministro Conselheiro da Embaixada do Reich em Buenos Aires, escrevia de Buenos Aires para Berlim, em agosto de 1942, informando que um grupo de orientação nacionalista integrado por Manuel Bernardes, Pablo Stagni, Victoriano Benitez Vera e Zénon Morínigo aspirava “[...] a liberar o presidente da República da influência do chanceler Argaña para ser afastado da influência política do Brasil e dos Estados Unidos [...]” (SEIFERHELD, 2012, p. 509). Em uma reunião em setembro de 1942, o adido militar da Embaixada alemã em Buenos Aires, capitão de marinha Dietrich Niebuhr, sugeriu uma ligação secreta entre Assunção e Buenos Aires para o estreitamento de laços e para que o Paraguai de afastasse dos compromissos com os Estados Unidos e Brasil. Em novembro de 1942, foi comprada uma chácara em General Madariaga para alojamento de mensageiros do major Stagni, colaborador próximo de Morínigo. Em 1942, houve uma reunião em Posadas da

qual participaram o empresário alemão Hans Hamisch, o ajudante de ordens de Castillo, Eduardo Aumann e o major Stagni. O major avisou que não estava autorizado a falar em nome de Morínigo, mas o informaria do discutido. Aumann e Hamisch propuseram:

- a) a substituição do ministro de Relações Exteriores do Paraguai e do Embaixador em Buenos Aires que eram pró aliados;
- b) que o Paraguai não entrasse em acordos de assistência mútua com outros países que pudessem se voltar contra a Argentina.

Em troca, Stagni solicitava:

- a) envio de combustíveis, um porto livre e bolsas em universidades e institutos militares;
- b) a devolução dos troféus da Guerra do Paraguai em ato oficial;
- c) o fornecimento pela Argentina de um rádio receptor para a continuidade das negociações.

Ficou combinada uma reunião em Assunção depois que Morínigo e Castillo tomassem conhecimento das propostas. No começo de 1943, Aumann voou a Assunção para continuar com as conversações em uma visita oficial a Buenos Aires. Foi recebido por Morínigo que aceitou o convite. Mas logo ocorreu o golpe de 4 de junho de 1943 que deixou as conversações em suspenso (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000j).

Em outubro de 1942, o Embaixador Frost informava ao Secretário de Estado que o governo paraguaio estava decidido a cooperar com as Nações Unidas e que a propaganda alemã e italiana havia sido detida. Para ele, a maior dificuldade eram as Forças Armadas, em especial a Cavalaria controlada por Victoriano Benitez Vera e a aviação controlada por Pablo Stagni. Talvez ele estivesse exagerando um pouco para valorizar o seu trabalho. Mas em 3 de dezembro de 1942 um decreto suspendeu toda a transferência direta ou indireta de fundos a Alemanha, a Itália e ao Japão. Era uma medida derivada da reunião do Rio de Janeiro (SEIFERHELD, 2012, p. 513). Mas o *Federal Bureau Investigation* (FBI) continuava enviando informações que contrastavam com as de Frost e com as mediadas do governo paraguaio. As principais reportavam reuniões secretas do partido nazista

Houve tolerância em relação às atividades nazistas durante todo o período Morínigo, com uma diminuição a partir de 1943, no momento em que a situação da guerra se definia a favor dos⁵⁸. Mesmo assim, comerciantes alemães, espiões e adeptos do partido nazista

⁵⁸ Para informações detalhadas a respeito da atuação nazista, bem como da resistência ao nazismo no Paraguai ver o minucioso estudo de Alfredo Seiferheld. **Nazismo y Fascismo em el Paraguay: los años de la guerra 1936-1945**. Asunción: Servilibro, 2012.

circularam com certa liberdade até 1946, com a conivência de militares nacionalistas simpatizantes como Pablo Stagni e Benitez Vera. Em 1944, já havia o temor de que o Paraguai se transformasse em um reduto para nazistas após o final da guerra, o que de fato aconteceu (GROW, 1981, p. 99). Todavia, apesar das pressões norte-americanas, a presença dos nazistas no Paraguai não era uma ameaça à aliança americana, muito menos após 1942. No máximo, poderia provocar escaramuças internas. Mas o governo, de fato, estava mais preocupado em controlar a oposição comunista, liberal e sindicalista. Os nazistas em nada atrapalhavam internamente o governo Morínigo.

Com o golpe militar na Argentina em 4 de junho de 1943, e com a adoção por esse país de uma política de aproximação dos países da América Latina surgiu a denominada *Blockidee*. Era a ideia de formar um bloco de países sul americanos sob a liderança argentina para combater o imperialismo norte-americano e com a colaboração da Alemanha. Na época do golpe, circulou na Argentina um documento anônimo que expressava a necessidade das nações latino americanas se unirem ao redor da Argentina assim como as europeias havia se reunido em torno da Alemanha:

A luta na paz e na guerra nos servirá de guia. As alianças serão o primeiro passo. Temos já o Paraguai. Teremos Bolívia e Chile. Com a Argentina, Paraguai, Bolívia e Chile, será fácil pressionar o Urugual. Logo as cinco nações unidas atrairão o Brasil devido a sua forma de governo e os grandes núcleos de alemães (SEIFERHELD, 2012, p. 539).

Com respeito ao Paraguai houve uma denúncia de dezembro de 1943, por ocasião da viagem de Morínigo a Buenos Aires. Seu ajudante de ordens, Jupp von Zastrow, teria entrado em contato com espiões alemães que atuavam na Argentina e com Eduardo Auman, ajudante de ordens do presidente Ramírez. Depois de desfazer um mal entendido a respeito de Morínigo – Perón e Enrique Gonzáles julgavam que ele fosse pró aliados em virtude de sua recente visita a Washington – foi enviado telegrama a Berlim informando que o presidente paraguaio concluiria uma aliança militar secreta com a Argentina. E que receberia material de guerra norte-americano com o objetivo de auxiliar o bloco austral (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000j). Essa informação foi extraída de depoimentos de espiões presos na Argentina depois da sua ruptura com o Eixo. Na *Historia Geral de las Relaciones Exteriores de La República Argentina* (2000j) não são mencionadas outras fontes que corroborem essa informação. Não é crível que em dezembro de 1943 Morínigo realizasse aliança secreta com a Argentina. Embora houvesse atividade nazista no país e alguns militares no governo desejassem esse tipo

de aliança, o Paraguai já estava muito comprometido com a aliança americana para arriscar uma aproximação do país mais isolado da América do Sul.

Quando do golpe que derrubou o presidente boliviano Enrique Peñaranda, em dezembro de 1943, Morínigo aceitou a pressão norte-americana e não reconheceu o governo Villarroel, ainda que alguns militares paraguaios o criticassem pela obediência aos Estados Unidos (SEIFERHELD, 2012, p. 542). Com respeito ao reconhecimento do governo há versões diferentes na bibliografia. *A Historia Geral de las Relaciones Exteriores de La República Argentina* (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000j) e Seiferheld dizem que o Paraguai reconheceu o governo (SEIFERHELD, 2012, p. 542). Esse último autor diz que a demora no reconhecimento promoveu a crise que derrubou os *tiempistas*⁵⁹. Já Doratioto (DORATIOTO, 2012, p. 461) e algumas fontes da Embaixada de Assunção afirmam que o Paraguai não reconheceu o novo governo, versão que parece mais acertada. Em 12 maio 1944, Negrão de Lima, em correspondência pra o Rio de Janeiro, afirmou: “Não tendo o governo paraguaio reconhecido o novo governo argentino, mas unicamente autorizado o seu Embaixador a tratar dos negócios pendentes [...]”. Provavelmente os autores que afirmam o reconhecimento consideram que a permanência do Embaixador paraguaio na Argentina pressupunha o reconhecimento de Farrell.

Ainda que permanecesse, na visão estadunidense, como um país periférico e pouco importante da América Latina, é impressionante o crescimento da influência norte-americana nos anos da guerra. Até 1945, o intercâmbio comercial com os Estados Unidos aumentou em 1364% e as compras paraguaias de produtos americanos cresceram 1594%. O número de norte americanos subiu de trinta pessoas em 1939 para 200 em 1943 (GROW, 1990, p. 58).

Em agosto de 1944, o Departamento de Estado iniciou uma ofensiva contra o autoritarismo no Paraguai. Enviou um novo Embaixador, Williard L. Beaulac, com instruções para pressionar Morínigo a restaurar liberdades políticas, marcar eleições e democratizar o país. Frost manifestou perante o governo americano não concordar com a interferência na política interna do Paraguai (GROW, 1981, p. 101). Ele elogiou o governo Morínigo, considerando-o menos violento que outras ditaduras latino-americanas e avesso à corrupção. Por outro lado, informava Washington de não perceber nenhum movimento de democratização:

⁵⁹ Argaña, de Rogellio Espinosa, ministro da Fazenda e de Sigfrido Gross Brown, ministro da Educação renunciaram em 20 de março de 1944.

Qualquer governo que substitua o de Morínigo estará em três meses tão ditatorial quando o dele. [...] Os colorados irão expulsar do governo todos, menos os seus aliados; o mesmo se aplica aos franquistas. Os liberais terão que recorrer às armas, servindo-se do exílio e da repressão em larga escala (GROW, 1981, p. 102).

Segundo Mora e Cooney, Williard Beulac se converteu em um dos diplomatas mais influentes dos Estados Unidos no Paraguai. Estabeleceu uma relação pessoal com Morínigo, com quem se encontrava com frequência (MORA; COONEY, 2009, p. 152). Beulac, chegando a Assunção, chegou às mesmas conclusões de Frost. Em suas memórias ele comenta não crer que a democracia pudesse ser transportada, teria que florescer em solo próprio (BEAULAC, 1951, p. 209). Mas, de acordo com as ordens de Washington, iniciou uma campanha pela democratização no final de 1944. Passou a fazer discursos pró-democracia e a enfatizar que após o final da guerra contra a tirania as nações consideradas não cooperativas com os aliados, seriam tratadas de forma condizente (GROW, 1981, p. 103). Já no final desse ano, o regime paraguaio passou a tolerar encontros de grupos de oposição e manifestações oposicionistas na imprensa. Havia planos do presidente de criar um partido trabalhista já em 1945, mas foram barrados pelos membros da Frente de Guerra no governo (GROW, 1981, p. 103).

Em janeiro de 1945, o Secretário de Estado em exercício, Joseph Grew, advertia Beulac sobre a importância do Paraguai declarar guerra ao Eixo para poder participar das deliberações do pós-guerra (UNITED STATES, 1945). No dia 26, foi enviada do Departamento de Estado uma carta a Morínigo esclarecendo a importância da declaração. Em fevereiro, ocorreria a Conferência de Yalta e os países que não estavam em guerra com o Eixo corriam o risco de ficar de fora da Organização das Nações Unidas, cuja inauguração estava marcada para 25 de abril. Em 8 de fevereiro, o Decreto-lei nº 7.190 declarava a “república do Paraguai em guerra com as potências do Eixo”. O decreto-lei foi assinado por Morínigo, por Chiriani e por Vicente Machuca (SEIFERHELD, 2012, p. 577).

O Embaixador, todavia, estava consciente do quão difícil seria o processo de democratização. Em novembro, ele enviou um parecer ao Departamento de Estado segundo o qual os Estados Unidos tinham dois objetivos no Paraguai: ligar-se ao país através de um sistema de defesa continental através da cooperação militar e encorajar a democratização do Paraguai. Contudo, sabendo que os militares controlavam a política e que a cooperação aumentava o seu prestígio, o primeiro objetivo inviabilizava o segundo, já que “O principal obstáculo à democratização do Paraguai é a força, a unidade e a atitude antidemocrática do Exército do Paraguai.”

Em dezembro desse ano, Beulac advertiu Morínigo de que futura ajuda dos Estados Unidos estaria condicionada à progressiva democratização do Paraguai (UNITED STATES, 1946)⁶⁰. E que caso isso não ocorresse, o governo americano encerraria a cooperação existente e não mais cooperaria com o país (GROW, 1981, p. 103). No início de 1946, Morínigo anunciou a disposição de democratização para esse ano com o restabelecimento da liberdade política e a preparação de futuras eleições legislativas. O governo norte-americano respondeu com a prorrogação do programa de cooperação agrícola por mais dezoito meses (GROW, 1981, p. 104).

Avaliando as relações dos Estados Unidos com o Paraguai durante o governo Roosevelt, Grow destaca que em cada conjuntura crítica de suas relações com os governos Estigarribia e Morínigo, os norte-americanos acenavam com incentivos econômicos para atrair o Paraguai para a sua órbita de influência até 1943 (GROW, 1990, p. 61). A partir de meados de 1944, o auxílio norte-americano se converteu em medida para moldar a política paraguaia do pós-guerra em um padrão mais favorável aos interesses dos Estados Unidos (GROW, 1990, p. 63), daí a pressão pela redemocratização.

“Os Estados Unidos viam a dramática transformação do governo Morínigo em 1946 e 1947 com considerável satisfação”. O afastamento da Frente de Guerra em meados de 1946 foi muito bem vindo. Viam os febreristas com reservas, por suas posições de esquerda e antiamericana. Já os colorados eram muito bem vistos. Frederico Chaves era visto como “democrático em ideias e atuação”. Seu rival, Natalício Gonzalez, era visto como um “entusiasta da política da Boa Vizinhança” (GROW, 1981, p. 107). Segundo Rodriguez, o Embaixador Beulac sempre privilegiou os colorados. Os febreristas eram vistos como esquerdistas. Os liberais, além de incompatíveis com os militares, que detinham a força política, eram vistos como vinculados à cultura política argentina, logo antiamericanos (RODRÍGUEZ, 2010, p. 66-67). Beulac considerava que, para os Estados Unidos, os colorados pareciam ser a melhor possibilidade de democracia e estabilidade para o Paraguai (MORA; COONEY, 2009, p. 157).

Os colorados, por seu turno, cortejavam o governo norte-americano. Um memorando relatando uma conversa em 18 maio 1947, época da guerra civil, entre Beulac, o encarregado de negócios, Edward G. Trueblood, e Frederico Chaves mostra Chaves defendendo a democracia e convencendo os seus interlocutores da disposição colorada para fazer eleições livres e restabelecer a normalidade com o final da revolução. Falando sobre o problema no

⁶⁰ A correspondência de Beulac com o Departamento de Estado no ano de 1946 é rica em discussões a respeito das pressões norte-americanas para a democratização.

Exército chegou a dizer que os oficiais paraguaios deveriam ser enviados para estudar nos Estados Unidos para serem inculcados nos ideais democráticos, o que não ocorria no Brasil, Argentina e Chile. O subsecretário de Relações Exteriores, José Antonio Moreno Gonzalez, presente na conversa, acrescentou que os oficiais paraguaios enviados ao Brasil voltavam contaminados por ideias comunistas (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 241-245). O outro líder do partido, Natalício Gonzalez, afirmou a Trueblood, no final maio 1947, que a pedra angular da política exterior paraguaia deveria basear-se na amizade com os Estados Unidos. Também afirmou que não tinha paciência necessária para “[...] uma política exterior baseada em jogos de poder e discórdia entre a Argentina e o Brasil.” (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 255).

Em setembro de 1946, o Paraguai e os Estados Unidos concluíram um acordo de comércio recíproco, depois de seis anos de resistência de Morínigo, com Natalício Gonzalez como Ministro das Finanças e Frederico Chaves, de Obras Públicas. Pelo acordo, o Paraguai garantia concessões tarifárias para ferro, aço e diversos produtos industrializados e recebia concessões para produtos agrícolas (GROW, 1981, p. 107).

Após, o golpe de 13 de janeiro de 1947 e a formação do governo colorado com Morínigo, tanto o governo, quanto o Partido Colorado passaram a enfatizar a presença de comunistas no campo rebelde. Mas nessa época, o governo dos Estados Unidos não via o comunismo como uma ameaça no Paraguai. Um agente da Agência de Inteligência Central (CIA) (*Central Intelligence Agency*) enviado ao Paraguai, Collins Almon, relatou a presença de comunistas, mas não considerou importante a sua influência ou sua ligação com o comunismo internacional (MORA; COONEY, 2009, p. 157). Embora Beulac tenha recomendado a venda de armas ao governo paraguaio por fornecedores particulares, o Departamento de Estado decidiu que o perigo comunista não era certo, nem imediato para justificar essa medida (GROW, 1981, p. 146).

As memórias de Beulac demonstram de forma inequívoca a mudança do cenário internacional da Segunda Suerra para a Guerra Fria. O Embaixador dedica várias páginas de críticas aos comunistas paraguaios (um grupo absolutamente minoritário) que difamariam o governo do seu país utilizando o seu acesso à imprensa de outros países (BEAULAC, 1951, p. 210-211). Ele também comenta que embora os rebeldes contassem com liberais, franquistas e comunistas, muito poucos dos dois primeiros grupos pegavam em armas. Os comunistas, por outro lado, estavam dando apoio ativo aos revolucionários (BEAULAC, 1951, p. 214). Ele em nenhum momento revela, em suas memórias, o apoio norte-americano e até o seu empenho pessoal na “coloradização” do Paraguai. As memórias foram publicadas em 1951, época

marcada por intenso anticomunismo nos Estados Unidos. O comunismo no Paraguai não era visto como relevante na época da revolução pelo governo norte-americano, mas era usado pelos colorados para obter apoio e, a posteriori, foi usado como justificativa ao apoio norte-americano aos colorados. A luta norte-americana pela democratização do Paraguai resultou em guerra civil e em uma ditadura pior do que a de Morínigo. Daí a conveniência de culpar os comunistas.

No início de 1947, Beaulac deixou Assunção e foi substituído pelo encarregado de negócios Edward G. Trueblood. Foi ele que lidou com a guerra civil iniciada em março de 1947. Ainda nesse mês, o governo Morínigo pediu ao governo dos Estados Unidos o envio de tanques e aviões. O Secretário de Estado, Dean Acheson, respondeu negativamente, dizendo que o pedido era incompatível com a política americana para o hemisfério (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 204). Trueblood informou Acheson de que o governo paraguaio ficara “assombrado” com a negativa e sugeriu o envio indireto do equipamento militar por meio do Brasil (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 205). Após, o governo paraguaio tentou obter licença para a aquisição de armamentos de empresas privadas norte-americanas. Apesar de Beaulac ter opinado de forma positiva, o Departamento de Estado negou a licença (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 217-218).

Morínigo apelou para o anticomunismo para obter o apoio norte-americano. Mas havia clareza por parte do Embaixador que, ainda que a rebelião contasse com a participação de comunistas, não tinha caráter comunista (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 207). O Departamento de Estado se manifestou no sentido de elaborar um programa contra táticas comunistas de caráter hemisférico, não somente dirigido a um país⁶¹ (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 218). No Paraguai, altos funcionários do governo diziam que os Estados Unidos possuíam uma política exterior para a Grécia e outra completamente diferente para a América Latina, aludindo à doutrina Truman que fora enunciada quando o presidente norte-americano pediu o apoio do congresso para barrar o comunismo na Grécia e na Turquia (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 332). Durante o período revolucionário, o governo paraguaio aludia aos revoltosos como “servos de Moscou”, ou adeptos do “totalitarismo asiático”. Quando ficou evidente a participação dos liberais, passaram a ser a aliança “libero-franco-comunista” ou a “tríplice aliança”, para recordar os adversários na guerra do Paraguai (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 333).

⁶¹ O que foi feito com a assinatura do TIAR em 2 de setembro de 1947, na Conferência Interamericana para a manutenção da paz e segurança do continente no Rio de Janeiro.

Na documentação do Departamento de Estado disponibilizada por González del Valle em *El drama de 47*, fica claro que William Beaulac, que, embora não fosse mais Embaixador, se envolveu no conflito, via Morínigo como um “democrata” e os revoltosos como comunistas, pelos menos em potencial (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 333). Já Edward Trueblood possuía uma visão bem mais complexa da situação política paraguaia. Mesmo reconhecendo as demandas de parte dos revoltosos, pelo menos os não comunistas, o governo Morínigo era visto como legítimo e os colorados como adeptos da democracia. Mesmo assim, de acordo com a política do governo Truman, a América Latina não era uma área prioritária, muito menos o Paraguai. Assim, a postura norte-americana foi, conforme Fernando Masi, de observadores do desenlace final do conflito (MASI, 1990, p. 81). Os Estados Unidos não aceitaram atuar como mediadores do conflito, quando eram o único país com poder para realmente pressionar o governo a negociar uma saída diplomática. Essa orientação favoreceu a vitória do governo e abriu as portas para a longa ditadura colorada no Paraguai.

O relacionamento dos Estados Unidos com o Paraguai prosseguiu nas mesmas bases após o término da revolução em 19 ago.1947. A documentação do Departamento de Estado desse período mostra uma grande disposição do governo colorado para cooperar com os Estados Unidos em troca de apoio econômico e de equipamento militar. Muito interessante a respeito disso o parecer do secretário de Defesa, James Forrestal, para o Secretário de Estado de 1º de dezembro de 1948, sobre a importância estratégica do Paraguai, em função das solicitações de ajuda de Natalicio Gonzalez. Segundo Forrestal, para saber a importância estratégica de um país do hemisfério ocidental era preciso considerá-lo a partir de duas categorias: como um elemento da estrutura de defesa do hemisfério; e como fonte de materiais estratégicos. Com respeito à primeira, o Paraguai possuía muito pouca importância, exceto em situações muito específicas, como quando havia a possibilidade da Argentina se unir com o Eixo durante a guerra. Já como fonte de matérias primas, o Paraguai era considerado muito importante. Era uma das poucas fontes no mundo de quebracho e também era passagem para as fontes de manganês de Corumbá. Assim, não haveria justificativa militar para dar a assistência que González estava solicitando. A ajuda deveria ser na medida para que o Paraguai permanecesse estável e para manter um exército capaz de garantir a ordem interna (UNITED STATES, 1948).

Nas suas relações com os Estados Unidos, o Paraguai utilizou, no período estudado, a estratégia de super lealdade definida por Robert Keohane. O país não estava em posição de utilizar a independência moderada, ainda que seus laços comerciais e populacionais fossem maiores com a Alemanha. Ao contrário do Brasil, o Paraguai não possuía importância

estratégica para uma “equidistância pragmática”. Em relação à Segunda Guerra, os grandes padrões da política internacional foram tomados como certos (KEOHANE, 1971, p. 162) e o país se concentrou em alguns interesses vitais, no caso, obter recursos para o seu desenvolvimento que os Estados Unidos estavam proporcionando a todos os países do continente que aderiam ao pan-americanismo. Stroessner prosseguiu a partir de 1954 com a mesma estratégia. Frank Mora mostra como o Paraguai adotou uma postura “anticomunista virulenta”, o alinhamento ao ocidente e o apoio à doutrina Truman. Assim como no período da Segunda Guerra, foi recompensado em termos econômicos pela fidelidade (MORA, 2003, p. 311).

Como país latino americano, o Paraguai, assim como todo o continente, perdeu importância estratégica com o final da guerra. E, como fica claro na análise de Forrestal, era um dos países que possuía menor importância na América Latina. Assim, prosseguiu com a estratégia de super lealdade e, inclusive, embarcou, especialmente a partir da ditadura de Alfredo Stroessner em 1954, na luta contra comunismo, ainda que internamente esse não fosse um grande problema.

Na visão de Grow, os resultados do embarque do Paraguai na órbita norte-americana, em uma perspectiva paraguaia não foram bons: uma guerra civil amarga e destrutiva, a eliminação de uma ditadura honesta e nacionalista, comprometida com um programa limitado de reformas progressivas e a sua substituição por um partido que representava a velha ordem corrupta da política paraguaia anterior a 1940. Já a ajuda econômica contribuiu para reforçar a base agrícola tradicional da economia paraguaia perpetuando o subdesenvolvimento e a dependência econômica do país (GROW, 199, p. 63). Os líderes paraguaios, por seu lado, se beneficiaram da ajuda, se legitimando no poder, o que prosseguiria no período pós-guerra. Não havia, todavia, alternativa viável.

4 A APROXIMAÇÃO DO PARAGUAI AO BRASIL: INTERFERÊNCIA NA PREPONDERÂNCIA ARGENTINA (1939-1948)

O presente capítulo analisa aos governos Félix Estigarribia e Higinio Morínigo em termos de conjuntura histórica e relações bilaterais com o Brasil e com a Argentina.

4.1 GOVERNO FÉLIX ESTIGARRÍBIA

O curto governo de Félix Estigarribia ocorreu entre agosto de 1939 e setembro de 1940.

4.1.1 Conjuntura Histórica

A sucessão de Félix Paiva não foi tão tranquila. O nome de Félix Estigarribia era, para o Partido Liberal, o único que contava com o apoio do Exército, fundamental para qualquer candidatura, e ao qual não se opunha o Partido Colorado (MENDOZA, 1998, p. 126). Houve uma divisão entre os liberais. Os jovens liberais defendiam a candidatura de Estigarribia. Já a ala mais tradicional do partido desejava Gerónimo Zubiarreta. Estigarribia era herói da Guerra do Chaco e procedera de forma mais conciliadora na Conferência de Paz de Buenos Aires. Já Zubiarreta, que fora presidente da Comissão de Limites perante a Conferência, renunciou à chefia da delegação no dia 6 de junho de 1938, quando o delegado Efraím Cardozo concordou com os termos do acordo proposto (DORATIOTO, 2012, p. 435). Assim, Zuabiarreta era, para muitos, um defensor da vitória paraguaia. Lafayette de Carvalho e Silva, em relatório referente ao mês de março de 1939, comentou que a ala mais antiga do Partido Liberal pretendia obter um empréstimo da Argentina para enfrentar dificuldades financeiras, mandando a Buenos Aires o Ministro da Fazenda, Enrique Bordenave. Não teriam sido bem sucedidos ¹.

Uma primeira crise ocorreu em 18 de janeiro, quando o Ministro do Interior, Arturo Bray, renunciou por discordar da resolução do diretório do Partido Liberal, adotada pelas duas câmaras do Congresso, que marcava as eleições para 30 de abril. Bray considerava a decisão apressada, uma vez que o estado de paz no país ainda era inconsistente (EL PAIS, 19 jan. 1939). Segundo Lafayette de Carvalho e Silva, a saída do coronel Bray era esperada, pois ele era partidário de que as eleições para presidente não se realizassem tão cedo para que ele

¹ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 89 (16 de junho de 1939).

viesses a ser o candidato preferido do eleitorado. Além disso, era desafeto de Estigarribia². Sua força residia nas corporações armadas e seu prestígio junto à opinião pública era grande. “Em dezesseis meses que, devido à sua vontade férrea, à sua infatigável atividade, o país vive tranquilo e pode trabalhar, sem maiores preocupações”³. Aliás, o coronel Bray deixou claro no texto de renúncia a importância do seu papel na manutenção da paz.

Em 25 de janeiro, Higinio Morínigo tomou posse como Ministro do Interior. O coronel Bray teria partido no dia 22 para Buenos Aires de onde iria para a Inglaterra. Havia boatos, contudo, de que ele permaneceria no Paraguai aguardando os acontecimentos.

Estigarribia foi se afirmando como candidato, pois os liberais precisavam de um nome que unisse o partido. Sua candidatura também não desagradava aos colorados. Já alguns setores do Exército estavam descontentes com o fato do nome do herói do Chaco ter sido cooptado pelos liberais, impedindo assim um governo de união nacional como desejavam (MENDONZA, 2011, p. 117). Ele retornou de Washington no dia 24 de fevereiro de 1939 e foi vitorioso na convenção do Partido Liberal no dia 19 de março (CORREIO DA MANHÃ, 21 mar. 1939). O Partido Colorado usou como pretexto a prisão de alguns dos seus membros para não apresentar candidatos e recomendar abstenção. Mas um comunicado de Carvalho e Silva de 24 de março de 1939 informava que havia a possibilidade dos colorados apoiarem Estigarribia se Francisco Chaves fosse indicado como vice-presidente⁴. Isso não aconteceu. O indicado para vice-presidente foi Luis A. Riart, representante do Paraguai no Brasil. Com respeito a ele, o encarregado de negócios informou ao Ministério das Relações Exteriores que alguns militares não desejavam a presença de um liberal na chapa e pressionavam para a retirada de Riart. Estigarribia havia se filiado ao Partido Liberal, mas não tinha convicções liberais. No dia 30 de março, o general retornou aos Estados Unidos (CORREIO DA MANHÃ, 21 mar. 1939).

A chapa Estigarribia-Riart indicava o rumo que a política externa do Paraguai iria tomar. Estigarribia, após sua estada bem sucedida nos Estados Unidos, retornou ao Paraguai como amigo das futuras potências aliadas na guerra que iniciaria meses depois (MENDOZA, 1998, p. 123). Luis Riart era representante do Paraguai no Brasil e também permaneceu no Brasil durante as eleições. Assim “a articulação entre as forças castrenses e civis locais entretecia também o vínculo diplomático com as potências emergentes, a potência mundial e a potência regional” (RODRÍGUEZ, 2010, p. 46).

² Félix Estigarribia e Arturo Bray foram comandantes da lendária batalha do Boquerón (7-29 de setembro de 1932) durante a Guerra do Chaco.

³ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 8. (20 de janeiro de 1939).

⁴ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 32. (24 de março de 1939).

A eleição ocorreu em 30 de abril de 1939. O número de eleitores, aproximadamente era de 150 mil, e o sistema era indireto via colégio eleitoral (reuniu-se em 11 de junho) (CORREIO DA MANHÃ, 30 abr. 1939). O general obteve 87% dos 116.556 mil votos (RODRÍGUEZ, 2010, p. 45). A Associação Nacional Republicana decidiu pela abstenção tanto em 30 de maio, quanto em 11 de junho (MENDOZA, 1998, p. 122)⁵. Em meados de junho, Estigarribia e o Secretário de Estado dos Estados Unidos assinaram um acordo relativo à concessão de um crédito no valor de 300.000 dólares fornecidos pelo *Eximbank* com juros de 3,6% e pagáveis em três anos, além de valor para a construção de uma estrada de rodagem que ligaria o Paraguai do Brasil (CORREIO DA MANHÃ, 14 e 17 jun. 1939). No retorno à Assunção, Estigarribia visitou o Brasil, o Uruguai e a Argentina.

Félix Estigarribia tomou posse em 15 de agosto de 1939. Uma vez no poder, com liberais da velha guarda no gabinete e com maioria liberal no Congresso, Estigarribia descobriu que nenhuma das outras facções políticas apoiaria o seu governo. Os colorados estavam em greve política desde 1931. Os franquistas eram contra o gabinete liberal e os militares nacionalistas, que criaram em 1938 a Frente de Guerra, eram contra o regime liberal (ROETT; SACKS, 1991, p. 49).

Os problemas iniciais incluíam dissensões entre militares e políticos a respeito de nomeações, mencionadas na correspondência da Embaixada de Assunção, e conflitos no campo estudantil. As greves de estudantes começaram em abril de 1939⁶, se estenderam para maio e recomeçaram em janeiro de 1940. O reitor da Universidade Nacional de Assunção, intelectual liberal e ex-político, Cecílio Baez criticava o novo regime. Tanto no ensino secundário, quanto na universidade, jovens febreristas e liberais criticavam o governo. Em janeiro de 1940, houve uma grande manifestação de estudantes, que depois de ser proibida pela polícia, foi feita nas dependências da Escola de Engenharia. O Ministro da Instrução Pública fez ocupar o local pela força e mandou prender e enviar à Argentina os desobedientes. Os professores se solidarizaram com os alunos e renunciaram os decanatos, sem que o governo conseguisse preencher esses cargos⁷.

A heterogeneidade das forças em embate gerou problemas de difícil conciliação:

A distribuição de cargos não satisfaz nem gregos nem troianos. Os militares viram como o não cumprimento da palavra empenhada por Estigarribia, de formar um gabinete nacional e não partidário. [...]. Atitude semelhante adotaram os seguidores

⁵ A Confederação de Trabalhadores do Paraguai e o Partido Comunista Paraguaio também apoiaram Félix Estigarribia (MENDOZA, 2011, p. 122).

⁶ Detalhes a respeito dos protestos e greves de estudantes em Mendoza (2011, p. 129-134).

⁷ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 17. (8 de fevereiro de 1940).

do partido colorado, de oposição, assim como os simpatizantes do coronel Rafael Franco e o grupo de professores universitários e intelectuais conhecidos como *tiempistas*, unidos em torno do jornal *El Tiempo*. (SEIFERHELD, 2012, p. 282).

Félix Estigarribia chegou a um impasse: ou promovia um fechamento do sistema ou seria derrubado. Segundo Carlos Gómez Florentín, o grupo nacionalista Frente de Guerra teria sugerido a Estigarribia uma espécie de trégua⁸ política para colocar limites nas dissidências e disciplinar os setores populares (GÓMEZ, 2011, p. 38).

Assim, em 12 de fevereiro, o parlamento renunciou e, após alguns dias, houve renúncia coletiva de todo o gabinete com o objetivo de garantir a paz interna que se encontrava ameaçada por “uma espantosa anarquia devido às perturbações de índole política” (CORREIO DA MANHÃ, 20 fev. 1940). No texto do decreto, o presidente declarava:

Eu, general do Exército Paraguai, por vontade do povo, em homenagem à paz nacional, com o fim de salvar a família paraguaia da anarquia, diante da renúncia coletiva dos membros das duas casas do Parlamento, e com o fim de prover ao bem estar do povo, decreto:

- 1) Assumo todos os poderes políticos da República;
- 2) Declaro subsistente o capítulo da Constituição de 1870 que diz respeito ao poder judiciário;
- 3) Resolvo estabelecer completas tréguas políticas nas atividades de todos os partidos criados;
- 4) Declaro subsistentes os direitos e garantias outorgados pela constituição da 1870 desde que não venham a contrariar a nova constituição;
- 5) Em tempo oportuno, e de acordo com o decreto legislativo de 16 de fevereiro, convocarei o povo para uma Convenção Nacional, que ditará a nova Constituição;
- 6) Será criada uma comissão de juristas, composta de três membros para redigir uma nova constituição que deverá ser inspirada nos princípios democráticos, republicanos e representativos.” (CORREIO DA MANHÃ, 20 fev. 1940).

Na Legação brasileira, o golpe *sui generis* (autogolpe) como denomina Francisco Doratioto (2012, p. 442) era tido como previsível:

Aliás, essa atitude não deve acusar surpresa a ninguém, pois era bem sabido de todo o mundo que as forças armadas da nação, desde o começo, pretenderam elevar o general Estigarribia às alturas do poder, para constituir um governo do tipo que vem a se formar, isto é, sem parlamento e desligado de qualquer compromisso com correntes partidárias. Se o general, então, contrariou os desejos dos seus camaradas, foi, certamente, como está se vendo, para preparar movimento que justificassem gesto de tamanha responsabilidade⁹.

⁸ O decreto número 447 de 18 de março de 1940 estabeleceu a “trégua política”, ou seja, censura à imprensa, proibição de reuniões e assembleias, proibição de “polêmicas pessoais de caráter político”, etc. (GONZÁLES, 2007, p. 23,24).

⁹ BRASIL. Embaixada de Assunção. RESERVADO 27. (23 de fevereiro de 1940). Documento não assinado.

Havia rumores também de que o golpe havia sido influenciado pelo governo brasileiro. Em carta de Francisco d'Alamo Losada¹⁰ a Luís Vergara¹¹ de 9 de março de 1940 o primeiro declara:

Os nossos amigos argentinos julgam que o general Estigarribia deu esse golpe influenciado pela política brasileira. Ainda agora, viajando na companhia do major Vacca¹², adido militar argentino neste país, sua esposa conhecidíssima pela sua indiscrição, quase doentia, disse-me que sabia de uma carta do General Estigarribia ao presidente Vargas, pela qual, ele Estigarribia, pedia o conselho e apoio do nosso chefe¹³.

A ideia de convocar uma convenção constituinte foi logo abandonada, uma vez que requeria a interrupção da trégua política (SCAVONE YEGROS, 2011, p. 250). Em 10 de outubro de 1940, pelo decreto-lei 2242, foi publicada a nova Constituição, que substituiu a Constituição de 1870. O anteprojeto foi redigido por uma comissão sob a presidência do ex-Chanceler Cecílio Baez. Afirmava-se extra oficialmente que a constituição promulgada não se baseou no anteprojeto e que esse nem fora concluído, nem apresentado ao executivo. Seria um produto do próprio governo com a colaboração e coordenação de Justo Pastor Benítez, Ministro da Fazenda, apontado como o principal redator¹⁴ e Max Insfrán (GÓMEZ, 2011, p. 39; SCAVONE YEGROS, 2011, p. 250). O artigo primeiro a declara desde logo em vigor, mas o segundo condiciona a vigência definitiva a veredito popular em 4 de agosto. Foi criado um Conselho de Estado, suprimido o Senado e a Câmara de Deputados, e criada a Câmara de Representantes, eleita por voto direto. O período presidencial aumentou de quatro para cinco anos, com a possibilidade de reeleição, assim como a faculdade concedida ao chefe de Estado de dissolver a Câmara dos Representantes e remover conselheiros do Estado (LA TRIBUNA, 10 jul. 1940)¹⁴.

Três características são marcantes na Constituição de 1940: os poderes praticamente ditatoriais do Executivo, que poderia dissolver o congresso, ditas leis e comandar as forças armadas; o aumento do poder político dos militares; e a criação do Conselho de Estado, uma instituição corporativa (MIRANDA, 1990, p. 56). Roett e Sacks comentam que a Constituição de 1940 refletia muitos dos ideais sociais e políticos da Revolução Febrerista, rejeitando as doutrinas de *laissez faire* da Constituição de 1870 e dando autoridade ao Estado

¹⁰ Francisco d'Alamo Losada (1902-1986): serviu na Legação brasileira no Paraguai entre maio de 1939 e agosto de 1940.

¹¹ Luís Vergara (1894-1973): jornalista. Foi secretário da Presidência da República entre 1936 e 1945.

¹² Juan Esteban Vacca, adido militar argentino no Paraguai.

¹³ CPDOC- FGV. Arquivo Getúlio Vargas. Correspondência. (9 de março de 1940).

¹⁴ BRASIL. Embaixada de Assunção. RESERVADO 120. (11 de julho de 1940).

para regular e dirigir os assuntos nacionais (ROETT, SACKS, 1991, p. 49). Na prática, a Constituição embasou legalmente o retorno à centralização do poder do século XIX:

Com a concentração de poder em um indivíduo, controle sobre o Congresso e o judiciário e o papel ampliado das forças armadas, o Paraguai retomou sua tradição autoritária. De fato, foram criadas dimensões legais para o autoritarismo, transformando-as numa marca distintiva da sua organização política (MIRANDA, 1990, p. 57).

Após plebiscito ocorrido em 4 de agosto, a Constituição foi promulgada no dia 15 do mesmo mês (DORATIOTO, 2012, p. 443). Amancio Pampliega comenta a respeito da Constituição de 1940:

A Constituição de 40 foi elaborada pensando em sua figura [a de Estigarribia], em sua sensatez, em seu equilíbrio e em sua inteligência. O autodomínio, que era uma de suas características psicológicas predominantes, tornava difícil imaginar Estigarribia patrocinando golpes, abusos e iniquidades. Mas o curso de ação política não pode se basear em uma só pessoa. O fator imponderável, esperando em cada esquina, pode por a perder os mais astutos cálculos (PAMPLIEGA, 1984, p. 20-21, tradução nossa).

Não muito tempo depois, uma grande mudança ocorreu no Paraguai. No dia 7 de setembro de 1940, o general Félix Estigarribia faleceu em um acidente aéreo, quando estava indo para sua casa de campo em San Bernardino¹⁵. Faleceu também a sua esposa, a senhora Julia Miranda Estigarribia e o capitão Carmelo Peralta, que pilotava o avião. A notícia foi chocante para os paraguaios. O falecimento do presidente acarretou situação política crítica, já que não haviam sido ainda criados a Assembleia Nacional e o Conselho de Estado, previstos na Constituição. O ministro da Guerra, Higino Morínigo, assumiu como presidente provisório, designado pelo Conselho de Ministros.

4.1.2 Relações Bilaterais

No retorno à Assunção vindo dos Estados Unidos em junho de 1939, Estigarribia visitou o Brasil, o Uruguai e a Argentina. O general foi o primeiro presidente do Paraguai a visitar o Brasil e a importância dada a sua visita atestava mudança de orientação do governo Vargas em relação ao Paraguai. Vinham sendo feitas tentativas de aproximação desde os governos Eusebio Ayala, Félix Paiva e Rafael Franco, que acabaram não sendo concretizadas

¹⁵ Houve os rumores habituais de sabotagem e assassinato. Contudo, o Centro Paraguaio de Engenheiros realizou uma perícia solicitada pelo Estado Maior a respeito das causas do acidente e concluiu que houve problemas mecânicos na aeronave (MENDOZA, 2011 p. 143).

seja por questões internas do Paraguai, seja por desconfianças do Brasil em relação à situação institucional do país. A novidade é que Estigarríbia era um militar, num momento em que os militares desempenhavam papel chave no governo brasileiro; fora eleito, tendo, portanto, legitimidade; e tinha orientação política antiliberal, apesar ter sido eleito pelo Partido Liberal, o que combinava com o governo do Estado Novo.

A Presidência da República colocou à disposição de Estigarríbia, enquanto ele estivesse no Brasil, o coronel Francisco Gil Castello Branco e o capitão de fragata Jeronymo Francisco Gonçalves e convidou todos os generais presentes no Rio de Janeiro para comparecerem ao seu desembarque no aeroporto Santo Dumont (CORREIO DA MANHÃ, 21 jun. 1939). Estígarríbia chegou ao Rio de Janeiro no dia 22 de junho às quatro e meia da tarde. Estavam previstos pelo menos dois encontros com Vargas: no dia da chegada e uma almoço no sábado, dia 22 (CORREIO DA MANHÃ, 22 jun. 1939).

Getúlio Vargas recebeu Estigarríbia acompanhado de Oswaldo Aranha, diversos ministros e militares de alta patente. No desembarque, um destacamento composto por militares da 1ª Região Militar formou-se para prestar continência ao visitante. Na saída do aeroporto, houve um cortejo em carro aberto na companhia de Getúlio Vargas do aeroporto até o Copacabana Palace, onde ficou hospedado. “Ao longo de toda a Avenida Beira Mar o povo aclamou os dois chefes de Estado.” (CORREIO DA MANHÃ, 23 jun. 1939). Após, Estigarríbia visitou Getúlio Vargas no Palácio do Catete, quando agradeceu as grandiosas homenagens.

No dia 23 de junho, Estigarríbia visitou o Campo dos Afonsos, onde foi recebido pelo Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, e vários oficiais da Aeronáutica. Na parte da tarde, foi ao Ministério da Guerra visitar Dutra (CORREIO DA MANHÃ, 24 jun. 1939). No sábado, dia 24, compareceu, juntamente com Vargas a uma cerimônia na Vila Militar, onde assistiu ao juramento de 3500 conscritos da 1ª Região Militar. Após o juramento, cerca de dez mil militares passaram em continência aos presidentes. Findo o desfile, houve uma cerimônia de inauguração da galeria de retratos no quartel general da Vila Militar, quando foram inaugurados os retratos de Getúlio Vargas, Eurico Dutra e Hermes da Fonseca. Na ocasião, tanto Vargas quanto Estigarríbia fizeram breves discursos. Após, houve um grande banquete no Palácio da Guanabara, ao fim do qual Getúlio Vargas condecorou o presidente eleito do Paraguai e o vice-presidente, Luis Riart, com a Grã Cruz da ordem do Cruzeiro (CORREIO DA MANHÃ, 25 jun. 1939). Na noite do dia 24, foi assinado no Salão Joaquim Nabuco do Palácio Itamaraty o Acordo de Intercâmbio Ferroviário, Cultural e Econômico entre o Brasil e

o Paraguai, por Oswaldo Aranha e Luis Riart. Após houve um banquete no Itamaraty (CORREIO DA MANHÃ, 25 jun. 1939).

O ponto alto da visita foi a assinatura do acordo. Pelo artigo 1º o governo do Brasil se comprometia a prosseguir na construção da estrada de ferro Campo Grande-Ponta Porã, com um sub-ramal a Bela Vista, no Estado do Mato Grosso; o governo do Paraguai prolongaria a ferrovia Concepción Horqueta até Pedro Juan Caballero, com um sub-ramal à cidade paraguaia de Bela Vista. O Brasil iniciaria a construção da ferrovia Rolândia Guaira. Para os estudos preliminares seriam nomeadas comissões de engenheiros, que reconheceriam os trechos da dupla ligação projetada e estudariam o projeto de uma ponte internacional sobre o Rio Apa, em Bela Vista. Ambos os governos estudariam os meios práticos e técnicos de cooperação para a colonização das zonas marginais das estradas de ferro. O acordo previa ainda a concessão recíproca de facilidades para cursos de aperfeiçoamento de técnicos dos dois países em institutos oficiais. O Brasil concederia cinco bolsas de estudos a estudantes paraguaios para a área agrícola. Ambos os governos promoveriam o melhoramento das linhas fluviais para a organização de uma frota que favorecesse o intercâmbio entre os dois países. Os dois países estudariam o regime jurídico e comercial de fronteiras que visasse à adoção de medidas de segurança e suprimissem as dificuldades que embaraçavam ou impediam o trânsito de pessoas e produtos. Os dois governos iriam criar facilidades recíprocas para a importação e exportação pelos portos de seus países e o trânsito pelos seus territórios de produtos e mercadorias em geral. O Paraguai favoreceria a instalação de agências bancárias e comerciais brasileiras no seu território e o Brasil favoreceria a instalação de agências comerciais paraguaias no seu.

No discurso proferido por ocasião da assinatura do Acordo, Oswaldo Aranha declarou:

O acordo que vamos assinar não é um simples ato internacional cheio, como tantos outros, das melhores intenções, mas vazio, por vezes, de realizações e objetivos práticos. É um acordo que estabelece de uma maneira definitiva as bases das principais questões que interessam hoje aos nossos dois países. Resolve, primeiro, o problema ferroviário, talvez de todos, senão o mais importante, ao menos os mais urgente e de maiores consequências práticas para uma melhor aproximação entre o Brasil e o Paraguai. Realizadas as ligações ferroviárias previstas nesse acordo, o Paraguai passará a ter um acesso prático e rápido pela costa do Atlântico, aproximando-o não só dos estados mais ricos e prósperos do Brasil, como também das demais nações do mundo (CORREIO DA MANHÃ, 25 jun. 1939).

A ideia do acordo fazia parte, ao que tudo indica, da plataforma da Aliança Liberal. Em carta para Oswaldo Aranha de 18 de julho de 1939, Pedro Paulo de Medeiros, mato-grossense, felicita Oswaldo Aranha pela assinatura do acordo. Recorda que em dezembro de

1929 fora destacado para congregiar elementos para as eleições de 1930 ao sul do Mato Grosso. Relata que mencionava nas reuniões e conferências a possível instalação de um frigorífico no Rio Paraguai, bem como o prolongamento da ferrovia nordeste até Corumbá e sua ramificação para Ponta Porã e Bela Vista e que os “adversários” eram céticos quanto a tais projetos. Agora, concluído o acordo, congratulava Aranha e Getúlio Vargas, antevendo os benefícios que ela traria para o Mato Grosso¹⁶.

Interdependência e pan-americanismo estavam nos discursos dos dois lados “O Paraguai não só respeitará seus compromissos com as demais nações do continente como também procurará estreitar mais profundamente sua interdependência americanista”, disse Estigarribia em entrevista quando da sua chegada (CORREIO DA MANHÃ, 23 jun. 1939). “O Brasil procura e procurará alargar, sem reservas, aos povos irmãos todas as facilidades possíveis para que usufruam conosco e conosco partilhem essa obra comum, econômica e politicamente pan-americana”, Oswaldo Aranha declarou em entrevista no dia da assinatura do acordo (CORREIO DA MANHÃ, 25 jun. 1939).

Na manhã do dia 25, Estigarribia embarcou para Montevideu. O avião fez uma parada em Porto Alegre, onde o presidente eleito foi cumprimentado pelo Comandante da Região Militar, Oswaldo Cordeiro de Farias e por autoridades civis e militares. Chegou à capital uruguaia por volta das quatro horas da tarde (CORREIO DA MANHÃ, 27 jun. 1939). No dia 27, foi recebido pela Assembleia Nacional reunida no Palácio Legislativo de Montevideu. Na noite desse dia, embarcou num paquete para Buenos Aires, aonde chegou no dia 28. O Presidente da Argentina, Roberto Maria Ortiz, decretou feriado nas escolas em comemoração à chegada do ilustre visitante (CORREIO DA MANHÃ, 27 jun. 1939).

Estigarribia prolongou sua estada em Buenos Aires em função de acordos que seriam assinados com o governo argentino. No dia 5 de julho foram assinados três tratados argentino-paraguaios. O mais importante era um complemento à sentença arbitral de 1878, lavrada pelo presidente dos Estados Unidos, Rutherford Hayes (1822-1893), que fixava as fronteiras argentino-paraguaias do Rio Pilcomayo. O curso muito variável daquele rio dificultava a definição da fronteira, mas o novo tratado reconheceu a situação geográfica das extremidades do rio e determinou a designação de uma comissão mista para traçar a linha fronteira completa de conformidade com o laudo de Hayes. Outro tratado estipulava o estabelecimento de uma sucursal do Banco de La Nación Argentina em Assunção com capital de 7 milhões de pesos argentinos. Os demais tratados diziam respeito ao intercâmbio cultural, ao comércio

¹⁶ CPDOC- FGV. Arquivo Oswaldo Aranha. Correspondência. (9 de março de 1940).

fronteiriço e ao trânsito de emigrantes em viagem para o Paraguai (CORREIO DA MANHÃ, 7 jul. 1939). Lafayette de Carvalho e Silva comentou em relatório para o Ministério das Relações Exteriores que a demora de Estigarribia em Buenos Aires começava a despertar desconfianças. Haveria suspeita de que as generosas ofertas de recursos, que haviam sido há pouco negados, acrescidas de outros oferecimentos de ajuda, estivessem ou viessem a ser condicionados pelos argentinos a não realização dos acordos assinados no Rio de Janeiro e, especialmente, a ligação ferroviária Brasil-Paraguai¹⁷.

Em julho de 1939, ainda antes da posse do novo governo, o Brasil enviou a Assunção três engenheiros para estudar a questão das construções ferroviárias. Os estudos dessa comissão foram concluídos em setembro. No segundo semestre de 1939, foi enviado ao Paraguai o engenheiro José Maria Fernandes, que permaneceria no país até 1941 para cooperação técnica na cultura de algodão (DORATIOTO, 2012, p. 442).

Félix Estigarribia tomou posse em 15 ago.1939. O Brasil enviou o General Mario José Pinto Guedes (1886-1953) como Embaixador extraordinário. Fizeram parte da comissão brasileira Antonio de Vilhena Ferreira Braga, Francisco d'Álamo Louzada, o tenente coronel Arthur Hepekett Hall e Benjamin Constant Magalhães Cerejo (CORREIO DA MANHÃ, 14 ago. 1939). Pinto Guedes levou um bronze representando a Glória com a dedicatória "Homenagem do Exército Brasileiro ao Exército Paraguayo" e mensagem do Ministro da Guerra ao Exército paraguaio (CORREIO DA MANHÃ, 6 ago. 1939). A Aeronáutica brasileira foi representada por uma esquadrilha de sete aviões de bombardeio Vultee (CORREIO DA MANHÃ, 6 ago. 1939). A Marinha enviou o monitor Paraíba, pertencente à flotilha de Mato Grosso (DORATIOTO, 2012, p. 441). A missão brasileira foi a maior das tantas que estiveram no Paraguai para a posse. Segundo Lafayette de Carvalho e Silva:

Pode-se mesmo afirmar, sem receio de contestação, que nunca, neste país, um chefe de Estado subiu ao poder com tamanho prestígio internacional; e não direi nacional, porque, havendo aqui dois partidos de tradição arraigada e não os tendo podido conciliar, o general se encontrou na necessidade de por de lado um deles e aceitar o concurso do outro, o mais forte, já se vê, para poder, primeiro conseguir a vitória de sua candidatura nas urnas e, depois, ter elementos organizados, fora das correntes militares, com que formar seu governo e governar. Não quero dizer com isso que, já de início, seja hostilizado por essa corrente, posta à margem, por força das circunstâncias, e que é o partido colorado¹⁸.

Em 23 de março de 1940, Rodrigues Alves sugeriu a Oswaldo Aranha que o Paraguai se comprometesse a construir as suas estradas de ferro de Concepcion a Ponta Porã, e de

¹⁷ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 98. (6 de julho de 1939).

¹⁸ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 135. (6 de setembro de 1939).

Assunção a qualquer ponto um pouco acima do salto de Sete Quedas, que pusesse em ligação direta com o Brasil. E que o Brasil poderia cancelar a dívida de guerra paraguaia, com proveito e vantagem para ambos os países e com real manifestação de uma grande política de boa e efetiva vizinhança (SVARTMAN, 1999, p. 100).

Em abril de 1940, o Ministério das Relações Exteriores questionou o encarregado de negócios se haveria inconveniente de aviões do correio militar brasileiro transportarem a mala diplomática do Ministério das Relações Exteriores paraguaio para a legação do Rio de Janeiro. O Correio Aéreo Militar funcionava há quatro anos. Lafayette respondeu que seria positivo, por garantir o sigilo. “Finalmente, há ainda a considerar que no momento atual, em que se tornam cada vez mais estreitas as vinculações entre paraguaios e brasileiros, o acolhimento favorável de nosso governo a essa solicitação da representação diplomática do Paraguai seria aqui recebido e apreciado como um ato da mais lisonjeira significação”¹⁹.

Em junho de 1940, Lafayette de Carvalho e Silva foi substituído por Protásio Batista Gonçalves que permaneceria no posto até julho de 1942. Um das primeiras questões enfrentadas por Gonçalves foi a situação precária da casa onde se situava a Legação brasileira há mais de quinze anos. A Legação se situava no edifício da atual Residência Presidencial de Mburuvicha Róga. O encarregado de negócios mencionou um ofício de 31 de junho de 1931 do Embaixador Lucilio Bueno que relatava as condições precárias da casa e que, segundo Gonçalves, continuava atual. Sugere duas casas para alugar, sendo que uma delas poderia ser adquirida por oitocentos contos de reis, mais duzentos contos para a aquisição de mobília. Não se tratava de simples comodidade:

Convém ter-se em conta que a aquisição, pelo nosso governo, de prédio nesta cidade será considerada como uma demonstração de apreço pelo Paraguai, como se manifestaram até membros do governo. Este povo, pobre como é, sente-se lisonjeado e fica agradecido pelo mais insignificante gesto de consideração de parte de nações que considera poderosas; por isso me parecem também, por este lado, de toda a conveniência instalarmos com certo cuidado nossa legação aqui para não parecer que não damos importância a nossa representação no país, deixando-a ao abandono²⁰.

Em novembro, foi adquirida a casa que atualmente é ocupada pela Residência oficial da Embaixada do Brasil, na Avenida Colômbia, logo depois renomeada Avenida Mariscal Lopez. Era uma região afastada do centro antigo de Assunção, onde na primeira metade do século XX predominavam sítios ou quintas. O imóvel, com um terreno de mais de 2500

¹⁹ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 58. (18 de abril de 1940).

²⁰ BRASIL. Embaixada de Assunção. RESERVADO 118. (6 de julho de 1940).

metros, foi adquirido do senhor J. Gualberto Cardús pelo valor de cento e trinta e oito mil pesos argentinos. A residência foi construída no final do século XIX ou no início do século XX em estilo neoitaliano. Foi nessa casa que Getúlio Vargas se hospedou em sua visita à Assunção em 1941, em um dormitório até hoje denominado “quarto do Presidente”²¹.

A aproximação do Brasil por meio de uma ligação ferroviária ou rodoviária era o principal tema das relações bilaterais. Em maio, Ferreira Braga enviava recorte de jornal ao Ministério das Relações Exteriores a respeito dos trabalhos para a conclusão de uma rodovia Buenos Aires-Clorinda, uma pequena localidade argentina sobre o rio Paraguai, distante de Assunção uma hora de embarcação. Braga adverte para a necessidade do “estabelecimento de comunicações de Assunção com os pontos de nossa fronteira por vias férreas sob o nosso controle e cuja bitola se torne somente por nós utilizáveis”²². Em junho de 1940, Protásio Gonçalves relatou conversa com o coronel Raimundo Rolón na qual ele perguntava como iam os estudos para uma ligação ferroviária entre os dois países: “Pergunto-lhe isso por que os produtos do Brasil estão chegando, o intercâmbio de visitas entre os dois países está se intensificando e por isso cada vez mais se vem fazendo sentir a falta de comunicações diretas entre os dois países”²³. Rolón destacou que o fato do regime paraguaio ser “quase essencialmente militar” facilitaria a solução dessas questões. O coronel comentou que em julho²⁴ visitaria o Brasil e que Estigarribia lhe conferiria poderes especiais para resolver assuntos de interesse dos dois países. Protásio Gonçalves destacou a atitude do coronel de simpatia em relação ao Brasil, o que se confirmaria em muitas outras ocasiões.

Batista Luzardo, Ministro do Brasil no Uruguai, escreveu para Getúlio no final de julho de 1940, relatando que o ministro paraguaio em Montevideú, José Dahlquist, sugeria uma visita de Getúlio a Assunção:

Expôs-me ainda a situação de calma que atravessa o país, e me disse, francamente, que o presidente Estigarribia é hoje na América seu discípulo melhor. – Seria interessante, meu prezado Getúlio que o professor fosse conhecer o adiantamento do aluno”. E que casualmente Assis Chateaubriand, vindo do Paraguai, com seu avião em missão de ambulância, disse-lhe coisa idêntica, enaltecendo o proveito de uma ida à Assunção. E que talvez devesse ouvir, de viva voz, sua opinião sobre o assunto²⁵.

²¹ EDIFÍCIOS da Embaixada. Disponível em: <http://assuncao.itamaraty.gov.br/pt-br/edificios_da_embaixada.xml>. Acesso em: 22 maio 2016.

²² BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 71. (7 de maio de 1940).

²³ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 95. (11 de junho de 1940).

²⁴ A visita de Raymundo Rolon ocorreu em setembro de 1940.

²⁵ CPDOC-FGV. Arquivo Getúlio Vargas. Correspondência. (31 de julho de 1940).

Em 21 ago.1940, o chanceler paraguaio Tomaz Salomoni chegou ao Brasil, em tour que se estenderia à Argentina e ao Uruguai. No dia de sua chegada, em banquete oferecido no Itamaraty, Oswaldo Aranha discursou fazendo uma comparação entre Europa e América, salientando que enquanto no velho continente as questões de unidade nacional e de fronteiras se processaram pelas guerras,

Na América os conflitos armados nunca serviram de instrumento da política nacional para a realização dessas aspirações [...].O traço característico da evolução política da América foi sempre a solidariedade. Buenos Aires, Lima, Panamá e Havana marcam momentos essenciais na evolução do pan-americanismo, nos quais essa ideia passou para o plano de sua aplicação à realidade. A consulta, formulada na primeira e aperfeiçoada nas três últimas dessas reuniões, mostrou ser o meio eficaz para formar o consenso americano sobre os problemas que temos que enfrentar e preparar a ação conjunta de nossos povos para a sua solução (CORREIO DA MANHÃ, 22 ago. 1940).

Salomoni permaneceu no Brasil até o dia 24 cumprindo agenda de praxe.

No arquivo de Oswaldo Aranha do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) se encontra a minuta de uma reunião ocorrida no Itamaraty durante a estada de Salomoni com a presença do chanceler, de Oswaldo Aranha, do Ministro do Paraguai no Brasil, Vicente Rivarola, e do Almirante Graça Aranha. O governo brasileiro desejava saber se o governo paraguaio iria prosseguir na execução do plano ferroviário em território paraguaio, decorrente do acordo realizado ou se o governo paraguaio preferiria desenvolver seu plano rodoviário considerando esse prévio e preferencial ao ferroviário. O governo do Brasil estava disposto a cooperar com as rodovias projetadas, mas insistia atento à opinião dos técnicos e do seu ministro da viação, que o projeto da estrada de ferro Guaira-Assunção, mesmo que se faça a rodovia desde já, não deveria ser abandonado pelos dois governos.

Salomoni disse que o estudo da estrada de ferro estava completo. Já o estudo para a ponte sobre o rio Apa, teria que ser feito entre o Paraguai e o Brasil. Sobre os melhoramentos das linhas de navegação, Aranha questionou sobre as aspirações do Paraguai. O Ministro Rivarola respondeu que havia dois problemas: um da navegação do Paraná e Paraguai até Assunção; o outro da navegação de Assunção até Corumbá. Seria conveniente dividir essa última linha. “A tragédia do Paraguai está no transporte. No dia em que tivermos um transporte barato, teremos resolvido 80% dos nossos problemas”, declarou Rivarola. Aranha sugeriu que governo paraguaio escolhesse um homem e lhe desse poder para formar com o Lloyd brasileiro uma Companhia de Navegação entre Assunção e Corumbá. Seria preciso fazer de Assunção cabeça de linha. Rivarola respondeu que sobre esse assunto Estigarribia

disse ser preciso constituir uma comissão mista. A respeito do regime de fronteiras, Salomoni destacou que o tratado de 1888 fora denunciado e o governo desejava restabelecer o regime de fronteiras. Aranha reconheceu que “temos limites, não fronteiras”. Sobre o contrabando, Rivarola acentuou que era preciso estabelecer a fronteira livre, com isenção de direitos para artigos de maior necessidade, sem o que seria impossível impedir o contrabando²⁶.

A questão da navegação fluvial era sensível para a Argentina, pois uma companhia paraguaio-brasileira romperia o monopólio argentino no transporte de produtos paraguaios. Nelson Guillobel, membro da Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia de Intercâmbio Comercial e Cultural, sugeriu que Paraguai e Bolívia incluíssem a questão da navegação fluvial na próxima conferência econômica dos países do Prata para que a aceitação pela Argentina fosse mais fácil²⁷.

No dia 22 de agosto, em virtude do acordo cultural, um grupo de 15 estudantes partiu para viagem de estudos ao Brasil, sendo nove universitários e seis não universitários²⁸.

Para representar o Brasil nas exéquias do general Estigarríbia foi enviada uma delegação chefiada pelo general Pinto Guedes, acompanhado por oficiais do Estado Maior e por uma esquadrilha da aviação militar brasileira. Eles chegaram no Paraguai no dia 11 e ficaram até o dia 23, acompanhando as inúmeras homenagens (Correio da Manhã, 25 de setembro de 1940). Por coincidência, o último ato oficial realizado por Estigarríbia foi um telegrama a Getúlio Vargas, felicitando-o pelo 118^a centenário da Independência do Brasil (CORREIO DA MANHÃ, 8 set. 1940).

Em 20 de setembro de 1940, Protásio Gonçalves transmitiu suas impressões a Oswaldo Aranha a respeito das mudanças:

Tinha-se a sensação que se experimenta nos primeiros momentos após uma catástrofe que não se sabe se já terminou ou se vai continuar. O próprio governo se sentiu inesperadamente sem base, sem ponto de apoio. [...] Nem sequer os Ministros civis dispõem de elementos com que possam sustentar uma orientação própria; eram todos sustentados pelo Chefe, mas, embora alguns deles, como Pastor Benitez, P.M. Insfrán e Marin Iglesias, sejam homens de valor, eram apenas tolerados pelos militares, que eram e continuam sendo os verdadeiros dominadores da situação.

Sobre o presidente provisório Higinio Morínigo:

Este militar é amigo íntimo do Coronel Paredes [Ramon]: quando, depois de ter ocupado postos de relevância, como o Ministério do Interior no governo Paiva,

²⁶ CPDOC-FGV. Arquivo Oswaldo Aranha. Correspondência Política. (4 de agosto de 1940).

²⁷ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 144. (7 de agosto de 1940).

²⁸ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 154. (23 de agosto de 1940).

estava um pouco à margem, comandando a guarnição militar do Chaco, foi de lá trazido, por influência, se sabe, daquele seu amigo, para ocupar o Ministério da Guerra, em substituição ao General Delgado, que então passou para o comando em chefe das forças armadas da nação. Isso forçosamente terá reforçado a amizade entre ambos militares e determinará uma maior preponderância de Paredes na atual situação. Ontem vim a saber, embora se guarde a maior reserva a respeito, que está resolvida a eleição do próprio general Morínigo para o resto do período presidencial. É de supor que não se apresente outro candidato, dada a desorganização atual dos partidos e o manifesto predomínio dos militares. [...] É por todos considerado honesto. Quer me parecer que tenha alguma simpatia pelo totalitarismo²⁹.

Gonçalves comentou que em alguns círculos se especulava a possibilidade de uma revolução, o que seria lamentável, pois, apesar da situação mundial, notava-se no país certo grau de progresso. E caso os governantes não seguissem a orientação de Estigarribia, os Estados Unidos retiraria a ajuda. O governo Estigarribia havia se comprometido a ceder duas bases aéreas, uma em Concepcion e a outra em Misiones, cada uma para 500 aviões, além de um contingente de 20 mil paraguaios para um provável exército pan-americano. Quanto ao Brasil, a situação não poderia ser melhor. A missão Pinto Guedes fora um sucesso³⁰.

4.2 GOVERNO HIGINO MORÍNIGO

O governo Higinio Morínigo estendeu-se de setembro de 1940 a junho de 1948.

4.2.1 Conjuntura histórica

Protásio Gonçalves estava certo. Higinio Morínigo tinha 43 anos. Era conhecido por suas ideias antiliberais, por sua simpatia pelos países do Eixo e por seu nacionalismo extremado. Também era respeitado por sua honestidade e profissionalismo, pois jamais participara de conspirações (DORATIOTO, 2012, p. 445). Também tinha estreitos laços pessoais com a tradição autoritária anterior a 1870. Um de seus avôs fora morto e o outro ferido na Guerra da Tríplice Aliança. Seu pai foi ferido e feito prisioneiro aos 11 anos na última fase da guerra. Ele se tornou comerciante e Morínigo nasceu em Paraguari em 1897. A família se mudou para Assunção em 1906, onde o jovem ingressou na Academia Militar Nacional. Como jovem oficial, recebeu ordens para participar de uma violenta insurreição civil em 1922, que envolvia facções rivais do Partido Liberal. Essa experiência o deixou prevenido contra os políticos civis e a prática de envolver o Exército nas lutas internas pelo

²⁹ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 154. (23 de agosto de 1940).

³⁰ CPDOC-FGV. Arquivo Oswaldo Aranha. Correspondência Política. (20 de agosto de 1940).

poder. Foi comandante regional durante a Guerra do Chaco. Promovido a coronel durante o governo de Rafael Franco, comandou a expedição a Cerro Corá em 1936 que recuperou os restos mortais de Solano Lopez e os depositou no Panteão Nacional dos Heróis (GROW, 1988, p. 81-82).

Morínigo não era destituído de apelo popular. Era do campo e falava guarani fluentemente. Ele tomava a bandeira tricolor do Paraguai e dizia, em suas aparições públicas: “Não sou vermelho (colorado), nem azul (liberal), mas branco, aqui, justamente no centro” (LEWIS, 1986, p. 54). Ele era apartidário e entre seus familiares existiam colorados e liberais. Sua aproximação dos colorados ocorreu somente em 1946, e não por identidade ideológica. Era o único partido disposto a sustentá-lo (PAMPLIEGA, 1984, p. 33).

No gabinete de Estigarribia havia dois ministros militares, Eduardo Torreani Viera, na secretaria do Interior, e Higino Morínigo. Segundo relato de Morínigo, ele e Torreani saíram da sala onde estava reunido o Conselho de Estado para permitir que os ministros votassem com liberdade. Ao final, Torreani lhe disse: “open de rehe” (ficou para ti em guarani). De acordo com Gómez esse encontro apenas confirmou outro realizado na noite anterior na residência do general Nicolás Delgado, chefe das Forças Armadas. O coronel Ramón Paredes foi o mais ativo defensor de Morínigo, apoiado pelo coronel Dámaso Sosa Valdez. A eleição teria sido parelha, de modo que recorreram ao lançamento de uma caixa de fósforos que deu vitória a Torreani. Mas Paredes e Sosa Valdez impuseram o nome de Morínigo (GÓMEZ, 2011, p. 44). Amancio Pampliega afirma ser essa versão totalmente fantasiosa. Na verdade, no momento em que a escolha recaiu sobre Torreani Vieira, a pressão de Paredes e Sosa Valdez, teria convencido os demais a escolher Morínigo:

A presidência provisória deveria ter sido atribuída ao ministro do interior, general Eduardo Torreani Viera. Homem de vontade firme, não iria se deixar manipular como pretendiam os grandes eleitores do momento. Eles preferiram Morínigo, ministro da guerra e marinha, cujo caráter cordial fez com que presumissem falsamente, que fosse a marionete ideal para as suas maquinações (PAMPLIEGA, 1984, p. 23, tradução nossa).

Eles não poderiam estar mais enganados. Pampliega afirma que Morínigo não desejou ou lutou pela presidência, tendo sido sua indicação resultado das manobras de paredes e Sosa Valdez (PAMPLIEGA, 1984, p. 25).

Morínigo confirmou todos os ministros nos cargos. Para a pasta da Guerra, foi designado Paulino Antola. Ele era chefe da Missão Militar Paraguaia que se encontrava no

Rio de Janeiro (CORREIO DA MANHÃ, 10 set. 1940). Antola foi substituído por Nicolas Delgado³¹.

Naquela época, havia seis ou sete ministérios que se fundiam ou se desintegravam de acordo com as pessoas ou os acordos de governo.

Os titulares das pastas mudavam segundo a correlação de forças nas instâncias com poder, que pressionavam o governo exigindo cargos para seus correligionários ou pedindo o afastamento dos seus adversários. Entre essas instâncias estavam os militares, os partidos políticos e os diplomatas. (RODRÍGUEZ, 2010, p. 53-54).

Morínigo mudou seu gabinete mais de oito vezes e nomeou cerca de sessenta pessoas diferentes como secretários de Estado. Demonstrou um grande equilibrismo político nos seus anos de governo.

No final de outubro, alegando rumores de uma conspiração liberal para derrubar o governo, Morínigo convocou os comandantes das unidades militares para informar a reorganização do gabinete ministerial. Os liberais foram afastados do ministério e de outros escalões do governo. Protásio Gonçalves reputava como causas da mudança as irregularidades praticadas pelos chefes de vários departamentos da administração e conjuras com elementos afastados do país por governos anteriores³². O Presidente construiu um novo gabinete combinando dois setores distintos, mas com afinidades ideológicas. No âmbito militar, prevaleceu a Frente de Guerra, com a qual Morínigo se alinhava. Seu padrinho político, o coronel Paredes, assumiu o Ministério do Governo e Trabalho. Para contrabalançar o peso dos militares, ele trouxe para o governo os *tiempistas*³³. Os *tiempistas* eram um grupo de intelectuais católicos, de direita, cujo nome derivava do jornal fundado por eles em 1937, EL TIEMPO. Eles se declaravam democratas cristãos, mas eram muito influenciados pelo fascismo e pelo corporativismo. Eram grandes admiradores do governo de Getúlio Vargas. Morínigo alegava que alguns *tiempistas* haviam sido seus colegas no colégio e representavam uma opção política interessante por não estarem contaminados pelos partidos políticos tradicionais, especialmente o Liberal (GÓMEZ, 2011, p. 47).

³¹ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL. (5 de julho de 1940).

³² BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 186. (1 de outubro de 1940).

³³ Os *tiempistas* eram um grupo de intelectuais católicos, de direita, cujo nome derivava do jornal fundado por eles em 1937, El Timepo. Eles se declaravam democratas cristãos, mas eram muito influenciados pelo fascismo e pelo corporativismo. Um de seus expoentes era Luis Argaña, ministro da justiça entre 1937 e 1938. Outro era Francisco Esculies, que foi membro do segundo gabinete de Estigarribia entre fevereiro e setembro de 1940. No período de Higinio Morínigo, quatro *tiempistas* foram convidados a ocupar postos ministeriais em substituição aos liberais. A partir de 1941 coexistiram com a Frente de Guerra como influência sobre Morínigo até 1944, quando se retiraram do gabinete. No início da Segunda Guerra se declaravam neutros, mas passaram a apoiar os aliados a partir do momento em que sua vitória parecia assegurada. (NICKSON, 2015, Loc. 11148-11154).

Em 16 de outubro de 1940, Morínigo, fazendo uma interpretação particular ³⁴ do artigo 58 da Constituição do país convocou eleições para fevereiro de 1943, assegurando sua permanência no poder até o final do mandato de Estigarríbia (GÓMEZ, 2011, p. 48).

No dia 25 de novembro ocorreu nova crise ministerial. De acordo com o relatório de Protásio Gonçalves, a crise teria se desencadeado entre elementos jovens do Exército, Marinha e Aviação que teriam denunciado irregularidades praticadas pelos seus chefes. A condição para o término da revolta teria sido a demissão dos ministros ³⁵. Essa crise afetou os militares que haviam possibilitado o acesso de Morínigo ao poder. Caíram os Generais Nicolás Delgado, Paulino Antola, Eduardo Torreani Vieira e o coronel Ramon Paredes (GOMEZ FLORENTIN, 2011, p. 55-56). Assumiu como Chefe das Forças Armadas, o coronel Raimundo Rolón que era um grande entusiasta da aproximação paraguaia com o Brasil.

No contexto da reforma ministerial, Thomas Salomoni foi substituído por Luís A. Argaña no Ministério das Relações Exteriores no dia 29 de novembro. Segundo Protásio Gonçalves, Salomoni fora convidado por Morínigo a permanecer e disse que “se conservaria enquanto fossem seguidas pelo novo governo a orientação e as diretrizes políticas traçadas pelo ilustre mandatário extinto”. Na atual situação, além de se afastar das diretrizes do governo anterior, o atual se aproximava de desafetos de Estigarríbia. Argaña era um dos principais expoentes do grupo *tiempista*, fora ministro da Justiça e Instrução Pública do governo Félix Paiva e exerceu cumulativamente o cargo de Ministro das Relações Exteriores durante a ausência de Cecilio Báez, convidado pela conferência de paz do Chaco:

Foi relevante a colaboração do doutor Argaña, nesse momento histórico da vida paraguaia, e manifestou o seu desejo de uma estreita colaboração com o Brasil. À sua influência pessoal, como detentor das duas pastas, deve-se também a brilhante e excepcional recepção que aqui tiveram os estudantes brasileiros em 1938. Muitas foram, assim, as provas de simpatia e amizade pelo Brasil dadas, naquela ocasião, pelo doutor Argaña e entre as quais há, ainda, a destacar a decretação do ensino da língua portuguesa no seu país³⁶.

³⁴ O artigo 58 da Constituição de 1940 dizia: “Em caso de renúncia, impossibilidade ou morte do Presidente da República, o Ministro do Interior convocará imediatamente ao Conselho de Estado e à Câmara de Representantes a Assembleia Nacional para designar o funcionário que deva exercer a Presidência até o término do período, salvo se a renúncia, impossibilidade ou morte se produza nos dois primeiros anos de um período presidencial, em cuja circunstância o Presidente Provisório convocará o povo a eleições dentro do prazo de dois meses [...]”. Como o falecimento de Estigarríbia ocorreu dentro dos primeiros dois anos do período presidencial, as eleições deveriam ocorrer até 7 de novembro de 1940, ou seja, dois meses após a sua morte. Morínigo interpretou que a convocação da eleição deveria ocorrer em dois meses e não o pleito, como é obviamente a intenção do constituinte.

³⁵ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 236. (29 de novembro de 1940).

³⁶ BRASIL. Embaixada de Assunção. RESERVADO 244. (5 de dezembro de 1940).

Após, passou a ocupar o posto de chanceler de forma efetiva, como sucessor de Báez. Continuou a se mostrar entusiasta da aproximação paraguaio-brasileira e do estabelecimento de vias de comunicação entre os dois países. “A sua recusa em colaborar com o governo do general Estigarribia, bem como a sua ligação com os grupos nacionalistas, que se vem formando desde algum tempo e dos quais é quase o chefe, o tem conservado afastado de qualquer atividade político-governativa”. Sua entrada para o ministério parecia ser fruto de um acordo entre os nacionalistas e os oficiais jovens, participantes do movimento político em curso. Na conversa com Protásio reiterou seus propósitos de aproximação com o Brasil, lamentando que não tivessem sido executados por haver deixado o ministério. Manifestou o desejo de retomar as questões de interesse entre os dois países, inclusive a demarcação de limites³⁷.

Em 23 de dezembro de 1940, houve outra sublevação na Cavalaria, quando jovens oficiais se revoltaram contra os seus superiores por falta de justiça em casos de corrupção. Morínigo se reuniu com os oficiais sublevados, liderados pelo capitão Enrique Gimenez, e decidiu fazer as concessões solicitadas. Alguns desses jovens oficiais se tornariam figuras importantes no seu governo (GOMEZ FLORENTIN, 2011, p. 56). Em 4 de fevereiro de 1941 foi nomeado Ministro do Interior o general franquista Vicente Machuca, que pediu o afastamento do coronel Sosa Valdez, o último do grupo que afiançara a escolha de Morínigo. Na Cavalaria houve a ascensão do major Victoriano Benitez Vera, uma dos expoentes da Frente de Guerra (GOMEZ FLORENTIN, 2011, p. 56). O comando da Cavalaria era crucial para a sobrevivência de qualquer governo no Paraguai. Localizada em Campo Grande, a principal base militar e aérea do país, a Cavalaria protegia Assunção e controlava os arsenais militares nacionais. Morínigo colocou seu protegido, Benitez Vera, como comandante. Ele, Morínigo, a chamava de sua guarda pretoriana.

Entre janeiro e fevereiro de 1941, ocorreu outro levante febrerista. Morínigo fazia promessas de aproximar-se de Rafael Franco, então exilado no Uruguai, para apaziguar os febreristas. Porém, em 5 de março afastou o coronel Gaudioso Nuñez da pasta da Guerra e Marinha, o substituindo por Vicente Machuca. Para o Ministério do Interior nomeou Carlos Andrada, descontentando os febreristas.

Em 13 de março de 1941, as principais forças militares se reuniram no Palácio do Governo e assinaram uma ata de lealdade ao “Movimento Nacionalista Revolucionário”, reconhecendo Morínigo como “Chefe Supremo da Revolução Paraguaia”. Apesar dessa

³⁷ BRASIL. Embaixada de Assunção. RESERVADO 244. (5 de dezembro de 1940).

tentativa de enquadramento dos militares, o afastamento dos franquistas produziu nova sublevação no regimento de Pilar em abril de 1941. Nessa ocasião, Morínigo teve que se abrigar na Divisão de Cavalaria de Campo Grande. (GROW, 1988, p. 84). A Cavalaria e a Marinha se revoltaram em 15 de abril. Os chamados “abrilistas”, liderados por Rafael Franco, foram reprimidos pelo capitão Enrique Gimenez, pelo coronel Bernardo Aranda e pelo major Pablo Stagni, os dois últimos membros da Frente de Guerra. Foi a ruptura definitiva do franquismo com o governo Morínigo (GOMEZ FLORENTIN, 2011, p. 58-59) . Foi o momento em que os adeptos de Rafael Franco foram afastados do poder. Em 14 maio 1941, data da Independência do Paraguai, Morínigo formalizou, pela primeira vez, o Conselho de Estado. Era formado pelo gabinete ministerial, pelos chefes militares, pelo Chefe da Igreja Católica, pelo reitor da Universidade Nacional e por uma representante dos empresários. A Constituição de 1940 previa que ele funcionasse juntamente com um congresso eleito, mas nunca houve essa eleição (RODRÍGUEZ, 2010, p. 58).

A hostilidade contra o Partido Liberal levou ao Decreto nº 12246 de 25 abr. 1942 que dissolveu o partido. O pretexto foi uma nota em um livro de 1939 na qual Enrique Finot, ministro das Relações Exteriores da Bolívia durante as tratativas de paz com o governo paraguaio, então de orientação febrerista, afirmava ter recebido uma proposta de políticos paraguaios não identificados exilados em Buenos Aires no sentido de participar de uma conspiração contra as autoridades paraguaias. Apesar de ninguém ter sido identificado e de próprio Finot ter negado a informação, esse fato foi utilizado como pretexto para o banimento dos liberais (GOMEZ FLORENTIN, 2011, p. 61). A medida foi tomada por Luiz Argaña e outros *tiempistas* dentro da lógica de que os partidos eram instituições corruptas e anárquicas (SEIFERHELD, 2012, p. 490).

No dia 16 de fevereiro de 1943, Morínigo foi reeleito para um mandato de cinco anos. As eleições ocorreram em quatro finais de semana consecutivos, entre 16 de janeiro de 14 de fevereiro (GOMEZ FLORENTIN, 2011, p. 70). Antes das eleições foi informado que quem não se apresentasse para votar, pagaria uma multa de 500 pesos. No dia da eleição, os homens aptos a votar (as mulheres paraguaias puderam votar somente em 1963) entravam em uma sala decorada com pôsteres, onde estava escrito “Vote no general Higino Morínigo”. A identidade do votante era anotada na cédula onde estava escrito “Voto em Higino Morínigo para o período entre 1943-1948”. Se o eleitor estivesse de acordo, bastava depositá-la na urna. Caso quisesse votar em outra pessoa ou anular o voto, deveria riscar a frase e escrever na frente dos funcionários do governo. Teve 170.000 votos. Houve 3163 votos em branco e contra a reeleição. (GROW, 1981, p. 100). Em agosto, por ocasião da posse, os ministros

renunciaram coletivamente para que Morínigo tivesse liberdade de ação para reorganizar o gabinete (CORREIO DA MANHÃ, 14 ago. 1943). Luiz Argaña permaneceu como Ministro das Relações Exteriores (CORREIO DA MANHÃ, 15 ago. 1943).

O ano de 1943 foi marcado por um ativismo inédito em política externa. Deve se ter em conta que tal movimento foi possível em função da estabilidade interna maior que nos anos anteriores que permitiu que Morínigo se ausentasse do país. Entre abril e agosto, Morínigo visitou o Brasil, os Estados Unidos, o México (26-29 de junho), o Panamá (20 de junho-1ª de julho), a Venezuela (1º-3 de julho), a Colômbia (3-5 de julho), o Equador (5-7 de julho), o Peru (7-10 julho), o Chile (11-15 de julho) e a Bolívia (15-17 de julho). Ainda houve um encontro com o presidente da Bolívia na região da fronteira em 18 de novembro e a visita à Argentina de 11 a 18 de dezembro (BELLANI NAZERI, 1946, p. 198-232). Segundo Gomez Florentin, o Uruguai aplicou a Morínigo uma espécie de “cláusula democrática”, uma vez que seu congresso se recusou a recebê-lo durante a sua viagem, o acusando de exercer um governo autoritário (GOMEZ, 2011, p. 80).

Em dezembro, o chanceler Argaña declarou ao jornal El País que as visitas feitas por Morínigo ao Brasil, aos Estados Unidos, à fronteira paraguaio boliviana, a outros países do continente e à Argentina cumpriram um dos propósitos fundamentais que animava a diplomacia paraguaia que era a exaltação da personalidade internacional do Paraguai e a contribuição à unidade de todos os povos da América sobre a base de uma política de mútua solidariedade e de cooperação recíproca (EL PAÍS, 21 dez. 1943). Unidade, solidariedade e cooperação eram expressões de praxe. O que havia de novo realmente era a exaltação da personalidade internacional do Paraguai. Tal ativismo era novo na história do país e contribuiu muito para melhorar a imagem tradicional do Paraguai no exterior, de país instável e desorganizado.

Em 15 de agosto de 1943, Morínigo tomou posse para um mandato de cinco anos. Se o ano de 1943 foi de projeção internacional, o de 1944 começou e terminou com dificuldades para Morínigo. Em janeiro, ocorreu uma sublevação organizada pelo coronel Arturo Bray com a participação de oficiais e políticos liberais. Foi sufocada por Benitez Vera, mas segundo Seiferheld foi a tentativa mais séria de derrubar Morínigo através de um golpe militar (SEIFERHELD, 2012, p. 562; CORREIO DA MANHÃ, 4 fev. 1944). Morínigo se tornava mais dependente do Grupo da Cavalaria. No final do ano, um abaixo assinado de universitários de origem franquista solicitava uma Convenção Nacional Constituinte. Foi considerado inconstitucional pela Corte Suprema e desencadeou uma onda de prisões e desterros dos signatários no início de 1945 (SEIFERHELD, 2012, p. 565).

A saída dos *tiempistas* do poder abriu espaço para outro grupo de viés ideológico: o Guión Rojo, liderado por Juan Natalício Gonzalez. O Guión Rojo era uma facção de extrema direita do Partido Colorado criada em Abril de 1942 por Gonzalez e Juan Manuel Frutos. Durante o governo Morínigo, esse grupo divulgava as suas ideias entre a juventude colorada através de uma rede de centros culturais denominados “Centros de Cultura Paraguaya General Bernardino Caballero” criados no início de 1943. (NICKSON, 2015, Loc. 5461-5470). Seus estatutos mascaravam seu propósito político, estabelecendo que tinham por finalidade o estudo da história e da cultura paraguaia. Conseguiram autorização para funcionar por influência de Enrique Gimenez e também por sua influência ficavam fora do alcance da polícia (GONZÁLES, 2007, p. 64-65).

A partir de meados de 1944, o governo norte americano passou a pressionar o Paraguai no sentido de uma democratização. Houve algumas concessões, mas a situação de Morínigo era delicada, por sua dependência do Exército ainda dominado pela Frente de Guerra. Por outro lado, a oposição passou a pressionar cada vez mais o regime. No início de 1946, o presidente declarou o propósito de restaurar as liberdades políticas e marcar eleições legislativas. “A decisão de Morínigo de liberalizar o governo colocou em ação uma cadeia de eventos que logo mergulhou o Paraguai no caos e no derramamento de sangue” (GROW, 1981, p. 105). Havia uma divisão entre os militares no governo. O Grupo da Cavalaria era totalmente contrário a qualquer abertura democrática. O outro, denominado institucionalista, era comandado pelo chefe das Forças Armadas, Vicente Machuca, que era a favor da democratização e tinha conexões com o Exército brasileiro (DORATIOTO, 2012, p. 463).

Em junho, Morínigo aproveitou a viagem de Benitez Vera a Buenos Aires para a posse de Juan Perón na presidência e o substituiu no comando da cavalaria por Enrique Giménez, tendo também mandado prender oficiais ligados à Frente de Guerra. Benitez Vera retornou prontamente a Assunção e exigiu a substituição de Machuca. Não sendo atendido, sublevou-se entre os dias 8 e 9 de junho (DORATIOTO, 2012, p. 464). Morínigo designou o general liberal Juan Rovira, que tinha apoio firme das forças armadas, para defender Assunção (LEWIS, 1986, p. 56). Todavia, Morínigo hesitou entre apoiar Benitez Vera ou Machuca. Tomou a decisão quando se convenceu que o último tinha mais poder (PAMPLIEGA, 1984, p. 124). A rebelião foi derrotada e Benitez Vera buscou asilo na Embaixada do Brasil (UNITED STATES, 1946)³⁸.

³⁸ É interessante ler a versão da rebelião escrita pelo Embaixador Williard Beaulac e enviada ao Departamento de Estado. Amancio Pampliega relata o episódio em detalhes. Segundo o general, Vicente Machuca e seu grupo teriam lhe oferecido a presidência da República nessa ocasião (PAMPLIEGA, 1984, p. 119-132).

Iniciou um período de liberalização, a “primavera democrática”. No dia 13 de junho, foi abolida a censura à imprensa e no dia 20 foi revogado o decreto que proibia as atividades partidárias. No dia 23 de julho, Morínigo anunciou um governo de coalizão formado por febreristas e por colorados. As conexões com os febreristas eram garantidas por Machuca e, com os colorados, por Enrique Gimenez. No novo ministério havia dois militares, três colorados e três febreristas³⁹ (DORATIOTO, 2012, p. 465).

De acordo com Rodriguez, “[...] todas as forças políticas floresceram na primavera democrática, mas nenhuma com o esplendor do Partido Colorado.” (RODRÍGUEZ, 2010, p. 65). Na verdade, isso era resultado de um processo que iniciou com a eliminação das influências liberais e febreristas do poder. Morínigo teve que se apoiar no Exército, dominado pela Frente de Guerra, e nos *tiempistas*. Com a defecção dos últimos em 1944 e com a mudança no cenário internacional que contrariava a doutrina da Frente de Guerra, o caminho estava aberto para o grupo que foi menos reprimido durante o governo nacionalista, os colorados. Em 1941, houve a ascensão de Enrique Gimenez, de inclinação colorada. Em 1945, Natalício Gonzalez ingressou no governo, como Embaixador no Uruguai. Segundo Gomez Florentin, antes de 1945, oficiais de tendência colorada passaram a ser promovidos em detrimento de outros (GOMEZ FLORENTIN, 2011, p. 103).

A partir de agosto, iniciou o retorno dos exilados. Primeiro o coronel Rafael Franco, depois o líder comunista Oscar Creydt e, após, o líder liberal José Patrício Guggiari. O governo revogou o decreto que proibia o Partido Liberal e a instalação da Assembleia Constituinte foi marcada para 25 de dezembro de 1946. Mas em meio a comícios, debates públicos, protestos, logo ficou evidente que “[...] ao invés de se engajarem na preparação para as eleições ou em debates substantivos sobre questões nacionais, os partidos políticos do Paraguai, pelo contrário, se concentravam em mobilizar suas forças na luta para derrubar o governo e monopolizar as benesses do poder.” (GROW, 1981, p. 105). O Partido Liberal contrabandeava armas preparando um golpe de Estado. Os comunistas prometiam o enforcamento de Morínigo. Os febreristas planejavam um golpe caso não vencessem as eleições. Os colorados estavam divididos entre democráticos, liderados por Frederico Chavez, e radicais, liderados por Juan Natalicio Gonzalez⁴⁰. O primeiro aceitava o governo de coalizão e a participação dos febreristas. Já Gonzalez era uma personalidade complexa. Segundo Lewis “era tão nacionalista, quanto socialista. Ele queria uma revolução que aumentasse o nível de

³⁹ Os partidários do coronel Rafael Franco organizaram em outubro de 1945 em Montevideú a Concetração Revolucionária Febrerista, em razão de revolução de fevereiro de 1936. A bibliografia os denomina franquistas ou febreristas.

⁴⁰ Para maiores detalhes sobre as diferenças entre os dois grupos e seus líderes ver Lewis (1986, p. 60-65).

vida dos trabalhadores e camponeses, mas deveria ser nacionalista, portanto anticomunista”. O nacionalismo, anticomunismo e o fato de ser um “populista do interior”, o aproximou de Morínigo, de quem se tornou amigo íntimo (LEWIS, 1986, p. 64). Gonzalez criticava o governo de coalizão e acusava Chavez de vender o partido. Segundo Lewis, o grupo de Gonzalez se preparava para tomar o poder pela força e tinha o respaldo de Morínigo. Foram organizados grupos treinados, verdadeiras tropas de assalto, que irrompiam em reuniões sindicais, partidárias – febreristas, liberais ou comunistas – ou universitárias e calavam os oradores por meio da violência. Eram os guionistas, que contavam com a conivência da polícia graças à aliança não escrita de Gonzalez com Morínigo. Em 11 de agosto, no retorno de Guggiari a Assunção, eles atacaram a multidão liberal e geraram tumulto (LEWIS, 1986, p. 66).

A situação se complicava. “Os paraguaios se deram conta que a liberdade para o próprio partido implicava a liberdade para os partidos opositores [...]” (LEWIS, 1986, p. 67). Uma questão relativa ao número de ministérios levou ao desfecho da primavera democrática. Gonzalez reivindicava mais um ministério já que o febrerista Arnaldo Valdovinos acumulava os ministérios da Agricultura e o da Indústria e Comércio. Os colorados queriam a criação de um Ministério do Trabalho controlado por eles. Morínigo decidiu a favor dos colorados e, em 10 de janeiro de 1947, os febreristas se retiraram do governo, pedindo a renúncia coletiva dos ministros dos dois partidos e um gabinete militar que garantiria as eleições. Em 11 de janeiro, depois de consultar o Exército, Morínigo aceitou a proposta febrerista e comunicou aos partidos. Mas em 13 de janeiro, Morínigo dissolveu o governo de coalizão e formou um gabinete composto de cinco colorados e três militares ligados ao mesmo partido. A cavalaria controlada por Gimenez ocupou Assunção. O coronel Franco e outros líderes febreristas foram presos e o Partido Comunista foi proscrito (LEWIS, 1986, p. 67). O governo do Paraguai agora era uma ditadura do Partido Colorado com Morínigo no poder. Segundo Bernardo Neri Farina (2003, p. 67) “[...] em 13 de janeiro de 1947 teve início a trilogia Partido Colorado-Governo-Forças Armadas, que seria aperfeiçoada ao máximo por Alfredo Stroessner a partir de 1954.”.

O Partido Colorado buscava o apoio do governo norte-americano. No ano de 1946, o Embaixador Beualac relatou encontros com Frederico Chavez e Natalicio Gonzalez (UNITED STATES, 1946)⁴¹. Eram bem vistos pelos americanos e aproveitavam todas as oportunidades para ressaltar a importância da aliança Estados Unidos Paraguai. Como bem afirma Jose Carlos Rodriguez:

⁴¹ Os encontros ocorreram em 8 e 19 de agosto e em 5 de dezembro.

Os colorados sabiam onde estava o poder. Localmente, na Cavalaria e internacionalmente na Embaixada Norte-Americana. Converteram para a sua causa o coronel Enrique Jiménez, chefe da Cavalaria. Com ele, queriam substituir o que fora a Frente de Guerra para Morínigo. Estavam no lugar e no momento adequados, tinham a vocação para o poder e se beneficiaram da imperícia e da falta de informação dos febreristas, que lhes facilitaram as coisas (RODRÍGUEZ, 2010, p. 67).

Quanto ao gabinete “Frederico Chaves e J. Natalício Gonzales, que lideravam as duas maiores facções coloradas. se tornaram os maiores porta vozes do gabinete. [...]. Em algumas semanas, a burocracia civil foi expurgada e somente permaneceram os que apoiavam os colorados.” (ROETT, SACKS, 1991, p. 52).

A reação ao golpe veio na noite de 7 de março de 1947, quando um grupo de febreristas atacou a delegacia central de polícia no centro de Assunção. Era o início da Revolução de 1947 ⁴².

4.2.1.1 Caráter da revolução nacionalista

A diplomacia brasileira tentava compreender o caráter da chamada “revolução nacionalista” de Morínigo que, apesar da confusão nos primeiros meses já sinalizava para importantes diferenças em relação aos governos anteriores. Era feita apologia dos governos tradicionais do Paraguai, no caso, de Francia e dos López. Os governos posteriores eram desqualificados como produtos do liberalismo legionário ⁴³. Essa negação do passado incluía o governo Estigarríbia. Protásio explicava:

É impressionante o esquecimento a que o oficialismo está condenando tudo o que com o extinto Marechal tem relação, tendo sido afastados do governo todos os seus amigos políticos e pessoais, bem como todos os que com ele colaboraram, com exceção apenas do atual Presidente e dos atuais ministros do Interior e da Agricultura. Quase todos os homens que vieram agora à tona ou eram infensos ao marechal ou pelo menos lhe tinham negado colaboração. Grande número dos altos funcionários atuais foram adeptos do coronel Franco, tendo a maioria dele se afastado devido à orientação demasiado esquerdista do seu governo. Por isso está se empregando, para definir a atual situação governamental, a expressão “franquismo sem Franco”, que, aliás, não é exata, porque não são poucos os membros do governo

⁴² Amacio Pampliega em suas memórias responsabiliza Morínigo pela revolução, por ter traído tanto militares quanto civis. Os primeiros pela promessa de que haveria um gabinete militar neutro para garantir as eleições. Os civis por esperarem a Constituinte (PAMPLIEGA, 1984, p. 164-165).

⁴³ Legionário era o nome dado a um membro da “Legião Paraguaia”, uma unidade militar que lutou na guerra da Tríplice Aliança com os governos aliados contra Solano López. Era ligada à Argentina. Muitos dos seus membros retornaram ao Paraguai após à guerra e assumiram cargos importantes no governo. Embora haja legionários na origem dos partidos liberal e colorado, o termo ficou ligado ao partido liberal. Passou a ser usado como ofensa e como sinônimo de traidor até hoje (NICKSON, 2015, loc. 6693-6702).

que nenhuma ligação tiveram com Franco, tendo até tomado parte na revolução que o derrubou⁴⁴.

Em relatório de janeiro de 1941, Protásio aproximava os dois governos. Doutrinariamente não haveria solução de continuidade entre as duas fases revolucionárias, pois que se mantinha intacta a constituição inspirada por Estigarribia, a qual instituiu o estado forte e tendia para o estabelecimento de uma “democracia dirigida”. Mas apesar da identidade de ideologias, era grande a discordância na maneira de agir entre os dirigentes das duas fases: à moderação dos primeiros sucedeu o exagero dos novos, que renegavam de toda a obra administrativa daqueles, acusando-os, ao mesmo tempo, quase sem exceções, de ineptos e desonestos. Quanto ao Marechal Estigarribia, só lhe reconhecem ainda méritos na qualidade de militar, como “vencedor do Chaco”⁴⁵.

É preciso conhecer um pouco a personalidade de Morínigo para compreender seu projeto nacionalista, bem como sua capacidade de permanecer tantos anos no poder em um país marcado pela instabilidade. Em 1938, Morínigo se tornou Chefe do Estado Maior do Exército e porta voz da jovem oficialidade nacionalista. Em um discurso em novembro desse ano aos oficiais do centro Militar e Naval, ele esclareceu suas posições políticas:

As forças armadas estão inseparavelmente associadas com a vida da nação e convertê-las em instrumento de um partido político constitui um crime contra a pátria; é o mesmo que conspirar contra a nação. O estado caótico da política nacional permeou o exército dividindo o corpo de oficiais em bandos opostos que lutam uns contra os outros. Os resultados são evidentes: ruína e descrédito para a nação; prisão e perda da carreira para o derrotado. E tudo para quê? O estado do país não melhora. Depois de cada mudança de governo persiste o *status quo*. Que sentido tem para nós nos dividirmos em facções para ajudar homens ou grupos políticos a chegar ao poder em prejuízo da unidade do corpo de oficiais e para a destruição e desorganização do nosso exército? Devemos por em fim nesse estado de coisas. Digo a vocês, meus compatriotas, que devemos nos unir de uma vez por todas e marchar como um só homem para a conquista dos dias de grandeza, de prosperidade e de felicidade para nossas nações paraguaias (GROW, 1988, p. 82).

Seus contemporâneos o descrevem como um homem bem humorado, afável e muito circunspecto com respeito ao trato da coisa pública (BEAULAC, 1951; PAMPLIEGA, 1984). O Embaixador Francisco Negrão de Lima, que conviveu por muitos anos com Morínigo, destacou, muitas vezes a sua esperteza que era encoberta por uma postura tímida e reflexiva. Foi assim que ele permaneceu por tanto tempo como presidente, passando por diversas tentativas de golpe, manobrando com diferentes grupos. A estabilidade do período nacionalista não teria sido possível sem Morínigo.

⁴⁴ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 254. (19 de dezembro de 1940).

⁴⁵ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 5. (2 de janeiro de 1941).

No dia 24 de dezembro de 1940, Higino Morínigo, alcunhado de “o Caudilho da Revolução” dirigiu-se por rádio à nação paraguaia para expor o plano trienal de seu governo e o conteúdo ideológico da Revolução Paraguaia Nacionalista. Começou afirmando que o Paraguai, para resolver seus problemas, deveria recorrer à sua história e às suas tradições. “Todos os problemas devem ser resolvidos com critérios exclusivamente vernáculos, recorrendo-se à base vivificante da mais pura *paraguayidad*.”. Afirmava-se partidário da democracia, mas sem as suas mistificações, desejando aperfeiçoá-la, dando a ela um sentido mais humano e conteúdo econômico e social. “A democracia exclusivamente eleitoralista num povo ainda não educado para o voto consciente e livre é uma farsa. Assegura o governo dos piores”. Propunha uma democracia de verdade que exprimisse a vontade do povo e não os favores partidários e a intrigas. A educação do povo deveria ser preocupação prioritária do governo. E não deveria se limitar ao combate do analfabetismo, mas também incluir o desenvolvimento do civismo, do senso de dever e da responsabilidade.

“A primazia do interesse nacional sobre o interesse egoísta e sórdido dos indivíduos constituiu o dogma político fundamental da revolução paraguaia”. Era necessário despertar os paraguaios para a noção de responsabilidade contra os maus funcionários de qualquer hierarquia. A Revolução Paraguaia Nacionalista se propunha como finalidade principal dar um conteúdo moral à nacionalidade. Ela nascera a partir do protesto frente à mentira e aos desgastados procedimentos dos profissionais e oligarcas da política que arruinaram e ensanguentaram a república em revoltas fratricidas para garantir interesses pessoais. Na nova era que se iniciava, a política governamental deveria ter como objetivo a grandeza material e moral da nação paraguaia. Era necessária uma conjunção de todos os esforços e de todas as vontades para a tarefa de reconstrução da pátria. “É necessário restaurar a solidariedade nacional destruída depois da nossa Grande Guerra de 70 por uma ação nefasta da política partidária. O regime de governo por um partido deve ser substituído pelo regime de governo para a nação”. Considerava que a finalidade do Estado é o desenvolvimento de todas as faculdades da nação e o aperfeiçoamento de sua vida. Por isso rechaçava o liberalismo do século XIX que reduzia a missão estatal. Propunha um intervencionismo, sobretudo na ordem econômica e especialmente nas relações entre capital e trabalho. Pretendia racionalizar a produção, explorar riquezas naturais, regular a distribuição entre a produção e o consumo, baratear os fretes, criar uma marinha mercante nacional, encontrar mercados internacionais, assegurar a assistência técnica e financeira ao agricultor e ao industrial, elevar o nível de vida do trabalhador.

A seguir o presidente elencou medidas de política interna, política social, política internacional, política econômica, política financeira, instrução pública, justiça, defesa nacional e saúde pública.

Em termos de política interna, “a Ordem, a Disciplina e a Hierarquia devem constituir as normas reguladoras da convivência política”. O Estado deveria ser libertado das influências do capital privado, em particular do estrangeiro. O Estado deveria intervir e controlar as empresas que explorassem concessões ou de utilidade pública, sobretudo as que operassem com base no monopólio. A propriedade privada deveria ser respeitada, mas o conceito individualista deveria ser substituído por sua função social. A família como célula social deveria ser fomentada e defendida. O campo deveria ser protegido e deveriam ser prevenidas as consequências de uma urbanização excessiva. A vida municipal deveria ser aperfeiçoada, com a melhora de sua organização e funcionamento. A lei eleitoral deveria se aperfeiçoada para assegurar a pureza e a realidade do sufrágio.

Com respeito à política social, deveria haver melhoramento da classe trabalhadora do ponto de vista intelectual e moral. A luta de classes deveria ser substituída pela cooperação e solidariedade. Deveria ser combatida a exploração da classe operária pelo capital, a miséria, o alcoolismo e outros vícios. As condições de vida do trabalhador deveriam ser melhoradas, sendo ele pago de forma justa. A instituição de seguro social deveria ser fomentada ⁴⁶ com, entre outras coisas, a proteção à gravidez da trabalhadora. O Departamento Nacional do Trabalho deveria ser aperfeiçoado com base na conciliação e arbitragem e ser impedido o ingresso de agitadores nas instituições sindicais. Um Código do Trabalho deveria ser elaborado, com a criação de escolas noturnas para trabalhadores e seus filhos e de bancos e crédito para trabalhadores.

Na política internacional, era necessária a criação da carreira diplomática e consular, o abandono de critérios partidários na política internacional do país e na designação dos funcionários diplomáticos e consulares, bem como a conquista de mercados no exterior para os produtos de exportação. A expansão do comércio deveria ser preocupação preferencial da chancelaria. Deveria haver propaganda no exterior para obter correntes migratórias selecionadas, e obter, mediante, a colaboração de países vizinhos, a compensação pelos inconvenientes derivados da reclusão geográfica. Deveria haver a demarcação definitiva de limites com a Argentina, Brasil e Bolívia.

⁴⁶ O Instituto de Previdência Social foi criado pelo Decreto nº 1707 de janeiro de 1943.

Com respeito à política econômica, o presidente esclareceu que a base do desenvolvimento econômico paraguaio estava na agricultura e na pecuária⁴⁷. Assim, haveria um esforço para aumentar a produção e as condições de vida do homem do campo⁴⁸. Haveria a implantação de sucursais do Banco Agrícola no interior e o fomento de melhoramentos técnicos. Deveria haver redistribuição da propriedade imobiliária rural e formação de colônias. A pecuária deveria ser melhorada e os fretes diminuídos com a criação de uma marinha mercante nacional⁴⁹. Deveria haver repatriação e imigração: “a imigração deve ser fomentada dentro de uma rigorosa seleção e controle”. Também deveria haver melhorias nas estradas e incentivo à maior exportação. Quanto à política financeira, deveria haver uma revisão geral e reorganização do Tribunal de Contas e da legislação financeira.

A instrução pública deveria ser gratuita e obrigatória. Deveria haver revisão geral nos métodos do ensino primário, implantação de serviço médico e dentário nas escolas, construção de locais adequados e higiênicos. Deveria ser fomentado o espírito da disciplina do trabalho e da investigação nos alunos dos colégios e universidades.

Com respeito à justiça, deveria ser eliminada toda influência política na administração da justiça. Deveriam ser construídas penitenciárias modernas, com melhorara da administração da justiça no interior do país. A inamovibilidade dos juízes deveria ser mantida e o Registro Geral de Propriedade reformado. Quanto à defesa nacional, o principal objetivo era a reorganização e modernização das Forças Armadas da Nação.

No campo da saúde pública, deveria haver o combate a enfermidades endêmicas, construção de hospitais e postos de saúde, promoção de estudos científicos a respeito de uma alimentação adequada, combate ao alcoolismo, incentivo à natalidade, combate ao curandeirismo, melhora nas faculdades de Medicina, Odontologia e Farmácia e melhorias no saneamento⁵⁰.

Como é possível observar pelas referências, muito do que foi proposto por Morínigo foi cumprido até 1947. Havia um “projeto nacional”, cuja execução foi parcialmente possibilitada pela supressão dos partidos e suas lutas faccionistas, e pela ditadura. O presidente atuava como uma espécie de árbitro ou moderador das diferenças que surgiam no seio das forças armadas. Segundo Scavone Yegros, a longevidade do governo Morínigo se devia também a um contexto internacional propício (SCAVOVE YEGROS, 2011, p. 252). O

⁴⁷ Foi criado um Estatuto Agrário em 29 de fevereiro de 1940.

⁴⁸ O Crédito Agrícola de Habilitação foi criado pelo Decreto nº 1611 de 23 de dezembro de 1943.

⁴⁹ A Frota Mercante Nacional foi criada em 27 de junho de 1945.

⁵⁰ La Nacion. 25 de dezembro de 1940. Anexo a BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 258. (26 de dezembro de 1941).

perigo que a neutralidade argentina representava para os Estados Unidos aumentou a importância estratégica do Paraguai. Ao romper as relações com o Eixo em janeiro de 1942, apesar da tolerância para com os nazistas, o governo de Morínigo garantiu apoio norte-americano sob diversas formas.

Um aspecto pouco explorado na literatura é a cooperação institucional que ocorreu no período entre Paraguai e Brasil, no sentido do Paraguai ter “copiado” diversas instituições brasileiras. As fontes mencionam longas estadas de ministros paraguaios no Brasil para estudar as instituições brasileiras e verificar o que poderia ser adaptado ao Paraguai. Houve, inclusive, colaboração entre a polícia de Filinto Müller e a polícia paraguaia. Houve uma reforma na administração, criação de um departamento de imprensa e propaganda, um DIP, como o mesmo nome do brasileiro, houve reforma na polícia, para garantir uma repressão mais eficiente, houve também modificações no sistema de ensino. E as instituições brasileiras foram o modelo. A oposição reclamava da cópia de leis repressivas brasileiras. Infelizmente, a falta de acesso à documentação paraguaia impediu uma comparação entre o Brasil do Estado Novo e o Paraguai nacionalista. Trata-se de um dado muito interessante para um país que tinha a sua política, até o período, orientada para a Argentina.

As matérias jornalísticas, considerando que todos os jornais permitidos seguiam a orientação governista destacavam muito o projeto varguista. Por ocasião da visita de Getúlio Vargas, em agosto de 1941, matéria do jornal *El País* fez um balanço a respeito dos dez anos da revolução de 1930 (*EL PAIS*, 1 ago. 1941). Mencionava a criação da siderurgia pesada, nacionalização de fontes de energia hidráulica e defesa do patrimônio mineral. Comentava, em tom de aprovação, que o estado abandonara os antiquados princípios liberais e intervinha em todos os setores da vida nacional. E que essa intervenção ocorria para corrigir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores de produção, para evitar ou resolver os conflitos. Mencionava a Justiça do trabalho e comentava que a Constituição de 1937 considerava as greves um recurso antissocial. Destacava o avanço do Brasil no ramo da aviação, apresentando tabelas com números, investimentos no Nordeste brasileiro, obras de saneamento, reformas legislativas, dados financeiros e comércio exterior. É só um exemplo, entre muitos. Por outro lado, a comparação com o Brasil ajudava a legitimar Morínigo.

Outra característica da “revolução nacionalista” era o uso da história como fonte de legitimidade. Não era um fato novo. Liliana Brezzo (BREZZO, 2010) situa o início do processo de reabilitação de Francia e dos López no começo do século XX. Mas foram os governos militares a partir de 1936, que oficializaram essa restauração. Rafael Franco reabilitou a memória de Solano López que havia sido considerado “traidor da pátria” em

decreto de 1870. O dia de sua morte, 1º de março, passou a ser destinado ao culto “aos heróis da pátria”. Promoveu uma expedição para resgatar os restos mortais de Solano López, da qual Morínigo participou (GROW, 1988, p. 81-82; DORATIOTO, 2012, p. 426).

Isso chegou a ser um problema para a diplomacia brasileira.

No ano de 1940, “dada a exaltação nacionalista do momento”, houve muitas homenagens a Solano López. Protásio Gonçalves reclamou para Oswaldo Aranha do tom injurioso aos vencedores da Guerra da Tríplice Aliança nos discursos e nas publicações de jornais ⁵¹. Remeteu discurso pronunciado em Concepcion em 1º de março que chocou particularmente o encarregado de negócios e que manifestou ao Ministério das Relações Exteriores, “de forma muito delicada”, o seu descontentamento. “Disse também que lamentava que se procedesse assim, quando o Brasil não cessa de dar provas das melhores intenções em relação ao Paraguai”. Disse que esperava providências que impedissem a repetição do abuso. O Chanceler concordou e lamentou, tendo levado o jornal para mostrar ao presidente e aos ministros⁵². As fontes diplomáticas mostram muitas situações desse tipo. O historiador Juan O’Leary atacava muito o Brasil nas suas obras e nas suas palestras. A camaradagem desenvolvida com o Embaixador Francisco Negrão de Lima contribuiu para que essas diferenças não prejudicassem as relações bilaterais.

O uso da história com fins de legitimação foi ampliado no período de Alfredo Stroessner. Os diplomatas que atuavam nesse período comentavam a obsessão do ditador com a guerra da Tríplice Aliança.

4.2.1.2 Economia

Como se pode ver no programa de governo de Morínigo, a Revolução Nacionalista Paraguaia tinha um projeto econômico de tornar o Paraguai autossuficiente. Em primeiro lugar, foram tomadas medidas de incentivo à agricultura. O Banco Agrícola oficial adquiriu excedentes de cultivos a preços garantidos para ampliar a produção e modernizar os métodos de cultivo. Com a venda dos excedentes no mercado internacional quando os preços estavam elevados, o governo canalizou os ingressos para um programa de crédito que possibilitou aos agricultores adquirir equipamentos e insumos em condições favoráveis. A ideia era criar um setor médio de agricultores independentes. Também foram expropriadas terras estrangeiras

⁵¹ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 39. (5 de março de 1941).

⁵² BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 43. (8 de março de 1941).

inexploradas e organizadas colônias agrícolas de propriedade do estrado que funcionavam como cooperativas agrícolas (GROW, 1988, p. 96).

Também houve ênfase no desenvolvimento industrial. Segundo Grow, Morínigo concebeu um plano modesto e pragmático, adequado à base econômica agrícola do Paraguai. Durante muitos anos, os produtos paraguaios eram exportados brutos e retornavam ao país processados como produtos importados a um alto custo. Para solucionar isso, Morínigo propôs o estabelecimento de indústrias pequenas, de propriedade de paraguaios, que pudessem elaborar os produtos para consumo nacional reduzindo o custo das importações. Em 1942, a lei de privilégio industrial estimulava inversões de capital privado. Outorgava monopólios e incentivos tributários para empresários paraguaios criarem a primeira empresa industrial em setor aprovado pelo governo. Morínigo criou inclusive monopólios industriais do estado como a Corporação Paraguaia do Álcool, COPAL, e a Corporação Paraguaia de Carnes (COPACAR).

Com os incentivos oficiais e as compras dos aliados durante a guerra, as exportações do país aumentaram 223% entre 1939 e 1945 (GROW, 1988, p. 96-97).

Mas os obstáculos eram muito grandes. O Paraguai não possuía estradas para escoamento da produção, a ferrovia de propriedade inglesa era lenta e obsoleta e a única saída para os mercados mundiais era por Buenos Aires. O abastecimento energético era insuficiente até para as necessidades do país, sendo que em Assunção apenas um quarto da população tinha acesso à eletricidade. Ou seja, havia falta de capital para o desenvolvimento e Morínigo compartilhava com outros líderes do Terceiro Mundo o mesmo dilema: para conseguir financiar programas de desenvolvimento que tornariam o país independente do capital estrangeiro, era necessário capital estrangeiro (GROW, 1988, p. 98-100). E Morínigo foi buscar esse capital junto aos Estados Unidos, ao Brasil e à Argentina.

Uma das principais características do governo Morínigo era o controle da economia pelo Estado. Em dezembro de 1940 Morínigo nacionalizou a Corporação de Concessão do Porto de Assunção, de propriedade dos Estados Unidos e colocou as instalações portuárias da capital sob a direção de uma nova entidade estatal chamada Administração do Porto de Assunção. Somente depois de duras negociações, concordou com uma compensação parcial. Em fevereiro de 1941, uma lei de novos controles de câmbio colocou todas as operações de comércio internacional e divisas do Paraguai sob o controle do Banco da República, estabelecendo o monopólio de estatal de comércio. Essa lei também nacionalizou o sistema monetário, uma vez que proibiu as operações monetárias com outras moedas que não fossem

a paraguaia (os pesos argentinos circulavam livremente em função do baixo valor do peso paraguaio) e criou uma nova moeda, o guarani (GROW, 1988, p. 86-87).

Com respeito ao mundo do trabalho, Rivarola afirma que, analisando as cifras dos arquivos da repressão no período moringuinista, observa-se que mais do que uma ditadura militar contestada por democratas, elas nos fazem pensar na implantação de um novo regime econômico (RIVAROLA, 1995, p. 235). O estado intervencionista, através do Departamento Nacional do Trabalho, do Instituto de Previdência Social e do Ministério do Interior, Justiça e Trabalho se colocava como regulador entre empresários e trabalhadores. Essa intervenção significava acabar com a autonomia dos sindicatos que eram dominados pelos comunistas (RIVAROLA, 1995, p. 235).

Contudo Morínigo tinha coincidência de que somente a repressão não traria continuidade e estabilidade ao governo. Era necessário o consenso. No seu plano trienal apresentado em dezembro de 1940, ele prometeu uma série de melhorias para os trabalhadores. E algumas foram implementadas. Foi estabelecido que 95% dos empregados das empresas fossem paraguaios. Em julho de 1942, o salário dos operários que ganhavam até seis mil pesos por mês foram aumentados em 40%. Foram iniciados estudos para implantação do salário mínimo através do Departamento Nacional do Trabalho. Tabelas de salários mínimos foram implantadas no final de 1943. Nesse mesmo ano foi criado o Instituto de Previdência Social e instituído o seguro social obrigatório (houve resistência por parte de alguns trabalhadores, como os ferroviários, que possuíam seu próprio sistema). Foi regulamentado o trabalho dos menores e se exigiu que as empresas tivessem registros dos seus trabalhadores (SEIFERHELD, 2012, p. 516-517). Adotou-se a prática, que seria copiada por governos posteriores, de alternar concessões com repressão.

Segundo Seiferheld, as transformações econômicas entre 1940 e 1945 foram significativas, sendo também inédita a honestidade administrativa, da qual os *tiempistas* davam o exemplo (SEIFERHELD, 2012, p. 552-563). Sobre isso, Frost comentou:

A característica positiva da [A Revolução Nacionalista] era a insistência na honestidade e no bom caráter das pessoas relacionadas ao governo. Essa embaixada manteve contato com todos os ramos do governo e nunca houve uma área na qual a corrupção fosse perceptível [...]. Originada na indignação em reação à corrupção política prévia, a obsessão com a pureza do governo se transformou em um ativo político. Há exceções, mas nunca vi pessoalmente nenhum governo que estivesse mais perto de merecer ser conhecido como espartano em seus princípios e conduta (GROW, 1981, p. 101).

4.2.1.3 Oposição ao regime e repressão

Os anos do governo de Morínigo foram de intensa repressão. Os liberais e os comunistas se converteram em inimigos da pátria (RODRÍGUEZ, 2010, p. 59). Reagindo às greves políticas organizadas pelos sindicatos, que tinham como maior objetivo atacar a Frente de Guerra, o governo publicou o Decreto 3390 de outubro de 1940 que designou a ilha Peña Hermosa como prisão militar controlada pelo ministério do interior. Esse local e outros eram verdadeiros campos de concentração capazes de alojar um grande número de pessoas por tempo indeterminado em condições precárias e extremas (RODRÍGUEZ, 2010, p. 57). No início de dezembro, Protásio Gonçalves informava o Rio de Janeiro que pessoas suspeitas da mais insignificante atividade política vinham sendo enviadas para lugares longínquos, Ingave e Peña Hermosa, em instalações semelhantes a campos de concentração. Muitos estavam procurando asilo nas legações⁵³.

Alguns dias depois, em novo comunicado, Gonçalves relatava que os últimos dias haviam sido desterradas muitas pessoas, quase todas do partido liberal. Outras foram convidadas a comparecer à chefatura de polícia para prestar declaração, “sendo nessa ocasião ameaçadas de desterro, se continuam a fazer apreciações desfavoráveis aos atos do governo”.

Em conversa privada, Argaña disse a Protásio que ninguém podia mais suportar o domínio dos partidos políticos, especialmente do liberal, que infelicitou a nação durante 70 anos.

Depois disse que a mocidade da universidade, sob a influência do próprio reitor, Celso Velásquez, e a oficialidade jovem das Forças Armadas tomaram a si a incumbência de promover a regeneração do país, animados do mais puro sentimento patriótico, exigindo do presidente da república a moralização da administração pública, o que determinou a destituição de todos os dirigentes que se negavam a por em execução as exigências da mocidade. Depois explicou que a execução desse programa vinha encontrando resistência em certo elemento (partido liberal) e isso deu lugar às medidas de rigor que impressionaram o estrangeiro [...].

Disse também que era o seu desejo que a revolução paraguaia fosse bem compreendida pelo Brasil “[...] país que ocupa o primeiro lugar entre as nações que o Paraguai tem como amigas” [...] ⁵⁴. No final do mês, a repressão continuava intensa, embora Argaña tenha garantido a Protásio que eram as últimas prisões: “Ainda ontem um novo grupo de 54 pessoas de destaque até mesmo internacional, como sejam os doutores Modesto

⁵³ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 245. (6 de dezembro de 1940).

⁵⁴ Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 251. (13 de dezembro de 1940).

Guggiari e Luis Riart, foram detidos e serão possivelmente desterrados em Peña Hermosa ou deportados”⁵⁵.

Em janeiro de 1941, com continuação das greves, o governo decretou a Trégua Sindical (Decreto 4545), que proibia toda a atividade sindical pelo prazo de um ano. Em caso de greve, o exército mobilizaria os operários, isto é, os recrutaria e os trataria como soldados, sendo seu comportamento regulado pelo Código Militar (RODRÍGUEZ, 2010, p. 57).

Em março de 1941, Argaña pediu a Oswaldo Aranha dois técnicos para ajudar a organizar a polícia no Paraguai: um para organizar a corporação e outro para organizar e dirigir o departamento da ordem social e o serviço de pesquisas. Pediu também a cessão ou empréstimo de quatro ou seis tanques de polícia⁵⁶.

Em 26 de julho de 1941, foi publicado o decreto-lei 7937, a Lei de Defesa do Estado, conhecida como Lei da Degola, que estabeleceu a pena de morte por traição e instituiu penas severas para crimes políticos (GOMEZ FLORENTIN, 2011, p. 54-55). Em fevereiro de 1944, outro decreto repressivo, número 1217, regulamentava os sindicatos e o decreto do Ministério da Indústria e Comércio, número 2490, dissolvia os sindicatos grevistas e disciplinava o trabalho (RIVAROLA, 1995, p. 237). Era uma espécie de ciclo vicioso. As greves produziam legislação repressiva que, por sua vez, provocava mais greves. Na sequência ocorriam prisões em massa e envio dos dissidentes para Peña Hermosa, Forte Olimpo, Bahia Negra ou outras prisões no Chaco. A primavera democrática, iniciada em julho de 1947, multiplicou o trabalho das forças de segurança. Foram abertos muitos prontuários novos de indivíduos que seriam vítimas de repressão a partir de 1947, especialmente os comunistas que saíram da clandestinidade (RIVAROLA, 1995, p. 237, 241). O Decreto número 5484 de outubro de 1936, do governo Rafael Franco, foi republicado em 14 de janeiro de 1947 por Morínigo produzindo rigorosa repressão de comunistas (RIVAROLA, 1995, p. 241). Na documentação da embaixada brasileira em Assunção há alguns informes a respeito da atividade comunista no Paraguai, inclusive com panfletos. Os comunistas denunciavam o Brasil como apoiador da “ditadura clerical fascista” de Morínigo⁵⁷. Os acordos firmados com o Brasil eram considerados contrários aos interesses nacionais⁵⁸. O governo era acusado de copiar o

⁵⁵ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 258. (26 de dezembro de 1940).

⁵⁶ CPDOC-FGV. Arquivo Oswaldo Aranha. Correspondência Política OA cp 1940.06.28/2. (7 de março de 1941).

⁵⁷ Anexo a BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 106. (2 de junho de 1941).

⁵⁸ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 106. (2 de junho de 1941).

Decreto de Defesa do Estado de lei vigente no Brasil e Luís Argaña de vender a soberania do Paraguai por uma condecoração brasileira⁵⁹.

Milda Rivarola faz interessante estudo a respeito do arquivo policial pré-stronista do Paraguai, cujo registro mais antigo é de 1917 e o mais novo de 1952. Quatro quintos dos prontuários e fichas correspondem ao período entre 1940 e 1948, ou seja, o governo Higinio Morínigo (2808 em um total de 3396). Alguns desses expedientes vinham de governos anteriores e vinham sendo atualizados. Mas a ascensão de Morínigo marcou um notável incremento das pessoas controladas. Em 1939, apenas 40 nomes ingressaram no arquivo. Ao final de 1940, havia 450 novos ingressos (RIVAROLA, 1995, p. 231-233).

Foi o general Amancio Pampliega, Ministro do Interior entre 1942 e 1946, que reformou os serviços de segurança permitindo um maior controle⁶⁰. A sociedade inteira era controlada: dirigentes sindicais, opositores políticos - liberais, comunistas e franquistas -, estudantes, trabalhadores, profissionais liberais, jornalistas, comerciantes, fazendeiros e oficiais do Exército (RIVAROLA, 1995, p. 233). Quatro por cento desse grupo eram mulheres.

Operários e dirigentes sindicais correspondem a 45% das fichas. Para cada liberal fichado, há cinco operários e para cada franquista, catorze trabalhadores (RIVAROLA, 1995, p. 235). Os liberais foram o segundo grupo que sofreu mais repressão, correspondendo a 10% dos casos. Houve muitas ondas de prisões e envios de liberais para asilo político. Na sequência do Decreto Lei 12.246 de 25 abr.1942, que dissolveu o partido Liberal, houve muitas prisões. Alguns liberais eram também militares. A ação mais importante dos liberais contra o governo Morínigo foi o assalto a Guarda de Segurança de Cavalaria, à polícia e à companhia telefônica em 26 de janeiro de 1944. O coronel Arturo Bray, no exílio, foi acusado de organizador do golpe (RIVAROLA, 1995, p. 230). Os comunistas correspondem a 7,7% dos opositores controlados, embora seja difícil traçar uma linha divisória entre comunistas, sindicalistas e trabalhadores, já que o movimento operário era controlado pelos comunistas. O quarto grupo, com 6,7% dos casos são os estudantes. Também nesse caso há sobreposição com comunistas e franquistas. O movimento estudantil era controlado pelos seguidores de Rafael Franco. Mesmo assim, muitos estudantes acompanhavam as greves de trabalhadores. Entre os estudantes, havia o controle das atividades pró aliados e esse controle não cessou com a ruptura do Paraguai com o Eixo. Atividades como a comemoração da queda de Berlim em maio de 1945 e da queda da Bastilha em julho desse ano provocaram prisões de estudantes

⁵⁹ Embaixada de Assunção. RESERVADO 173. (21 de agosto de 1941).

⁶⁰ Nos seus dois livros de memórias, Amancio Pampliega não menciona essas questões.

universitários e secundaristas (RIVAROLA, 1995, p. 242-243). O quinto grupo, com 4,5% dos casos corresponde aos militares (RIVAROLA, 1995, p. 244). O governo Morínigo foi rico em conspirações militares. Nas fichas estão altos chefes militares e membros do Estado Maior de Morínigo, como Vitoriano Benitez Vera e Pablo Stagni. Os franquistas correspondem a 3,2% dos casos. Há também funcionários públicos, professores universitários, artistas, intelectuais, empresários, comerciantes, agricultores e pessoas não identificadas (RIVAROLA, 1995, p. 245). Rivarola chama a atenção para a ausência de colorados no arquivo. Considerando que é difícil crer que colorados não tenham atuado na oposição no período nacionalista, é possível que J. Natalicio Gonzalez ou Juan M. Frutos, em seus curtos governos, tenham “limpado” a ficha de seus correligionários (RIVAROLA, 1995, p. 230). Outro ponto a ser levado em conta é que, com uma sociedade baseada em contratos diádicos como a do Paraguai, muitos prontos para serem utilizados devem ter sido inutilizados no período posterior. Mesmo assim, é possível ter uma ideia da intensa repressão política no período Morínigo. Apesar disso, o Embaixador Frost, em abril de 1944, pouco antes de deixar o Paraguai declarou a respeito de Morínigo:

Poucos ditadores na América Latina foram responsáveis por tão pouca violência como ele. Não houve execuções nem mais exílios que nas épocas precedentes, assim como poucas prisões e atos de violência. E somente o necessário para manter-se no poder. Conheço métodos muito mais duros, não somente no Brasil, mas também no Chile (GROW, 1981, p. 101).

4.2.2 Relações Bilaterais

O governo Morínigo marcou uma mudança na política externa paraguaia diretamente relacionada ao aumento do papel do estado na economia. De acordo com Melissa Birch, sua política internacional possuía duas metas. A primeira era ampliar o papel do Paraguai nas relações internacionais, especialmente as hemisféricas, daí as viagens do ano de 1943. A outra era uma espécie de política externa para o desenvolvimento para “[...] a conquista do bem estar do povo, fazendo tratados e convênios que coordenem nossa economia com as dos demais países americanos e assegurem facilidades que atenuem as desvantagens derivadas de nossa situação mediterrânea.” (BIRCH, 1990, p. 171). Enquanto a situação paraguaia foi estável, essa política foi bem sucedida. A política externa paraguaia sempre foi pendular, oscilando do Brasil para a Argentina, mas, em função do projeto de desenvolvimento, o movimento se acentuou. Entre 1940 e 1944 o pêndulo foi em direção ao Brasil. Havia maior identidade entre os governos Morínigo e Vargas e a Argentina estava enfrentando crise

interna e externa. A partir de 1946, dos gabinetes de coalização e, posteriormente, colorados, o pêndulo se movimentou em direção à Argentina. Houve uma aproximação entre os colorados e o governo Perón, enquanto o governo Dutra desconfiava da instabilidade. Em nenhum dos dois períodos, contudo, o Paraguai abandonou a conexão com os dois rivais.

A cooperação cultural que iniciara no governo Estigarribia solidificou-se no período Morínigo. Em outubro de 1940 (partiram de Assunção em 22 de agosto), um grupo expressivo de estudantes paraguaios visitou o Brasil, tendo inclusive um encontro com Getúlio Vargas, que garantiu aos estudantes que “as promessas do Brasil continuavam em pé” e que sua visita ao Paraguai ocorreria em data próxima. Anunciou também a construção imediata da estrada de ferro a Ponta Porã. Também declarou a necessidade de recíprocas e periódicas embaixadas universitárias (EL PAIS, 9 out. 1940). Os estudantes visitaram diversos estabelecimentos de ensino no Rio de Janeiro e em São Paulo. Protásio Gonçalves informa a Aranha a respeito da repercussão da visita:

A impressão deixada no espírito dos jovens visitantes pelo acolhimento fidalgo e amistoso que aí tiveram, da parte de nossas autoridades, especialmente de Vossa Excelência, assim como a dos estudantes brasileiros, e a consciência do constante progresso e da grandeza do Brasil, formada ante o que viram e puderam apreciar e observar no Rio e em São Paulo, não tardaram em se converter num vivo desejo de despertar, no povo paraguaio, igual entusiasmo e a mesma admiração pela nossa gente e pelas nossas coisas ⁶¹.

Ainda no campo da cooperação cultural, Protásio mencionou que tinha ouvido queixas “amistosas” de que o Brasil concedia facilidades a estudantes bolivianos, enquanto os paraguaios não podiam estudar no Brasil. Disse que o conceito estava amplamente difundido em todas as classes da sociedade e na imprensa, mas que era desconhecida a sua causa determinante: a inexistência de um convênio como o celebrado entre o Brasil e a Bolívia. Apontou para a necessidade de celebração do convênio:

Julgo desnecessário encarecer quão vantajoso será futuramente para a influência da cultura e da política brasileira neste país, o fato de terem cursado as nossas universidades alguns dos homens que serão dirigentes da nação, mas cumpre-me manifestar a Vossa Excelência que estou convencido de que a assinatura de um convênio universitário com este país será recebida pelas classes cultas, como um dos maiores benefícios que o Brasil possa prestar ao Paraguai, pois tenho compreendido que, também espiritualmente este país “quer respirar por outro pulmão” ⁶²

⁶¹ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 128. (23 de outubro de 1940).

⁶² BRASIL. Embaixada de Assunção. RESERVADO 219. (5 de novembro de 1940).

A crise ministerial de setembro atingiu a representação diplomática do Paraguai. Renunciaram o Ministro em Buenos Aires, Efraim Cardozo; o Ministro em La Paz, Julio Cesar Chaves; e o Ministro nos Estados Unidos, Horacio Fernandez, genro de Estigarribia. Os novos ministros eram respectivamente: Juan Manuel Garay, Cesar Vasconcellos e Juan José Soler. Protásio Gonçalves acentuava que essas nomeações não refletiam mudança na política externa do Paraguai, mas ausência de quadros. Mas acrescentava que o efeito dessas nomeações no espírito público foi péssimo. Gonçalves apresentou dados desabonatórios a respeito dos três novos ministros, destacando que Cesar Vasconcellos, irmão do subsecretário das Relações Exteriores, Carlos Vasconcellos, era um grande inimigo do Brasil e que “[...] tem sempre sido defensor dos judeus, cujos negócios ilícitos patrocinava”⁶³.

Em 30 de janeiro de 1941, Batista Luzardo, Chanceler brasileiro em Montevidéu, recebeu Argaña, acompanhado do ministro plenipotenciário do Paraguai, José Dahlquist. Ele se encontrava em Montevideo para a Conferência Econômica Regional do Prata⁶⁴. Nesse período, a situação do governo paraguaio era de instabilidade política em função das sublevações franquistas nas Forças Armadas. Argaña fez uma “longa profissão de fé brasileiroista” e afirmou que o Brasil devia dedicar ao Paraguai “[...] um apoio decisivo e imediato, não só para assegurar-se, o Brasil, numa oportunidade assim privilegiada, o absoluto comando da diplomacia sul americana – uma vez que, em caso de conflito no continente, aquela nação mediterrânea desfruta e poderá oferecer singulares condições geopolíticas – como também para ajudar [o governo paraguaio]”. Declarou que a situação política no Paraguai continuava fiel à memória de Estigarribia e era simpatizante do Brasil. Manifestou o desejo de que o Brasil prestigiasse publicamente o atual governo paraguaio, convidando-o a visitar o Brasil para acertar medidas práticas, como a instalação do Banco do Brasil em Assunção e a construção da estrada de ferro que ligaria os dois países e, quem sabe, da prometida visita de Vargas ao Paraguai.

No dia 1º de fevereiro, o chanceler boliviano, Ostría Gutierrez, conversou com Luzardo e falou que estava em curso no Paraguai um movimento a favor do coronel Franco, de tendência esquerdista. E que Franco, em caso de vitória, exigiria a revisão do Tratado de Paz do Chaco⁶⁵. Isso exigiria da Bolívia medidas de ordem militar. Pediu que o Brasil, “com a

⁶³ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 213. (1 de novembro de 1940).

⁶⁴ A Conferência Econômica Regional do Prata se reuniu em Montevidéu entre 25 de janeiro e 6 de fevereiro de 1941. Ela foi sugerida durante a Conferência do Panamá. O objetivo principal era discutir medidas para resolver os problemas dos países mediterrâneos, Paraguai e Bolívia. Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Argentina não participaram, tendo sido representados. Oswaldo Aranha foi representado por Pedro Moraes de Barros.

⁶⁵ CPDOC-FGV. Arquivo Getúlio Vargas. Correspondência. (13 de fevereiro de 1941).

responsabilidade que já tem no destino da América” socorresse o Paraguai com conselhos ponderados e ação diplomática. Luzardo conversou com o general Baldomir, presidente do Uruguai. “Concluímos, então, e por sugestão minha, [...], ser aconselhável a internação do coronel Franco, desde que o governo paraguaio a requeresse”. Na sequência, houve um a conversa com Argaña e Baldomir. Baldomir concluiu que a ideia de Luzardo parecia ser a mais acertada e que o seu governo estava pronto a internar o coronel Franco se o Paraguai requisitasse. Mas, para a surpresa de Luzardo, Argaña agradeceu e disse que conversaria com o seu governo, atitude que preocupou o missivista. Apesar disso, Baldomir, determinou ao chefe de política de Montevideú que vigiasse o coronel Franco de forma severa.

Argaña, por ocasião do encerramento da Conferência do Prata, disse a Luzardo que desejava receber convite para visitar o Brasil na segunda quinzena de março⁶⁶. A visita de Argaña começou a ser negociada já no início de março. O convite oficial ocorreu em 4 de abril juntamente com a nomeação de comissões incumbidas do estudo de algumas questões que seriam objeto de convênio⁶⁷.

Após a tentativa de golpe franquista em 15 abr.1941, Protásio comentava com Oswaldo Aranha que o principal argumento usado por Moríginio para exigir o apoio das Forças Armadas fora o convite do Brasil a Argaña e os importantes convênios internacionais que o seu governo pretendia firmar. “Muita gente pensa que foi o nosso convite que salvou o governo e a gente sensata e de responsabilidade, que temia a volta do regime de Franco, nos há de agradecer”⁶⁸. Por outro lado, houve acusações no sentido de que a Argentina abrigava conspiradores contra o governo paraguaio. “Até a Legação argentina aqui e, assinaladamente, o major Juan Esteban Vacca, adido militar, foram envolvidos nessa acusação, como havendo apoiado, quase às claras, o complot franquista, fracassado ultimamente”, relatava Ferreira Braga ao Rio de Janeiro. Por ocasião das festividades de 14 de maio, data da Independência do Paraguai, a Argentina enviou duas esquadras a Assunção e garantiu o internamento de emigrados liberais que se encontravam em Clorinda, como medidas para melhorar a relação com o governo paraguaio⁶⁹.

Luis Argaña chegou ao Rio de Janeiro em 13 de junho de 1941, acompanhado da sua esposa, e de comitiva. No mesmo dia, visitou Getúlio Vargas no Palácio Guanabara e foi recepcionado com um banquete no Itamaraty. No seu discurso, que juntamente com o de Oswaldo Aranha, foi transmitido ao Paraguai em ondas curtas, ele citou Rio Branco e Joaquin

⁶⁶ CPDOC-FGV. Arquivo Getúlio Vargas. Correspondência. (13 de fevereiro de 1941).

⁶⁷ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 72. (4 de abril de 1941).

⁶⁸ CPDOC-FGV. Arquivo Oswaldo Aranha. Correspondência política. (18 de abril de 1941).

⁶⁹ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 100. (26 maio 1941).

Nabuco, demonstrando grande conhecimento a respeito da história do Brasil (CORREIO DA MANHÃ, 14 de junho de 1941). No dia 14, Getúlio Vargas ofereceu-lhe um almoço no Parque da Cidade. No discurso feito pelo Chanceler paraguaio nessa ocasião, ele aproxima Paraguai e Brasil em termos políticos:

Nossas pátrias se encontram identificadas por uma aspiração comum de progresso, por uma notável afinidade de princípio políticos e pelo mesmo sentido construtivo de suas revoluções triunfantes. A linguagem política que se fala nesta terra ubérrima é a mesma que se fala na minha. Comuns são as suas expressões básicas, com as brasilidades aqui e paraguaidade lá expressando nacionalismo, exaltação da personalidade nacional, supremacia dos interesses coletivos, respeito aos atributos fundamentais da pessoa, conceito heroico de vida, repúdio ao liberalismo malsão, unidade nacional, democracia econômica, intervenção estatal, economia dirigida, enfim, o ressurgimento da nação (CORREIO DA MANHÃ, 15 jun. 1941).

No dia 17 de junho ocorreu, no Itamaraty, a assinatura dos dez acordos. O primeiro tratado assinado referia-se ao intercâmbio cultural. Ambos os governos favoreceriam a fundação, na capital de cada país, de um organismo permanente que centralizasse esse intercâmbio e concederiam anualmente dez bolsas escolares para estudantes ou profissionais diplomados por estabelecimentos de ensino superior universitário para um curso de aperfeiçoamento. O governo brasileiro se comprometia a enviar regularmente ao Paraguai professores brasileiros para o ensino da língua portuguesa. O segundo tratado assinado foi sobre permuta de livros. Cada uma das partes enviaria à Biblioteca Nacional da outra um exemplar de suas publicações oficiais e seriam criadas seções especiais para o material. O terceiro convênio destinava-se à constituição de comissões encarregadas de estudar os problemas de navegação no rio Paraguai. As comissões mistas seriam compostas de cinco membros, dois nomeados pelo governo do Brasil e dois pelo governo do Paraguai e o presidente, nomeado de comum acordo entre os dois países. Pelo quarto tratado, de intercâmbio comercial, o Brasil e o Paraguai, se concederiam por intermédio do Banco do Brasil e do Banco da República do Paraguai, créditos recíprocos para a compra de produtos dos dois países. Pelo quinto convênio, o governo do Paraguai daria a concessão para a construção e exploração de uma estrada de ferro ligando Concepcion a Pedro Juan Caballero, a qual constituiria uma sociedade anônima, de acordo com a legislação paraguaia, para a construção e exploração daquela via férrea. O governo brasileiro supriria o capital necessário à estrada de ferro, mediante a subscrição de ações da referida sociedade anônima. Os privilégios de que gozaria o governo paraguaio se estenderiam pelo prazo de 30 anos. Findo o prazo de cinco anos da construção, o governo do Paraguai teria o direito de encampá-la, não podendo fazer a transferência a terceiros sem a anuência do governo brasileiro. Pelo sexto

acordo, o Brasil concederia um entreposto ao Paraguai no porto de Santos para recebimento, armazenagem e distribuição das mercadorias de origem paraguaia, bem como para recebimento e encaminhamento das que forem importadas pelo Paraguai para seu abastecimento. Caberia ao governo brasileiro a sua instalação, às autoridades alfandegárias brasileiras a sua fiscalização. Os demais serviços, à administração do porto de Santos. O Paraguai poderia manter delegados seus no entreposto. O tratado sobre tráfico fronteiriço, o sétimo, colocava em prática os princípios incorporados na resolução sobre comércio de fronteiras, aprovada em 6 de fevereiro de 1941 na Conferência Regional do Países do Prata. Ambos os governos concederiam isenção de direitos de importação para consumo ao pequeno comércio fronteiriço. Foi assinado um oitavo convênio para a criação de uma comissão mista incumbida de preparar as bases de um tratado de comércio e navegação entre ambos os países. Seria composta por três delegados de cada país e deveria reunir-se um mês após a ratificação. Deveria elaborar um projeto de Tratado de Comércio e Navegação. Em outro convênio, o nono, foi acertada a compra de reprodutores pelo Paraguai com créditos brasileiros. Pelo último tratado, o Brasil e o Paraguai cederiam um ao outros técnicos necessários ao aperfeiçoamento dos seus serviços administrativos e ao desenvolvimento de suas economias (CORREIO DA MANHÃ, 18 jun. 1941). Argaña ainda visitou Minas Gerais e São Paulo, tendo deixado o Brasil no dia 21 de junho. Após, visitou Buenos Aires e Montevideú, onde assinou diversos tratados (CORREIO DA MANHÃ, 20-27 jun. 1941).

Ainda antes do retorno de Argaña, Ferreira Braga comentou com Oswaldo Aranha conversa com Aníbal Delmás, Ministro interino das Relações Exteriores. Ele disse que a repercussão na opinião pública em relação à assinatura dos acordos foi excelente. E que causou muita satisfação no presidente Morínigo. Afirmou que o Paraguai pretendia moldar, pela legislação brasileira, a sua legislação, atualmente em reforma completa. E aproveitou para contrastar o comportamento brasileiro com o argentino dizendo que esse país oferecera, há dois anos, ao Paraguai uma sucursal do Banco de La Nacion, oferecimento que continuava sem execução. E queixou-se, também, do “Banco del Hogar Argentino”, que à sombra de uma concessão escandalosa, apenas extorquia de Assunção e enviava para Buenos Aires tudo o que podia⁷⁰.

Um dos pontos altos da relação entre Brasil e Paraguai no período nacionalista ocorreu com a visita de Getúlio à Assunção entre 31 de julho e 3 de agosto de 1941. A visita foi cuidadosamente preparada, tanto pelo Itamaraty, quanto pelo governo paraguaio. Para

⁷⁰ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 130. (20 de junho de 1941).

Morínigo era uma grande demonstração de prestígio já que receberia a visita de um dos mais importantes chefes de Estados da América. O jornal El País, afinado com o governo, destacava a visita de Vargas como um dos sucessos da Revolução Nacionalista Paraguaia:

Não devemos esquecer que isto é o resultado da obra acertada do governo da Revolução Nacionalista Paraguaia, que soube despertar no exterior a confiança indispensável para acordos e visitas dessa natureza, e no país a tranquilidade é fé que permite ao povo esperar os resultados de uma gestão tão promissora e encaminhada (EL PAIS, 27 jul. 1941).

Getúlio Vargas chegou à Concepcion em 31 de julho às 10 horas da manhã, vindo de avião. Lá, por volta do meio dia, embarcou no monitor Paranaíba, rumo a Assunção. Chegou à Assunção no dia 1º na parte da tarde abanando uma bandeirinha paraguaia. Cerca de 60 mil pessoas foram receber o presidente no porto. “Grande número de pessoas comprimia-se nas calçadas, dando vivas aos dois estadistas, enquanto das janelas eram atirados ramalhetes de flores”. Morínigo declarou, já na chegada de Vargas: “A visita do presidente Getúlio Vargas abre novos horizontes para as relações econômicas e comerciais entre o Paraguai e o Brasil” (CORREIO DA MANHÃ, 2 ago. 1941). Getúlio ficou hospedado na Legação brasileira e foi alvo de muitas homenagens, dentre as quais o recebimento do título de Doutor Honoris Causa da Universidade Nacional do Paraguai. Teriam chegado a Assunção cerca de 50 mil pessoas para assistir as festividades da visita de Vargas (CORREIO DA MANHÃ, 5 ago. 1941). Tamanha assistência não foi espontânea. Pelo decreto 7995, Morínigo declarou feriado o dia 1º de agosto em homenagem à visita de Vargas (El País, 29 de julho de 1941). Houve arregimentação por parte do governo de estudantes e trabalhadores para causar uma boa impressão ao estadista brasileiro. No dia 1º, houve uma festa popular na rua Palma, onde se situava a Legação brasileira; e no dia 2, houve instalação de cinema na Praça das Armas, como forma de atrair o povo para as ruas (EL PAIS, 1 ago. 1941).

No dia 1º à noite houve recepção e baile de gala no Palácio López. Morínigo em seu discurso destacou:

É uma obra de aproximação fecunda e perdurável, auspiciosamente iniciada há algumas semanas com a assinatura dos importantes tratados do Rio de Janeiro, que agora nesses dias tão felizes e memoráveis da visita do Presidente Vargas e sua brilhante comitiva, terão a autorizada ratificação (REVISTA DE LAS FUERZAS ARMADAS DE LA NACION, 1941).

Vargas em seu discurso, afirmou:

Não é preciso salientar o que isto significa para a economia geral do vosso país e para uma grande região do Brasil. A existência de uma extensa faixa de fronteira, tributária da mesma bacia fluvial é uma realidade geográfica a que não podemos fugir. [...] Concluídos, pois esses acordos, para cuja realização completa trabalham ambos os governos com firme desejo de vê-los frutificarem, é de crer e esperar que outros mais amplos e de recíproco benefício lhes sucedam (CORREIO DA MANHÃ, 3 ago. 1941).

Na manhã do dia 2 ocorreu a inauguração da sede do Banco do Brasil em Assunção com a presença de Vargas e Morínigo. Protásio Gonçalves fez o discurso brasileiro, afirmando que “A agência será pedra angular da cooperação e do americanismo que constituem os convênios do Rio de Janeiro”. Pelo lado paraguaio, falou o Ministro da Fazenda, Rogellio Espinoza. Após, ocorreu a cerimônia de ratificação dos tratados assinados por Argaña em junho de 1941, na presença dos estadistas. Luis Argaña fez o discurso de praxe.

Ainda na manhã do dia 2, Getúlio Vargas visitou o Panteon Nacional e depositou uma coroa de flores no túmulo do Marechal Estigarribia. Após, Vargas assistiu um desfile militar, ao fim do qual foi homenageado pela multidão assistente. O almoço foi na escola de Agricultura, com apresentações de música e performances de artistas. Após o almoço, a comitiva presidencial seguiu para a escola Estados Unidos do Brasil: “[...] não havia trecho do caminho em que não se ouvisse uma exclamação jubilosa ou que não se visse agitar uma bandeira” (REVISTA DE LAS FUERZAS ARMADAS DE LA NACION, 1941). Na escola, falou pelo Paraguai o Ministro da Justiça, Culto e Instrução Pública, Anibal Delmás. Em seguida, Vargas rumou para o Ministério das Relações Exteriores, onde recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Nacional de Assunção.

Na noite do dia 2 houve uma recepção na Legação brasileira. No dia 3, antes de retornar ao Brasil, Getúlio almoçou na casa da família Morínigo. O presidente paraguaio falou à imprensa brasileira. Disse que julgava que, dos convênios celebrados, os mais importantes eram os relativos à construção e exploração da rede ferroviária Concepcion Pedro Juan Caballero, o entreposto franco no porto de Santos e a criação da Marinha mercante paraguaio brasileira. Também não perdeu a oportunidade de aproximar politicamente os dois regimes: “O Paraguai e o Brasil se acham vinculados pelo mesmo ideal revolucionário, pelas mesmas instituições políticas e por um anelo comum de ressurgimento nacional. As revoluções brasileira e paraguaia possuem o mesmo fundamento ideológico e perseguem os mesmos propósitos patrióticos.” (CORREIO DA MANHÃ, 2 ago. 1941).

Vargas também falou à imprensa de Assunção no dia 2 de agosto. Falou para El Tiempo, La Tribuna e El Pais. Disse que os convênios seriam postos em prática prontamente. O acordo sobre as estradas de ferro já estava em andamento com a construção da estrada de ferro de Campo Grande a Ponta Porã. E a fundação da agência comercial do Banco do Brasil nesta capital facilitaria tudo isso, porque seria o instrumento de execução de muitos desses acordos. A marinha mercante brasileiro paraguaia também era um assunto em cogitações com a criação de um Loide Brasileiro no rio Paraguai que teria administração autônoma e que poderia, por si mesmo, resolver com rapidez todos os problemas que surgissem (CORREIO DA MANHÃ, 5 ago. 1941).

Pouco antes de viajar para o Paraguai, Vargas deu permissão para que a Panair do Brasil estabelecesse uma linha aérea brasileira ligando Assunção ao Rio de Janeiro, Corumbá e São Paulo (EL PAIS, 5 ago. 1941).

No dia 9 de agosto, Protásio Gonçalves informava Oswaldo Aranha a respeito da repercussão da visita presidencial. Comentou que a visita consolidou a tendência brasileirista da maioria dos membros do governo e das Forças Armadas. Também informou que dias antes da chegada de Vargas, havia um forte rumor de que o atual gabinete seria substituído por um gabinete integralmente militar, sendo Luis Argaña substituído. Mas foi tal o prestígio adquirido por Morínigo com a visita “que parece ter podido subtrair-se à influência das correntes que pressionavam no sentido do estabelecimento de um governo puramente militar”. Já nos meios contrários à situação, ou seja, liberais e colorados, a visita é interpretada como uma demonstração de amizade ao Paraguai, sem significar apoio ao governo atual. Ambos os grupos foram convidados para a recepção na Legação brasileira⁷¹.

No final do ano de 1941, a Argentina reagiu às medidas brasileiras. Foram superadas as dificuldades para a instalação do Banco de La Nacion Argentina em Buenos Aires. Também o Ministério da Marinha argentino facilitou a reparação das canhoieras Paraguai e Humaitá nos estaleiros argentinos. E, finalmente, convidou para que ambas canhoieras participassem de manobras conjuntas no estuário do Rio da Prata, a expensas da Argentina. O Ministério da Marinha também se ofereceu para prover todo o combustível da flotilha paraguaia a preço subsidiado. Havia sido firmado um convênio entre Argaña e Ruiz Guinazu, Chanceler argentino, em fevereiro de 1941 para a dragagem do rio Paraguai em condições vantajosas para Assunção. A dragagem iria começar em novembro (EL TIEMPO, 8 nov. 1941). Protásio Gonçalves comentou em correspondência para o Rio de Janeiro que, após um

⁷¹ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 165. (9 de agosto de 1941).

período de frieza, as relações entre Paraguai e Argentina estavam se estreitando. Comentou que a Legação argentina vinha desenvolvendo intensa atividade e que a imprensa vinha fazendo propaganda⁷².

No início de 1942, com a entrada dos Estados Unidos na Guerra e com a preparação da Conferência do Rio, Protásio Gonçalves comunicou o Rio de Janeiro a respeito da omissão da imprensa de Assunção a respeito da reunião. Atribui isso às ligações dos jornais com adeptos da Alemanha. El Tiempo teria “um pouco de independência”⁷³.

Ao chegar a Buenos Aires, no dia 4, a caminho do Rio de Janeiro, Luis Argaña deu uma declaração evasiva dizendo que “[...] o caráter consultivo da conferência faz com que cada uma das delegações esteja inibida para antecipar pareceres e opiniões sobre os temas que serão objeto de consulta.” (EL PAIS, 7 jan. 1942). No dia 5, houve uma reunião a portas fechadas entre os chanceleres do Paraguai e o da Argentina, Rui Guiñazu, que durou duas horas e meia, cujo tema principal foi a posição que assumiriam respectivamente a Argentina e o Paraguai nas deliberações do Rio de Janeiro (EL PAIS, 7 jan. 1942).

Protásio Gonçalves não acreditava que Argaña tivesse assumido compromissos sobre a posição que assumiria o Paraguai nas deliberações do Rio de Janeiro. Além de ter ouvido declarações de Argaña, o Ministro dos Estados Unidos lhe informara que o chanceler declarou “com todas as letras”, que o seu país seguiria na Conferência a política do Brasil. Por outro lado, havia informações “[...] de pessoas bem informadas, entre as quais o Ministro norte-americano [...]” de que o “[...] o governo argentino está exercendo forte pressão no sentido de atrair o Paraguai para o seu lado, tendo até ameaçado, segundo se diz, favorecer um golpe liberal contra o atual governo.”⁷⁴.

O ano de 1942 foi chave para a aproximação do Brasil e do Paraguai. Em 7 de janeiro, poucos dias antes do início da Conferência do Rio, Vargas, pelo decreto nº 852, elevou à categoria de Embaixada a representação diplomática brasileira em Assunção, respondendo ao mesmo gesto feito por Morínigo pouco tempo antes. No mês de abril, houve melhoria na segurança dos voos do Correio Aéreo Nacional entre o Rio de Janeiro e Assunção com a instalação de uma estação radiotelegráfica para fornecer informações meteorológicas aos pilotos durante o voo. No mesmo mês foi entregue ao Paraguai o armazém de número 7 no porto de Santos, instalando-se o “Entrepasto de Depósito Franco”, provisoriamente até serem construídas instalações definitivas (DORATIOTO, 2012, p. 454).

⁷² BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL. 246. (14 de novembro de 1941).

⁷³ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 4. (2 de janeiro de 1942).

⁷⁴ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 9. (9 de janeiro de 1942).

No dia 21 de junho de 1942, Protásio Gonçalves deixou Assunção. Seria substituído por Francisco Negrão de Lima, transferido de Caracas, que partiu para Assunção em 21 de agosto (CORREIO DA MANHÃ, 22 e 30 jun. 1942).

Em 1942, a Argentina prosseguia nos seus esforços para atrair o Paraguai à sua órbita de influência. Em agosto, foi enviada uma Embaixada Especial, presidida pelo Ministro da Guerra, general Juan N. Toniazzi e integrada por sete oficiais do Exército e da Aviação. Segundo El País, a visita assinalava “[...] uma nova e luminosa etapa nos anais de nossas relações” com a Argentina (EL PAIS, 11 ago. 1942). Um artigo do periódico *El Nacionalista* a respeito da visita com o elucidativo título de *Sentido do Americanismo* relaciona diretamente o americanismo com a origem comum hispânica do Paraguai e da Argentina. A consciência de uma história comum “Forma as bases de nossas aspirações comuns de robustecer o sentimento americanista, por sobre todas as diversidades territoriais, porque nos fortalece a força do idioma, a voz do sangue e o orgulho da origem comum.” (EL NACIONALISTA, 12 ago. 1942). Por ocasião da condecoração dos militares argentinos, o ministro Argaña se expressou no mesmo sentido, dizendo que as vicissitudes e mudanças dos tempos aram ineficazes para romper um vínculo criado pela geografia, a língua e a história (EL PAIS, 14 ago.1942).

O ponto alto da visita ocorreu no dia 12 quando o senador argentino Alfredo Palacios enviou telegrama a Morínigo informando que o Congresso daquele país declarou extinta a dívida de guerra do Paraguai (EL PAIS, 12 ago. 1942). Foi também assinado um tratado de comércio.

Apesar de ter um caráter de retribuição, Ferreira Braga não tinha dúvida de que os objetivos da visita eram políticos. A visita foi marcada para agosto, aproveitando a oportunidade do aniversário de Assunção. O governo argentino procurou emprestar à visita um caráter de homenagem excepcional ao Paraguai, o que se consumou com a extinção da dívida de Guerra e com a assinatura do Tratado de Comércio. “O que, porém, de fontes bem informadas se afirma é que o principal propósito visado era o desenvolvimento de uma vigorosa ofensiva, tendente a contrarrestar a aproximação com o Brasil e reconquistar parte das antigas simpatias nesses últimos tempos perdidas pela Argentina”.

O governo do Paraguai empenhou-se em dar o maior realce aos acontecimentos. Segundo Ferreira Braga, o mesmo não podia ser dito das manifestações populares, que não tiveram calor, nem significação. A recepção por ocasião da chegada do general Toniazzi foi tão pouco entusiástica que alguém no Ministério da Guerra disse que se podia avaliar em um

quinto do que teve o presidente Getúlio Vargas na cidade de Concepcion. Também foi mais reduzida que a expectativa a extinção da dívida de guerra⁷⁵.

Em 29 de agosto, foi inaugurado em Assunção o Banco de La Nación Argentina. Buenos Aires enviou comissão de banqueiros chefiada por Jorge A. Santamarina. O banco prestaria apoio, principalmente à área rural, instalando caixas regionais de empréstimos e economia, que são como pequenas filiais⁷⁶. Logo na inauguração o banco colocou à disposição do governo do Paraguai um empréstimo de dois milhões de pesos argentinos⁷⁷.

Negrão de Lima chegou a Assunção no final ago.1942. Era o primeiro Embaixador brasileiro no Paraguai. O primeiro problema resolvido por Negrão de Lima foi uma crise relacionada à extinção da dívida de guerra por parte da Argentina. Em 11 de setembro, foi procurado por Argaña que portava uma carta para Oswaldo Aranha na qual relatava conversa que o general Juan Ayala, Embaixador do Paraguai no Brasil, tivera com o chanceler brasileiro. Aranha teria dito a Ayala que considerava a extinção da dívida de guerra por parte da Argentina uma “intriga diplomática de propósito velado”, uma vez que a iniciativa partira do Itamaraty e que havia uma combinação com o chanceler Guiñazu no sentido de Argentina e Brasil promoverem a extinção conjunta. Mas com a iniciativa da Argentina de proceder por conta própria “quem sairia perdendo seria o Paraguai” já que o Brasil não iria extinguir a dívida por “não estar disposto a seguir a política argentina”. Aranha teria também manifestado desapeço pelo fato do chanceler paraguaio nada haver comunicado a ele. Argaña, de forma respeitosa e comedida, pedia que Oswaldo Aranha esclarecesse o assunto. Negrão de Lima pediu a Aranha que o fizesse em nome da destacada e calorosa participação do chanceler paraguaio na nova fazer das relações brasileiro-paraguaias. E acrescentou que o tom de sua resposta “marcará singularmente o início da minha missão”⁷⁸. Oswaldo Aranha enviou telegrama a Negrão de Lima em 18 de setembro confirmando a versão relatada por Ayala, mas ressalvando que a frase “o Paraguai sairia perdendo” referia-se à falta de sincronização entre as negociações das duas chancelarias. E que continuava a ver o assunto da extinção da dívida com o firme propósito de resolvê-lo satisfatoriamente⁷⁹.

Uma das primeiras medidas de Negrão de Lima ao assumir a Embaixada em Assunção foi melhorar as instalações da representação. Ele relatou a Oswaldo Aranha que a casa, adquirida em 1940, contava com instalação sanitária feita no sistema primitivo, escoando por

⁷⁵ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 153. (22 de agosto de 1942).

⁷⁶ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 187. (19 de outubro de 1942).

⁷⁷ BRASIL. Embaixada de Assunção. RESERVADO 216. (6 de novembro de 1942).

⁷⁸ CPDOC-FGV. Arquivo Negrão de Lima. Atividade diplomática. (11 de setembro de 1942).

⁷⁹ CPDOC-FGV. Arquivo Negrão de Lima. Atividade diplomática. (18 de setembro de 1942).

fossa e que essa estava cheia a dois metros do seu gabinete de trabalho, havia acúmulo de lixo no pátio e não contava com instalações sanitárias para secretários e demais funcionários. Orçava os reparos em cerca de 30 contos de réis⁸⁰.

No ano de 1943, prosseguiram as gentilezas argentinas para com o Paraguai. O governo argentino colocou à disposição do Paraguai cinquenta lugares na colônia de férias de Mar de Plata mantida pelo conselho nacional de educação daquele país e se destina a escolares, entre 8 e 11 anos. Também facilitaria ao Paraguai o fornecimento de 25 toneladas de petróleo mensalmente, destinadas aos navios que fazem a rota Assunção- Humaitá e de outros portos no sul que estavam parados por falta de combustível⁸¹.

O acontecimento mais marcante das relações bilaterais no ano de 1943 foi a visita de Morínigo ao Brasil. A visita foi cuidadosamente preparada para que o mandatário paraguaio se sentisse grandemente prestigiado. Em 8 de abril Negrão de Lima enviou instruções minuciosas a Macedo Soares a respeito da preparação da visita. Recordando a imponência com que Vargas foi recebido em Assunção em 1941, o Embaixador recomendou que era de toda conveniência que a recepção ao general Morínigo, no Rio, se revestisse de caráter popular, devendo ser convocados para tomar parte nos preparativos os representantes de todas as classes, por intermédio das associações respectivas. Morínigo não viajaria de avião, mas tomaria um vapor até Porto Esperança onde tomaria o trem para o Rio. Deveriam ser tomadas providências para que o trem especial entrasse na estação Pedro II, nos instantes de maior movimento na Avenida Rio Branco. Deveria ser preparada a recepção em Porto Esperança e nas demais cidades onde o trem parasse. O Itamaraty deveria articular-se com prefeitos e interventores para uma boa acolhida a Morínigo. Em Porto Esperança, uma das unidades navais brasileiras do rio Paraguai deveria recebê-lo com as honras de estilo. Negrão de Lima recomendava o envio de um fotógrafo do DIP para iniciar a filmagem desde Assunção. A presença das senhoras do Presidente e de outras autoridades indicava a necessidade de um baile na programação para qual o Embaixador enviaria polcas paraguaias. Também recomendava música paraguaia em homenagens de escolares. O Embaixador reclamou da demora do Itamaraty na realização dos preparativos. “Os paraguaios estão muito nossos amigos. Mas são susceptíveis e desconfiados”⁸².

Higino Morínigo saiu de Assunção em 28 de abril e, após longa viagem, chegou ao Rio de Janeiro em 5 de maio. O trem fez paradas em Campo Grande, Bauru e São Paulo

⁸⁰ CPDOC-FGV. Arquivo Negrão de Lima. Atividade diplomática. (22 de setembro de 1942).

⁸¹ BRASIL. Embaixada de Assunção. RESERVADO/38 612.212 (41) (22 de janeiro de 1943).

⁸² CPDOC-FGV. Arquivo Negrão de Lima. Atividade diplomática. (8 de abril de 1942).

(CORREIO DA MANHÃ, 1 maio 1943). As instruções de Negrão de Lima foram seguidas. O Correio da Manhã noticiou: “[...] constituiu um acontecimento que movimentou não só o elemento oficial como grande massa popular que se postou desde as 8 30 horas nas imediações da estação Pedro II enchendo também as ruas do trajeto até o palácio do Catete” (CORREIO DA MANHÃ, 6 maio 1943). Houve distribuição gratuita de bandeiras brasileiras e paraguaias. Em seguida à chegada, o presidente do Paraguai foi com Vargas ao Palácio do Catete, onde ficou hospedado, e após seguiram para almoço com operários no restaurante do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) na Praça da Bandeira. Identifica-se aqui a preocupação de Negrão de Lima que todas as classes participassem da visita. El País comentou “Os mandatários se serviram do mesmo prato que os operários, atitude que foi admirada pelos trabalhadores presentes” (EL PAIS, 6 maio 1943). Na parte da tarde, a esposa do Embaixador Ayala ofereceu um almoço no hotel Glória à senhora Morínigo. Ainda nesse dia, Luís Argaña visitou Oswaldo Aranha no Itamaraty e o Ministro do Interior, tenente coronel Amancio Pampliega visitou o Ministro do Interior brasileiro, Marcondes Filho. Na noite do dia 5, houve banquete de gala no Palácio do Itamaraty, oferecido por Vargas a Morínigo. Na ocasião, Vargas fez um discurso destacando a importância da solidariedade continental em um momento de guerra. Também afirmou: “Só existe verdadeira independência entre países, e só é possível alcançar alto nível de desenvolvimento quando as nações que nos rodeiam dispõem das mesmas oportunidades para usufruir dos benefícios da independência”. Seguiu destacando a efetividade da aproximação brasileiro paraguaia:

Os caminhos marítimos vedados pelo destino a vossa pátria, foram abertos nos portos brasileiros. É grande e fecundo no futuro a cooperação que recém começamos a trilhar [...] Esse programa de exemplar entendimento entre duas nações que se estimam e se respeitam, será cumprido pois o Paraguai tem em Vossa Excelência um governante experiente esclarecido”. Em seguida, aproximou politicamente os dois governos: a orientação administrativa do país irmão, de um modo geral, se identifica com nossos métodos e intenções de desenvolver as riquezas e estimular as energias produtoras, melhorar o nível do povo e da cultura geral, criando novas fontes de trabalho em bem estar. (EL PAIS, 6 maio 1943).

No dia 6, Morínigo visitou a escola República do Paraguai e o Arsenal da Marinha pela Manhã. Almoçou no Instituto Brasil Paraguai, onde recebeu uma homenagem. Após, visitou o Supremo Tribunal Federal. No final da tarde compareceu a uma recepção da imprensa carioca, ocasião em que deu uma entrevista a Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa. Aproveitou para exaltar a Revolução Nacionalista Paraguaia que se propunha “[...] como finalidade principal o ressurgimento nacional e a exaltação da personalidade paraguaia em todos os sentidos. [...] Em menos de três anos, a

Revolução Nacionalista Paraguaia fez muito mais pela reconstrução nacional que os governos partidaristas em setenta anos.”. Lembrou que o seu governo iniciara uma época de efetiva aproximação com o Brasil, de solidariedade e boa vizinhança com a grande República irmã, retificando, desse modo, a política internacional unilateral dos governos anteriores, ou seja, a tendência dos governos liberais de se voltar para a Argentina (CORREIO DA MANHÃ, 7 maio 1943) . À noite, houve um banquete oferecido pelo prefeito do Distrito Federal.

No dia 7, Morínigo visitou, na companhia de Vargas, a usina de Volta Redonda. Nessa ocasião, o presidente do Brasil fez um longo discurso justificando a necessidade de uma indústria de base no país e responsabilizando os governos da República Velha por sua inatividade no ramo industrial (CORREIO DA MANHÃ, 8 maio 1943). No dia 8, O Ministro da Guerra ofereceu um banquete ao presidente paraguaio no Palácio da Guerra. No dia 9, no palácio Guanabara, foram assinados os tratados de comércio e navegação, o convênio de turismo e de concessão de facilidades para a entrada de nacionais nos dois países. A ratificação do convênio de fomento do turismo e da concessão de facilidades para a entrada nos respectivos territórios ocorreu em 17 de fevereiro de 1944 em Assunção (CORREIO DA MANHÃ, 18 fev. 1944). No dia 10 de maio, Morínigo partiu com destino a Belo Horizonte e, após, São Paulo. No dia 18, deixou Campo Grande, tendo chegado a Assunção no dia 21 (CORREIO DA MANHÃ, 18 maio 1943). Negrão de Lima ficou surpreso com o entusiasmo da população paraguaia na recepção de Morínigo em Assunção. Considerava os paraguaios reservados, sem falar na forte oposição liberal. Creditou isso à profunda repercussão popular alcançada pela viagem e, especialmente, pelo cancelamento da dívida de guerra (DORATIOTO, 2012, p. 458).

A medida de impacto da visita aguardava Morínigo na sua chegada ao Rio de Janeiro. O Decreto nº 5458 de 4 de maio de 1943 que declarava inexistente a dívida de guerra do Paraguai com o Brasil. Os consideranda do Decreto inscrevia a medida dentro do ideal de solidariedade americana.

Sobre isso, Morínigo se pronunciou por ocasião da assinatura dos tratados:

Hoje, graças a esse transcendental e histórico decreto, desvanece-se para sempre a sombra das apreensões passadas e o negror daqueles dias terríveis, daquela guerra cruenta, iluminada pela heroicidade dos nossos soldados, com clarões sangrentos, como os ocasos dos nossos céus. É verdade que os ressentimentos dessa tragédia ficaram esquecidos há tempos, mas também é verdade que o seu gesto faz desaparecer o último resquício de incompreensão que ainda poderia sobreviver permitindo-nos afirmar que hoje as paralelas da nossa história ficam indissolivelmente unidas pela luminosa transversal traçada pela ação de vossa excelência [...]. A extinção da dívida da guerra de 70 encerra assim um ciclo de nossa história e abre uma nova era, que será o mais alto ponto do paralelismo de

nostros destinos e de nosso acervo comum de heroísmos dolorosos (CORREIO DA MANHÃ, 11 maio 1943).

A imprensa paraguaia deu grande destaque ao ato. El País, em 6 de maio, disse que, com a declaração de inexistência da dívida de guerra, o Paraguai assumiu com o Brasil uma dívida de gratidão que não poderia ser pagar (El País, 6 maio 1943). No dia 8 de maio, as Forças Armadas Paraguaianas fizeram uma homenagem ao Brasil no Centro Militar e Naval em função do ato brasileiro. Fez um discurso o Chefe do Estado Maior, tenente coronel Bernardo Aranda. Ele comentou o alcance do decreto para as Forças Armadas já que foi sobre elas que no passado recaiu a responsabilidade da dívida (EL PAIS, 10 maio 1943).

Rodrigues Alves informou Vargas a respeito da repercussão da visita em Buenos Aires. Notou-se:

[...] nos grandes jornais certa reserva, inspirada sem dúvida alguma por aquele sentimento mui argentino de pretender exercer esta república a liderança que, pela posição de isolamento adotada em face da guerra, ela perdeu, uma vez que o centro de atração natural passou a ser o RJ, que representa hoje o meridiano político desta parte austral do nosso continente. [...] Mas essa indiferença ocorreu somente com *La Nacion* e *La Prensa*, que se limitaram a publicar serviço telegráfico. *La Razon*, *Noticias Graficas* e *Crítica* escreveram magníficos artigos, elogiando francamente a política do Brasil e exaltando o gesto do decreto declarando inexistente a dívida de guerra do Paraguai, ‘ato qualificado como nobre e autêntico pan-americanismo, sobretudo nesta hora em que o mundo se debate na mais atroz das tragédias guerreira’⁸³.

A análise dos pronunciamentos por ocasião da visita assinalam uma diferença de grau. Conforme assinala Doratioto, o discurso diplomático habitualmente é simpático ao visitante oficial. Mas as manifestações foram mais grandiloquentes do que o habitual (DORATIOTO, 2012, p. 458). Houve com frequência comparação entre os regimes políticos do Paraguai e Brasil, dos dois lados, acentuando que essa identidade era fundamental para as promissoras relações bilaterais. De acordo com inúmeros informes da Embaixada brasileira em Assunção, com frequência Morínigo utilizava as boas relações com o Brasil para firmar sua posição, sempre ameaçada por grupos militares rivais. Ele conseguiu levar Vargas a Assunção em 1941. E agora era recebido no Rio de Janeiro como um grande chefe de Estado. Não há dúvidas que a longa permanência de Higínio Morínigo na presidência do Paraguai, país instável em termos políticos, relacionou-se com a sua habilidade em manejar a política externa. Fazia a sua “equidistância pragmática” entre Argentina e Brasil, buscando tirar vantagens dos dois. Apoiava o pan-americanismo, colhendo os louros desse apoio. Mas, ao

⁸³ CPDOC-FGV. Arquivo Getúlio Vargas. Correspondência. (12 de maio de 1943).

mesmo tempo, contentava os militares germanófilos com cargos e acenos de concordância política.

Por parte do Brasil, se investiu em uma espécie de “efeito demonstração”. Desde o início do governo Morínigo, houve cooperação administrativa entre os dois governos, com o envio de funcionários e ministros paraguaios para o Brasil para “copiarem” modelos para o seu país. Já em 1940, o coronel Raimundo Rolón escreveu um pequeno texto exaltando os feitos da era Vargas e apresentando o Brasil como modelo para o Paraguai. Agora, Morínigo atravessou o Brasil de trem, passando por Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. E Vargas fez questão de leva-lo a Volta Redonda, onde fez um discurso exaltando a industrialização e a independência econômica perante os países industrializados. A alternativa à Argentina estava sendo oferecida ao Paraguai.

Por ocasião da posse de Morínigo em agosto de 1943, o general José Pessoa de Cavalcanti Albuquerque foi nomeado para atuar como Embaixador extraordinário e plenipotenciário. José Pessoa foi o provável idealizador da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai e era um grande conhecedor do país e das fronteiras brasileiras. O general enviou relatório minucioso a respeito da sua missão que foi, inclusive, filmada pelo DIP brasileiro⁸⁴.

Em 2 de junho de 1943, apenas dois dias antes do golpe militar na Argentina, Rodrigues Alves informou a Vargas que recebera no final de maio o Embaixador do Paraguai em Buenos Aires, o coronel Juan Manuel Garay. Ele fora procurado pelo Ministro da Guerra argentino, Pedro Ramirez, e pelo intendente municipal, Carlos Alberto Pueyrredon, que questionaram se o Paraguai havia assinado uma aliança ofensiva e defensiva com o Brasil. Garay negou o fato, ao que um dos interlocutores observou “se os senhores se entregam nos braços do Brasil, nós teremos que buscar a Bolívia para nosso lado”. Garay comentou que Pueyrredon atribuía aos Estados Unidos o propósito de instigar combinações com o propósito de comprometer as relações dos brasileiros com os argentinos e destes com os paraguaios. Garay comentou que desde a visita de Vargas a Assunção, os argentinos se mostravam retraídos e desconfiados. Isso estava ainda mais acentuado por alguns incidentes como o envio ao Paraguai de um engenheiro do Ministério de Obras Públicas, que foi para oferecer auxílios técnicos e financeiros para as obras de ampliação do porto de Assunção, o que não foi aceito, por haver já o Paraguai contratado aqueles serviços com firma americana. E, além disso, quando lá estive, Houve um incidente. A esquadra de rio argentina, que deveria, no seu

⁸⁴ CPDOC-FGV. Arquivo José Pessoa. Vida Pública. (26 de agosto de 1926).

regresso, levar quatro cadetes para seguir os cursos de aperfeiçoamento na Argentina. Eles se recusaram a embarcar, o que levou o Ministro da Guerra a empregar a sua autoridade, enviando mais tarde outros quatro cadetes que só empreenderam a viagem obrigados pela lei militar⁸⁵. Todas essas coisas teriam fatalmente de desagradar aos argentinos. O Embaixador do Paraguai explicou todos esses fatos pela diferença na maneira de tratamento que os brasileiros dão aos seus compatriotas.

Enquanto, diz ele, os senhores tratam cadetes, oficiais e funcionários paraguaios com marcada simpatia e cordialidade, rodeando-os todos de extraordinárias distinções, na Argentina são tratados sem a menor manifestação de cortesia. E daí que se encontrem no Brasil dezenas de cadetes, oficiais e funcionários paraguaios satisfeitos e encantados e não queiram saber de vir para a Argentina. Eis por que, terminou dizendo, estamos com missões militares brasileiras e também civis no Paraguai, colaborando conosco⁸⁶.

Esse comentário parece o tipo em que se fazia para o governo dos dois países rivais.

Ainda em 1943, Morínigo visitou a Argentina. A Argentina, nesse momento, estava isolada mantendo a sua neutralidade. Havia passado por um golpe em junho de 1943 e seu governo era sustentado por militares nacionalistas e adeptos do Eixo. Nesse contexto, o governo argentino buscava união com os países do seu entorno alegando a origem hispânica comum e a luta contra o imperialismo americano. A visita de Morínigo ocorreu entre os dias 11 e 18 dezembro. O discurso do intendente de Assunção por ocasião da chegada do presidente do Paraguai é ilustrativo: “[...] a política da Argentina de defesa de sua soberania contribui para proteger as liberdades das nações americanas cujo destino é idêntico e especialmente no caso do Paraguai com o qual tem laços de identidade histórica.” (CORREIO DA MANHÃ, 12 dez.1943).

A Argentina enviara para a posse de Morínigo o almirante Eleazar Videla. Foi nessa ocasião que iniciou a discussão de um conjunto de tratados que foram firmados em 17 de novembro e ratificados durante a visita de Morínigo a Buenos Aires⁸⁷. Argaña discutiu os

⁸⁵ Esse fato ocorreu em fevereiro de 1943. Cinco cadetes do último ano do curso naval receberam bolsas para terminar o curso na Argentina e deveriam embarcar com uma missão visitante. Todavia, os cadetes não se apresentaram para o embarque. Após foram presos, desligados da escola militar e desterrados para o Chaco pelo prazo de cinco anos. Os rapazes não queriam seguir, pois consideravam pequena a ajuda de custo e teriam que retardar por mais de um ano o recebimento do diploma. Com a intervenção do Ministro da Guerra, os alunos foram substituídos. BRASIL. Embaixada de Assunção. RESERVADO 107/632.7 (43) (41). 3 de março de 1943.

⁸⁶ CPDOC-FGV. Arquivo Getúlio Vargas. Correspondência. (2 de junho de 1943).

⁸⁷ Foram nove acordos: tratado de comércio, convênio financeiro, convênio pelo qual o governo argentino se obrigava a estabelecer nos portos de Buenos Aires e Rosário depósitos francos de mercadorias paraguaias (até a organização dos depósitos o governo argentino disponibilizaria um depósito no porto de Buenos Aires), acordo para o estudo de uma união aduaneira entre Paraguai e Argentina, convênio para a revisão de textos de história e geografia, acordo relativo a impressos proibidos, acordo relativo aos intercâmbio de

tratados com Negrão de Lima. O chanceler afirmou a existência de “[...] uma onda de ciúme em certas esferas argentinas” em função da política brasileira de aproximação do Paraguai. Também mencionou a postura paraguaia diante da Guerra: “o Paraguai não a acompanhou e, ao contrário, quando tudo ainda era escuro e incerto e até parecia que a vitória se inclinava para a Alemanha, assumiu atitude clara e firme ao lado do Brasil e dos Estados Unidos, separando-se, pois, no terreno político, da sua poderosa vizinha do sul.” Na visão de Argaña, a Argentina teria se dado “conta de seu grande erro, da posição de isolamento a que foi levada pela mentalidade medíocre dos seus dirigentes” e estaria procurando “reduzir um pouco as antipatias que despertou ao Continente americano e tem ultimamente caminhado na direção do Paraguai”. Assim, o acordo negociado reduziria tarifas recíprocas com vantagem para o Paraguai. Morínigo pediu que Argaña informasse Negrão de Lima antes da assinatura do acordo. “Tal acontecimento não produzirá nenhuma alteração na política internacional do Paraguai, perfeitamente concordante com o Brasil e os Estados Unidos, aos quais seguirá invariavelmente [...]”. Informou ainda o chanceler que o governo argentino pleiteara insistentemente a adoção imediata de uma união aduaneira, o que fora recusado pelo Paraguai. Convieram os dois governo em examinar a possibilidade de uma futura comunhão alfandegária. Seria nomeada uma comissão mista, mas o Paraguai se reservava o direito de opinar com inteira liberdade sobre as conclusões⁸⁸.

O Embaixador Norte-Americano no Paraguai tentou dissuadir Morínigo de visitar a Argentina em dezembro de 1943. Morínigo, contudo, estava descontente com o fato de que a Bolívia vinha recebendo mais material bélico dos Estados Unidos do que o Paraguai. A Bolívia tivera maior empenho em afastar a influência do Eixo, ao passo que o Paraguai começara esse movimento apenas em meados de 1943. Os militares paraguaios temiam que o armamento boliviano fosse utilizado para um revide⁸⁹. Morínigo acabou aceitando o convite de Ramirez que aproveitou a oportunidade para recebê-lo com toda a pompa.

Não pesquisamos em fontes históricas argentinas. Francisco Doratioto menciona correspondência do almirante Videla para a chancelaria argentina a respeito das negociações dos tratados. Morínigo teria dito a Videla que tinha interesse na aproximação com a Argentina, pois ambos os países eram governados por militares e “[...] os soldados se entendem facilmente, por falarem de forma clara e sincera.” (DORATIOTO, 2012, p. 459).

funcionários de correios e de telecomunicações, troca de notas pelas quais o governo argentino se obriga a prolongar até Assunção a linha aérea noroeste para transporte de passageiros e correspondências (EL PAÍS, 21 dez. 1943). Somente os dois primeiros tiveram instrumentos de ratificação trocados.

⁸⁸ BRASIL. Embaixada de Assunção. RESERVADO 521 890 (41) (43). (11 de novembro de 1943).

⁸⁹ CPDOC-FGV. Arquivo Negrão de Lima. Atividade diplomática. (4 de julho de 1943).

Morínigo também mitigava o fato de ter rompido relações com o Eixo com a circunstância de não ter ainda declarado guerra.

A discussão de Argaña com Negrão de Lima e os comentários de Morínigo dão uma ideia do tipo de jogo que o Paraguai fazia entre a Argentina e o Brasil. Tranquilizava os dois lados no sentido de que a aproximação de um não se dava em detrimento do outro. Ao mesmo tempo buscava lisonjear ambos os países. Nesse momento, em 1943, o Paraguai colhia os frutos da aproximação brasileira que marcou o governo Vargas e da ofensiva argentina para romper o isolamento provocado pela neutralidade. Obtivera o cancelamento da dívida de guerra dos dois países, vantagens comerciais, porto franco em Santos e Buenos Aires, empréstimos, bancos dos dois países em Assunção, enfim, conseguia se equilibrar diante da rivalidade e tirar vantagem dela. É a estratégia denominada por Keohane de “independência moderada”, impossível de ser usada no sistema internacional, frente aos Estados Unidos, mas factível no subsistema platino (KEOHANE, 1971, p. 162).

A substituição de Luiz Argaña por Horácio Chiriani em março de 1944 levou Morínigo a procurar Negrão de Lima para explicar que o novo chanceler tinha simpatias pela causa de América e que a política de aproximação paraguaio brasileira permaneceria inalterada (DORATIOTO, 2012, p. 461). Contudo, Batista Luzardo, escrevendo para Rodrigues Alves em 27 de março de 1944, relatou que o governo do Paraguai foi obrigado a se render à Frente de Guerra por imposição violenta dos militares argentinos, e segundo parece, diretamente de Perón, que exigira a demissão de Argaña e enfraqueceu de tal modo a posição de Morínigo que parecia difícil que ele se mantivesse no governo, a menos que se submetesse à condição de prisioneiro da facção argentinófila (SVARTMAN, 1999, p. 190). Rodrigues Alves respondeu que com relação à interferência no Paraguai, não via maiores novidades, pois, enquanto esse país dependesse de Buenos Aires para se articular com o mercado externo, jamais poderia deixar de gravitar em torno da política argentina (SVARTMAN, 1999, p. 191).

No ano de 1944, a questão do reconhecimento do governo Farrell foi o grande tema das relações do Brasil com o Paraguai. Em maio, Negrão de Lima soube por meio de boato que Farrell estaria preparando uma viagem ao Paraguai em retribuição à viagem de Morínigo em dezembro de 1943. O Embaixador procurou o Ministério das Relações Exteriores paraguaio que confirmou ter sido sondado pelo Embaixador argentino sobre a possibilidade do Paraguai renovar o convite feito na ocasião ao presidente Ramirez. O Embaixador teria sugerido o mês de agosto, quando se realizam as tradicionais festas de comemoração da fundação de Assunção. O chanceler Chiriani disse que o convite não era pessoal e não

precisaria ser renovado. A data, sendo uma retribuição, deveria ser também decidida pelo governo argentino. Negrão de Lima conversou com o chanceler argentino a respeito da gravidade do assunto.

Não tendo o governo paraguaio reconhecido o novo governo argentino, mas unicamente autorizado o seu Embaixador a tratar dos negócios pendentes, a visita do general Farrell obrigaria, da parte do Paraguai, a um reconhecimento forçado e espetacular de sua investidura e criaria aqui um ambiente desagradável, pois é evidente que os diplomatas americanos teriam que se abster de assistir às festas e solenidades em honra do preclaro visitante.

Negrão de Lima pediu orientação ao Rio de Janeiro⁹⁰. O Embaixador ponderou que o Paraguai não poderia recusar a visita, mas poderia argumentar perante o governo argentino, em vista da situação delicada que se criaria, dada a atual posição internacional em que se encontrava aquele país. Entretanto, o Paraguai só poderia agir assim se fosse fortemente apoiado pelo Brasil e pelos Estados Unidos e, talvez, por uma ação diplomática em Buenos Aires⁹¹.

Em junho, o governo norte-americano enviou um memorando a todos dos países da América a respeito da situação internacional da Argentina em face ao não reconhecimento do governo Farrell. A recomendação era pelo não reconhecimento do governo e pela retirada dos Embaixadores de Buenos Aires. A resposta paraguaia demonstra como o seu governo se aproveitou da situação de pressão norte americana sobre a Argentina para obter vantagens. Assunção respondeu que pretendia seguir o plano norte-americano. Mas ressalvava que a adoção da medida recomendada poderia colocar o Paraguai, como nenhuma outra nação do continente, por sua situação de dependência múltipla da Argentina, imposta por sua posição geográfica e pela falta de meios idôneos de comunicação terrestre com o Brasil, em uma grave situação que o Paraguai, por seus próprios meios não poderia remediar se a Argentina, por via de reação, adotar alguma medida de caráter econômico, político ou militar. No plano econômico, era de conhecimento dos Estados Unidos e das demais nações do continente que o Paraguai, por sua situação geográfica e pela falta de outras vias de comunicação com o Brasil, dependia ainda em um alto grau do comércio e da economia da Argentina. A quase totalidade do comércio exterior do Paraguai se realizava por via fluvial, em barcos exclusivamente argentinos por carecer o Paraguai de frota própria ou de bandeira nacional. Pela gravidade dessa fatalidade geográfica, não corrigida ainda mediante a abertura de novas rotas, a Argentina se converteu no principal mercado consumidor e provedor do Paraguai. A

⁹⁰ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL. 183 430 (41) (43). (12 de maio de 1944).

⁹¹ BRASIL. Embaixada de Assunção. PESSOAL. Telegrama expedido. (18 de maio de 1944).

Argentina provia o Paraguai da totalidade do trigo que precisava importar para o seu consumo, de uma elevada porcentagem de combustível líquido indispensável para seus meios de transporte, das matérias e artigos manufaturados necessários para cobrir as demandas internas de toda ordem, e para o funcionamento das plantas industriais, de grande parte dos elementos destinados à preservação da saúde pública, etc. De sua parte, a Argentina é a principal consumidora da produção florestal e agrícola. Em consequência, qualquer transtorno imposto pela Argentina entorpeceria a até paralisaria toda a economia da nação, criando problemas cuja importância e gravidade não poderiam escapar a compreensão dos Estados Unidos. No plano político, sendo o atual governo do Paraguai o primeiro depois da guerra da Tríplice Aliança que tratou de subtrair o Paraguai da exclusiva influência argentina, graças à boa e cordial disposição dos Estados Unidos e Brasil, os inimigos políticos do Paraguai, partidários incondicionais da Argentina inspirados e ajudados por um governo desafeto do nosso, poderiam chegar ao planejamento de uma mudança violenta de governo sobre a base da total retificação da nossa política internacional, como já ocorreu em outras ocasiões. No plano militar, a Argentina acrescentaria ainda mais pressão nas fronteiras paraguaias. A acelerada construção de campos de aviação e de caminhos estratégicos que se dirigidos à fronteira constituíam motivos de séria preocupação para o Paraguai. A isso se somavam as manifestações belicosas do coronel Perón na Universidade de La Plata, no sentido de restaurar o antigo Vice-reinado do Rio da Prata. Tudo isto sem que existisse provocação alguma de parte do Paraguai e sob pretexto de que o Paraguai se preparava para atacar a Argentina instigado pelos interesses dos Estados Unidos e do Brasil. Por tanto, o Paraguai necessitava “peremptoriamente”:

- a) fortalecer seus meios de defesa, colocando o seu exército num elevado plano de capacidade e eficiência para o qual é indispensável obter os elementos bélicos necessários;
- b) possuir meio próprios de transporte fluvial que lhe permita alcançar autonomamente portos do Uruguai e do Brasil;
- c) Encarar de imediato a construção de vias adequadas de comunicação com o Brasil (estradas e vias férreas);
- d) obter outros mercados para a satisfação de suas necessidades e colocação de seus produtos destinados à exportação;

e) em caso de emergência bélica, contar com a ajuda eficaz de outras nações amigas do continente⁹².

Portanto, governo do Paraguai consultava se os Estados Unidos estariam dispostos a facilitar ao Paraguai os meios materiais, técnicos e financeiros necessários para resolver esses problemas⁹³.

Negrão de Lima ponderou a Oswaldo Aranha que a resposta paraguaia ao memorando deveria pautar os problemas que o Brasil deveria fixar e resolver nas políticas com o Paraguai: “É sobre a base das nossas comunicações terrestres como este país (hoje praticamente inexistentes) que se deve assentar o plano de nossas relações políticas e diplomáticas”. O Embaixador acentuou que, com a permanência do isolamento geográfico, “tudo o que temos feito e conseguido pode um dia valer bem pouco”. A ruptura do isolamento demográfico imporia a mudança, mesmo com troca de governo e alteração das disposições em relação ao Brasil⁹³. A visita de Farrell ao Paraguai acabou não acontecendo.

No dia 6 de setembro, chegou a Assunção José Rodrigues da Silva, construtor da estrada de rodagem de Ponta Grossa a Foz do Iguaçu. Negrão de Lima o levou para conversar com Morínigo que recebeu os estudos para o projeto da rodovia, embora o governo brasileiro não assumisse nenhum compromisso quanto à construção. Negrão de Lima relatou a visita a Getúlio Vargas:

A amizade paraguaia para conosco já tem sido posta à prova, em emergências singularmente difíceis, e temos colhido algo do que Vossa Excelência semeou nessa terra guarani. A prática, porém, das dificuldades que temos enfrentado para chegar a esse resultado, evidencia que a sua grande obra demanda esse coroamento: a ligação por via terrestre, dos dois países⁹³.

No início de outubro, Morínigo visitou várias localidades no território de Misiones. Em Posadas recebeu uma comissão de moradores do Paraguai e fez um discurso com considerações amistosas em relação ao país. Haviam circulado rumores de que Morínigo iria encontrar Farrell, mas foram desmentidos⁹⁴.

O Paraguai, com respeito à questão do reconhecimento do presidente Farrell, evitou qualquer declaração formal com respeito ao assunto, limitando-se a permitir a permanência do seu Embaixador em Buenos Aires. Em Buenos Aires, houve grande exploração do assunto. Chegou-se a publicar que o Embaixador paraguaio procurara o chanceler argentino para lhe comunicar o reconhecimento expresso do Paraguai. A notícia era falsa, mas o governo

⁹² BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL. 264 602.1 (41). (7 de julho de 1944).

⁹³ CPDOC-FGV. Arquivo Getúlio Vargas. Correspondência. (22 de setembro de 1944).

⁹⁴ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL. 419 430 (41) (41). (13 de outubro de 1944).

paraguaio não pode desmenti-la para não causar hostilidades. Negrão de Lima informava ao Ministro das Relações Exteriores interino, Pedro Leão Velloso, que o Paraguai estava se esforçando para reduzir a ação do seu Embaixador em Buenos Aires às questões de interesse vital e procurava impedir um estrangulamento econômico, o que ocorreria em caso de hostilidade.

O Paraguai, como o temos compreendido, procura uma posição de equilíbrio nesta delicada emergência. Sustenta seus laços políticos conosco e com os Estados Unidos e, ao mesmo tempo, realiza uma política amistosa com o seu poderoso vizinho, temeroso de represálias fatais à sua ordem interna e às suas atividades essenciais¹⁰⁰.

Ricardo Brugada Doldán, secretário de Morínigo e diretor do jornal *El Paraguayo*, escreveu um artigo em 24 de outubro denunciando, de forma muito suave, entraves burocráticos às importações que estavam impedindo a chegada de produtos essenciais ao país. Ele dizia de forma diplomática que “[...] talvez a causa [dos entraves] seja antes o procedimento de funcionários subalternos do que uma decisão de governo.” (*EL PARAGUAYO*, 24 out. 1944). Mas fica evidente que era pressão pelo reconhecimento do governo Farrell. Negrão de Lima disse a Velloso que presidente Morínigo estava magoado e tinha a ideia de retirar os seus agentes diplomáticos de Buenos Aires se a situação continuasse como estava¹⁰⁰. Isso seria, contudo, impossível, podendo inclusive desestabilizar o governo ao ponto de encerrá-lo.

Em novembro de 1944, foi inaugurada em Assunção a sede do escritório de propaganda e expansão comercial do Brasil. Fazia parte do escritório uma exposição permanente dos produtos industriais brasileiros (*CORREIO DA MANHÃ*, 29 nov.1944).

Em 1945, com a normalização da situação da Argentina, ocorreu a visita do presidente Farrell ao Paraguai que havia sido planejada para o ano anterior. O pretexto era retribuir a visita de Morínigo em dezembro de 1943. Farrell chegou no dia 14 e regressou no dia 17 de agosto, participando das tradicionais comemorações da fundação de Assunção. Entre outros acontecimentos foi lançada a pedra fundamental do futuro edifício da Embaixada Argentina em Assunção e houve a troca de ratificações do tratado Complementar de limites no Rio Pilcomayo. Contudo, a mobilização dos estudantes e dos operários pela democratização produziu o boicote à visita. Boletins e panfletos clandestinos, ora impressos, ora datilografados, circulavam de mão em mão pelos quatro cantos da cidade e todos no mesmo sentido: o povo paraguaio não devia festejar um inimigo da democracia e da liberdade. Cinco estudantes, com máscaras e revólveres assaltaram a Rádio Telecom e irradiaram rápidas mensagens. Depois se retiraram e a polícia não descobriu quem era. O resultado foi que a

visita de Farrell foi um fracasso do ponto de vista do apoio popular. “O povo se ausentou por completo e o programa de festas se desenvolveu em meio de uma decepcionante frieza”, informou ao Rio de Janeiro a Embaixada de Assunção. Houve repressão policial intensa⁹⁵.

O presidente da Bolívia, Gualberto Villarroel, também visitou o Paraguai entre 10 e 15 de setembro. Negrão de Lima informou Velloso de que o teor dos discursos de Morínigo e Villarroel contradizia a suposta existência entre os países de intenções revisionistas a respeito do Tratado de Buenos Aires. Houve um grupo de estudantes que se reuniu manifestando hostilidade em relação à visita⁹⁶.

Entre 11 e 23 de outubro, Morínigo realizou excursão ao norte do Paraguai tendo estado também no Brasil. Negrão de Lima e o adido militar, coronel Carlos Pinto Filho, acompanharam a visita. “Em todas as cidades paraguaias foi alvo o Presidente de expressivas manifestações populares, que ele agradeceu sempre no idioma guarani. O presidente fala com facilidade e se entende perfeitamente bem, na língua nativa, com a gente humilde dos campos, que o ouve atentamente e aparteia e aplaude trechos das suas orações”. Foram inaugurados, em Concepcion, os primeiros dez quilômetros da estrada que se dirigia à fronteira brasileira.

Houve um incidente em Bela Vista. Um oficial veterinário da guarnição colocou na cama de Morínigo um recorte de jornal, com trechos sublinhados em vermelho, com notícias de censura e crítica ao seu governo. Porém, houve tempo para que o presidente não visse o jornal. O oficial foi preso e recolhido ao quartel por 30 dias. Negrão de Lima ficou sabendo que esse oficial era conhecido por suas tendências comunistas⁹⁷.

Com o novo governo no Brasil, Negrão de Lima foi chamado ao Rio de Janeiro para conversar com o novo chanceler, Raul Fernandes, que instruiu o Embaixador a empenhar-se pelo restabelecimento da democracia no Paraguai. Retornando a Assunção, Negrão de Lima, com a delicadeza que lhe era peculiar, passou a ser mais enfático com o governo em relação à democratização (DORATIOTO, 2012, p. 462). De qualquer forma, a situação do Paraguai, cada vez mais instável a partir de 1946, levou a um esfriamento das relações com o Brasil. Contribui para isso, a partida de Negrão de Lima em junho e sua substituição pelo general Isauro Regueira.

No final de março, ocorreu um incidente com a Argentina. A fronteira aérea foi fechada e o tráfego aéreo, terrestre e fluvial foram fechados no dia 29. A alegação seria de uma epidemia febre amarela no Alto Paraná. A fronteira foi reaberta no dia 30. Mas foi

⁹⁵ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 236 430 (41) (43). (24 de agosto de 1945).

⁹⁶ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 282 430 (31) (43). (26 de setembro de 1945).

⁹⁷ BRASIL. Embaixada de Assunção. RESERVADO. 239 601.4 (43). (2 de novembro de 1945).

restabelecido o cordão sanitário no dia 31. Em três de abril, o cordão sanitário foi novamente levantado e restrito à região do Alto Paraná. Não houve comunicação, nem aviso prévio, de forma que o Paraguai fez uma reclamação diplomática. Segundo o encarregado de negócios, José Fabrino, a opinião dominante no Paraguai, era de que as razões que teriam determinado a atitude da Argentina não eram de ordem sanitária, mas de caráter político. Seria uma demonstração por parte da Argentina para lembrar o Paraguai, diante da crescente influência americana, a sua absoluta dependência do rio da Prata e, sobretudo, em matéria de abastecimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Fabrino passou outra informação que disse ser de fonte insuspeita: de acordo com o pensamento de um militar da embaixada da Argentina em Assunção a culpa de tudo o que acontecera tinha suas origens nas intrigas políticas dos liberais paraguaios. Instigado pelos emigrados pertencentes aquele partido, o governo do território de Formosa havia telefonado diretamente ao Ministro do Interior, em Buenos Aires, denunciando a existência de febre amarela no Paraguai, resultando daí as medidas. Seria, portanto, uma tentativa dos liberais de desestabilizar o governo Morínigo no momento em era anunciada a liberalização⁹⁸. O jornal *El Paraguayo*, órgão oficioso do governo, publicou matérias atribuindo o fechamento da fronteira a uma conspiração de liberais e comunistas para intrigar os governos argentino e paraguaio (*EL PARAGUAYO*, 17-18 abr. 1946).

Em junho, o governo paraguaio enviou uma missão liderada por Amancio Pampliega para assistir a posse de Perón em Buenos Aires. *El Paraguayo*, apresentou diversas reportagens com elogios a Perón.

É extraordinária a autoridade com que assume a presidência o general Perón. No parlamento nacional, conta com absoluta maioria. São-lhe favoráveis doze situações provinciais. Enfrentando o seu governo, não aparecem forças de gravitação considerável na economia, na política e nos meios culturais da Argentina. [...] Também é certo que o peronismo representa a mais profunda transformação da consciência cívica do povo argentino e está dotado de capacidade e possibilidades magníficas. (*EL PARAGUAYO*, 17 jun. 1946).

A partir do final de 1946, o governo Perón passou a apoiar ao governo paraguaio, com a doação de material hospitalar e escolar a entidades paraguaias, bem como de material bélico (DORATIOTO, 2012, p. 468-469).

Em janeiro de 1947, o novo Embaixador brasileiro, Isauro Regueira, chegava ao Paraguai. Segundo Doratioto, Regueira julgava que Morínigo desejava realmente eleições e redemocratização, já que seus aliados colorados certamente sairiam vitoriosos e os febreristas,

⁹⁸ BRASIL. Embaixada de Assunção. RESERVADO 99/612 (41)(43). (4 de abril de 1946).

liberais e comunistas não ofereciam oposição à altura (DORATIOTO, 2012, p. 468). Mas, em 7 de março, começou a revolução de 1947.

4.3 REVOLUÇÃO DE 1947

A revolução de 1947 ocorreu entre março e julho de 1947, no período do governo Higinio Morínigo.

4.3.1 Conjuntura histórica

Em 7 de março de 1947, um grupo de febreristas atacou a delegacia central de polícia no centro de Assunção. Outro grupo invadiu o Colégio Militar do outro lado da rua. Foram derrotados pelas forças do governo e se renderam. Porém, no dia seguinte a guarnição do exército de Concepcion se sublevou contra o governo. O major César Aguirre, que liderava a rebelião, enviou patrulhas que liberaram os presos de Peña Hermosa. Em pouco tempo recebeu apoio das tropas do Chaco e da região norte. Segundo Lewis, os rebeldes cometeram um erro em não partir imediatamente para atacar Assunção. A hesitação fez com que o movimento perdesse o ímpeto e permitiu que Morínigo organizasse a resistência (LEWIS, 1981, p. 73).

O encarregado de negócios, José Fabrino, tinha uma visão positiva a respeito de Morínigo e acreditava no seu propósito de realizar as eleições para a constituinte⁹⁹. Em mensagem de 11 abr.1947, o encarregado de negócios dos Estados Unidos, Edward Trueblood, relatou que Fabrino defendia Morínigo de forma consistente alegando que: ele era anticomunista, logo, sua derrota seria inconsistente com a política interamericana; ele ajudara o Brasil e os Estados Unidos durante a guerra; os políticos da oposição teriam cometido “mais pecados” do que Morínigo; Morínigo afastou o Grupo da Cavalaria que era contra a democratização; e sua renúncia poderia ser perigosa num momento de crise das Forças Armadas (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 214). Também não acreditava na vitória dos revoltosos que eram desorganizados e não possuíam recursos¹⁰⁰. Já o Embaixador norte-americano considerava que o único obstáculo para a pacificação era o próprio Morínigo que se aferrava ao poder (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 205).

⁹⁹ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 143. (4 de abril de 1947).

¹⁰⁰ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 32. (12 de março de 1947).

O presidente contava com os colorados que mobilizaram a sua base camponesa, os *py nandi* (pés descalços), que foram enviados para bloquear as vias de acesso a Assunção. Na capital, a defesa contra os grupos revoltosos – liberais, comunistas e febreristas – ficou ao cargo do *Guion Rojo*, que tiveram autorização para entrar em casas, revistar pessoas, apreender armas, com os métodos violentos de costume. Mais de mil revoltosos foram presos nas primeiras semanas e milhares fugiram para a Argentina (LEWIS, 1981, p. 73-74).

No dia 3 de abril, os revoltosos anunciaram a formação de uma junta militar e constituíram um governo provisório até a normalização constitucional. A junta contava com a participação de três oficiais. Foi enunciada uma declaração de princípios e houve a formação de um gabinete composto por cinco oficiais. A Embaixada norte-americana alertava para a presença de militares pertencentes à Frente de Guerra e com tendências pró-nazistas (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 238-239).

Até o final de abril, houve somente escaramuças entre os rebeldes e as milícias *py nandi*. Quando os rebeldes decidiram atacar, houve uma grande enchente que inundou as áreas baixas entre Concepcion e a capital. Em 27 de abril, a Marinha uniu-se aos revoltosos. Mobilizados por um comitê de resistência febrerista clandestino, trabalhadores se uniram à revolta. Relatório do Embaixador norte-americano menciona a ligação de oficiais da marinha com famílias liberais e febreristas (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 221). Como as forças de Concepcion não tinham como se deslocar, a revolta em Assunção foi reprimida pelos *py nandi*, pelos guionistas, pela polícia, pela cavalaria de Campo Grande. Segundo Doratioto, houve saques indiscriminados nas residências de Assunção por parte dos *py nandi*. As embaixadas estrangeiras ficaram lotadas com os pedidos de asilo político, de modo que as Embaixadas argentina e brasileira tiveram que disponibilizar “licenças de saída” para os indivíduos ameaçados de prisão (DORATIOTO, 2012, p. 474-475).

A partir desse momento, as forças do governo assumiram a ofensiva. Em 31 de julho, houve a queda de Concepcion. O final da guerra foi precocemente festejado, pois o coronel Rafael Franco estava indo para Assunção, tendo deixado para trás apenas feridos e uns poucos soldados. O cerco de Assunção começou em 3 de agosto. No dia 14, os rebeldes estavam entre as tropas do governo que retornavam de Concepcion e as defesas da cidade. Mesmo assim, o sítio terminou somente no dia 19 com a desistência dos revoltosos. Os que não foram mortos ou presos fugiram para a Argentina (LEWIS, 1981, p. 77-78)¹⁰¹.

¹⁰¹ Para relatos sobre a revolução de 1947 (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007; GOMEZ FLORENTIN, 2013; PAMPLIEGA, 1984).

Ainda durante a revolta, já havia clareza com respeito ao fenômeno de “coloradização” do exército. O Embaixador dos Estados Unidos informava ao Secretário de Estado, em 26 de junho de 1947, que havia receio por parte dos oficiais que apoiavam o governo de que isso ocorresse. Estavam preocupados com o grande número de reservistas simpatizantes dos colorados que se uniram ao governo, com a destruição da Marinha, com o reforço da polícia, bem como com o protagonismo das milícias *py nandi* (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 297).

No seio do governo, há pontos de vista diferentes entre os oficiais militares e os colorados, tendendo os primeiros a uma dilatação da ação no norte, com esperança de algum tipo de ruptura ou mediação que façam com que as coisas terminem pacificamente e que o exército permaneça intacto. Os colorados, por outro lado, não possuem influência entre os oficiais do exército, pois sofreram severamente no passado em função de perseguições políticas e estão dispostos a fazer com que as forças armadas sejam reduzidas e se afastem do campo político (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 297).

É importante lembrar que o tenente coronel Alfredo Stroessner não somente foi leal a Morínigo durante à revolução de 1947 como teve protagonismo em diversos enfrentamentos com os revoltosos, inclusive por ocasião do levantamento da Marinha. Stroessner era comandante de uma divisão da artilharia (NERI FARINA, 2003, p. 68).

O saldo da guerra civil foram cinco mil mortos e emigração de 400 mil paraguaios que se refugiaram nos países vizinhos, especialmente na Argentina (DORATIOTO, 2012, p. 494). A economia também foi atingida. As exportações caíram de 82.678.601 guaranis, em 1947, para 65.703.073 guaranis em 1947. O custo de vida em Assunção aumentou em 30% (SCAVONE YEGROS, 2011, p. 258).

Edward Trueblood acertou em sua análise: “Pela primeira vez desde 1904, o Paraguai conta com um governo colorado, firme na sela, e tudo parece indicar que esse partido permanecerá no poder por um bom tempo.” (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 332). Seriam 61 anos. Somente com a eleição de Fernando Lugo, em 2008, o Paraguai teve um presidente não colorado.

4.3.2 Relações bilaterais

Desde a eleição de Perón, em 1946, houve um afastamento entre Brasil e Paraguai. As políticas internas do Brasil e a Argentina eram antagônicas e Perón acenava com benesses aos países latino americanos para fortalecer a posição argentina. Durante a guerra civil, o Brasil

foi protagonista de uma tentativa de mediação protagonizada por Negrão de Lima. A Argentina, incluída na proposta, atuou com ambiguidade. Os Estados Unidos, que poderiam resolver a questão, preferiram ficar na posição de observadores. A Missão Negrão de Lima, que contou com a participação ativa de José Fabrino e Júlio Augusto Barbosa Carneiro, fracassou.

Em meados de março de 1947, o governo paraguaio, tendo recebido resposta negativa dos Estados Unidos, solicitou ao governo brasileiro o envio de aviões de guerra para combater os revoltosos. A resposta foi negativa e justificada pelos compromissos interamericanos e pelo fato dos aviões disponíveis serem emprestados dos Estados Unidos. A única assistência que o Brasil poderia oferecer seria a mediação, se ambas as partes concordassem com a realização de eleições livres e se a mediação fosse também integrada pela Argentina e pela Bolívia (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 208). Mesmo assim, Morínigo enviou ao Rio de Janeiro seu secretário particular Duarte Bordon para fazer pessoalmente o pedido. O governo Dutra respondeu negativamente (DORATIOTO, 2012, p. 471-472).

Em 7 de abril, o governo paraguaio enviou mensagem ao governo brasileiro rejeitando, de forma polida, a oferta de mediação multilateral. A justificativa era de que a plataforma dos revoltosos – liberdade de imprensa, de reunião, liberdade para os partidos políticos, eleições para uma constituinte – eram as mesmas do governo. Logo “[...] o objetivo dos sublevados não pode ser outro se não chegar ao poder para instituir uma ditadura militar com o apoio de membros irresponsáveis de certos partidos.” (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 212). Havia a exigência, por parte do governo, de rendição incondicional dos revoltosos para que se iniciasse qualquer conversação.

Morínigo contava com o apoio de Perón, que, além de enviar armas, impediu que as canhoerías Humaitá e Paraguai partissem para Buenos Aires (LEWIS, 1981, p. 74-75). Embora oficialmente, o governo da Argentina houvesse negado o fornecimento de armas (GONZÁLES DEL VALLE, 2007, p. 2017), havia muitos indícios de que esse apoio ocorria de maneira informal (LEWIS, 1981, p. 74). Por outro lado, o vice-presidente argentino, Hortensio Quijano, seria favorável ao Partido Liberal e trabalhava contra o governo paraguaio juntamente com chanceler Carlos Atilio Bramuglia (DORATIOTO, 2012, p. 473).

Abriu-se a possibilidade de uma mediação regional feita pelo Brasil, com o apoio da Argentina e da Bolívia. Por sugestão do Itamaraty, o Conselho de Estado do Paraguai elaborou um memorando destinado às representações diplomáticas esclarecendo a proposta brasileira de mediação. O memorando aceitava a mediação brasileira, mas deixava clara a exigência da rendição incondicional dos rebeldes (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 212-

213). Foi enviado no dia 18 de abril. O governo argentino sugeriu a inclusão do Uruguai, do Chile e dos Estados Unidos na mediação. Fabrino considerava que essa sugestão era uma manobra do grupo argentino pró-liberais, já que os governos uruguaio e chileno possuíam membros que criticavam Morínigo¹⁰².

O cônsul brasileiro em Pedro Juan Caballero fez contato com a Junta Revolucionária em Concepcion que respondeu por meio do major Cesar Bueno de los Rios, Secretário Interino de Relações Exteriores. Ele relatou ser muito boa a situação econômica e militar¹⁰³, assim como o entusiasmo dos revolucionários. E autorizou que se informasse ao Itamaraty que a Junta Revolucionária receberia “com simpatia as gestões em prol da paz” (DORATIOTO, 2012, p. 476).

O governo brasileiro decidiu enviar a pessoa que mais entendia da política e da cultura paraguaia, o Embaixador Negrão de Lima. A missão Negrão de Lima¹⁰⁴ iniciou no dia 22 de maio, com a partida do Embaixador para Pedro Juan Caballero. A Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro enviou mensagem ao Departamento de Estado afirmando que “[...] as fontes não se mostram otimistas nem pessimistas com respeito às chances de êxito dessa missão e salientam, por outro lado, as múltiplas dificuldades com as quais irá deparar.” (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 247). O governo paraguaio, todavia, aceitava somente a mediação sobre os aspectos políticos do conflito. Sob o ponto de vista militar, exigia a rendição incondicional dos revoltosos, já se julgava estar próximo à vitória.

No dia 22 de maio, Negrão de Lima se encontrou com o major Cesar Bueno de los Rios, Secretário interino de Relações Exteriores da Junta de Governo Militar de Concepcion, em Pedro Juan Caballero. Negrão de Lima invocou o memorando do governo paraguaio e solicitou a opinião da junta sobre o documento e sobre a mediação. O major afirmou que a comunidade revolucionária julgava contar com os meios necessários para “impor pela força ao governo ditatorial do general Higino Morínigo o cumprimento” dos seus postulados e justificou com diversos fatos, entre os quais, contar com o apoio de 80% dos chefes e oficiais do quadro permanente e da reserva. Foram colocadas quatro condições: respeito às leis e à Constituição; liberdade para as organizações políticas e garantias para os direitos inerentes à

¹⁰² BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 172. (24 de abril de 1947).

¹⁰³ O próprio Frederico Chaves em uma conversa, em 18 maio 1947, com o ex-embaixador Beualac e com Embaixador Trueblood reconheceu que o exército profissional paraguaio estava ao lado dos revoltosos, estando o governo se defendendo com voluntários liderados por membros do Partido Colorado (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 244).

¹⁰⁴ Doratioto narra com detalhes a Missão Negrão de Lima (DORATIOTO, 2012, p. 468-494).

personalidade humana; salvar a honra das forças armadas; e eleições livres no menor prazo possível à Assembleia Constituinte¹⁰⁵.

Na análise enviada ao Itamaraty ao chegar a Assunção, Negrão de Lima informou que o governo esperava vencer a revolução e que era essa a opinião tanto do adido militar da embaixada brasileira, quanto do chefe da MMBIP. Isso fazia com que hesitasse em relação à mediação e recuasse em relação ao memorando. A anistia seria restrita aos aspectos políticos¹⁰⁶. Havia clareza por parte do Embaixador de que era delicado para o Brasil aceitar a mediação nessas condições. Nos encontros com Morínigo nos dias 3 e 5 de junho, isso foi confirmado^{106/107}. Já no dia 7, ele ofereceu aos militares rebeldes passá-los para a reserva remunerada¹⁰⁸. Apesar de o Paraguai ter solicitado a mediação Argentina, o governo de Perón não se manifestou. O Uruguai, por outro lado, dava sinais de que iria reconhecer o estágio de beligerância, o que igualaria os revoltosos ao governo (DORATIOTO, 2012, p. 478-479).

O chanceler Raul Fernandes considerava inaceitável a anistia com ressalvas¹⁰⁹. Já Negrão de Lima via a mediação como a única solução, mesmo que os termos prejudicassem os rebeldes. Já o encarregado de negócios, José Fabrino, manifestou ao Embaixador dos Estados Unidos que não acreditava em qualquer possibilidade de mediação com a permanência de Morínigo na presidência (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 294). No dia 9, o Embaixador foi à Concepcion conversar com os revoltosos. Além das exigências genéricas, exigiam um gabinete formado de militares representantes dos dois lados em igual número e o reconhecimento de promoções feitas pela Junta¹¹⁰. De volta a Assunção, Negrão de Lima conversou com Frederico Chaves e com Morínigo. O Embaixador tinha a impressão de que Morínigo era mais flexível do que os colorados. No final do mês, após ser comunicado por Morínigo da impossibilidade absoluta de conciliação, Negrão de Lima encerrou a sua missão. Ele responsabilizou a linha dura do Partido Colorado liderada por Natalício Gonzalez (DORATIOTO, 2012, p. 484). No dia 9 de julho, Raul Fernandes comunicou que estava encerrada a possibilidade de mediação brasileira em virtude da intransigência do presidente do Paraguai (DORATIOTO, 2012, p. 484).

No dia 11, José Fabrino conversou com Morínigo e com Frederico Chaves. Eles acordaram em termos mais brandos, no caso, a permanência dos revoltosos nos quadros do Exército, aguardando ordens e o cessar das hostilidades com a entrega de armas por parte dos

¹⁰⁵ CPDOC-FGV. Arquivo Negrão de Lima. Atividade diplomática. (22 de maio de 1947).

¹⁰⁶ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 219. (3 de junho de 1947).

¹⁰⁷ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 223. (5 de junho de 1947).

¹⁰⁸ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 228. (8 de junho de 1947).

¹⁰⁹ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 67. (6 de junho de 1947).

¹¹⁰ CPDOC-FGV. Arquivo Negrão de Lima. Atividade diplomática. (12 de junho de 1947).

revoltosos¹¹¹. Abriu-se novamente a possibilidade de mediação. No dia 15 de julho, chegou a Assunção o novo Embaixador brasileiro, Júlio Augusto Barbosa Carneiro. O Embaixador Negrão de Lima recebeu ordens de ir para Concepcion negociar os novos termos. Ele enviou uma carta a Raul Fernandes na qual questionou a sinceridade da proposta, pois dificilmente os revoltosos aceitariam entregar armas. Assim, caso eles aceitassem, estaria encerrada a revolta. Caso não aceitassem, seriam eles os responsáveis pela falência da mediação. Ele afirmou que Morínigo era “um dos homens mais espertos que eu conheci”¹¹².

A missão Negrão de Lima não era unanimidade no Ministério das Relações Exteriores. Em 25 de junho de 1947, Trueblood escreveu ao Secretário de Estado relatando as reservas de José Fabrino em relação à missão. Fabrino destacou a característica sensacionalista da missão e a creditou ao fato de Negrão de Lima ser jornalista e ter muitos contatos no meio jornalístico. Assim, Negrão de Lima que era antes um emissário do que um mediador tinha uma atuação destacada, enquanto o encarregado de negócios e seu colega argentino realizavam as negociações difíceis do dia a dia:

Se não fossem certos interesses delicados e de ordem pessoal presentes nessas circunstâncias, o Dr. Fabrino teria recomendado a não realização da missão mediadora de Negrão, a não ser que ela fosse feita incógnita e com a menor publicidade possível. Contudo, o Dr. Negrão empreendeu essa missão em plena luz e com a imprensa atrás registrando cada um dos seus movimentos (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 295).

Negrão de Lima chegou a Concepcion em 16 de julho. Os rebeldes aceitaram realizar uma conferência de paz nos seguintes termos: permanência de Morínigo no cargo de presidente; segurança para a normalização democrática do país; e cessar fogo sendo os mediadores os garantes dos revolucionários perante o governo de Assunção e deste perante os revolucionários. A entrega de armas, obviamente, foi retirada da proposta (DORATIOTO, 2012, p. 486). Barbosa Carneiro, no dia 19, comunicou as decisões dos revolucionários aos Embaixadores argentino e norte-americano¹¹³. O governo paraguaio não aceitava a cessação das hostilidades como condição para a discussão da paz¹¹⁴. No dia 6 de agosto, Morínigo fez uma contraproposta. Barbosa Carneiro lembrou que a proposta apresentada era definitiva e chancelada pelas Embaixadas brasileira e argentina, de modo que a contraproposta não seria considerada. Morínigo devia dar resposta em relação ao cessar fogo.

¹¹¹ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 601. (11 de julho de 1947).

¹¹² CPDOC-FGV. Arquivo Negrão de Lima. Atividade diplomática. (16 de julho de 1947)

¹¹³ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 278. (20 de julho de 1947).

¹¹⁴ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 285. (26 de julho de 1947).

No dia 31 de julho, ocorreu a queda de Concepcion. Em 3 de agosto, os revoltosos chegavam a Assunção. Morínigo protelava a resposta aos embaixadores que, por seu turno, o pressionavam. Em 14 de agosto, Morínigo encaminhou um memorando explicando a sua impossibilidade de tomar uma decisão (DORATIOTO, 2012, p. 493).

Nesse momento, a revolução já estava decidida a favor do governo. De acordo com a Embaixada norte-americana, a Argentina auxiliou Morínigo com armas e munições, especialmente no final da rebelião. Por outro lado, o Embaixador argentino, Isaac Arriola, oscilava em relação à mediação, ora apoiando a Embaixada brasileira, ora adotando uma posição mais neutra (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 345-346).

Tudo indica que a Missão Negrão de Lima estava, desde o início, fadada ao fracasso. Na verdade ela foi instrumentalizada pelo governo paraguaio em dois sentidos. Em primeiro lugar, para afastar uma mediação multilateral que incluiria países como o Paraguai e o Chile que tinham posturas críticas em relação ao governo Morínigo, como apontou Trueblood (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 345). Em segundo lugar, para melhorar a péssima imagem internacional do governo Morínigo. Ele chegou a dar entrevistas a Newsweek e ao The New York Herald Tribune falando da mediação e convidando as “[...] nações do sistema interamericano a enviar observadores ao Paraguai para a celebração das próximas eleições.” (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 270). Ao que tudo indica, o Itamaraty foi cético desde o início e houve mais empenho pessoal de Negrão de Lima do que do próprio Ministério das Relações Exteriores. Mas uma vez iniciada, foi assumida pelos diplomatas que se encontravam em Assunção. Foi uma tentativa brasileira de não perder espaço no Paraguai com uma mudança de governo que aconteceria em breve. Todavia, como assinala Doratioto, a diplomacia brasileira contava com uma recomposição do governo paraguaio incorporando liberais e febreristas (DORATIOTO, 2012, p. 494). Não levou em conta o fato dos colorados, que tinham Morínigo como refém, não desejarem partilhar o poder. Isso, mais o fator Perón e a postura de “neutralidade pró-colorada” dos Estados Unidos acarretaram a derrota dos bons ofícios do governo Dutra.

4.4 EPÍLOGO: O FIM DO GOVERNO MORÍNIGO

Com o fim da guerra civil, os colorados eram os verdadeiros donos do Estado. A deserção de 80% dos oficiais para o lado dos rebeldes significou que oficiais colorados ficaram com os postos de mando e os soldados comuns eram recrutas colorados. Além do Exército, o partido monopolizava todos os empregos e cargos no governo (LEWIS, 1986, p.

79). Mas a união que fora necessária para vencer a revolução terminou com o fim dos combates. A rivalidade entre os democráticos, liderados por Frederico Chaves, e os guionistas, liderados por Natalicio Gonzalez emergiu com força total. Colaborou também para isso o falecimento do presidente do partido, Juan Leon Mallorquin, em junho de 1947, que possuía autoridade moral para conter as desavenças (SCAVONE YEGROS, 2011, p. 258).

Chaves tinha vantagem, já que contava com o apoio de a maioria do comitê executivo do partido, a junta de governo. Por outro lado, Gonzalez tinha o apoio do *Guion Rojo* cujas táticas violentas aterrorizavam a facção democrática. Também contava com o apoio do presidente Morínigo, que se declarou a favor de Gonzalez seu sucessor nas eleições presidenciais marcadas para o início de 1948 (LEWIS, 1986, p. 80).

O confronto ocorreu na convenção do partido para indicar os candidatos às próximas eleições em 16 de novembro. Para a presidência da assembleia o candidato democrata ganhou do guionista por uma diferença de quatro votos. Os guionistas, que haviam tomado as galerias e cercado o Teatro Municipal, começaram uma rebelião que provocou a retirada dos democratas (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 112). Natalicio Gonzalez foi então aclamado como candidato à presidência. Morínigo depôs Frederico Chaves e o colocou em prisão domiciliar. As eleições ocorreram em 14 de fevereiro de 1948, com Gonzalez como candidato único à presidência e os candidatos da sua facção como candidatos únicos à Câmara de Representantes.

Morínigo não era mais necessário. Dentro do grupo dos guionistas, iniciou uma conspiração para derrubá-lo. Sua relação próxima com Gonzalez era mal vista e havia o rumor de que Gonzalez o nomearia Comandante em Chefe das Forças Armadas. Nesse cargo, poderia dar um golpe para retornar ao poder. O líder da conspiração era Felipe Molas Lopez. Ele obteve o apoio de militares, entre eles, do coronel Alfredo Stroessner, chefe do Primeiro Regimento de Artilharia de Paraguari. A queda ocorreu no dia 3 de junho de 1948, de forma pacífica. Assumiu provisoriamente o chefe da Suprema Corte de justiça, Juan Manuel Frutos. Seu governo incluiu a maioria dos líderes do golpe (LEWIS, 1986, p. 87-91). Em 15 de agosto assumiu Natalicio Gonzalez. A partir desse momento houve uma sucessão de presidentes colorados ¹¹⁵ de diferentes facções que disputavam o poder até o golpe que levou Alfredo Stroessner ao poder em 1954.

Em 1947, uma das grandes preocupações da diplomacia brasileira, além da mediação durante a guerra civil, eram as relações muito próximas entre o Paraguai e a Argentina. No dia

¹¹⁵ Com a exceção do general Raimundo Rolon que governou em 1 e 26 de fevereiro de 1949).

27 de outubro, ocorreu um encontro entre Perón e Morínigo a bordo de um navio de guerra argentino. A Embaixada brasileira começou a monitorar esse encontro desde setembro. A maior preocupação era uma proposta argentina de uma união aduaneira. Após o encontro, Morínigo fez, perante o Conselho de Estado, uma exposição sobre a entrevista com Perón. Perón tentou impressioná-lo com as vantagens que viriam para a Bolívia com o recente tratado. Não houve menção à política interna, apenas que a normalização da política paraguaia era indispensável para qualquer auxílio. Perón teria falado quase todo o tempo da entrevista. Ele insistiu para que o Paraguai considerasse a possibilidade de permitir a volta dos refugiados que se acham em território argentino ao longo da fronteira. O ministro Frederico Chaves disse a Barbosa Carneiro que os revolucionários estavam muito ativos e dispunham de armas e munições e que pretendiam entrar em território paraguaio ¹¹⁶. Alguns dias depois, Barbosa Carneiro conversou pessoalmente com Morínigo e obteve mais informações. Ficou combinada a vinda brevemente à Assunção do senhor Miguel de Miranda para discutir as formas de uma operação financeira que visaria a sustentar a posição da moeda paraguaia, dada a escassez de divisas com que está lutando o Banco do Paraguai, facilitar a aquisição de máquinas agrícolas e obras necessárias ao desenvolvimento de várias culturas no sul do país. Perón insistiu na questão da união aduaneira, tendo ficado assentada a constituição de uma comissão mista para preparar o projeto. Ficou também assentada a constituição de uma comissão mista para tratar da navegação do Rio Paraguai tendo em vista os mesmos direitos e vantagens para os navios de uma ou outra bandeira. Carneiro chamou a atenção do presidente para o interesse brasileiro nesse caso. Carneiro julgava que o Brasil deveria tomar posição para que a comissão fosse constituída com a participação brasileira. Perón comunicou o propósito de seu governo construir uma grande usina hidrelétrica no salto do Apipé. Foi abordada a questão dos refugiados políticos e há indício de que houve certa pressão por parte de Perón para que se dessem no Paraguai garantias aos ex-combatentes rebeldes. Perón pleiteou também que a Faculdade Argentina só permitisse o exercício da profissão a médicos paraguaios com mais de dois anos de permanência no seu território, em derrogação do acordo existente que permite livre exercício nos dois países ¹¹⁷.

Em 4 de novembro, houve a inauguração em Assunção do Instituto Cultural Paraguai Brasil, idealizado ainda no período de Negrão de Lima. Foi uma cerimônia que contou com a presença de Morínigo e de altas autoridades (CORREIO DA MANHÃ, 4 nov. 1947).

¹¹⁶ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 349. (31 de outubro de 1947).

¹¹⁷ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 351. (5 de novembro de 1947).

Após o fim da guerra civil, os refugiados paraguaios se tornaram um problema para os países limítrofes, especialmente para a Argentina, mas também para o Brasil. A imprensa brasileira apresentava diversas matérias relatando saques e atividades armadas de grupos de paraguaios no lado brasileiro da fronteira ao longo dos anos de 1947 e 1948.

A partir de 1948, aumentaram os rumores de possível ingerência do governo de Perón no Paraguai, alguns um tanto absurdos, mas mesmo assim veiculados pela diplomacia brasileira. Em 27 de julho, o Rio de Janeiro informava que havia rumores de que a Argentina estaria se armando contra o Brasil. Alguns desses rumores seriam no sentido que o Brasil só seria visado em caso de oposição à incorporação do Paraguai à Argentina ou a restabelecimento do Vice Reinado do Prata. Pedia informações nesse sentido ¹¹⁸. Em agosto, Barbosa Carneiro informava que um informante digno de crédito disse ter notícia segura de Montevideú de que os meios oficiais estariam preocupados com as intenções da Argentina, não só a respeito do Uruguai, mas também do Paraguai. Receavam uma tentativa de absorção política por meio de pressão ou coerção militar. Seria uma forma de Perón encontrar um derivativo para as dificuldades da situação interna. Seria também um pretexto para cristalizar o povo frente ao governo, quando esse procuraria realizar o plano da Grande Argentina, como herdeira do Vice Reinado do Prata. Utilizariam os exilados liberais para provocar o incidente ¹¹⁹. Após alguns dias apresentou uma análise menos alarmista. Disse ter colhido informações de várias fontes e não julgar verossímil que a Argentina atacasse o Paraguai, mas sim que aproveitasse a questão dos refugiados para obter vantagens de ordem financeira sobre o país. Alertou que era preciso ter cautela, pois os rumores eram espalhados por gente interessada em alarmar os brasileiros a fim de obter para o Paraguai favores especiais, especialmente material e equipamento para o exército.

Desconfio que as mesmas pessoas, Coronel Jimenez, Edgar Insfran, Cesar Vasconcellos e quiçá o próprio Morínigo [fora deposto e estava exilado na Argentina] estejam repetindo a brasileiros em Buenos Aires os sombrios avisos com que já nos procuraram impressionar há tempos¹²⁰.

O Secretário de Estado, George Marshall, informou à embaixada norte-americana no Paraguai a respeito dos receios brasileiros (UNITED STATES, 1948a). O Embaixador no Paraguai, Fletcher Warren, respondeu que as notícias eram alarmistas e não tinha base na

¹¹⁸ BRASIL. Embaixada de Assunção SECRETO 37. (27 de julho de 1948).

¹¹⁹ BRASIL. Embaixada de Assunção SECRETO 99. (1 de agosto de 1948). Telegrama expedido

¹²⁰ BRASIL. Embaixada de Assunção SECRETO 106. (6 de agosto de 1948).

realidade, sendo a sua origem a Embaixada brasileira em Buenos Aires (UNITED STATES, 1948b).

É perceptível o declínio da influência brasileira sobre o Paraguai desde 1946, quando Perón assumiu a presidência da Argentina. Como aponta Doratioto, Perón se afastou do Partido Liberal, historicamente ligado à Argentina, e se aproximou ao Partido Colorado à medida que via que esse partido estava se encaminhando para dominar completamente a política paraguaia (DORATIOTO, 2012, p. 494). Havia também alguma identidade entre o peronismo e o coloradismo, no caso o antiliberalismo e o nacionalismo. O Brasil, por outro lado, estava em um período democrático, apesar da proscrição do Partido Comunista. A imprensa brasileira, que até 1945, tratava Morínigo como um grande estadista, passou a tratá-lo como ditador e a denunciar as prisões e os campos de concentração paraguaios.

Um memorando de uma conversa do Embaixador Warren com o Ministro das Relações Exteriores, César Vasconcellos, de 13 maio 1948, é bastante elucidativo sobre quem influenciava a política externa paraguaia nesse período. O Paraguai, como país mediterrâneo, estava ligado a Argentina e temia uma expansão argentina. Assim, todos os temas eram considerados em duas classes: os de importância primária e os de importância secundária. Nos de importância secundária, o Paraguai sempre concordaria com a Argentina. Nos temas fundamentais, o país escolhia o que considerava mais adequado e esperava dar conta das consequências. Com respeito aos Estados Unidos, o Paraguai só concordaria com esse país se a sua posição não colidisse com a da Argentina (UNITED STATES, 1948c).

Contudo, havia clareza de que muito fora feito durante o governo Vargas para atrair o Paraguai para a órbita brasileira e que esses laços precisavam ser, ao menos mantidos, se não podiam ser ampliados. Nesse momento, a cooperação cultural e a MMBIP desempenharam um papel fundamental marcando a presença brasileira em um período adverso.

A influência brasileira retornaria a partir de 1954 com Alfredo Stroessner que colocou o Paraguai na esfera de influência brasileira. Nesse momento havia equilíbrio entre os dois países. Mas o trabalho feito por Getúlio Vargas, Lafayette de Carvalho e Silva, Protásio Batista Gonçalves, Negrão de Lima e Barbosa Carneiro no período de preponderância argentina facilitou muito essa aproximação.

5 COOPERAÇÃO MILITAR COM O BRASIL: A MISSÃO MILITAR BRASILEIRA DE INSTRUÇÃO NO PARAGUAI (MMBIP)

Esse capítulo analisa a cooperação militar entre o Brasil e o Paraguai entre 1939 e 1948 e a fundação da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP).

5.1 MILITARES NO PARAGUAI NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Gustavo Gatti Cardozo é um dos poucos autores que analisa o papel dos militares no Paraguai em uma perspectiva histórica. Para ele, o poder militar paraguaio se constitui entre 1844 e 1868, no período dos López. Nessa época, o exército paraguaio se enquadraria na definição de militarismo de Lyle MacAlister, ou seja, não estavam a serviço do Estado, mas se lançavam na luta pelo poder por eles mesmos ou para um determinado grupo ou partido político (GATTI CARDOZO, 1990, p. 15). Essa conformação desapareceu depois da Guerra da Tríplice Aliança, quando os fatores reais de poder eram os exércitos de ocupação, cuja influência se estendeu para além das datas de retirada, 1876 para o Brasil e 1879 para a Argentina. (GATTI CARDOZO, 1990, p. 15). A estruturação de Forças Armadas apolíticas, profissionais e disciplinadas somente ocorreu durante o governo Eligio Ayala (1924-1928).

Gustavo Gatti Cardozo considera que o papel dos militares na política paraguaia pode ser dividido em três épocas. A primeira época iria de 1870 a 1936, sendo o período entre 1870 e 1923, caudilhista, e o período de 1923 a 1936, de profissionalismo. A segunda época iria de 1936 até 1989, sendo o período entre 1936 e 1947, revolucionário, e o de 1948 a 1989, conservador. Dentro do período conservador, ainda distingue três etapas: nacionalista e autoritária entre 1948 e 1949; populista, entre 1949 até 1955; oligárquica-militar, entre 1955 e 1989. A terceira época seria a de transição à democracia, iniciada em 1989 (GATTI CARDOZO, 1990, p. 27).

No período caudilhista, houve algumas tentativas de profissionalização. Uma das principais foi capitaneada pelo general Benigno Ferreira, que fundou uma Escola Militar em 1905. Mas essa Escola teve seus quadros devorados pela anarquia de 1908 a 1912 (GATTI CARDOZO, 1990, p. 32). No início da década de 1920, a situação do Exército paraguaio era difícil:

O treinamento militar era precário; a reputação de que gozava o exército era baixa, e suas fileiras eram cheias de conscritos escolhidos arbitrariamente pelas autoridades militares. A conscrição de quatro anos era considerada uma sentença de prisão [...]. O governo ocasionalmente enviava alguns jovens à Argentina ou Chile para

treinamento militar com a teoria de que retornariam para formar os quadros de oficiais das antigas ou novas unidades (WARREN, 1949, p. 265).

Em 1923, foi estabelecido o serviço militar obrigatório e foi fundada uma nova Escola Militar sob o comando do então coronel Manlio Schenoni. Schenoni foi um dos primeiros membros do Exército paraguaio a receber treinamento militar no exterior, no Colégio Militar do Chile (NICKSON, 2015, loc. 10159-10165), e um dos mais firmes defensores da formação de um exército profissional, desconectado do arbítrio político (GATTI CARDOZO, 1990, p. 30). Nessa escola se formou o corpo de oficiais do Exército do Chaco. Em 1923, foi fundada a Escola de Aviação Militar, em 1928, a Escola de Aspirantes de Oficiais da Reserva, e em 1931, a Escola Superior de Guerra (GATTI CARDOZO, 1990, p. 33).

Foi com a influência decisiva de Eligio Ayala que se estabeleceu o profissionalismo militar. Ayala se apoiou na oficialidade jovem. Um dos quadros mais importantes desse grupo era o então major José Félix Estigarribia. As missões militares alemã, francesa e argentina se instalaram nesse período.

O Paraguai inaugurou uma política no final do século XIX de enviar os melhores elementos de seu corpo de oficiais para formação no exterior. Após a Primeira Guerra, os países escolhidos eram os vitoriosos: Itália, Bélgica e, sobretudo, a França. Em 1925, Félix Estigarribia, Juan Bautista Ayala e Nicolás Delgado, todos os futuros heróis da Guerra do Chaco, foram para Paris e estudaram durante dois anos na Escola Superior de Guerra (PUYO, 1999, p. 79).

Em 18 de setembro de 1925, o decreto reservado nº 21.767 autorizou “O ministro da Guerra e Marinha a contratar seis oficiais franceses, do Estado Maior e pertencentes aos ramos de Infantaria, Cavalaria, Aviação, Engenharia e Administração Militar”. Segundo Alfredo Seifernheld, o militar responsável pela contratação da missão francesa foi o general Schenoni, então Ministro da Guerra (SEIFERHELD, 2011, p. 103). Félix Estigarribia estava servindo no Regimento nº 8 de Artilharia em Nancy nesse período (esteve na França entre o começo de 1925 e 22 de setembro de 1927). Isso foi aproveitado para a efetivação da contratação da missão. Mensagem do Ministro de Negócios Estrangeiros da época, Luís A. Riart para o Embaixador do Paraguai nos Estados Unidos dizia que “[...] se instruiu o major Estigarribia para se informar sobre as condições em que conseguiríamos capitães do Estado Maior francês como instrutores.” (SEIFERHELD, 2011, p. 103).

Em 31 de março de 1926¹, chegou a missão militar francesa que permaneceu quatro anos no Paraguai. Era composta por sete membros que representavam exército de terra (artilharia, cavalaria, intendência e corpo de engenharia) e força aérea. Trazia material de artilharia e cerca de 20 aviões. Seu chefe era o coronel Joseph Coulet. A missão francesa contribuiu para a reestruturação da Escola de Aviação Militar de Campo Grande, criada em 1923, e para a formação da Força Aérea Paraguaia. Também davam cursos em distintas unidades do Exército denominados de Escola de Aplicação (SEIFERHELD, 2011, p. 103). O general Amancio Pampliega, em suas memórias, recorda seu treinamento pela missão francesa, tendo sido membro da primeira remessa de oficiais que passaram por ela (PAMPLIEGA, 1982, p. 74-75). A missão francesa permaneceu até o início da Guerra do Chaco.

O coronel Arturo Bray, em suas memórias, comentou que três militares que haviam estudado no Chile, Nicolás Delgado, Luís Irrazábal e Camilo Recalde, desejavam uma missão militar chilena e tentaram obstaculizar a missão francesa (BRAY, 1981, p. 192). Seifernheld questiona a veracidade dessa informação, apesar de destacar que “[...] muitas intrigas se teceram ao redor tanto dos estudos que alguns militares paraguaios realizavam na Europa, como em torno da Missão Militar Francesa primeiro, e a missão argentina que inaugurou a primeira Escola Superior de Guerra em nosso país.” (SEIFERHELD, 2011, p. 104).

Em fevereiro de 1931, durante o governo José Guggiari se instalou a primeira Missão Militar Argentina no país, com a finalidade de auxiliar na criação da Escola Superior de Guerra do Paraguai. Também foi uma iniciativa do general Manlio Schenoni. Seu comandante era o tenente coronel Abraham Schweizer. Schweizer falava guarani, o que garantia as simpatias dos paraguaios (DORATIOTO, 2012, p. 378). A missão argentina redigiu o plano de curso e o regulamento da Escola Superior de Guerra, inaugurada em 6 de abril desse ano. Segundo Doratioto, a instalação da missão militar argentina no Paraguai alarmou o governo brasileiro, que suspeitava que ela tivesse finalidade antibrasileira (DORATIOTO, 2012, p. 378). Com o início da Guerra do Chaco, a missão argentina encerrou seus trabalhos no Paraguai em 15 ago.1932.

Arturo Bray (1898-1974) era um dos grandes opositores das missões militares estrangeiras. Filho de um imigrante inglês estava estudando medicina na Europa quando começou a Primeira Guerra. Assim, sendo considerado cidadão inglês, foi incorporado ao Exército Expedicionário Britânico na França. Lutou até o final da Guerra, tendo participado

¹ Segundo o relato de Amancio Pampliega a missão francesa chegou a Assunção em setembro de 1927 (PAMPLIEGA, 1982, p. 74).

das batalhas do Somme e do Marne. Ao retornar ao Paraguai, ocupou vários cargos, inclusive do de diretor da Escola Militar. Nessa posição barrou qualquer influência das missões estrangeiras sobre a escola. O Embaixador da Bolívia no Paraguai, na época, Luis Fernando Gauchalla, declarou:

Deve-se a Bray que a Escola Militar permaneça completamente a margem das atividades da Missão Militar Argentina [...]. O Major Bray ameaçou com a renúncia do seu cargo, caso não ficasse livre de influências estrangeiras o primeiro instituto militar do Paraguai, e conseguiu impor a sua vontade graças ao prestígio de que goza (SEIFERHELD, 2011, p. 106).

Frederick M. Nunn, no clássico estudo, *Yesterday Soldiers*, analisa a evolução do pensamento militar em quatro países da América Latina – Argentina, Brasil, Chile e Peru – em um período de quatro décadas, quando missões militares alemãs e francesas eram a principal influência externa sobre os exércitos. Sua hipótese é de que o pensamento militar da América do Sul deriva de modelos europeus. E isso se prolongou no tempo, uma vez que a partir da Segunda Guerra a influência norte-americana passou a ser dominante. No Brasil e no Peru predominava a influência francesa, enquanto na Argentina e no Chile, a ascendência era alemã. Uma das noções europeias que influenciou os militares latino-americanos foi o senso de superioridade dos militares em relações aos civis no governo (NUNN, 1983, p. 159). O estudo de Nunn não inclui o Paraguai. Contudo, esse país também contou com missões militares francesa e alemã. No período de profissionalismo, a influência francesa foi dominante, em função da missão e dos oficiais enviados para estudo na França. Houve também a missão argentina, cuja influência era alemã. No período revolucionário, entraram as missões brasileira e a norte-americana. Na missão brasileira, a influência francesa era dominante. Ladário Pereira Telles, o primeiro chefe da missão no Paraguai, realizou estágio na França em 1923 (SVARTMAN, 2006, p. 75). Seria preciso fazer um estudo específico para verificar que linha de pensamento influenciou mais o Exército paraguaio no período em estudo ², mas as influências europeias são indiscutíveis, inclusive a rejeição ao governo civil. Lógico que havia outros fatores, como a instabilidade no período do governo liberal e o próprio contexto internacional, mas se trata de um elemento a mais para a compreensão do exército paraguaio na época.

² Seria um estudo factível. Nunn fez a sua pesquisa comparando publicações dos exércitos dos países estudados. No Paraguai existe a *Revista de Las Fuerzas Armadas de La Nacion* que cobre o período em análise.

5.2 A FUNDAÇÃO DA MMBIP EM 1942

Havia cooperação militar entre os exércitos paraguaio e brasileiro desde o século XIX. Alfredo Souto Malan caracteriza a cooperação iniciada em 1845 como “Primeira Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai”. Pimenta Bueno, Encarregado de Negócios no Paraguai negociou com Caxias, então Presidente da Província do Rio Grande: “[...] o governo deste Estado quer instrutores das diferentes Armas para seu Exército. O Presidente precisa quanto antes dos ditos instrutores.” (MALAN, 1988, p. 13). O presidente em questão era Carlos Antonio López. O acerto, inicialmente informal, foi oficializado em 1851 como uma Missão Militar Brasileira composta de quatro oficiais, dois do Exército e dois da Marinha. Ela permaneceu no Paraguai por 15 meses e foi constituída pelo capitão Hermenegildo de Albuquerque Porto Carrero, pelo 1º Tenente João Carlos de Vilagran Cabrita, ambos da Artilharia, e pelos 2º Tenente da Armada Imperial João Soares Pinto e Francisco Domingues Caminada (MALAN, 1988, p. 13). Essa missão permaneceu cerca de quatro anos no Paraguai. Amancio Pampliega relata que o então coronel Cabrita foi professor do depois famoso general Briguez³ que utilizou o seu aprendizado contra a bandeira do seu professor (PAMPLIEGA, 1982, p. 75). Após esse período, os contatos entre os exércitos foram esporádicos, tendo sido retomadas as missões militares de curta duração no final de década de 1930.

É comum a cooperação entre os exércitos dos países em todo o mundo. Mas, em geral, esse tipo de cooperação consiste em visitas técnicas e intercâmbio de militares para formação em escolas do Exército. A instalação de uma missão militar permanente e com estrutura física não é usual.

Alfredo Souto Malan conceitua missão de instrução:

A MISSÃO DE INSTRUÇÃO é organizada num país, por solicitação de outro para neste último e mediante um acordo ou contrato firmado entre os dois governos, prestar assistência e transmitir ensinamentos visando, através da organização adequada, doutrina conveniente e eficiente preparo, tudo devidamente adaptado às finalidades conjunturais e aos recursos disponíveis, a tornar o mais objetivo possível, o organismo bélico do país assistido (MALAN, 1988, p. 10).

No início da década de 1940, se estreitaram os contatos entre os exércitos brasileiro e paraguaio. Em março, o coronel Ramon Paredes visitou o Brasil com o objetivo de “fazer estudos sobre o nosso ensino militar bem como a orientação e programas de nossas escolas”. No dia 8 de março, visitou o Ministro do Exército Eurico Gaspar Dutra (CORREIO DA

³ José Maria Briguez (1827-1868) foi o principal chefe de artilharia do Exército Paraguaio durante a Guerra da Tríplice Aliança.

MANHÃ, 9 mar. 1940). Na verdade, o coronel Paredes estava negociando a ida de uma missão militar paraguaia para treinamento no Brasil. Em 25 de março, um grupo sob o comando do coronel Paulino Antola⁴, partiu em missão para o Brasil: majores Eustacio Rojas e Sergio Nardi, capitães Martín Cariboni, Alfredo Stroessner e Quintín L. Parini e tenente Abdón Caballero Alvarez (EL DIARIO, 25 mar. 1940).

Por ocasião das comemorações em 7 de setembro de 1940, o Paraguai enviou o Chefe do Estado Maior Geral coronel Raimundo Rolón para representar o presidente Félix Estigarribia. Segundo Paul Lewis, Rolón foi uma espécie de mentor de Alfredo Stroessner (LEWIS, 1986, p. 132) e Alfredo Mota Menezes credita a ele o interesse pela aproximação do Brasil que floresceu entre os militares (MENEZES, 1987, p. 50-51).

Pois Rolón, nessa viagem em 7 de setembro de 1940, fez um relato que depois de ter sido lido para autoridades, foi publicado em forma de livro no mesmo ano: *Algunos aspectos del Brasil com relacion al Paraguay*. O relato tem cerca de trinta páginas. Há uma descrição minuciosa do sistema militar brasileiro, incluindo a descrição das regiões militares e a tabela de soldos dos oficiais (ROLÓN, 1940, p. 14). Após, há considerações sobre o governo Getúlio Vargas e a economia brasileira. Essa última parte é a mais interessante, pois nela Rolón faz diversas sugestões de como o Paraguai poderia utilizar como modelo empreendimentos brasileiros. Ele elogiou a economia controlada pelo Estado e o abandono do *lesseferismo* pelo governo Vargas. Também destacou que no Brasil os militares estavam envolvidos na economia, não só em indústrias ligadas direta ou indiretamente à defesa nacional, mas também, por exemplo, na administração das estradas de ferro. E sugeriu que o Paraguai adotasse o mesmo sistema (ROLÓN, 1940, p. 14). Comentou também a necessidade de utilizar como modelo a agricultura brasileira:

Um plano de produção e realizações baseadas na experiência de laboratórios e de técnicos brasileiros, com vistas à realidade nacional, asseguraria trabalho aos braços paraguaios e paz aos lares. Se tem dito, com muita razão, que foi um erro do Paraguai haver tomado como escola agrícola a Argentina, país que possui um meio físico diferente do nosso. Ao contrário, parte dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo está na mesma latitude que o Paraguai; o solo e subsolo são idênticos. O Brasil deve ser, nesse aspecto, nossa escola e a República Argentina um de nossos mercados mais próximos e devemos conquista-lo como tal (ROLÓN, 1940, p. 27).

Rolón também sugeriu que o Brasil servisse de modelo para a organização de uma marinha mercante paraguaia e até propôs uma marinha mercante mista paraguaio-brasileira

⁴ Em julho de 1940, Paulino Antola, foi substituído por Nicolas Delgado nessa função.

(ROLÓN, 1940, p. 28-29). Também defendeu que houvesse intercâmbio técnico entre os dois países: “[...] temos que insistir na formação de técnicos paraguaios com professores e laboratórios brasileiros.” (ROLÓN, 1940, p. 31). Finalmente mencionou a expressão que se tornou comum na época ao analisar a relação dos dois países: “Há necessidade impostergável de um pulmão econômico em direção ao Brasil para facilitar o livre jogo entre as influências das duas zonas [sul e norte/nordeste] sobre a nossa economia.” (ROLÓN, 1940, p. 31). Rolón comentou também a falta de iniciativa da Argentina em ajudar economicamente o Paraguai por temer que o desenvolvimento do país acarretasse futuros perigos. O Brasil, de acordo com ele, não adotava essa prática (ROLÓN, 1940, p. 32). A obra contava ainda com um apêndice com a Constituição de 1937, mapas, organograma do Ministério da Guerra, tabelas de produção e exportação e o decreto de Getúlio Vargas que dissolvia os partidos políticos no Brasil.

Apesar de poder ser tomado como um texto que expressa a opinião pessoal do então coronel, essa obra é importante por duas razões. Foi um dos primeiros livros a fazer um apanhado geral do Brasil contemporâneo para os paraguaios. As publicações sobre o Brasil, em geral, versavam sobre a Guerra da Tríplice Aliança. Além disso, muitas das sugestões de Rolón foram implementadas no governo de Higinio Morínigo.

Em janeiro de 1941, Protásio Gonçalves enviou a Oswaldo Aranha duas cópias do livro com a conferência que o coronel Rolón fez no Brasil em setembro de 1940.

O coronel Rolón se manifesta sempre em forma muito amistosa a respeito do nosso país, sendo de todos conhecida a sua tendência brasilofilia. Decidido partidário de uma maior aproximação com o Brasil, não por sentimentalismo, mas atendendo às conveniências da sua pátria, o referido militar não deixa de se preocupar com a solução a ser dada às discordâncias ainda existentes com relação aos limites entre os dois países. A obra do coronel Rolón, em que só há referências elogiosas a respeito do que observou no Brasil, não causou bom efeito aos membros da representação diplomática da república Argentina aqui⁵.

Os pontos que teriam desagradado os argentinos seriam os referentes à impossibilidade da neutralidade paraguaia, em caso de guerra entre o Brasil e a Argentina, e o ponto relativo ao critério argentino a respeito da ajuda econômico-financeira ao Paraguai. (ROLÓN, 1940, p. 15; 32). O ministro argentino comunicou ao ministro das Relações Exteriores do Paraguai o seu desagrado, pedindo que o governo paraguaio desautorizasse os conceitos emitidos pelo coronel Rolón, ao que aquele teria cedido; ao mesmo tempo solicitou que fosse sustada a distribuição do restante da edição, mas com isso Argaña não concordou⁵.

⁵ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 6. (2 de janeiro de 1941).

Em maio de 1940, Ferreira Braga informou ao Rio de Janeiro que apenas se divulgou em Assunção que o Paraguai mandaria ao Brasil a missão militar de estudos, que já se encontrava no Rio de Janeiro, a representação diplomática da Argentina iniciou ativas gestões para conseguir que outros oficiais fossem designados para cursarem estabelecimentos de ensino militar e de aperfeiçoamento profissional na república Argentina. Em conversa, o general Nicolás Delgado, Comandante em Chefe das Forças Armadas, declarou ao adido militar do Brasil que seria difícil para o Paraguai, na dependência em que ainda se encontrava da Argentina, recusar as insistentes solicitações. E assim, por decreto do Poder Executivo foi constituída sob o comando do coronel Gilberto Andrada, que teria tendências argentinistas, uma missão de dez membros que partiria em 9 de maio para a Argentina⁶.

Em outubro de 1940, um grupo de estudantes paraguaios chegou ao Rio de Janeiro em visita e foi recebido, em uma ocasião, por militares conterrâneos que se encontram no Brasil estudando tática e estratégia. A reportagem do jornal El País traz depoimentos dos três maiores, Oscar Mora, Sergio Nardi e Dionisio Balbuena, a respeito do militar brasileiro. Os elogios são muito expressivos e destacam a disciplina e a boa formação profissional dos oficiais brasileiros: “O exército brasileiro é um exército moderno. Em Paris, estou seguro, que antes da guerra não poderiam haver nos ensinado o que aprendemos aqui. A última palavra da arte militar é pronunciada na Academia do Rio. Nada, nem enquanto teoria, nem enquanto material falta aqui.” (EL PAIS. 18 out. 1940).

Em 19 de novembro de 1940, Protásio Gonçalves informou a Aranha que o governo francês rescindiu o contrato da missão francesa. Mas consentiu que os oficiais fossem contratados individualmente como técnicos. Os oficiais continuaram a prestar os mesmos serviços como professores contratados e usando o uniforme paraguaio. Eram os seguintes: tenente coronel Pierre Clermont, major André Barbier, major Auguste Mongin e major Louis Feuvrier. O chefe, coronel Ernest Petit, partiria para Londres para apresentar-se a de Gaulle, o que já fizera o tenente coronel Paul Angenot. Entretanto, as fontes da época são abundantes em comentar que essa missão tinha afinidade com o governo de Vichy.

Protásio soube de fonte fidedigna que foi grande o empenho do governo paraguaio no sentido de conservar no país a missão militar francesa: “não só por que considera que os seus ensinamentos têm sido de muito proveito para o exército, como também a fim de afastar o problema que representaria a escolha de substitutos para esses instrutores”⁷.

⁶ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 72. (8 de maio de 1940).

⁷ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 232. (19 de novembro de 1940).

O problema adviria do temor deste governo de desgostar países amigos que teriam interesse que a missão escolhida procedesse do respectivo exército. Entre os governos que teriam realizado gestões nesse sentido estavam a Argentina e o Chile. Segundo Protásio, vinha de longe a ação do adido militar argentino e dos seus amigos do Exército paraguaio contra a missão francesa, tendo em vista a substituição desta por uma argentina. No entanto, o coronel Ernest Petit julgava que o governo paraguaio não contrataria missão militar dos países limítrofes⁸.

No dia 27 abr.1941, chegou ao Rio de Janeiro mais um grupo de oficiais paraguaios para fazer curso de aperfeiçoamento: capitão Cesar Aguirre, primeiros tenentes Juan Vargas e Adalberto Canata (CORREIO DA MANHÃ, 29 jan. 1941). Em junho, o ministro da educação, Anibal Delmas, solicitou a com Ferreira Braga que os oficiais e alunos da Escola Militar, convidados para as festas de 7 de setembro, pudessem permanecer no Brasil pelo menos duas ou três semanas, “[...] para que tenham eles, com os nossos elementos militares, um convívio mais prolongado, que já vá servindo de base à aproximação amistosa e cordial entre os exércitos dos dois países, que é um dos desejos do atual governo.”⁸.

Observa-se que, a partir do governo Estigarribia, estava sendo construído um ambiente de aproximação entre os exércitos e foi nesse contexto que ocorreu a fundação da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai em 18 de maio de 1942.

A oposição argentina, ou pelo menos sua suposição, foi uma constante em relação à cooperação militar entre o Brasil e o Paraguai. Ferreira Braga, em janeiro de 1942, comentou decreto paraguaio que designava oficiais do exército e da armada para estudarem no Brasil. Foi procurado pelo tenente coronel Dias de Vivar para conversar sobre o assunto.

Apenas transpareceram as primeiras notícias de que a Legação do Paraguai no Rio estava tratando, junto ao nosso governo, da ida dessa missão de estudos e da vinda, ao Paraguai, de uma missão de oficiais brasileiros, da arma de cavalaria, para instrução do exército paraguaio, ofereceu a Argentina, ao governo paraguaio, enviar para aqui uma missão instrutora, de artilharia⁹.

A legação argentina, ao mesmo tempo em que pressionava para que a oferta fosse aceita, procurava dissuadir o governo paraguaio de mandar seus oficiais ao Rio ou de receber instrutores brasileiros. O governo paraguaio resistiu, alegando o fato de ter o exército nos últimos tempos ter recebido instrução de uma missão militar francesa e aconselhava a que somente lhe fossem ministrados conhecimentos que não quebrassem a unidade de orientação

⁸ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 130. (20 de junho de 1941).

⁹ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 18. (31 de janeiro de 1942).

e de métodos no ensino das diversas armas, o que ficaria assegurado tanto com a ida dos oficiais paraguaios ao Brasil, como com a vinda dos instrutores brasileiros para aqui, por isso que durante longos anos também recebeu o nosso exército instrução de uma missão militar francesa. Assim, a Argentina propôs uma missão naval, o que ficou acordado. Também pressionou o Paraguai no sentido de não enviar oficiais da armada para o Brasil, ameaçando deixar sem efeito o que fora acordado. O Paraguai manteve a sua decisão.

Para as nossas vinculações com o Paraguai, parece certo que a presença de oficiais da marinha nos estabelecimentos de ensino brasileiros, será de proveitosos resultados. De há muito se sentia, da parte de alguns elementos de destaque da Armada, um certo despontamento pelo fato de terem sido oferecidas, nestes últimos tempos, numerosas possibilidades para que oficiais do Exército seguissem cursos no Brasil e nenhuma aos da marinha¹⁰.

Os primeiros contatos para a instalação da missão ocorreram em 1941 entre Getúlio Vargas e Higino Morínigo por ocasião da visita de Getúlio Vargas a Assunção. Já existia alguma base, uma vez que uma das primeiras aditâncias do Exército brasileiro instalada foi a de Assunção em 1934. Em fevereiro de 1945, por ocasião da despedida de Assunção de Ladário Pereira Telles, primeiro chefe da Missão, o Comandante da Divisão de Cavalaria do Paraguai, Victoriano Benitez Vera, atribuiu ao general brasileiro José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque a ideia da Missão Militar. A ideia teria sido discutida por ocasião da visita de Vargas em 1941¹¹. (EL PARAGUAYO, 13 fev. 1945). José Pessoa, irmão de João Pessoa, foi um importante militar brasileiro. Foi o idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Suas ligações com o Paraguai eram antigas. Foi ajudante de ordens e assistente do comando de divisão de operações enviado a Mato Grosso para pacificar o Estado em 1917, por ocasião da revolta denominada “Caetanada”. Era um profundo conhecedor do Paraguai. No arquivo José Pessoa, do CPDOC, encontramos documentação da década de 1930 defendendo a ligação brasileira com a Bolívia e com o Paraguai para neutralizar a ascendência argentina sobre esses países. Em correspondência de 1937 comentou que fora de Rio Branco a ideia de criar uma “estrada eletrificada” entre Santos e Assunção, com o aproveitamento da energia gerada pelo Salto do Guairá, mas que o projeto foi abandonado com a sua morte¹². Em 1939, felicitou Oswaldo Aranha pela iniciativa da assinatura do tratado ferroviário com o

¹⁰ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 18. (31 de janeiro de 1942).

¹¹ Não encontramos nenhum documento que comprovasse que José Pessoa foi o idealizador da Missão, nem na Embaixada de Assunção, nem no Arquivo Histórico do Exército (onde não há documentação da época da fundação da missão). Faria sentido, pela biografia de José Pessoa, mas temos que destacar que somente uma declaração de um militar paraguaio em uma reportagem de jornal não é suficiente para confirmar essa hipótese.

¹² CPDOC-FGV. Arquivo José Pessoa. Assuntos Gerais. 3ª parte. (31 de agosto de 1937).

Paraguai, mas advertiu: “Como bem sabeis, a ligação que ora se projeta vem retirar o Paraguai da situação de presa econômica e militar da Argentina. Não tenhamos dúvida também de que aquele pequeno país representa para a nossa defesa do oeste o papel delicado de o fiel de uma balança cujas inclinações mínimas representam o desequilíbrio das forças”¹³.

José Pessoa partilhava a visão da maioria dos militares a respeito do perigo argentino. Por outro lado não era uma simpatizante do Eixo, como muitos militares do alto escalão da época. Em carta para Oswaldo Aranha de março de 1944, ele criticou os militares brasileiros: “Executores natos da política de guerra do nosso país, os seus generais vivem completamente ignorantes do que se passa em torno da defesa da nossa pátria e da orientação de nossa política exterior”¹⁴. E destacou que a cooperação com os Estados Unidos era um imperativo histórico para o Brasil: “Desde a independência e através do primeiro e segundo reinados, e da vida republicana do país, este se vem orientando no sentido de uma união mais estreita com a grande República do Norte”¹⁴. Nesse ponto concordava completamente com Oswaldo Aranha. Também aprovava os frutos da política brasileira para com o Paraguai:

É com prazer que o informo que a atitude do Paraguai para conosco, em que pese à sua dependência econômica da República Argentina, tem sido irreprochável e justifica plenamente a ajuda que por todos os meios a nosso alcance temos dado a esse nobre país. Nossa política com o Paraguai é de perfeito entendimento desde que logramos a cessação da guerra do Chaco e o tratado de paz entre essa nação e a Bolívia. Sua tendência é para libertar-se do jugo econômico argentino.¹⁴

Em agosto de 1943, José Pessoa foi à Assunção como Embaixador especial representar o Brasil na posse de Higino Morínigo como presidente. Deu uma longa declaração ao Correio da Manhã (RJ) na qual explicou em detalhes a situação de dependência do Paraguai em relação à Argentina em virtude da falta de acesso ao mar e defendeu o projeto de Getúlio Vargas de ligar o Paraguai ao Brasil por vias férreas e estradas de rodagem. Chama a atenção o conhecimento minucioso de José Pessoa da geografia do Paraguai e das fronteiras brasileiras (CORREIO DA MANHÃ, 27 ago.1943).

Portanto, faria sentido José Pessoa ter sido o idealizador da MMBIP: ele tinha uma visão geopolítica das relações entre os países da região platina, bem como da situação internacional e regional na época de sua fundação.

A ideia era criar uma missão militar, cuja finalidade seria organizar cursos de cavalaria, equitação e educação física. No dia 18 de abril de 1942, uma equipe de cinco oficiais do exército brasileiro chegava a Assunção. Eram eles Arold Ramos de Castro, Milton

¹³ CPDOC-FGV. Arquivo José Pessoa. Assuntos Gerais. (31 de agosto de 1937 9ª parte).

¹⁴ CPDOC-FGV. Arquivo José Pessoa. Assuntos Gerais. (31 de agosto de 1937. 28ª parte).

Barbosa Guimarães, Sylvio Américo Santa Rosa, Jeferson da Rocha Braune, chefiados pelo major Ladário Pereira Telles. Chegaram pela estação central de trem, tendo sido recebidos pelo major Benitez Vera, comandante da Divisão de Cavalaria do Paraguai e pelos comandantes de regimento (LA TRIBUNA, 21 maio 1942). Na manhã de 22 de abril, os membros da Missão foram ao Palácio López, acompanhados pelo encarregado de negócios interino, Antonio Vilhena de Ferreira Braga, e do adido, o major Francisco Damasceno Ferreira Portugal, onde foram recebidos por Higinio Morínigo. O Presidente saudou os oficiais e destacou:

A vinda da Missão Militar Brasileira constitui uma ratificação da sábia política de aproximação com o nobre povo do norte iniciada pelo Chefe da Revolução Nacionalista, política cuja máxima culminação foi aplaudida na oportunidade da visita do Exmo. Presidente Vargas. A fraternidade das armas paraguaio-brasileiras é prova eloquente dos cordialíssimos laços existente entre as duas nações. (LA TRIBUNA, 23 abr. 1942).

Na tarde do dia 23, os oficiais visitaram o Departamento Nacional de Imprensa e Propaganda (EL TIEMPO, 23 abr.1942). No final da tarde, houve uma cerimônia na Escola Militar também com a presença de Morínigo. Estavam presentes todas as autoridades militares e ministros, bem como os membros da missão francesa que se encontravam no Paraguai. Depois de o presidente passar em revista as tropas, foram entregues aos membros da MMBIP os despachos referentes ao Decreto 12.150 de 21 de abril de 1942 que incorporava os cinco oficiais da missão ao exército paraguaio em grau imediatamente superior *honoris causa* e permitia que os oficiais utilizassem uniformes paraguaios¹⁵. Após, o Ministro da Guerra e Marinha, general de brigada Vicente Machuca, fez um discurso no qual destacou que “Vossa presença nesse país é um belo exemplo da magnífica solidariedade continental que oferece a América frente à sombria perspectiva que se apresenta ao mundo.” (EL TIEMPO, 23 abr.1942). Ladário Telles agradeceu as distinções e gentilezas. Após, no salão de honra, houve uma recepção, ocasião na qual o diretor da Escola Militar, coronel Andrés Aguilhera, que, aliás, estudara no Brasil, pronunciou palavras de acolhida (EL TIEMPO, 23 abr. 1942).

No despacho de 1º maio 1942, Ferreira Braga informou Oswaldo Aranha a respeito da acolhida que a MMBIP recebeu em Assunção. Caracterizou a recepção na Escola Militar como “[...] a mais brilhante e significativa homenagem até agora prestadas à Missão Militar”. Registrou que ofereceu em 25 de abril na Embaixada do Brasil uma recepção a que estiveram presentes diversos ministros de Estado, todo o corpo diplomático, chefes do Exército e da Marinha e muitos oficiais. Quanto ao decreto do governo paraguaio, comentou que tanto o

¹⁵ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 81. (1 de maio de 1942).

chefe da MMBIP quanto a Embaixada só tiveram conhecimento dele na véspera da cerimônia, quando já estava assinado e entregue à imprensa para a publicação. Destacou que:

Estou certo de que isso obedeceu ao propósito de dar aos oficiais brasileiros, já como fato consumado, a notícia da honrosa homenagem que, por essa forma, se lhes prestava, sugerida, segundo acreditamos todos, pelo tenente-coronel Diaz de Vivar, ex-aluno da nossa Escola do Estado Maior, grande amigo do Brasil e, naquele momento, Chefe interino do Estado Maior do Exército.¹⁶

Ferreira Braga declarou que conhecendo a “sensibilidade característica dos paraguaios”, considerava que a não utilização do oferecimento dos uniformes pela Missão poderia causar ressentimentos. Ladário Telles o informou que vinha sendo perguntado pelos seus colegas paraguaios e também por Diaz de Vivar se já recebera a resposta à consulta prévia ao governo brasileiro para a utilização da prerrogativa. Telles fez a consulta ao Estado Maior do Exército, mas adiantou a Ferreira Braga ter opinado pela não aceitação do oferecimento por lhe parecer de maior destaque para a Missão o uso de seu próprio uniforme, para evitar a confusão com oficiais paraguaios e pelo fato dos oficiais da missão francesa utilizarem os uniformes do seu exército. Ferreira Braga informou a Aranha que concordava com Ladário. E destacou a necessidade de uma resposta que evitasse qualquer susceptibilidade de parte do Exército paraguaio “que seria altamente prejudicial à nossa política aqui”¹⁶.

No dia 18 maio 1942, foram inaugurados os cursos de cavalaria ao cargo da MMBIP. Houve uma cerimônia na qual o Ministro da Guerra e Marinha, Vicente Machuca, representou Higinio Morínigo. Também compareceram Ferreira Braga, altas autoridades militares e os membros da missão francesa. Vicente Machuca fez um discurso saudando o início das atividades da MMBIP. Ladário, após agradecer, fez uma palestra sobre temas táticos de cavalaria. Após, o grupo foi ao cassino da Divisão de Cavalaria, quando discursou Benitez Vera (EL TIEMPO, 21 maio 1942).

Em mensagem de 10 de julho de 1942, Ferreira Braga informou Oswaldo Aranha a respeito dos resultados do primeiro mês de trabalho da MMBIP. Comentou que no dia 20 de junho, por ocasião da comemoração do 7º aniversário da condecoração do regimento Valois Rivarola com a Cruz do Chaco, houve várias provas de demonstração de instrução organizadas e preparadas pelos oficiais da Missão Militar Brasileira. As provas alcançaram grande êxito, motivando as palavras do presidente Morínigo para o coronel Ladário: “O nome

¹⁶ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 81. (1 de maio de 1942).

dos oficiais da Missão Militar Brasileira ficará gravado nas páginas da história militar do Paraguai.”¹⁷.

O encarregado de negócios também apontou em elemento que poderia “restringir, ou, pelo menos impedir que se amplie, a atuação pessoal dos Membros da Missão”: os vencimentos. O Coronel Ladário recebia 400 dólares mensais e os demais oficiais, 300 dólares. Todos alugaram casas bem localizadas, cujo aluguel representava um grande encargo, somado ao alto custo de vida e a carência de produtos em Assunção.

5.2.1 Funções da MMBIP no período nacionalista

Após relatar os episódios de instalação da MMBIP e as impressões da diplomacia brasileira a respeito, resta-nos discutir: qual foi motivo da instalação da MMBIP naquele momento específico? Organizar cursos de cavalaria, equitação e educação física. Esse, de fato, era o motivo oficial. Não era um pretexto, era um motivo real. Trata-se de uma atuação tradicional dos exércitos oferecerem assistência transitória ou permanente a exércitos de outros países e estabelecer intercâmbios diversos. Mas havia algo mais. Julgamos que, para além das atividades militares, a MMBIP possuía outros objetivos: inserir militares brasileiros na sociedade paraguaia, estabelecendo canais alternativos aos diplomáticos; monitorar eventual atividade nazista no Paraguai; ocupar o espaço da Argentina, no momento em que o Brasil se alinhava com Estados Unidos e buscava a posição de aliado privilegiado e Buenos Aires se isolava com a política de neutralidade; tentar estabelecer algum controle sobre a hegemonia militar norte-americana que vinha se impondo a toda América Latina.

Existia (e ainda existe) no Paraguai um contexto muito forte de relações diádicas e patrimonialismo. Além disso, as fontes são abundantes em mencionar a “desconfiança paraguaia” em relação ao estrangeiro. Trata-se de um dado histórico, em função do isolamento a que foi submetido o país no período Francia, e decorrente da Guerra da Tríplice Aliança, que transformou os vizinhos geográficos em inimigos potenciais.

Frederick Hicks sugere que a associação no Paraguai entre uma estrutura de classes relativamente aberta, uma forte consciência nacional, um sistema político de dois partidos e envolvimento de massas na política nacional, características associadas à democracia representativa, e a série de ditaduras conservadoras que assolou o país (até 1989) é possível graças ao desenvolvimento de certos tipos de relações interpessoais denominadas “[...] contratos diádicos.” (HICKS, 1971, p. 89). Frank Mora destaca, inclusive, após a

¹⁷ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 137. (10 de julho de 1942).

democratização em 1989, as instituições e a burocracia paraguaias permeadas por patrimonialismo e clientelismo (MORA, 2003, p. 13). O conceito de contrato diádico foi formulado por George M. Foster a partir do estudo de uma aldeia de camponeses no México (FOSTER, 1961, p. 1173-1192). Segundo Foster, esses contratos são de dois tipos: os feitos entre pessoas do mesmo status socioeconômico, e os feitos entre indivíduos de status socioeconômico diversos. Ambos os tipos envolvem obrigações recíprocas. Mas essas obrigações são diferentes. Para o primeiro tipo, elas são simétricas, ou seja, são obrigações recíprocas complementares iguais para ambas as partes. Para o segundo tipo, elas são assimétricas – recíprocas não complementares, pois cada parte deve a outras coisas diferentes (FOSTER, 1961, p. 1174-1175). Hicks considera que esse tipo de relação existe em várias sociedades rurais, tendo já sido descrita na Itália, Espanha, Filipinas e América Latina. Mas,

O que parece distintivo no Paraguai é a forma como o complexo de contratos diádicos está ligado ao sistema de partidos políticos nacionais. O sistema tem o efeito de politizar os camponeses (e as classes baixas urbanas), direcionando a sua energia política para apoiar grupos conservadores, que geralmente não agem em seu interesse. O sistema também está relacionado à preservação do *caudillismo*, um sistema político que envolve uma sucessão de líderes que chegam ao poder por meio da violência com o apoio de seguidores que esperam a divisão dos espólios que vêm do líder. (HICKS, 1971, p. 90).

Para Hicks, os dois tipos de contratos diádicos estão presentes no Paraguai, onde “[...] a proliferação desse tipo de relações pode criar uma rede que permeia toda a sociedade, mas é uma rede baseada em relações interpessoais, muito mais do que em unidade de classe ou oposição.” (HICKS, 1971, p. 96).

Para o nosso propósito, interessam os contratos diádicos simétricos, que Hicks denomina de *coleguismo* (*colleague relationship*). Nesses, os participantes são de mesmo status. É considerada uma obrigação de amizade prestar aos amigos favores que dependam da posição, conhecimento ou habilidade. E se assume que esses favores serão retribuídos na ocasião apropriada.

Um amigo que trabalha na alfândega consegue liberar uma encomenda rápida e sem formalidades, um amigo que trabalha na administração das estradas de ferro consegue uma reserva de última hora. Um membro do Partido Liberal mantém seu emprego no governo, um jovem filho de liberais consegue ingressar no colégio nacional ou um esquerdista Febrerista não é molestado por possuírem amigos colorados ou parentes nos altos escalões do governo. Não é esperado que alguém aguarde a sua vez e cumpra com as formalidades de procedimentos burocráticos se tem um amigo que possa facilitar as coisas, e o amigo ficará chateado se o favor não for pedido a ele (HICKS, 1971, p. 98).

Hicks ainda aponta que a maior parte dos paraguaios ficaria chocada se isso fosse caracterizado como corrupção. Para os que participam, isso é visto como um traço de amizade e fraternidade, dos quais os paraguaios se orgulham. Enfatizam que não há dinheiro envolvido. “A questão é que, fazendo um favor, a pessoa cria uma obrigação à outra parte de retribuí-lo, enquanto o suborno não cria esse laço.” (HICKS, 1971, p. 99).

Essa digressão antropológica tem o objetivo de mostrar o quão importante foi para as relações bilaterais entre Brasil e Paraguai uma Missão Militar Brasileira permanente em solo guarani. Oficiais brasileiros altamente qualificados que permaneciam cerca de três anos no país, convivendo com seus congêneres paraguaios e com diplomatas, políticos, jornalistas. Tanto no Brasil como no Paraguai o período por nós estudado é marcado pela ampla participação de militares em assuntos diplomáticos (SVARTMAN, 1999, p. 57, DORATIOTO, 2012, p. 421). Seria ingênuo crer que, nesse contexto, uma missão militar de instrução permanente se ativesse somente a questões técnicas e militares.

No despacho de 10 de julho de 1942, Ferreira Braga aponta justamente nessa direção:

Ao lado de sua atividade profissional, tem ainda cada um dos membros da Missão tido uma atuação pessoal e social, junto aos seus camaradas paraguaios, a personalidades oficiais e a elementos sociais, que não só se lhes assegura, entre os primeiros um ambiente de estima e confiança, como entre os demais uma situação de diferente conceito e simpatia, para a qual muito têm contribuído suas esposas. Graças ao acolhimento que essa situação lhes vai proporcionando de muitos lados, já estão os oficiais brasileiros e suas senhoras em frequente contato com os meios paraguaios e com o Corpo Diplomático aqui acreditado, para cujas reuniões, com poucas exceções, têm sido convidados. Seria ocioso encarecer os benefícios que de tudo isso resultarão para a nossa política com o Paraguai e especialmente para a ação de nossa representação diplomática aqui, em relação a qual têm o tenente-coronel Ladário e os seus quatro companheiros de trabalho demonstrado um espírito de solidariedade e um propósito de colaboração em prol dos interesses brasileiros que altamente falam do seu patriotismo, e, por isso mesmo, muito me honra e apraz poder deixar consignados nessa informação¹⁸.

“Atuação pessoal e social”, “contato com os meios paraguaios e com o Corpo Diplomático”, benefícios para a política brasileira com o Paraguai. No Arquivo Histórico do Exército tivemos acesso aos livros de ocorrência da MMBIP entre 1970 e 1994¹⁹. É impressionante a atividade social: festas, jantares, homenagens, lançamentos de livros, premiações. As confraternizações sociais eram quase diárias.

O comentário de Ferreira Braga¹⁹ a respeito dos vencimentos dos oficiais também se relaciona a isso: “é pouco para poderem atender como devem aos compromissos e a

¹⁸ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 137. (10 de julho de 1942).

¹⁹ BRASIL. Rio de Janeiro. Arquivo Histórico do Exército. Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai.

representação que a situação lhes impõe”. Compromissos sociais e representação: era para isso que deveriam ganhar mais.

Tudo indica também que a MMBIP criava um canal adicional para a coleta de informações pela Embaixada. O telegrama de 22 de março de 1947 da Embaixada de Assunção para o Ministro das Relações Exteriores informa a iminente exoneração da Missão do capitão Médico Luís Lacerda Werneck. Salienta que esse ato poderá ser considerado inamistoso em virtude da grande eficiência do capitão nos serviços de profilaxia, epidemiologia e vacinação do exército paraguaio e recorda que “convém [...] sua permanência na citada Missão, pois nesses serviços e no Hospital Central do Exército, é o Capitão Werneck um dos melhores elementos de informação dessa Embaixada”²⁰. Assim, a Missão também era uma forma da Embaixada colher informações dos meios militares.

Tudo indica que essa presença perene desde 1942 estabeleceu relações muito especiais entre os dois exércitos. Golbery do Couto e Silva (1948-1950) e João Figueiredo (1955-1957)²¹ foram oficiais da MMBIP. Tomás Espósito Neto relata como o tratado de Itaipu na década de 1970 foi negociado em circunstâncias peculiares entre os militares dos dois países:

Ao se analisar a documentação confidencial, percebe-se que altas autoridades brasileiras, entre elas o general Figueiredo – chefe do Serviço Nacional de Inteligência no governo Geisel – faziam “viagens de turismo” ao Paraguai com certa regularidade. Curiosamente, durante alguns desses momentos de “descanso”, as autoridades de ambos os países mantinham conversações sobre assuntos de Estado, como a questão da ciclagem e problemas nas relações bilaterais. Também eram frequentes as viagens de militares paraguaios ao Brasil e os contatos destes com autoridades brasileiras [...]. (ESPÓSITO NETO, 2012, p. 199-200).

Esses relatos sugerem que a presença da MMBIP em conjunto com os adidos militares foram estabelecendo uma espécie de “diplomacia paralela” entre os dois países que, em muitas circunstâncias, contornava o Itamaraty. Infelizmente não tivemos acesso aos relatórios dos adidos militares brasileiros para o Ministério do Exército (exceto alguns poucos cujas cópias estavam junto à documentação diplomática). Consultamos o Ministério da Defesa em

²⁰ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 82. (22 de março de 1947).

²¹ Na documentação da Embaixada de Assunção existe uma cópia de uma monografia de João Batista de Oliveira Figueiredo denominada “Os fatores políticos e militares no planejamento dos transportes” com data de setembro de 1955. O general Aluísio Bolívar Budó foi subordinado a Figueiredo no 9º Regimento de Cavalaria de São Gabriel em 1957, justamente quando o futuro presidente retornava da MMBIP. Ele comenta que Figueiredo tinha uma capacidade profissional infinitamente maior do que os demais oficiais do regimento e que era “tríplice-coroadado”, ou seja, foi o primeiro colocado nas suas turmas na Academia Militar, na Escola de Aperfeiçoamento e na Escola do Estado Maior, algo que era muito raro. Budó comenta que Figueiredo foi “exilado” em São Gabriel por liderar facções militares contra o governo Juscelino Kubitschek (BUDÓ, 2000, p. 117).

2015 e tivemos informação de que essa documentação estava dispersa e não disponível para consulta. Cremos que é uma questão pertinente a ser investigada.

Com respeito à questão do nazismo²², uma vez membro da aliança atlântica e em busca de uma posição de destaque, a partir da segunda metade de 1941, o Brasil deveria monitorar e combater atividades relacionadas ao Eixo em seu território e nos países vizinhos. Tudo indica que a MMBIP foi utilizada com esse propósito. O ofício reservado de 30 de outubro de 1942 do adido militar no Paraguai major Francisco Damasceno Ferreira Portugal para o Chefe do Estado Maior do Exército relata a viagem a Buenos Aires em julho de 1942, para os festejos do dia 9, do Diretor da Aeronáutica do Paraguai, major Pablo Stagni, “chefe militar de destacado prestígio neste país e intransigente adepto da causa nazista”. Sua permanência na Argentina deveria ser de dois ou três dias, mas acabou permanecendo até o final do mês. O Ministro da Guerra argentino, General Tonazzi, perguntou-lhe a razão pela qual o exército paraguaio se afastava do argentino num momento tão importante: Respondeu o major Stagni que era isso o resultado de mal avisada política dos argentinos que se fecharam ao Paraguai enquanto o Brasil, adotando orientação diversa, realizava inteligente política de aproximação, atraindo para suas escolas militares ou faculdades civis número considerável de patricios seus, facilitando ao seu país a solução vantajosa de graves problemas econômicos com aparências de indiscutível desprendimento²³. O General Jorge Manni, diretor da Aeronáutica da Argentina, concordou e disse que isso iria mudar. “Confirmam esse fato: a vinda da Missão Tonazzi (15 de agosto); o perdão da famosa dívida de guerra; a abertura do Banco de La Nacion; a dragagem do rio Paraguai; o empréstimo de 10 milhões de pesos argentinos (oferecido por aquele banco) e outras tantas manifestações de exagerada liberalidade”²³ Stagni foi depois recebido na Embaixada alemã como um “leal colaborador dos países do eixo, cujos governos agradeciam essa preciosa e fecunda atividade no Paraguai”. Foram exibidos filmes da Segunda Guerra e o major foi de avião visitar os submarinos que faziam a ligação da Alemanha com a Argentina. Foi informado a respeito do número de oficiais da Marinha Argentina que se aperfeiçoavam na Alemanha. Também foram oferecidos ao Paraguai telêmetros e aparelhos de pontaria para os canhões Krupp que estavam em falta desde a Guerra do Chaco; “Talvez se trate de um expediente para demonstrar ao Exército Paraguaio a realidade da assistência alemã aos seus aliados na América do Sul”. Foi também apresentado a Stagni um “Plano de operações” da marinha alemã no Atlântico.

²² Para informações detalhadas a respeito da comunidade alemã no Paraguai e da penetração do nazismo ver o minucioso estudo de Seiferheld (2012).

²³ CPDOC-FGV. Arquivo Negrão de Lima. Atividade Diplomática. (30 de outubro de 1942).

Ferreira Portugal levanta, inclusive, hipótese do ataque alemão ao Brasil, em agosto de 1942, ter partido da costa argentina. O adido conclui que caso o Eixo vencesse, a Alemanha apoiaria a Argentina e Chile e o Paraguai ficaria com eles “Na melhor das hipóteses, continuará sua política bifronte que vem seguindo até aqui”. Finalmente, declarou que a Embaixada do Brasil em Assunção não estava financeiramente aparelhada para a missão de país aliado. “Admita-se que estamos em um país “aliado” em que todas as autoridades são nazistas ou temerosas de trabalhar contra o eixo, e fácil será concluir das dificuldades que deveremos vencer para cumprir razoavelmente nossa missão”²⁴. O Exército brasileiro via, portanto, como missão na época combater a atividade nazista no Paraguai.

Na mensagem de 4 de novembro de 1942, o Embaixador do Brasil em Assunção, Francisco Negrão de Lima mencionou a Oswaldo Aranha a conveniência de agregar uma missão aeronáutica aos trabalhos da MMBIP, cuja vinda seria “sobretudo vantajosa para a política que estamos realizando e seria, agora, muito oportuna”²⁵. Negrão de Lima acrescentou que a influência nazista se distribuía intensamente pelas fileiras do Exército paraguaio e a aviação era justamente um dos setores mais atingidos, de modo que a missão brasileira teria, ali, um interessante campo de trabalho, podendo contribuir ainda para modificar o ambiente. Também comentou a possibilidade de ter professores brasileiros na Escola Militar, na qual no momento atuavam os membros da missão francesa, “[...] a qual, a princípio discreta, não esconde hoje a sua adesão ao governo de Vichy, tornando-se um foco de propaganda exista”²⁵. Assim, uma missão aeronáutica brasileira e professores brasileiros na Escola Militar auxiliariam a causa aliada no Paraguai, diminuindo a o apelo nazista.

Em 20 de novembro de 1942, o adido Ferreira Portugal enviou um minucioso relatório para o Estado Maior do Exército intitulado “Normas para o controle de atividade nazista no Paraguai”²⁶. Eram normas para orientar as atividades da Embaixada do Brasil e envolviam mapear organizações nazistas em Assunção, organizações nazistas no interior do país, atividade nazista no seio dos órgãos do governo e das classes armadas e articulação dos elementos nazistas do Paraguai com os países vizinhos, no caso Argentina e Chile.

A execução dos dois últimos, nazismo nos órgãos do governo e classes armadas e países vizinhos deveriam ser executados por todos os brasileiros que tinham ligação com a embaixada, “especialmente os oficiais do Exército, adido militar e membros da missão de instrução”. Após, Ferreira Portugal elencou os meios necessários, especialmente verba para

²⁴ CPDOC-FGV. Arquivo Negrão de Lima. Atividade Diplomática. 30 de outubro de 1942

²⁵ BRASIL. Embaixada de Assunção 207. (4 de novembro de 1942).

²⁶ CPDOC-FGV. Arquivo Negrão de Lima. Atividade Diplomática. (20 de novembro de 1942).

pagar gasolina, deslocamentos e, eventualmente, algum serviço. Anexo, há uma lista de organizações nazistas existentes em Assunção e as principais colônias alemãs existentes no Paraguai. Foram elencadas nove organizações nazistas existentes em Assunção: Ajuda de Inverno (Deutsche Winterhilfe), Anel de sacrifício (Opferling), Sociedade Alemã de Ginástica e Desportos, Colégio Alemão, Frente Nacional Socialista do Trabalho, Associação Feminina Nacional Socialista, Coro Masculino Alemão, União Germânica do Paraguai e Clube de Amigos da Alemanha. Haveria também trinta empresas alemãs importantes que colaboravam com essas associações. Eram também listadas vinte e seis colônias alemãs no interior com o número aproximado de indivíduos²⁷.

Assim, parece claro que uma das atividades da MMBIP, pelo menos entre o período da sua chegada e o final da Segunda Guerra, era contrabalançar a influência nazista nas Forças Armadas paraguaias e monitorar a atividade nazista no país. A preocupação com o nazismo no Paraguai não era somente relativa ao esforço de manter o país na aliança americana, mas também com a permeabilidade da fronteira paraguaio brasileira que permitia a passagem de agentes e espiões para a região sul no momento em que eram tomadas as medidas de “brasilianização”²⁷.

A disputa entre o Brasil e Argentina pela influência no Paraguai começou na época das independências e tem uma longa história no século XIX. O Brasil influenciou politicamente o Paraguai até 1904, quando a influência argentina, que em termos econômicos era hegemônica após a guerra da Tríplice Aliança, se tornou também determinante no plano político. Foi somente a partir de 1936, com o governo Rafael Franco e com a redefinição de política externa do governo instalado em 1930 que o Brasil começou a trabalhar para retomar sua ligação com o Paraguai.

No momento em que MMBIP chegou a Assunção havia a missão argentina, com quatro oficiais e a missão francesa, também com quatro oficiais, que após a derrota da França em 1940, estavam atuando somente como professores. A missão francesa deixaria o Paraguai em 1943 e, em breve, chegaria uma missão norte-americana. Assim, havia espaço para ser ocupado pelo Brasil nos meios militares. A sugestão de Negrão de Lima para o envio de uma missão aeronáutica brasileira aponta nesse sentido.

Como ficou claro nos capítulos anteriores, havia um contexto de “perigo argentino”, ou seja, a possibilidade de um ataque militar argentino e a sabotagem por parte da Argentina

²⁷ Para as medidas nacionalistas durante o governo Vargas ver: ALVES, Eliane. **Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo**: a comunidade alemã sob vigilância do DEOPS (1930-1945). São Paulo: Humanities; FAPESP, 2006; GERTZ, Rene. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2005.

de tudo o que fosse brasileiro. Esse perigo, ainda quando se revele infundado quando analisamos a situação nos dias de hoje, era real para muitos sujeitos históricos daquela época. Além disso, havia de fato ações argentinas para perturbar atividades brasileiras. Mas, de acordo com o exposto na introdução, há o problema das fontes. Alguns agentes tinham tendência de exagerar para valorizar o seu trabalho.

A documentação diplomática é rica em comentários a respeito do descontentamento dos argentinos com a presença da Missão Militar brasileira. A mensagem de 4 de dezembro de 1942 de Negrão de Lima para Oswaldo Aranha, refere-se a um discurso feito por Benitez Vera na cerimônia de encerramento dos trabalhos da Missão em 1942. A mensagem tem a exclusiva finalidade de narrar esse discurso ao Ministro. Disse Negrão de Lima:

Aludindo ao papel que incumbe às instituições armadas dos diferentes países, frisou aquele oficial (Benitez Vera) que elas ‘não são como vulgarmente se crê, forças antagônicas e incompatíveis entre si. São também fatores ponderáveis de paz e aproximação entre os povos. Por isso, a incorporação nas fileiras de nosso exército, de missões militares estrangeiras não pode, nem deve causar nenhum receio aos estranhos, porque sua finalidade não é preparar alianças, senão fomentar a aproximação efetiva e permanente entre as nações e uma maior compreensão dos problemas graves e inquietantes da hora’²⁸.

Na sequência, Negrão de Lima lembra que Benitez Vera era militar de “excepcional prestígio e de palavra muito autorizada” e que o seu comentário segundo o qual a vinda de missões militares não significava um preparo para futuras alianças, não estava no discurso apenas como um ponto lógico no desenvolvimento do raciocínio, mas “tem alvo conhecido, pois consta que os meios oficiais argentinos não esconderam seu desapontamento ao chegar aqui a Missão Brasileira, tendo havido, daquele lado, quem quisesse engendrar intrigas”²⁹.

Na verdade, Higinio Morínigo fazia o seu próprio jogo de equidistância pragmática tentando obter ganhos de ambos os lados. A série de medidas de aproximação tomadas pelo governo argentino na segunda metade de 1942, elencadas por Ferreira Portugal em 10 de outubro de 1942 (a ida ao Paraguai do Ministro da Guerra argentino general Juan Nerón Tonazzi, o perdão da dívida da Guerra do Paraguai, a abertura do Banco La Nación em Assunção e um empréstimo), foi uma resposta aos acordos assinados com o Brasil quando da visita de Vargas em 1941.

Alguns anos depois, permaneciam as supostas pressões argentinas. Um telegrama de 9 de novembro de 1947 do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada de Assunção menciona a necessidade de formalizar a presença de MMBIP por meio de um contrato,

²⁸ BRASIL. Embaixada de Assunção 242. (4 de dezembro de 1942).

negociação que seria feita ao longo do ano de 1948. O motivo seria o fato de que “[...] o governo paraguaio está decidido a dispensar os serviços que a Missão Militar Brasileira de Instrução presta nesse país. Essa decisão se prenderia ao propalado acordo que aparentemente existe entre os presidentes Domingo Perón e Higinio Morínigo.”²⁹

A instalação da Missão Militar brasileira está inserida nesse contexto de disputa. Era valioso para o Brasil manter militares qualificados em solo paraguaio, em contato direto com os militares locais, deslocando, assim, a histórica influência argentina. Para averiguar a realidade das pressões argentinas seria necessário estudar documentação desse país. Mas o fato dos diplomatas e militares brasileiros se preocuparam tanto com isso tem algum significado.

A outra função da missão era a de exercer algum controle sobre a hegemonia militar norte-americana que se impôs na América Latina a partir de 1940. Em 1943, chegou uma missão militar americana, com recursos muito mais abundantes do que a brasileira. E, ao contrário da brasileira que funcionava sem regulamentação, firmou um acordo que garantia exclusividade no futuro para missões dos Estados Unidos. Isso significa que se a MMBIP se retirasse do Paraguai, não seria possível o envio de nova missão brasileira. Isso explica o esforço da diplomacia em manter a missão em Assunção por ocasião de situações delicadas, como em 1944, e, posteriormente, a negociação de um acordo. A possível instalação de uma missão aeronáutica brasileira também demonstra a tentativa de ocupar um espaço que seria ocupado pelos americanos.

A ideia de uma missão aeronáutica brasileira nasceu depois de vários entendimentos realizados pelo Embaixador Juan Batista Ayala com o governo brasileiro e membros do exército paraguaio. Luis Argaña obteve a aprovação de Getúlio Vargas para o assunto. Então ocorreu a intervenção “entorpecedora do Major Pablo Stagni” nas palavras de Oswaldo Aranha. Negrão de Lima solicitou que Ferreira Portugal, em viagem ao Rio de Janeiro, expusesse a Aranha o seu pensamento a respeito da conveniência da missão. O comandante da Escola de Aeronáutica, tenente coronel Henrique Dyott Fontenelle³⁰, na segunda semana de dezembro de 1942, teve uma entrevista com Stagni a pedido desse.

O major Stagni, declarando que falava de soldado a soldado, expôs ao tenente coronel Fontenelle as precárias condições da aviação paraguaia, sem aviões, sem pessoal, sem instalações. Acrescentou que a vinda da missão brasileira só lhe podia ser agradável, como paraguaio e como militar. [...] Sentia-se, porém, no dever de,

²⁹ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO. (9 de dezembro de 1947).

³⁰ Henrique Dyott Fontenelle (1894-1962). Primeiro comandante da nova Escola de Aeronáutica, criada em 1941, que substituiu as escolas de aviação militar e naval, então extintas. (HENRIQUE..., 2009)

como amigo e como colega, mostrar abertamente e um ilustre técnico brasileiro a situação em que se encontrava a aviação que dirigia e que, em absoluto, não oferecia superfície para um trabalho eficiente por parte dos futuros instrutores brasileiros³¹.

Assim, a futura missão brasileira não teria o que fazer e viria a se expor a um completo insucesso. Convinha adiar a sua vinda. Após a entrevista, o tenente coronel Fontenelle foi convidado a verificar a situação dos quartéis de aviação militar, constatando as referências feitas por Stagni. Na verdade, tanto Negrão de Lima, quando Fontenelle haviam pensado que os argumentos encobriam manobra maliciosa de Stagni, que era nazista e argentinófilo. Mas chegaram à conclusão que seus argumentos eram procedentes e irrefutáveis. Assim, concluíram que era melhor enviar, ao invés de uma missão completa, um oficial aviador com caráter de orientador, de assistente ou de auxiliar na reorganização da aviação paraguaia³². O adido Ferreira Portugal, em entrevista com Stagni, foi informado de que o Paraguai estava para receber aviões escola dos Estados Unidos e os pilotos que estudavam no Brasil retornariam ao Paraguai em breve³². Havia dez oficiais da força aérea do Paraguai fazendo cursos no Brasil (EL PARAGUAYO, 22 dez. 1942).

Em 1943, todavia, o Paraguai recebeu uma missão aeronáutica norte-americana. Cordell Hul pediu para Frost em 10 de junho de 1943 esclarecimentos a respeito da negociação de uma missão aeronáutica brasileira (UNITED STATES, 1942). Frost disse em mensagem de 11 de agosto que estava acertado que a missão “[...] definitivamente seria americana.” (UNITED STATES, 1942).

Em 27 outubro de 1943 se firmou um acordo para estabelecer uma missão militar da força aérea norte americana em Assunção e em 10 de dezembro de 1943, uma missão do exército. A condição prévia imposta pelos Estados Unidos era a dispensa e partida dos membros da missão militar francesa, o que acabou ocorrendo em setembro de 1943 (UNITED STATES, 1942). Em 1943, o Departamento de Guerra e Marinha dos Estados Unidos formulou instruções para a cooperação militar com países da América Latina em bases bilaterais. Uma das diretrizes era estabelecer missões militares americanas nos países que ainda não as possuíam (RABE, 1974, p. 134).

O adido militar Francisco Damasceno Ferreira Portugal em relatório para Negrão de Lima em junho de 1943 discutiu as vacilações do militares paraguaios quanto às missões de instrutores. Ele comentou que, em dezembro de 1942, o Estado Maior do Paraguai consultou o do Brasil sobre a possibilidade de substituir os oficiais da missão francesa, quando

³¹ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL/ 56 624.7 (42) (43). (9 de fevereiro de 1943).

³² Anexo a BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL/ 86 624.7 (42)(43). (19 de fevereiro de 1943).

terminasse seu contrato, por oficiais brasileiros. Uma vez obtida resposta favorável do Brasil, eles negociaram uma missão americana. O mesmo ocorreu em relação à missão aeronáutica. “É que chegaram à conclusão de que, para o caso, o auxílio brasileiro é o menos indicado”³³. Ferreira Portugal chamou a atenção para o fato de que, após a guerra, não seria do interesse do Brasil ter o Paraguai armado e instruído pelos americanos: “Como não se pode prever o rumo que, mais tarde, tomará a política sul-americana, não é prudente que fiquemos à margem do atual ‘processo de rearmamento’ dos países nossos vizinhos executado diretamente pelos Estados Unidos”³³. Ele sugeriu que o Brasil pleiteasse junto ao governo dos Estados Unidos o controle do fornecimento do material bélico aos países cuja situação geográfica interferisse com a do Brasil. E que mantivesse a todo custo a MMBIP no Paraguai e, se possível, enviasse outra, aeronáutica ou para a Escola Superior de Guerra³².

Com respeito a esse último objetivo, a negociação do Acordo da MMBIP sugere que ocorreu justamente o contrário. Era a missão norte-americana que controlava a missão brasileira, tendo interferido durante toda a negociação.

5.2.2 Funcionamento da MMBIP no período nacionalista

Entre maio de 1942 e 30 de setembro de 1994, a MMBIP teve 27 chefes e passaram por ela 301 militares, todos permanecendo no Paraguai um período médio de três anos³⁴. No período nacionalista, houve três chefes³⁵ e onze oficiais³⁶. Infelizmente, a documentação a respeito dos primeiros anos da missão não foi por nós localizada. No Arquivo Histórico do Exército existem cinco caixas de documentos relativos à MMBIP. Os documentos mais antigos são do final da década de 1950. Na Cooperação Militar Brasil-Paraguai em Assunção recebemos a informação de que, quando a missão foi encerrada em 1994, os documentos foram enviados a Foz do Iguaçu e, após, para o Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro. Assim, não sabemos o que ocorreu com a documentação do período entre 1942 e 1960. Obtivemos documentos relativos à missão na Embaixada Brasileira de Assunção. Mas

³³ CPDOC-FGV. Arquivo Negrão de Lima. Atividade diplomática. (4 de junho de 1943).

³⁴ Acesso em: 12 fev. 2014. Esse site foi, posteriormente, retirado da internet por motivos que desconhecemos. Felizmente, havíamos copiado todo o conteúdo: <http://www.cmbp.eb.mil.br/exmmbippt.htm>.

³⁵ Tenente coronel Ladário Pereira Telles (1942-1945), coronel Inima Siqueira (1945-1947) e coronel Oromar Osório (1948-1949).

³⁶ Capitão Carlos Alberto de Abreu Rocha, major Anísio da Silva Rocha, major Arold Ramos de Castro, major Milton Barbosa Guimarães, major Luis Ignácio Jacques Junior, major Sylvio Américo Santa Rosa, capitão Jair Jordão Ramos, tenente coronel Newton Fontoura de Oliveira Reis, major Jeferson da Rocha Braune, major Manuel Garcia de Souza, major Luiz de Lacerda Werneck.

esses documentos são fragmentados do ponto de vista cronológico, cobrindo alguns eventos de interesse para a diplomacia.

No final de outubro de 1944, ocorreu um grave incidente diplomático envolvendo a Missão Militar Brasileira e que motivou a saída de Ladário Telles do comando da Missão. O caso ocorreu quando o Embaixador Negrão de Lima estava no Brasil. Pela documentação fica evidente que a ausência de Negrão de Lima contribuiu para o agravamento do caso. O Comandante da Divisão de Cavalaria do Paraguai, Victoriano Benitez Vera, procurou o major Silvio Americo de Santa Rosa e lhe informou que houve denúncia de um soldado paraguaio contra um oficial brasileiro por ato de pederastia ativa praticado com outro soldado paraguaio. O caso foi levado ao Ministro da Defesa Nacional que ordenou que fosse abafado. Com o crescer dos rumores, entretanto, Santa Rosa procurou o acusado que, por sua vez, procurou Ladário e relatou o caso, negando a acusação³⁷.

Murillo Tasso Fragoso substituíra Negrão de Lima no momento do incidente. Fragoso foi procurado pelo adido militar, major José Carlos Pinto Filho no dia 3 de novembro de 1944, quando tomou conhecimento do caso. Pinto Filho fora orientado por Ladário a ir ao Rio de Janeiro levar o incidente ao conhecimento do Ministro da Guerra. Fragoso desaconselhou tal viagem³⁷.

Ladário Telles exigiu que fosse feita uma sindicância com a presença do acusado e dos acusadores. Essa sindicância agravou ainda mais o incidente, do ponto de vista de Negrão de Lima:

[...] sindicância em que o nosso compatriota acusado foi como que acareado com o seu detrator. Este insistiu nas suas afirmações, declarando que o ato de pederastia fora praticado com ele, e fê-lo com detalhes que ainda mais agravaram a situação, reduzindo-se a escrito um rumor que apenas existia nas comunicações da maledicência³⁸.

No dia 4 de novembro, Ladário foi ao gabinete de Benitez Vera acompanhado de todos os membros da missão exigir uma retratação e punição dos acusadores. Benitez Vera respondeu que não poderia dar nenhuma satisfação “[...] pois à palavra do oficial brasileiro antepunha a do soldado paraguaio, por quem tinha o dever de zelar como Comandante. E, adiantou que, assim sendo, só lhe restava comunicar o caso à autoridade superior”³⁸.

Tasso Fragoso aconselhou Ladário a procurar o general Machuca, o que ele fez no dia 5 de novembro. Ladário solicitou ao general Machuca:

³⁷ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL. (18 de novembro de 1944).

³⁸ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 476 520.0 (43) (1944).

- a) punição por calúnia dos dois soldados com a máxima pena prevista nos regulamentos militares;
- b) reunião na 1ª divisão de cavalaria ou no comando em chefe, com a presença de Machuca e de Benitez Vera diante de toda a missão brasileira, quando Benitez Vera desagruaria o chefe e os oficiais do dito no encontro com Ladário;
- c) nota reservada a Ladário com cópia para o acusado comunicando a punição dos culpados.

Machuca prometeu solucionar o caso da maneira mais favorável. A missão prosseguiu os seus trabalhos até dia 10. No dia 10 de novembro, não tendo tido nenhuma solução, Ladário comunicou a Machuca que iria ao Rio de Janeiro comunicar o incidente ao Ministro da Guerra, que suspenderia os trabalhos da Missão e que comunicaria oficialmente à Embaixada. Machuca disse que falaria com Morínigo naquela tarde.

Ainda naquela manhã, Fragoso foi procurado por Mario Ferrario, Sub Secretário do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai. Ferrario mencionou que o presidente Morínigo estava alarmadíssimo com o caso e o encarregara de trata-lo extraoficialmente com ele, Fragoso. Ferrario estranhara a maneira como Ladário conduzira o caso. Fragoso acentuou:

Meus esforços seriam no sentido de combinar com ele a maneira mais discreta de encerrar rapidamente o caso. Disse-lhe ainda que embora informado oficialmente pelo major Ladário, nada tencionava comunicar por enquanto ao meu Governo, para evitar envolvê-lo em assunto de tal natureza. Pedi-lhe que disso informasse o Presidente Morínigo, convencido que estava de sua disposição a dar-nos as satisfações requeridas para salvaguarda de nossa dignidade, conforme mandara me dizer, ficando o caso circunscrito à esfera militar³⁹.

No dia 12, domingo, Machuca foi à casa de Ladário e “comprometeu-se sob a responsabilidade de suas altas funções em dar execução às reparações pedidas por ele”. À vista disso, o Major Ladário respondeu que dava o incidente por encerrado; que a missão recomençaria os trabalhos assim que fossem cumpridas as promessas; e que não embarcaria mais para o Rio de Janeiro no dia 13³⁸. Foi marcado um encontro entre Ladário e Benitez Vera para o dia 13, segunda-feira, na 1ª divisão de cavalaria em Campo Grande. Benitez Vera não compareceu ao encontro, o que deixou Ladário Telles furioso e muito ofendido.

Fragoso e Ferrario, depois de alguma resistência por parte de Ladário, conseguiram reunir os dois na Embaixada do Brasil para uma conversa: “Reafirmou-me o Comandante Benitez nunca ter-lhe passado pela cabeça que um caso dessa natureza pudesse ter-se complicado por tal forma, que jamais tivera a intenção de ofender a Missão Brasileira e seu

³⁹ BRASIL. Embaixada de Assunção CONFIDENCIAL. (18 de novembro de 1944).

Chefe, credor dos quais seria sincera e permanente.”. Para Ladário “[...] o Comandante Benitez apresentou-lhe as suas desculpas. Continuando a conversa em tom sereno, pôs o Comandante Benitez sua situação no caso, procurando defender sua atitude. O Major Ladário também calmamente contou-lhe o seu grande ressentimento pelas palavras dele, Benitez, e por ver que não agira como seu verdadeiro amigo conforme sempre proclamara”⁴⁰.

Na tarde do dia 13, Fragoso recebeu um convite para uma recepção no Centro Militar e Naval em homenagem à Missão Brasileira. Ladário, ao ver o convite, disse que não fora o prometido pelo Ministro da Guerra. Fragoso e Ladário foram então, no mesmo dia 13, à casa de Ferrario. “Tomou então o Dr. Ferrario da pena e, sob o ditado do Major Ladário, escreveu as condições por ele desejadas, ficando de falar naquela mesma noite ao general Machuca”⁴⁰.

No dia 14 de novembro, houve uma reunião no Comando em Chefe narrada por Ladário a Tasso Fragoso.

Presentes o Ministro da Guerra, Comandante em Chefe do Exército Paraguai, o Chefe do Estado Maior, Coronel Bernardo Aranda, o Tenente Coronel Benitez Vera e todos os oficiais da missão, fizera uso da palavra o General Machuca, elogiando os oficiais brasileiros e o trabalho magnífico que há três anos estavam realizando em benefício do Exército do seu país. Depois falou o Comandante Benitez Vera, que também nesse sentido de expressou. Tomando a palavra, então, o Major Ladário, agradeceu as expressões de ambos, mas, firmemente, acrescentou que ali não estavam para uma cerimônia de agradecimentos e sim de desagravo e, assim sendo, esperava que o Comandante Benitez Vera dissesse alguma coisa a respeito. Mal acabara de pronunciar essas palavras, quando se levantou o Comandante Benitez e afirmou energicamente que nunca tivera a intenção de ofender a nenhum oficial da missão e, portanto, faria publicamente essa declaração. Ao terminar, leu o Major Ladário o pequeno discurso a que acima me referi. Findo isso, o General Machuca deu ao Major Ladário uma nota elogiando a agradecendo os serviços da Missão, havendo-lhe nessa ocasião o Major Ladário observado que não era isso que desejava, tendo-lhe o Ministro prometido mandar-lhe depois a nota conforme os termos combinados⁴⁰.

Ocorre que no dia 16, a nota ainda não fora enviada. Ladário foi à Embaixada “[...] para me comunicar que de sua casa falara no telefone com o general Machuca, para dizer-lhe que não tendo recebido a nota até àquela hora, iria interromper os trabalhos da Missão”⁴⁰, o que foi feito no dia 17. Também no dia 17 de novembro, Negrão de Lima retornou à Assunção. Encontrou a Missão Militar Brasileira de relações cortadas com as autoridades militares paraguaias. Em telegrama para Pedro Leão Velloso, Negrão de Lima destacou que “notei que a tensão do ambiente não se circunscrevia àquele círculo. Propalara-se por toda a

⁴⁰ BRASIL. Embaixada de Assunção CONFIDENCIAL. (18 de novembro de 1944).

cidade a notícia do incidente com a “missão brasileira” levado numa onda de ridículo, de chistes e de obscenidade”⁴¹.

Negrão de Lima esclareceu a Ladário que ele não poderia ter cortado as relações oficiais da Missão com as autoridades paraguaias sem a prévia audiência do Ministro da Guerra⁴¹. No dia 18, após conversa de Ladário com o Ministro das Relações Exteriores paraguaio, Chiriani, a Embaixada brasileira recebeu a nota de exclusão dos soldados “*por mala conducta difamatória*”⁴¹.

A missão compareceu no dia 18 no quartel para as festas de encerramento do ano. Ladário não compareceu, o que desagradou Morínigo, “[...] pois sendo os militares brasileiros incorporados *honoris causa* ao exército paraguaio não podiam abster-se daquela reunião sem lhe prestar prévia deferência.”⁴¹.

A análise de Tasso Fragoso a respeito do episódio já sugere a má condução de Ladário Telles. Negrão de Lima em mensagem para Pedro Leão Velloso foi explícito:

O Ministro da Defesa Nacional mandou explicar-me, pelo Ministro das Relações Exteriores, que todo o incidente resultou da maneira por que conduziu o caso o Major Ladário, já transportando este uma questão essencialmente privada e tão melindrosa para o plano das reivindicações da dignidade patriótica, já exigindo condições que, como Ministro, teve dificuldades em solucionar, dadas as susceptibilidades despertadas no correr dos acontecimentos. Acrescentou que essas condições foram todas atendidas, sem embargo do caráter de imposição com que foram formuladas, porque teve sua Excelência sempre em mira a circunstância de que um caso tão escabroso não deveria nunca constituir uma fonte de perturbação das excelentes relações entre o Brasil e Paraguai⁴¹.

Em telegrama para Pedro Leão Velloso em 20 de novembro, Negrão de Lima informou que a permanência de Ladário como chefe da Missão se tornara inviável com os rumos do incidente⁴². Nesse momento, Negrão de Lima começou a se preocupar com as repercussões do caso junto ao Ministério da Guerra brasileiro e a possibilidade de retirada da MMBIP do Paraguai. Ele escreve para Pedro Leão Velloso:

Falou-me o Major Ladário que fará sentir ao senhor Ministro Eurico Dutra ‘não oferecer o Paraguai um ambiente de dignidade para o exercício de uma missão militar’. Tenho razões para supor que esse ponto de vista, se for realmente adotado, será filho dos seus ressentimentos pessoais, gerados no atrito do incidente. Em primeiro lugar, se tal fora o ambiente paraguaio, deveria ter sido argutamente notado com alguns meses de contato e experiência, e não só ao cabo de três anos. Em segundo lugar, aqui funcionam satisfatoriamente, duas importantes missões militares americanas e uma missão naval argentina. Seria absurdo que só para nós não houvesse espaço e simpatia, quando está no consenso público que a atual política

⁴¹ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 476 520.0 (43). (1944).

⁴² BRASIL. Embaixada de Assunção 166 (1944).

praticada pelo presidente Getúlio Vargas com o Paraguai elevou ao seu clímax a cordialidade das nossas relações.⁴³

Ladário embarcou para o Brasil no dia 26 de novembro. Negrão de Lima enviou telegramas para Pedro Leão Velloso em 25 de novembro e 5 de dezembro para saber a impressão de Getúlio Vargas e de Eurico Gaspar Dutra sobre o caso⁴⁴. Em 7 de dezembro, recebeu telegrama do Ministério das Relações Exteriores com o parecer de Eurico Gaspar Dutra:

A impressão do Ministro da Guerra é que o incidente foi uma intriga preparada para forçar a retirada da Missão, que não é simpática a certos elementos. Ele refere-se à Missão, de modo geral e não a seus membros componentes. Encontrei-o cético quanto à sua manutenção, pela convicção de que outras intrigas seriam forjadas no futuro para o mesmo fim. O Coronel Ladario Telles, em todo caso, permanecerá aí até a sua promoção. Esse distinto oficial, aliás, está apto a informar Vossa Excelência sobre o pensamento do Ministro da Guerra, pois com ele demoradamente conversou⁴⁵.

Dois dias depois, Negrão de Lima insistiu com Pedro Leão Velloso no sentido da necessidade de convencer Eurico Gaspar Dutra da importância da permanência da MMBIP em Assunção. Sugeriu ter certeza que Dutra modificaria sua opinião se ouvisse os demais membros da Missão e enviasse à Assunção pessoa “[...] serena, alheia à questão para esclarecê-la no próprio ambiente em que se verificou.”⁴⁶. E completa dizendo que “A retirada da Missão, pelo motivo que o Ministro da Guerra supõe ser exato, mas me parece fruto de imenso equívoco, pode constituir erro histórico, lançando o desânimo e a desconfiança no meio do caminho e assim comprometendo por muitos anos todo o trabalho de vinculação até agora realizado com esse país”⁴⁶. No dia 15 de dezembro, Negrão de Lima recebeu novo telegrama do Ministério das Relações Exteriores informando que o seu ponto de vista estava sendo considerado procedente e que a Missão Militar Brasileira não seria retirada⁴⁷.

Correspondência enviada pelo major Francisco Damasceno Ferreira Portugal, que já fora adido militar no Paraguai, a Negrão de Lima em 19 de dezembro de 1944, demonstra como o Embaixador do Brasil no Paraguai foi importante para a manutenção da MMBIP em Assunção após o incidente. Ferreira Portugal informou que obteve informações junto a Coelho dos Reis, encarregado da correspondência secreta de Eurico Gaspar Dutra. Dutra teria tomado conhecimento do incidente, em primeiro lugar, por intermédio de Ladário, em conversa pessoal. Após, leu o relatório de Negrão de Lima para o Ministério das Relações

⁴³ BRASIL. Embaixada de Assunção CONFIDENCIAL 476 520.0 (43) 1944.

⁴⁴ BRASIL. Embaixada de Assunção 167 1944; BRASIL. Embaixada de Assunção 175 (1944).

⁴⁵ BRASIL. Embaixada de Assunção 158 (1944).

⁴⁶ BRASIL. Embaixada de Assunção 178 (1944).

⁴⁷ BRASIL. Embaixada de Assunção 159 (1944).

Exteriores. Num primeiro momento, inclinou-se à retirada da Missão, seguindo a opinião de Ladário. Do relatório de Negrão de Lima:

Ficou em grande e agradável destaque o capítulo em que o senhor esclarece os resultados presentes e futuros da nova política do Brasil face ao Paraguai, e o inexplicável de se alterá-la em virtude de um incidente desprezível, que teria passado despercebido se não fora a falta de habilidade e tato do Ladário, que agiu por própria conta quando o destino afastou o senhor para Belo Horizonte⁴⁸.

Ferreira Portugal comentou que Dutra decidiu manter a missão no Paraguai, uma vez que a sua retirada seria inoportuna “Pelo perigo de ficar marcado o seu nome, em todos os tempos, com o estigma de tão escabroso incidente”⁴⁸. Outro ponto interessante mencionado por Ferreira Portugal foi “[...] a consideração de que os EE.UU. obtiveram do Paraguai a promessa de não contratar novas missões militares quando deixarem o país as atualmente existentes.”⁵¹. Assim, se a Missão Militar Brasileira se retirasse do Paraguai não haveria, pelo menos no momento, possibilidade de envio de uma nova missão, após o esquecimento do incidente, já que os norte-americanos desejavam exclusividade nessa área.

Assim, o desfecho do episódio foi o retorno do acusado ao Brasil, o afastamento de Ladário Telles da chefia da Missão, tendo a sua partida ocorrido em 11 de fevereiro de 1945⁴⁹, e a manutenção da MMBIP em solo guarani.

Pouco importa o ocorrido em si. A acusação poderia ser verdadeira ou caluniosa. O relevante nesse episódio é o que ele revela a respeito da importância da MMBIP naquele momento.

Houve sugestão no relatório de Tasso Fragoso de que a acusação teria sido uma espécie de vingança do ex-ordenança do acusado, por ele despedido⁵⁰. Ferreira Portugal declarou em sua carta a Negrão de Lima que “[...] pelo que sei a respeito do [acusado], trata-se de uma calúnia que deveria ficar circunscrita ao seu infecto nascedouro.”⁵¹.

Tudo indica que, de fato, Ladário Telles, agiu com precipitação ao exigir uma sindicância e permitir que o fato tomasse maiores proporções. Houve a infeliz coincidência da ausência do hábil Negrão de Lima no momento em que ocorreu a denúncia. A importância do Embaixador fica patente quando se verifica que ele chegou no dia 17 de novembro,

⁴⁸ CPDOC-FGV. Arquivo Negrão de Lima. Atividade Diplomática. (19 de dezembro de 1944).

⁴⁹ Ládario Telles foi exonerado do comando da missão em 4 de janeiro de 1945, por motivo da promoção. No mesmo dia, foi nomeado comandante o tenente-coronel Inima Siqueira (CORREIO DA MANHÃ, 5 jan. 1945).

⁵⁰ BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL (18 de novembro de 1944).

⁵¹ CPDOC-FGV. Arquivo Negrão de Lima. Atividade Diplomática. (19 de dezembro de 1944).

encontrando as autoridades militares brasileiras e paraguaias de relações cortadas, e já no dia 18 obteve a nota que comunicava a exclusão dos soldados paraguaios denunciantes.

O mal entendido ocorreu por razões patrióticas. Desde a instalação da missão, há muitas referências na documentação à necessidade de tomar cuidado com esse aspecto nas relações com os paraguaios. Negrão de Lima ao relatar a Pedro Leão Velloso o desentendimento entre Ladário e Benitez Vera assim compreendeu:

Esse entendimento não foi bem sucedido. Ou porque o Comandante Benitez Vera não houvesse compreendido as intenções do Major Ladário, ou porque a questão parecesse ter sido colocada no plano da solidariedade patriótica, respondeu ele em termos que desagradaram profundamente. Teria o Coronel Benitez Vera aludido ao assunto de maneira pouco lisonjeira para o [acusado] e declarado que a palavra de um humilde soldado paraguaio para ele valia tanto quanto a do oficial brasileiro.⁵²

No telegrama do Ministério das Relações Exteriores de 7 de dezembro, com o parecer de Dutra há alusão à “[...] uma intriga preparada para forçar a retirada da Missão, que não é simpática a certos elementos.”⁵³. Que elementos seriam esses? Os argentinos, sempre incomodados com a presença da MMBIP? Militares que desejavam a troca da missão brasileira por uma norte-americana?

O incidente de 1944 demonstra a importância da Missão para as relações bilaterais. O empenho para que o caso fosse encerrado e para que a missão permanecesse em solo paraguaio foi dos diplomatas, especialmente de Negrão de Lima e de Tasso Fragoso. Se a solução tivesse ficado nas mãos dos militares, talvez a MMBIP tivesse sido encerrada naquele momento, com apenas dois anos de existência. Ladário tomou o caso como uma ofensa pessoal e tentou influenciar Dutra no sentido de retirar a missão. Dutra, pelas informações que temos, inclinou-se à retirada da missão. Julgamos que o empenho de Negrão de Lima junto a Pedro Leão Velloso foi fundamental no sentido da manutenção da MMBIP em ação.

A principal consequência prática do incidente de 1944 foi a saída de Ladário Telles do comando da missão. As circunstâncias nada lisonjeiras foram encobertas por enorme quantidade de homenagens e elogios. Houve recepções promovidas no Círculo Militar e Naval pelo Ministro da Defesa e, na Divisão de Cavalaria, pelo seu comandante. Também houve um banquete na Embaixada brasileira oferecido por Negrão de Lima. Ladário recebeu de Vivente Machuca o *brevet* e diploma de oficial do Estado Maior do Exército paraguaio⁵⁴.

⁵² BRASIL. Embaixada de Assunção. CONFIDENCIAL 476 520.0 (43) (1944).

⁵³ BRASIL. Embaixada de Assunção 158 (1944).

⁵⁴ BRASIL. Embaixada de Assunção. RESERVADO 54 520.0 (43). (19 de fevereiro de 1945).

Benitez Vera foi eloquente em seu discurso:

O Brasil, dando um magnífico exemplo de altruísmo nos enviou essa benemérita Missão de amizade e de concórdia confirmando assim as palavras de seu ilustre mandatário, o Dr. Getúlio Vargas, quando disse no Palácio López na ocasião de sua visita ao nosso país: “Venho visitar um amigo e se em algo posso servir-lhe terei a honra de fazê-lo sem nenhuma outra remuneração que a sua amizade” (EL PARAGUAYO, 13 fev. 1945).

Ladário respondeu à altura:

Não tardarão de concretizar-se esses fraternos propósitos de cooperação. A Missão Militar Brasileira foi uma de suas primeiras sementes. Creio, meus amigos, poder ter orgulho de declarar ao Exmo. Senhor Presidente Getúlio Vargas ao regressar à minha pátria, que a semente já se transformou em dulcíssimo fruto. (EL PARAGUAYO , 13 fev. 1945).

Exaltou a sua amizade com Benitez Vera:

O contato quase cotidiano que tivemos fizeram de nós dois grandes amigos. É com esse puro sentimento de amizade que agradeço todas as cavalheirescas provas de apreço com que vós e vossa digníssima esposa nos distinguiram nesses três felizes anos. (EL PARAGUAYO, 13 fev. 1945).

Negrão de Lima comentou com Pedro Velloso que Ladário mudara de opinião a respeito da permanência da MMBIP em Assunção. Ele estaria convencido [Ladário] da necessidade de permanência da, cujos objetivos deviam ser mesmo ampliados e que, ao chegar ao Rio, transmitiria tal pensamento ao Ministro da Guerra. O Embaixador destacou que “[...] se o ex-chefe da missão militar se agastara durante o curso do incidente, também não eram menores as queixas que contra o seu modo de agir formulavam as autoridades locais.”⁵⁵. Negrão de Lima festejou o desfecho favorável do incidente que quase encerrou a estada da MMBIP em Assunção:

Felizmente, nosso governo resolveu, com sabedoria, a crise esboçada, e tudo passou. Menos de três meses foram o bastante para a completa retificação de conclusões e juízos formados na temperatura cálida da primeira hora, e a nossa missão militar prossegue na sua tarefa, cercada de apoio, de apreço e de simpatias gerais. A caravana continua, enfim, a sua marcha imperturbável⁵⁵.

Ladário foi para Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, comandar uma unidade. No início de fevereiro de 1945, chegou a Assunção o tenente-coronel Inima Siqueira, novo comandante.

⁵⁵ BRASIL. Embaixada de Assunção. RESERVADO 54 520.0 (43). (19 de fevereiro de 1945).

5.2.3 O Acordo da Missão Militar

Até 1948, a Missão Militar Brasileira permaneceu no Paraguai sem nenhum instrumento de regulamentação. Entre abril e novembro desse ano, uma complexa negociação envolvendo as Forças Armadas e a diplomacia dos dois países, bem como a missão militar americana, resultou no acordo que regulou a missão até seu encerramento em 1994.

Por que somente em 1948 surgiu essa necessidade, se a Missão operava desde 1942? A resposta parece estar no telegrama de Raul Fernandes para a Embaixada de Assunção de 3 de dezembro de 1947.

Segundo consta, o governo paraguaio está decidido a dispensar os serviços que a Missão Militar Brasileira de Instrução presta nesse país. Essa decisão se prenderia ao propalado acordo que aparentemente existe entre os presidentes Domingo Perón e Higinio Morínigo. Não necessito esclarecer a Vossa Excelência ser de muito interesse para nós que a referida Missão Militar permaneça em Assunção. Nesse sentido Vossa Excelência deve envidar todos os esforços tendo em vista sempre a necessidade de um contrato assinado entre os governos brasileiro e paraguaio afim de que nossos militares possam continuar tranquilamente no seu trabalho de instrução militar. As negociações para esse efeito só deverão ser abertas depois da conveniente sondagem. Rogo a Vossa Excelência o especial obséquio de nos trazer ao corrente deste assunto⁵⁶.

Barbosa Carneiro, todavia, julgava que esses comentários eram boatos espalhados por inimigos de Morínigo. Ele comunicou a Raul Fernandes que, na entrevista com o general Morínigo em outubro de 1947, Perón teve o ensejo de oferecer-lhe a vinda ao Paraguai de uma missão militar argentina.

O Presidente Morínigo ponderou que este país já possui duas missões militares estrangeiras, americana e brasileira, cujo trabalho tem sido muito satisfatório, e que não lhe parecia oportuna mais uma missão estrangeira. Propôs então o presidente Perón que os oficiais paraguaios fossem enviados à Argentina para frequentar as respectivas escolas militares o que foi aceito pelo general Morínigo. Este declarou-me hoje que resolveu convidar o Major Antonio Henrique Almeida de Moraes, membro da nossa Missão Militar, para assessorar o Estado Maior Geral e para elaborar uma reforma do Ministério da Defesa Nacional. Ajuntou que ele não poderia dar maior prova de confiança ao Brasil e que os serviços do major Moraes no Estado Maior teriam o caráter de uma colaboração pessoal com o Comandante em Chefe visto não lhe ser possível dar ostensivamente tal tarefa devido ser esse um setor já confiado à Missão Norte-Americana. Ponderei ao presidente que não desejávamos fosse feita coisa alguma que pudesse, de algum modo, melindrar os oficiais americanos que servem aqui. O Presidente declarou-me que havia considerado isso e que por esta razão o encargo do major Moraes teria um caráter confidencial. Penso que Vossa Excelência concordará comigo sobre a conveniência do Ministério da Guerra examinar esse aspecto delicado da questão tendo em vista evitar o risco de haver indiscrições e de ser eventualmente considerada pela Missão

⁵⁶ BRASIL. Embaixada de Assunção SECRETO 148. (3 de dezembro de 1947).

Militar americana uma interferência da nossa Missão nas atribuições que lhe foram expressamente reservadas⁵⁷.

Mesmo assim, a preocupação de Raul Fernandes reitera a importância da MMBIP para as relações diplomáticas. Ao que tudo indica se não fosse por iniciativa diplomática, a missão teria permanecido sem regulamentação por mais tempo.

Em 18 de fevereiro de 1948, Julio Augusto Barbosa Carneiro, Embaixador do Brasil no Paraguai, encaminhou ao Ministro das Relações Exteriores e Culto do Paraguai, Cesar Vasconcellos, um *aide-memoire*, solicitando que o governo paraguaio consultasse o governo dos Estados Unidos a respeito do futuro contrato da MMBIP, já que haveria essa previsão no contrato da missão americana⁵⁸. Em mensagem de 20 de fevereiro a Raul Fernandes, Barbosa Carneiro respondeu o telegrama de 14 de fevereiro, quando Raul Fernandes comunicara que “O Departamento de Guerra dos Estados Unidos da América acaba de manifestar não ter objeção alguma ao contrato brasileiro, uma vez que suas cláusulas não colidiam com as do contrato da Missão Militar Americana no Paraguai”⁵⁹. Na sequência, Barbosa Carneiro informou que conversara no dia 18 com Higíno Morínigo e que o presidente concordava com a celebração do contrato. Assim, antes que o governo paraguaio consultasse o governo norte-americano a respeito do contrato, o Brasil já o fizera e obtivera um parecer positivo.

As tratativas com o governo norte-americano prosseguiram. Em 30 de abril, Barbosa Carneiro enviou telegrama a Raul Fernandes relatando reunião com o Embaixador e militares americanos para exame do anteprojeto do contrato nesse mesmo dia. Relatou também que soube pelo Embaixador norte-americano que o governo paraguaio solicitara a designação de um oficial para servir como consultor militar do Comandante em Chefe das Forças Armadas da Nação⁶⁰.

Na mensagem de 3 maio de 1948, Barbosa Carneiro relatou de forma pormenorizada a reunião ocorrida em 30 de abril na Embaixada dos Estados Unidos para examinar o anteprojeto de contrato da MMBIP “[...] tendo em vista harmonizá-lo com o contrato já existente da Missão Militar Americana.”⁶¹.

A reunião contou com a presença do Embaixador dos Estados Unidos no Paraguai, dos chefes da Missão Militar e da Missão Aeronáutica Americana, e do o chefe da MMBIP,

⁵⁷ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 375. (10 de dezembro de 1947).

⁵⁸ BRASIL. Embaixada de Assunção. RESERVADO 23 520.0 (43). (20 de fevereiro de 1948).

⁵⁹ BRASIL. Embaixada de Assunção SECRETO. (6-14 de fevereiro de 1948).

⁶⁰ BRASIL. Embaixada de Assunção SECRETO. 54 (30 de abril de 1948).

⁶¹ BRASIL. Embaixada de Assunção RESERVADO 72.580.0 (43). (3 de maio de 1948).

coronel Oromar Osório. Barbosa Carneiro informou ter havido acordo completo sobre o anteprojeto.

Em 21 de maio, Barbosa Carneiro informou a Raul Fernandes que encaminhou ao Ministro das Relações Exteriores e Culto do Paraguai o projeto de contrato da MMBIP⁶². Em seguida, alguns percalços surgiram com o governo paraguaio. Em 30 de junho, Barbosa Carneiro enviou um longo telegrama ao Ministério das Relações Exteriores. Em audiência nesse dia com o Ministro das Relações Exteriores e Culto do Paraguai, Victor Morínigo, o Embaixador mencionou o contrato da MMBIP. O ministro informou que teve longa conferência há poucos dias com o Ministro da Defesa Nacional, Rolón, e com o Comandante em Chefe das Forças Armadas, Villasboa, e eles sugeriram a celebração do contrato após a posse do novo governo. O Embaixador ponderou que não se tratava de situação nova, mas de regularizar uma já existente. O ministro replicou que os militares receavam que a Argentina pedisse imediatamente a conclusão de contrato análogo. Barbosa Carneiro disse que não imaginava que os argentinos pleiteassem a vinda de “Uma missão para setor já confiado à Missão brasileira”. Já havia uma missão naval argentina. O interesse da Argentina deveria ser quanto a essa missão naval, que não tinha contrato. Declarou:

- a) que o Brasil não pleiteava outra coisa senão sistematizar o que existia, portanto não pretendia outros setores para a nossa missão;
- b) que, em sua opinião, não haveria objeção da nossa parte a que o Paraguai celebrasse contrato com a Argentina, desde que este não afetasse o setor da missão brasileira.

O ministro ficou de trocar ideias com o presidente eleito sobre a conclusão imediata do contrato e de voltar a tratar com os militares, acrescentando que se propunha a discutir também o assunto com o Embaixador Americano⁶³.

Tudo indica que os militares desejavam protelar a assinatura do contrato. Por que temiam que a Argentina quisesse assinar contrato análogo, se a missão americana já tinha contrato e a brasileira estava prestes a concluí-lo? Receavam algum tipo de pressão?

No final do telegrama, Barbosa Carneiro⁶³ indicou outra possibilidade para essa hesitação: “Não me admiraria que alguns elementos políticos ou quiçá militares queiram agora especular para obter favores de natureza diferente em troca da conclusão do contrato. Vou imediatamente entrar em contato direto com os generais Rolón e Villasboas, voltando

⁶² BRASIL. Embaixada de Assunção RESERVADO 81 520.0 (43). (21 de maio de 1948).

⁶³ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 84. (30 de junho de 1948).

em breve ao assunto.”. Ao que tudo indica, “favores de natureza diferente” consistiam em suborno.

Em 1º de julho de 1948, Barbosa Carneiro informou ao Ministério das Relações Exteriores ter conversado com o Ministro da Defesa Nacional, Rolón, que lhe disse que da parte do Exército “não há dúvida alguma quanto à celebração do contrato” e que fora o Ministro do exterior que sugerira a assinatura após a posse do novo governo. Nesse momento, o Estado Maior do Exército paraguaio já havia entregado suas manifestações sobre o contrato ao Ministério do Exterior⁶⁴. No dia 12, Victor Morínigo enviou para o Embaixador as observações a respeito do contrato e sugeriu a realização de uma reunião com a presença dos membros de MMBIP e das autoridades militares paraguaias⁶⁵.

Houve duas reuniões, uma no dia 19, no Ministério das Relações Exteriores e Culto, e outra no dia 23, na Embaixada do Brasil, quando foram concluídas as negociações. Optou-se pela substituição do termo “contrato” por “acordo”, para que ficasse igual ao celebrado com o governo dos Estados Unidos⁶⁶. O acordo foi assinado em 3 de agosto de 1948.

A partir da assinatura, a preocupação da diplomacia brasileira passou a ser com a sua ratificação. Em 8 de agosto, Barbosa Carneiro enviou telegrama ao Ministério das Relações Exteriores relatando descontentamento argentino com o acordo:

O Embaixador argentino mostrou-se muito irritado com a assinatura do Acordo sobre a nossa Missão Militar. Estou informado de que pouco depois da assinatura, o Ministro das Relações Exteriores e Culto recebeu um telegrama do Embaixador paraguaio em Buenos Aires insistindo para que não fosse concluído dito Acordo, o qual criaria muito má impressão nos meios oficiais argentinos, conforme ele explicaria de viva voz ao chegar aqui na semana que vem. Referindo-se à visita que lhe fizera o Embaixador Arriola⁶⁷ e ao fato deste ter se declarado “molestado” por não haver sido prevenido, o Ministro das Relações Exteriores e Culto assim se expressou: “os Embaixadores argentinos consideravam-se até agora como procônsules em Assunção e sempre agiram em conformidade com essa concepção das suas funções. O Acordo com o Brasil é o primeiro ato que firmamos sem preliminarmente ouvir o governo argentino”. Sei que funcionários da Embaixada argentina também se queixaram a amigos paraguaios da desatenção deste governo. Tão manifesto mau humor pode repercutir em certos meios influentes de modo a retardar ou mesmo impedir a ratificação. Considero que isso seria de grande efeito se Vossa Excelência fizesse sentir ao Embaixador do Paraguai aí o empenho do governo brasileiro pela imediata ratificação, isto é, antes da Câmara de Representantes entrar em férias no fim deste mês⁶⁸.

⁶⁴ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 85. (1 de julho de 1948).

⁶⁵ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 123 520.0 9 (43). Anexo 1. (12 de julho de 1948).

⁶⁶ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 126 520.0 (43). (23 de julho de 1948).

⁶⁷ Isaac Arriola, Embaixador da Argentina no Paraguai.

⁶⁸ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 108. (8 de agosto de 1948).

Em 21 de agosto, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil informou a Barbosa Carneiro de que era praxe não submeter ao Congresso Nacional acordos relativos a contratos de missões militares, por se tratar de assunto dentro das atribuições do Poder Executivo⁶⁹. Alguns dias depois, chegaram informações mais detalhadas. A carta de ratificação seria assinada pelo Presidente da República e enviada à embaixada do Paraguai para a respectiva troca. O Ministério das Relações Exteriores ressaltou que ratificação não pressupunha necessariamente aprovação pelo congresso e sugeriu que Barbosa Carneiro diligenciasse para que o governo paraguaio procedesse de maneira análoga para evitar a demora da aprovação no Congresso paraguaio. “Tememos, entretanto, que uma *démarche* diplomática nesse sentido possa por em perigo a existência do Acordo, sobretudo se chegasse a ser explorada pelos argentinos”⁷⁰. Barbosa Carneiro optou por abster-se de indicar procedimentos aos paraguaios. No dia 28, ele informou ao Ministério das Relações Exteriores que no dia anterior o governo do Paraguai enviou à Câmara de Representantes e ao Conselho de Estado a mensagem submetendo à ratificação o acordo sobre a missão militar.

Tenho a convicção de que a ratificação se processará rapidamente. A imprensa publicou nota, de evidente caráter oficioso, noticiando o fato e referindo-se ao acordo em termos muito favoráveis. Considero vantajoso para nós o procedimento adotado, pois a aprovação pela Câmara dos Deputados nos põe ao abrigo de qualquer surpresa [...]”⁷¹.

Em 8 de novembro, a embaixada em Assunção cobrou do Ministério das Relações Exteriores o instrumento de ratificação, afirmando que “O Ministro das Relações Exteriores, apesar de suas conhecidas inclinações antibrasileiras, reafirmou hoje, em sua primeira audiência ao Corpo Diplomático, sua amizade por nós.”⁷². No dia 26, Barbosa Carneiro cobrou o instrumento de ratificação “com a máxima urgência”⁷³. No dia seguinte, um telegrama do Ministério das Relações Exteriores informou que o instrumento havia sido enviado por via aérea no dia 25⁷⁴.

Ao mesmo tempo em que trabalhava pela ratificação do acordo, Barbosa Carneiro tentava obter informações sobre a repercussão do acordo junto ao governo argentino. Essas mensagens são interessantes, pois revelam certa paranoia com respeito às relações com a

⁶⁹ BRASIL. Embaixada de Assunção SECRETO 53. (21 de agosto de 1948).

⁷⁰ BRASIL. Embaixada de Assunção SECRETO 54. (24 de agosto de 1948).

⁷¹ BRASIL. Embaixada de Assunção/SECRETO 121. (28 de agosto de 1948).

⁷² BRASIL. Embaixada de Assunção SECRETO 167. (8 de novembro de 1948).

⁷³ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 176. (26 de novembro de 1948).

⁷⁴ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 78. (27 de novembro de 1948).

Argentina. Em 26 de agosto, Barbosa Carneiro escreveu para o Ministério das Relações Exteriores:

Seria interessante se o Embaixador Ouro Preto soubesse do Deputado chileno Enrique Cañas Flores, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e do antigo ministro Plenipotenciário Gallardo Nieto o que ouviram em Buenos Aires a respeito do Acordo sobre a nossa Missão Militar no Paraguai. Ambos vieram assistir à posse do senhor Natalício Gonzalez. Consta-me que se referiram ao assunto dizendo que os argentinos se mostram muito irritados⁷⁵.

Em 8 de setembro o Ministério das Relações Exteriores respondeu:

Em resposta ao seu telegrama nº 118. O Embaixador Ouro Preto informa que Enrique Cañas Flores, com quem toda intimidade [sic], lhe disse ignorar Missão Militar Brasileira no Paraguai e nunca ter ouvido referências a esse respeito, nem em Assunção, nem em Buenos Aires. Enrique Galando Nieto também declarou que não sabe do que se trata⁷⁶.

No dia seguinte, Barbosa Carneiro se justificou: “Devo informar Vossa Excelência de que o assunto do meu telegrama nº 118 me foi revelado pelo Embaixador do Chile aqui, o qual me pediu a máxima reserva”⁷⁷.

Resta-nos agora discutir as alterações feitas no acordo ao longo de sua negociação. O anteprojeto que começou a ser discutido em abril de 1948 contava com 29 artigos. Muito elucidativa para a compreensão das relações interamericanas na época, a intensa participação da missão militar americana na negociação do projeto. A primeira reunião geral, em 30 de abril, ocorreu na embaixada dos Estados Unidos com a finalidade de harmonizar o projeto de acordo brasileiro com o acordo que regia a missão militar americana no Paraguai. Mas a participação americana ocorreu em outros momentos. Em telegrama de 19 de maio, Barbosa Carneiro relatou ao Ministério das Relações Exteriores “entendi-me com os americanos que concordaram em incluir a expressão “da tropa”, no artigo 1º sugerida pelo Estado Maior do Exército, assim como suprimir o artigo 20, e elevar para dois anos o prazo após o qual pode ser rescindido o contrato. Favor comunicar o chefe do estado Maior”⁷⁸.

Esse telegrama é interessante, pois apreendemos a forma como foi elaborado o anteprojeto. Ele foi elaborado na Embaixada do Brasil em Assunção em conjunto com membros da MMBIP. Foi enviado ao Estado Maior no Rio de Janeiro para sugestões e passou também pelo crivo da missão militar americana.

O artigo 1º do anteprojeto recebeu os acréscimos que estão em negrito.

⁷⁵ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 118. (26 de agosto de 1948).

⁷⁶ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 57. (8 de setembro de 1948).

⁷⁷ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 130. (9 de setembro de 1948).

⁷⁸ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 64. (19 de maio de 1948).

A Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP) tem por finalidade cooperar com o Comandante em Chefe das Forças Armadas do Paraguai na organização e instrução de formação e de aperfeiçoamento dos quadros e **da tropa**, das Armas e serviços da Primeira Divisão de Cavalaria, Regimento de Artilharia 1 “General Brugez”, nas Escolas: militar, **no que concerne à seção terrestre**; Nacional de Educação Física e de Saúde Militar; cursos de transmissões, de Educação Física e de aplicação naquelas unidades e estabelecimentos, mediante entendimento entre o Chefe da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai e o Comandante em Chefe das Forças Armadas do Paraguai⁷⁹.

O artigo 20 que foi suprimido dizia que “O governo do Paraguai proporcionará também assistência médica e odontológica, bem como hospitalização, aos membros da Missão e suas respectivas famílias”⁷⁹. A outra modificação foi no artigo 29 do anteprojeto (artigo 28 do Acordo) que estabelecia que “[...] decorrido um ano de vigência, o presente contrato poderá ser rescindido, em qualquer momento, por iniciativa de um dos contratantes, mediante aviso prévio de seis meses.”⁷⁹. No acordo, o prazo ficou em dois anos para a rescisão.

Em 15 de julho, Barbosa Carneiro enviou para Raul Fernandes as modificações propostas pelo governo do Paraguai⁸⁰. A primeira modificação proposta era no artigo 18 com respeito aos automóveis e combustíveis para a missão. O anteprojeto dizia [o governo do Paraguai proporcionará] meios de transporte, inclusive motoristas para o automóvel do Chefe e demais veículos a serviço da Missão⁷⁹. Os paraguaios sugeriam: “meios de transporte, inclusive motorista para o automóvel do Chefe da Missão e uma cota de combustível e lubrificante para o uso da MMBIP”⁸⁰. No acordo, o artigo 19 ficou com redação mais detalhada “[...] quatro viaturas para o transporte, inclusive motorista para o automóvel do Chefe da Missão e cota de combustível e lubrificante para uso da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai.” (ACORDO..., 1942).

A seguinte sugestão dizia respeito ao artigo 27 do anteprojeto segundo o qual o contrato seria válido por quatro anos, a contar de sua assinatura⁷⁹. Os paraguaios sugeriam dois anos⁸⁰. Nas negociações posteriores, prevaleceu a sugestão brasileira, de modo que, no texto final do acordo, ficaram estabelecidos quatro anos da data da troca de instrumentos de ratificação, a qual teria lugar em Assunção⁸⁰. A outra sugestão paraguaia foi acatada e incorporada no artigo 5º do acordo pelo qual:

⁷⁹ BRASIL. Embaixada de Assunção. RESERVADO 72.580.0 (43). E Anexo o anteprojeto do contrato (3 de maio de 1948).

⁸⁰ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 123 520.0 (43). (15 de julho de 1948).

Cada membro da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai comprometer-se-á a não divulgar, nem revelar por meio algum a qualquer Governo estrangeiro, ou a pessoa alguma, qualquer segredo nem assunto confidencial que possa chegar ao seu conhecimento em sua qualidade de membro da Missão. Este compromisso continuará vigente mesmo depois de findo o serviço de cada membro da Missão a após a expiração ou denúncia do presente Acordo ou qualquer prorrogação do mesmo (ACORDO..., 1942).

É uma cláusula de sigilo, segundo Barbosa Carneiro, idêntica ao artigo 21 do contrato da Missão Militar Norte-Americana no Paraguai⁸¹.

Na mensagem de 15 de julho de 1948, Barbosa Carneiro fez referência a uma demanda paraguaia que não estava nos artigos enviados pelo Ministério das Relações Exteriores e Culto. Ele informou que “[...] o governo paraguaio deseja [...] salvaguardar sua liberdade de escolha dos professores e instrutores da Escola Militar, assunto, este último, de grande importância para a nossa Missão, muito justificadamente ciosa de manter o controle dos setores que até o presente lhe estão afetos”⁸¹. No acordo da missão militar não consta nada sobre liberdade de escolha para professores e instrutores da Escola Militar. Tal tema deve ter sido tratado nas reuniões de 19 e 23 de julho. Provavelmente, o acerto quanto a isso foi informal.

Infelizmente, não há relatos de oficiais da MMBIP no período entre 1942 e 1948. O único relato por nós localizado foi o do General Aluísio Budó, tenente-coronel quando serviu na MMBIP entre 1972 e 1974. Ele confirma a grande ligação entre os oficiais da missão e a embaixada de Assunção, na época ocupada por Fernando Ramos de Alencar. Ele afirma que os integrantes da missão tinham duas funções principais: assessorar o comandante da 1ª divisão de cavalaria “general Bernardino Caballero”, que na época era o general Andrés Rodríguez, futuro presidente do Paraguai. Assim como no período nacionalista, a 1ª divisão de cavalaria era fundamental para o equilíbrio político da nação. A segunda função era lecionar na Escola de Aplicação, que seria o equivalente paraguaio da Escola de Aperfeiçoamento (BUDÓ, 2000, p. 200-203). Ele conta que a instrução era complicada, pois ao contrário do Brasil, onde há divisão por arma na instrução, no Paraguai, os alunos ficavam misturados. Comenta o uso da “cola”, intolerável nos estabelecimentos militares do Brasil, mas que é tolerado no Paraguai, pois “[...] não estávamos lá para corrigir desníveis educacionais e, sim, para melhorar a instrução daquela Força Armada.” (BUDÓ, 2000, p. 210). Interessante também, o comentário feito pelo general Budó sobre a troca de comandante da MMBIP em 1973, quando um coronel “talhado para a função” foi substituído por outro

⁸¹ BRASIL. Embaixada de Assunção. SECRETO 123 520.0 (43) (15 de julho de 1948).

sem os mesmos talentos e “começamos a ter problemas no público interno e no público externo, ou seja, o exército paraguaio” (BUDÓ, 2000, p. 212). Relatando alguns problemas criados pro esse chefe, ele escreve:

O ensinamento a ser obtido é que o Estado Maior do Exército ao escolher oficiais para chefias ou aditâncias, no exterior, não deve se ater a graus escolares da AMAN, EsAO ou ECEME. Deve ser levado em conta o estamento familiar, a situação dos dependentes, a facilidade em manter relações sociais, o comportamento em público, o gosto ou pendor por bebidas alcoólicas, etc. (BUDÓ, 2000, p. 213).

Ele conta também que todas as quintas feiras, o comandante da MMBIP encontrava-se com Stroessner e quando não havia nada a ser despachado, trocavam amenidades e notícias sobre o Brasil (BUDÓ, 2000, p. 212).

Um único relato, baseado em memórias, não é uma fonte histórica das mais idôneas. Contudo, na ausência de outras fontes, o relato do general Budó assume status de preciosidade. É possível ter uma ideia a respeito do cotidiano dos oficiais da MMBIP, suas relações com os diplomatas, com o Exército e com o governo paraguaio.

5.3 DIPLOMATAS E MILITARES: NEGRÃO DE LIMA E LÁDARIO TELLES.

Eduardo Svartman no trabalho *Diplomatas, políticos e militares* reflete sobre o papel de sujeito histórico complexo dos formuladores e executores da política externa brasileira do Estado Novo, tomando como ponto de partida a inserção desse sujeito. Isso inclui tanto analisar as estruturas políticas e econômicas da época, quanto às relações sociais a que ele está associado (SVARTMAN, 1999, p. 20). Com respeito às relações sociais, o autor analisa dimensões de classe, grupo e estamento burocrático. Nesse contexto, ele constrói o conceito de elite diplomática brasileira, que compreende diplomatas, políticos e militares que atuavam na política externa brasileira.

“A inserção estrutural e social do sujeito fornece os parâmetros para a análise da sua ação, que se desenvolve tanto no nível do agir – consistindo no processo de tomada de decisões – quanto ao nível do pensar – abarcando, então as formas de representação do real elaboradas.” (SVARTMAN, 1999, p. 20). O objetivo do autor é entender as visões da elite diplomática brasileira sobre a Argentina na época. Nosso objetivo aqui é mais modesto, uma vez que tal tema poderia resultar em um trabalho autônomo. Quem eram e como agiam os membros da elite diplomática brasileira que atuaram nas relações bilaterais entre Brasil e Paraguai entre 1939 e 1948? Para responder essa pergunta, possuímos limitações impostas por

nossas fontes. Limitaremos nossa análise ao Embaixador Negrão de Lima e ao major Ladário Telles, o primeiro Embaixador do Paraguai e o primeiro chefe da MMBIP.

Como lembra Svartman, o caráter centralizador e personalista da administração Vargas, fazia com que nem sempre os Embaixadores fossem incluídos nas esferas de tomada direta de decisão, mas,

As informações, pareceres, consultas e relatórios por eles enviados das legações se constituíam em importante instrumento no processo de determinação dos problemas e de escolha de diretrizes a serem implementadas, tanto na área econômica quanto na cooperação política e militar internacional. (SVARTMAN, 1999, p. 64).

No período em estudo houve sete responsáveis⁸², entre encarregados de negócios e Embaixadores, pela Legação brasileira no Paraguai: Lafayette de Carvalho e Silva (1935-1949), Antônio de Vilhena Ferreira Braga (1938-1942), Protásio Batista Gonçalves (1940-1942), Francisco Negrão de Lima (1942-1946), José Fabrino de Oliveira Baião⁸³ (1946-1947), Isauro Regueira (outubro 1946 - março 1947) e Júlio Augusto Barbosa Carneiro (194-1950). Dos sete, cinco eram diplomatas de carreira, um era político (Negrão de Lima) e um era militar (Isauro Regueira). Pela formação, todos pertenciam à classe dominante, embora essa não fosse monolítica. Temos, portanto, na maior parte do período estudado, um político na embaixada brasileira em Assunção. Essa é uma peculiaridade que deve ser explorada⁸⁴.

Francisco Negrão de Lima chegou a Assunção no final ago.1942. Foi o primeiro Embaixador brasileiro no Paraguai. Nascido em 1909, em Minas Gerais, formou-se em direito. Mas exercia paralelamente a profissão de jornalista. Em 1929, se filiou à Aliança Liberal. Teve atuação como jornalista até 1933, quando foi eleito deputado constituinte pelo Partido Progressista (PP) de Minas Gerais. Em outubro de 1934, foi eleito deputado federal para a primeira legislatura ordinária após a Revolução de 1930, iniciada em maio de 1935, sempre pelo PP mineiro. Foi com o Estado Novo que Negrão de Lima obteve projeção política. Em 27 de outubro de 1937, com o golpe do Estado Novo já marcado para 15 de novembro, teve início a denominada “Missão Negrão de Lima”: consistia em contatar os governadores do Norte e Nordeste, comunicando as medidas em preparação e especulando as suas posições a respeito do golpe. “Ele deveria falar nada, falar pouco ou falar tudo, a seu

⁸² Há sobreposição de períodos em função das trocas dos encarregados, quando havia substituição por secretários da embaixada.

⁸³ Sobre José Fabrino de Oliveira Baião não encontramos nenhum dado biográfico, apesar da importante atuação que ele teve durante a Missão Negrão de Lima (1947).

⁸⁴ Segundo Svartman, a escolha de aliados políticos para postos diplomáticos possuía uma dupla função: manter colaboradores fiéis do regime em postos de destaque e enviar figuras expressivas para fora do contexto político interno (SVATMAN, 1999, p. 64).

critério, em função da receptividade de cada interlocutor”. Todos os governadores consultados por Negrão de Lima concordaram com o golpe, que acabou sendo antecipado para 10 de novembro. Com a extinção de seu mandato parlamentar, em função do fechamento do Congresso, tornou-se chefe de gabinete de Francisco Campos, Ministro da Justiça. Assumiu, algumas vezes, o Ministério em caráter interino. Em 1941, foi nomeado Embaixador na Venezuela, onde permaneceu até ser designado para Assunção⁸⁵.

A presença de Negrão de Lima em Assunção marcou o período de maior aproximação entre Brasil e Paraguai durante o período nacionalista. Esse cenário só iria se repetir durante o governo Stroessner. Ele era comprometido com o projeto político do Estado Novo e sua designação para o Paraguai, justamente em 1942, mesmo ano da MMBIP, não era um acaso. O contexto era favorável, mas a atuação de Negrão de Lima foi fundamental. Ele tinha muita clareza quanto a algumas peculiaridades da sociedade paraguaia, como o nacionalismo, a desconfiança quanto ao que viesse de fora e o peso dos relacionamentos pessoais. Assim, pautou a sua gestão pela aproximação cultural. Tratou de conhecer a cultura paraguaia e de levar a cultura brasileira, antes praticamente desconhecida, ao Paraguai. As estradas, de ferro e de rodagem, foram fundamentais na aproximação paraguaio-brasileira. Mas eram projetos custosos e dependentes de injunções políticas. A aproximação cultural, hoje chamada *solf power*, teve continuidade mesmo depois do encerramento do período de contexto favorável.

Algumas iniciativas de Negrão de Lima no campo da cooperação cultural: intensificaram-se as viagens de bolsistas paraguaios ao Brasil. Em correspondência para Temístocles da Graça Aranha, então chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do MRE, Negrão de Lima comentou o sucesso do programa de concessão de bolsas de estudo para paraguaios frequentarem cursos universitários, técnicos ou de aperfeiçoamento “Por que tais elementos voltam ao Paraguai com amizade e admiração pelo Brasil”⁸⁶. Idealizou a construção de um prédio para a escola Brasil, que estava situada em instalações precárias. Patrocinou a montagem de uma peça teatral brasileira, de Oduvaldo Viana Filho. Criou um calendário para as comemoração de 7 de setembro. Promoveu a reforma da embaixada brasileira, onde passou a oferecer festas “[...] que ficaram famosas, sendo que uma delas (realizada em maio de 1944) é aqui por todos considerada como a mais bela festa social até hoje vista no Paraguai. Nessa recepção, o Embaixador organizou um programa de danças,

⁸⁵ O verbete explica com maiores detalhes a *Missão Negrão de Lima* do tempo do Estado Novo. LIMA, Negrão de. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://bit.ly/2dHtRvv>>. Acesso em: 22 maio 2016.

⁸⁶ BRASIL. Embaixada de Assunção. RESERVADO. (28 de outubro de 1942).

representações e músicas do folclore brasileiro”⁸⁷. Por iniciativa de Negrão de Lima, no dia 22 de março de 1943, a Rádio Nacional do Paraguai passou a transmitir aulas de português duas vezes por semana, as quartas e sextas, com o professor Guy de Hollanda (EL PARAGUAYO, 23 mar. 1943). Aproveitando a estada de Morínigo no Brasil em maio de 1943, foi criado o Instituto Paraguaio Brasileiro no Rio de Janeiro. O objetivo era propiciar um melhor conhecimento entre os povos irmãos (EL PAIS, 12 maio 1943). Em 1947, houve a inauguração em Assunção do Instituto Cultural Paraguai Brasil, idealizado ainda no período de Negrão de Lima. Foi uma cerimônia que contou com a presença de Morínigo e de altas autoridades (CORREIO DA MANHÃ, 5 nov. 1947).

Negrão de Lima era jornalista. Assim, logo ao chegar a Assunção percebeu que a imprensa local não favorecia as relações entre Brasil e Paraguai. Em correspondência de 16 de outubro de 1942 para Assis Chateaubriand, ele comentou que os despachos das agências de notícias internacionais que possuíam correspondentes em Assunção passavam primeiro por Buenos Aires, onde eram seus escritórios centrais. Assim, os despachos sofriam seleções. Em função disso, julgava conveniente que a imprensa brasileira tivesse correspondentes em Assunção para a comunicação direta com o Rio. Sugeriu o nome de Manuel Gonzáles Ligier como possível correspondente para os “Diários Associados”: “inteligente, hábil, dotado de alto espírito americanista e grande servidor da causa em que agora estamos empenhados”⁸⁸. Ligier era jornalista de origem francesa. Fundou, juntamente com outros estrangeiros, a Legião Civil estrangeira em Assunção em 1933 (VERON, 2011). Em 1956, criou a Aliança Francesa no Paraguai, quando era correspondente da agência France Press (VERON, 2011).

Sua habilidade foi fundamental na solução do incidente de 1944, quanto seu acerto no trato com os militares paraguaios e com o Ministro da Guerra garantiram a permanência da MMBIP em Assunção. Mas seus talentos não foram suficientes para o sucesso de “Missão Negrão de Lima” em 1947. Inclusive, a documentação do Departamento de Estado sugere diferenças entre Negrão de Lima e os diplomatas de carreira, na época José Fabrino e Barbosa Carneiro. Houve uma sugestão por parte de Fabrino de que a missão, excessivamente exposta na imprensa, seria motivada por promoção pessoal (GONZÁLEZ DEL VALLE, 2007, p. 295).

Seus relatórios e despachos eram ponderados e afinados com a orientação oficial da política externa brasileira. Sempre se manifestava de forma favorável ao panamericanismo e

⁸⁷ CPDOC-FGV. Arquivo Negrão de Lima. Atividade diplomática. (31 ago. 1946). Festas são muito importantes no Paraguai. A documentação da MMBIP que se encontra no Rio de Janeiro conta com livros de registro de atividades. É impressionante o número de festas para as quais os oficiais eram convidados durante o ano.

⁸⁸ CPDOC-FGV. Arquivo Negrão de Lima. Atividade diplomática. (16 de outubro de 1942).

contra o nazi-fascismo. E suas considerações sobre a Argentina, de modo geral, não eram alarmistas.

Sua partida de Assunção, em agosto de 1946, foi um acontecimento. Houve um grande banquete oferecido pelo Ministro das Relações Exteriores e culto, Miguel Angel Soler, em nome do governo paraguaio. O ministro declarou que a simpatia com que Negrão de Lima acompanhava as atividades de todos os partidos “[...] era tão viva que cada um de nós tinha a impressão de se achar diante de um correligionário”. O jornal *La Tribuna* destacou em um artigo que “[...] suas relações não se limitavam apenas às oficiais e diplomáticas: iam até o povo, em cujo seio gozava de afeições ilimitadas”. Para *El País*: “Pode-se dizer que o Doutor Negrão de Lima, expressão quintessenciada do novo Brasil culto, generoso, impregnado dos mais nobres e acendrados sentimentos americanistas, reedificou a amizade entre o Brasil e o Paraguai em bases que serão hoje perduráveis e fecundas”⁸⁹. Negrão de Lima conquistou até amizade do historiador nacionalista Juan O’Leary, que escrevia artigos pouco lisonjeiros a respeito da atuação do Brasil na guerra do Paraguai. O’Leary escreveu um artigo no qual afirmou: “se ele foi mais do que justo, generoso comigo, eu lhe dou o que é seu ao repetir que ele foi indiscutivelmente o brasileiro que mais fez pela aproximação das nossas duas pátrias, o mais eficaz agente de reconciliação, o que passou a esponja sobre os últimos vestígios de receios e prevenções”⁹⁰.

Muito diferente foi a partida do então tenente coronel Ladário Telles em fevereiro de 1945. As festividades e os discursos amistosos encobriam o fato de que o militar partia indisposto com a oficialidade paraguaia em função do incidente de 1944. Infelizmente, temos pouco material a respeito da atuação de Ladário Telles como comandante da MMBIP. Sua biografia no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro do CPDOC-FGV sequer menciona o período em que foi chefe em Assunção. Sua atuação profissional, no Paraguai e como militar em geral, era muito elogiada. O general Aluísio Bolívar Budó que foi seu subordinado no 3ª Divisão de Cavalaria de Bagé, em 1957, caracterizou como “muito respeitado, sério, durão, e até um pouco autoritário” e fazia com que seus subordinados “tremessem de medo”, quando ia realizar inspeções (BUDÓ, 2000, p. 116).

O incidente de 1944 sugere que lhe faltou habilidade para tratar justamente com aqueles aspectos que Negrão de Lima conhecia tão bem, no caso o nacionalismo. O comandante Benitez Vera considerou os pedidos de explicações de Ladário uma afronta nacionalista. Sem falar na atitude de exigir uma sindicância num caso tão espinhoso.

⁸⁹ CPDOC-FGV. Arquivo Negrão de Lima. Atividade diplomática. (30 de setembro de 1946).

Apesar das limitações em relação às fontes, os episódios por nós investigados sugerem que havia maior preocupação por parte dos diplomatas do que dos militares em relação à permanência da MMBIP em Assunção. Para os militares, se tratava de uma missão de instrução, na acepção de Alfredo Malan. Os diplomatas tinham clareza em relação à dimensão política da presença da MMBIP, ou seja, seu papel no desenvolvimento de laços com a comunidade paraguaia, e em contrabalançar a presença argentina e norte-americana no Paraguai. Daí o esforço de Negrão de Lima em resolver o incidente de 1944 no sentido da permanência da MMBIP, mesmo com a pouca disposição do Ministro da Guerra.

Como já destacamos, não tivemos acesso aos informes dos adidos militares ao Ministério da Guerra. Mas os poucos que examinamos, anexados às fontes diplomáticas, dão uma ideia da importância dessas fontes ainda inexploradas. O trabalho dos adidos e dos oficiais da MMBIP criaram canais especiais entre os dois exércitos que foram utilizados, inclusive, para fins diplomáticos: uma diplomacia paralela. Foi um processo lento, mas seu início foi justamente nesse período. Essa relação floresceu no período Stroessner, mas seria muito interessante poder explorar mais a sua origem.

5.3.1 Biografias dos demais encarregados de negócios, Embaixadores e militares brasileiros no Paraguai

Lafayette de Carvalho e Silva nasceu em 1881, no Rio Grande do Sul. Formou-se em Direito no Rio de Janeiro e iniciou a carreira diplomática em 1908. Exerceu diversos cargos no Brasil e, em 1921, passou a servir como primeiro secretário e encarregado de negócios na legação brasileira em Varsóvia, na Polônia. Entre 1922 e 1931, foi encarregado de negócios em Portugal. Após, atuou como encarregado de negócios em Buenos Aires (entre 1931 e 1933) e em Oslo, na Noruega. Em 10 abr.1935 foi transferido para Assunção, onde permaneceu até 1940. Em 1941, foi designado Embaixador brasileiro em La Paz, onde permaneceu até 1945. Nesse ano, foi transferido para a Bélgica, onde permaneceu até 1946 quando foi aposentado pelo governo Dutra. Em 1947 tornou-se diretor do Instituto Rio Branco, onde permaneceu até 1955. Faleceu em 15 de dezembro de 1969 (BELOCH; ABREU, 1984a).

Antônio de Vilhena Ferreira Braga nasceu no Rio de Janeiro em 1894. Formou-se em 1915 em Engenharia Civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Ingressou no Itamarati em 1918. Serviu no México (1931-1934), em Haia (1934-1935). Em 1937 foi designado para acompanhar na qualidade de representante do Ministério das Relações Exteriores os trabalhos

da Comissão Mista Brasileiro Paraguaia instituída por acordo celebrado entre os países em junho de 1937. Transferido para Assunção em 1938, atuou como encarregado de negócios por diversos períodos entre 1938 e 1942, substituindo Lafayette de Carvalho e Silva e Protásio Gonçalves. A partir dessa data atuou em diversas comissões por designação do Itamaraty. Serviu na Suécia (1950-1954) e na embaixada do Brasil no Chile (1950-1959). Faleceu em 4 maio 1980 (BELOCH; ABREU, 1984b).

Protásio Batista Gonçalves nasceu em 1886 no Rio Grande do Sul. Formou-se em Medicina pela faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Iniciou a carreira diplomática em 1911, em São Tomé, cidade Argentina na fronteira com São Borja. Em 1927, foi transferido para Buenos Aires, onde permaneceu até setembro de 1931. Foi designado para Montevidéu, onde permaneceu até julho de 1932. Em setembro, retornou para Buenos Aires, onde permaneceu até 1939. Após um período no Rio de Janeiro, em março de 1940, foi designado para Assunção, onde serviu até junho de 1942. Faleceu no Rio de Janeiro em 23 de julho de 1943 (BELOCH; ABREU, 1984c).

Isauro Regueira nasceu no Rio Grande do Sul em 1883. Ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha em 1901. Fez carreira no Exército, tendo sido promovido a general de brigada em dezembro de 1937. Em outubro de 1946 foi designado Embaixador do Brasil no Paraguai, onde permaneceu até março de 1947 (BELOCH; ABREU, 1984d). Faleceu em 16 de março de 1966.

Júlio Augusto Barbosa Carneiro nasceu no Rio de Janeiro em 1891. Estudou na Escola de Altos Estudos Comerciais de Lausanne, na Universidade de Grenoble e na Escola Livre de Ciências Políticas de Paris. Ingressou no Ministério da Agricultura em 1915, tendo servido sempre no exterior. Iniciou na carreira diplomática em 1919 em Londres. Atuou sempre em questões ligadas ao comércio, inclusive junto à Liga das Nações. Foi diretor executivo do Conselho Federal de Comércio Exterior, onde promoveu uma grande reforma. Retornou à carreira diplomática em 1939, tendo servido em Atenas (1939-1941), Cairo (1941-1945) e Atenas (1945-1946). Foi nomeado Embaixador no Paraguai em julho de 1947, tendo permanecido em Assunção até 1950. Serviu no Chile (1950-1952). Aposentou-se do serviço diplomático em 1956. Faleceu em Genebra em 13 de março de 1989 (BELOCH; ABREU, 1984e).

Ladário Pereira Telles nasceu no Rio Grande do Sul em 1900. Estudou no colégio militar de Porto Alegre e em 1919 ingressou na escola Militar do Realengo. Em 1923, quando era primeiro tenente, fez uma viagem de estudos a França. Em maio de 1942, quando era major, foi designado comandante da MMBIP. Permaneceu em Assunção até fevereiro de

1945. Em 1961, manifestou-se favorável à posse de João Goulart. Como general de divisão, foi nomeado comandante do Terceiro Exército por João Goulart em 31 de março de 1964. No dia 11 de abril, foi transferido para a reserva por força do Ato Institucional nº 1. Faleceu em 4 de dezembro de 1964 (BELOCH; ABREU, 1984f)⁹⁰.

⁹⁰ As informações da MMBIP são de nossas fontes.

6 CONCLUSÃO

No presente estudo, analisamos as relações bilaterais e a cooperação militar entre Brasil e Paraguai de 1939 a 1948. Em termos internacionais, é uma conjuntura de sistemas de poder em disputa, Estados Unidos e Alemanha entre 1939 e 1945, e Estados Unidos e União Soviética entre 1945 e 1948. Em termos de subsistema platino, é um período de disputa latente entre Brasil e Argentina pela subegemonia regional. O Brasil, após um período de “equidistância pragmática” entre 1939 e 1941, no qual barganhou o seu apoio em troca de benefícios, embarcou em uma aliança com a potência norte-americana com o objetivo de se tornar um aliado com tratamento especial na região. A Argentina que, num primeiro momento, se mantinha reticente em relação ao pan-americanismo em virtude do nacionalismo tradicional e dos laços com a Grã-Bretanha, se aferrou à neutralidade, principalmente após o golpe de junho de 1943, quando oficiais nacionalistas, alguns com inclinações nazifascistas, assumiram o poder. No Brasil, os operadores da política externa adotaram uma postura ao mesmo tempo de contenção dos planos hegemônicos argentinos, reais ou imaginários, e de contemporização, tentando mediar o entendimento entre Argentina e Estados Unidos. Esse entendimento ocorreu somente em 1945 com a Conferência de Chapultepec. Nesse momento, ocorreu a redemocratização no Brasil com o governo Eurico Gaspar Dutra que manteve postura de alinhamento à política externa norte-americana, juntamente com o anticomunismo, ainda aguardando o tratamento especial que nunca viria. Na Argentina, iniciava o governo de Juan Domingos Perón que buscou alianças com os países latino-americanos para reforçar a sua proposta de “Terceira Posição”, ou seja, de não alinhamento com nenhuma das duas superpotências. Seu governo era visto com reservas tanto pela diplomacia norte-americana, quanto pela brasileira. No Paraguai, ocorreu entre 1939 e 1940, o curto governo de Félix Estigarribia; entre 1940 e 1948, o governo de Higinio Morínigo, e em 1947, a Revolução de 1947. Assim, retomemos os nossos objetivos específicos:

- Verificar como as mudanças de conjuntura nos dois países afetaram as relações bilaterais:

O governo Estigarribia foi caracterizado em termos de política externa pela aproximação dos Estados Unidos e do Brasil, algo novo na política externa paraguaia. O Acordo de Intercâmbio Ferroviário, Cultural e Econômico entre o Brasil e o Paraguai, assinado em 24 de junho de 1939, foi o primeiro de muitos que seriam concluídos nos próximos anos. O governo Morínigo foi, por uma conjunção de fatores, o período de maior aproximação entre Paraguai e Brasil até o governo de Alfredo Stroessner a partir de 1954.

Havia grande identidade política entre o Estado Novo e o governo, como o antiliberalismo, a aversão aos partidos e o nacionalismo. A Argentina, influência dominante no Paraguai, estava isolada em função da neutralidade, não acompanhada pelos paraguaios. O Paraguai também se beneficiava do auxílio econômico e técnico dos Estados Unidos, estreitamente ligado ao Brasil a partir de 1941. E, no Ministério das Relações Exteriores e Culto do Paraguai estava Luis Argaña, um dos mais importantes quadros dos *tiempistas*, que defendia a aproximação paraguaio-brasileira. O outro pilar ideológico do governo Morínigo era a Frente de Guerra, de tendência nazifascista e argentinista. Mas enquanto os *tiempistas* estiveram no poder, até 1944, Morínigo que atuava como um árbitro seguiu a sua orientação. Nesse contexto ocorreu a assinatura dos dez acordos Argaña-Aranha em 1941, a visita de Getúlio Vargas em agosto desse ano, a fundação da MMBIP em 1942 e a visita de Morínigo ao Brasil em 1943. A partir de 1944, com o curso da Segunda Guerra praticamente decidido e o início das pressões por democratização, as relações brasileiras-paraguaias começaram a esfriar, de modo que no período da Revolução de 1947, estavam bastante estremecidas. A política pendular paraguaia se dirigiu para a Argentina, que sob o comando de Perón buscava alianças com os países da região para reforçar a “Terceira Posição”. O Brasil fez uma tentativa de manter os resultados da aproximação dos anos anteriores através de uma tentativa de mediação, a Missão Negrão de Lima. Já a Argentina, oficialmente apoiava a mediação, enquanto informalmente fornecia armas e munições para o governo colorado. O fracasso da mediação brasileira aumentou a distância entre os dois países, ao passo que as relações com a Argentina prosperaram. No ano de 1948, último de nossa conjuntura, o Paraguai estava mais próximo da Argentina do que do Brasil.

- Verificar qual era o objetivo do governo brasileiro com a instalação da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP) em 1942, quais foram as suas funções e como foi o seu funcionamento no período nacionalista:

Uma das iniciativas mais importantes do governo brasileiro, no período em estudo, foi a fundação da MMBIP em maio de 1942. Além do objetivo tradicional, de prestar instrução para os militares paraguaios em diversas áreas, a missão teve outros propósitos no período nacionalista. O primeiro foi a inserção de oficiais brasileiros na sociedade paraguaia, algo muito importante em um contexto de contratos diádicos e desconfiança em relação ao estrangeiro. O segundo foi, pelo menos até 1945, auxiliar no monitoramento da atividade nazista no Paraguai. Isso era importante para o governo brasileiro por dois motivos. Havia uma permeabilidade muito grande nas fronteiras, de modo que agentes nazistas se deslocavam do Paraguai e da Argentina para o sul do Brasil. Além disso, era uma das tarefas assumidas

pelo Brasil como membro destacado da aliança pan-americana. O outro objetivo era o de ocupar os espaços até então ocupados pela Argentina, em um contexto em que esse país se encontrava isolado pela neutralidade e enfrentando crises internas. O último propósito era o de tentar estabelecer algum controle sobre a hegemonia militar norte-americana que se impunha em toda a América Latina. Com respeito a esse último objetivo, parece ter ocorrido o oposto. A negociação do Acordo da MMBIP mostra a interferência norte-americana durante todo o processo.

- Verificar de que forma a rivalidade com a Argentina afetou as relações entre o Brasil e o Paraguai no período estudado.

A rivalidade com a Argentina é uma “força profunda” na história do Brasil, nas palavras de Doratioto, entre meados do século XIX e os anos 1980. E em todos os períodos ela interferiu na relação dos países vistos pela Argentina como seus satélites, no caso, Paraguai e Bolívia. O período em questão é bastante complexo, pois fatores ligados ao sistema internacional, à política externa da Argentina e do Brasil, e política externa do Paraguai influenciam essa rivalidade. Em termos internacionais, a Argentina estava isolada na posição de neutralidade e vista como “má vizinha” pelos Estados Unidos. O Brasil desejava tornar-se aliado preferencial dos estadunidenses, trocando apoio militar e estratégico, por recursos para o desenvolvimento industrial e aparelhamento do Exército. Obteve os dois últimos, mas não a posição de “país-chave”, uma vez que a derrota do Eixo diminuiu a importância estratégica da América Latina. Em termos de política externa, Brasil e Argentina abandonavam a diplomacia da agroexportação para utilizar a política externa para o desenvolvimento. Assim, os países do entorno eram vistos como mercados e áreas para investimento. Mas também havia a questão estratégica, a importância de ter controle sobre as rotas paraguaias para o caso de uma guerra com a Argentina, tida como possível, especialmente nos círculos militares. Com respeito a Argentina, a política externa do Estado Novo manteve uma atitude de evitar uma situação de hegemonia, ao mesmo tempo em que preservava as relações bilaterais, auxiliando os Estados Unidos no manejo da neutralidade. O Paraguai, que sempre teve uma política pendular entre os dois países, esteve em situação privilegiada para movimentar o pêndulo. Entre 1939 e 1944 ele foi em direção ao Brasil; entre 1944 e 1948, ele se deslocou para a Argentina. Mas sempre mantendo as melhores relações possíveis com o país rival, inclusive alimentando as intrigas, abundantes na nossa bibliografia.

Assim, consideramos que projeto de política externa para o desenvolvimento inaugurado com a Revolução de 1930 conseguiu contrabalançar a preponderância argentina

no subsistema platino utilizando incremento das relações bilaterais com o Paraguai ¹. A preponderância argentina era incontestável nas décadas de 1920 e 1930. Às vésperas da Grande Depressão, o Produto Interno Bruto (PIB) argentino era o dobro do brasileiro e equivalente ao produto bruto somado de todos os países sul-americanos (MELLO, 1996, p. 29-30). Essa preponderância passou por um período de transição na década de 1940, quando o Brasil, em função do ingresso na aliança pan-americana conseguiu dinamizar o programa de industrialização por substituição de importações. No período do pós-guerra na Argentina houve alguma prosperidade, uma vez que as reservas acumuladas durante o conflito financiaram a modernização promovida por Perón (MELLO, 1996, p.30). No final dos anos 1950, os PIBs dos dois países se igualaram a situação era a de equilíbrio de poder. A partir de 1954, com o governo Stroessner, o Paraguai migrou para a esfera de influência do Brasil.

Os dados comerciais, contudo, contradizem essa hipótese. Apesar das relações mais estreitas com o Brasil, entre 1940 e 1946, o comércio paraguaio continuou dirigido à Argentina. As exportações para a Argentina eram 20% do total, ao passo que as importações desse país eram 47% do total. Já as exportações para o Brasil eram de 0,3% do total e as importações do Brasil, 16% do total (BIRCH, 1990, p. 212). As inversões estrangeiras em 1948 foram 20% do total, enquanto as brasileiras foram apenas 1% do total (BIRCH, 1990, p. 211) Entre 1947 e 1953, os dados continuam favoráveis à Argentina. A mudança ocorreu na metade da década de 1950, mais precisamente com a assinatura do Tratado Geral de Comércio e Investimentos em 1956, durante o governo Juscelino Kubitschek (BIRCH, 1990, p. 196). Entre 1960 e 1980² o comércio do Brasil com o Paraguai somente aumentou em detrimento da Argentina. A situação de equilíbrio de poder da década de 1960 passou para a preponderância brasileira na década de 1970, época da Assinatura do Tratado de Itaipu.

A análise das múltiplas fontes estudadas demonstra que a aproximação do Paraguai fazia parte de um projeto maior de política externa para o desenvolvimento que tinha objetivos comerciais e, em se tratando dos países menores e limítrofes da região platina, estratégicos, no período do Estado Novo. Os objetivos comerciais levariam ainda alguns anos para serem atingidos. Já a situação estratégica melhorou com a aproximação em virtude do princípio das ligações ferroviária e rodoviária e da MMBIP. Com a mudança do regime em 1945, houve um arrefecimento das relações. Contudo, as “pontes” construídas permaneceram

¹ Houve outras iniciativas, mas o Paraguai é nosso foco de estudo.

² Para um estudo completo da expansão comercial do Paraguai e o incremento de relações econômicas com o Brasil a partir de 1970 ver. BAER, Werner; BIRCH, Melissa. *The International Economic Relations of a Small Country: the case of Paraguay*. **Economic Development and Cultural Change**. v. 35, n. 3, p. 6010-627, abr. 1987.

no Paraguai, no caso a cooperação cultural e a Missão. Quanto à MMBIP, sua presença em Assunção criou relações especiais entre os militares dos dois países que floresceriam no período Stroessner, que estudara no Brasil e fora discípulo de Raimundo Rolón. Em uma conjuntura muito diversa do nacionalismo, quando o poder no Paraguai se baseava em três tipos de dominação: a militar, a personalista e a de partido único (Partido Colorado)³ e o Brasil vivia um período democrático seguido de outro autoritário, as iniciativas de década de 1940 tiveram segmento.

Consideramos que a exploração de fontes do Exército brasileiro, no caso, os relatórios dos adidos ao Ministério da Guerra, bem como de fontes paraguaias, revelariam aspectos ainda não elucidados das relações brasileiro paraguaias nesse período. As primeiras fontes permitiriam traçar como se formou a espécie de “diplomacia paralela” entre os exércitos dos dois países que contornava o Ministério das Relações Exteriores, bem como o papel desempenhado pela MMBIP nesse processo. As fontes paraguaias possibilitariam aprofundar a questão da cooperação institucional. Um dos problemas que enfrentamos foi a ausência de uma historiografia paraguaia crítica e confiável. Não existe nenhuma obra que faça um estudo sistemático do período nacionalista. A grande maioria, com exceções que estão surgindo agora⁴, é laudatória de governantes paraguaios, não apresentam fontes e, algumas, sequer apresentam datas. A reconstituição historiográfica dos períodos Estigarribia e Morínigo foi feita com base nas fontes documentais e jornalísticas, em obras brasileiras, em obras norte-americanas e em obras paraguaias disponíveis com as limitações citadas. Outro problema grave é a impossibilidade de adquirir bibliografia paraguaia pela internet. É preciso contar com os amigos que viajam à Assunção para adquirir as obras.

Há dez anos, em 2006, Monica Hirst considerava o relacionamento do Brasil com o Paraguai o mais intrincado entre os dez países com os quais há compartilhamento de fronteiras (HIRST, 2006, p. 11). cremos que a situação não mudou. Há as questões relativas ao Tratado e à gestão de Itaipu. Há os problemas relacionados aos brasileiros. Há o contrabando e o tráfico de drogas. E, atualmente, a possibilidade de instalação de grupos terroristas na região da tríplice fronteira. Desde o afastamento de Fernando Lugo, em 2012, houve um esfriamento das relações do Brasil com o Paraguai. Com isolamento no Mercosul, o

³ Riquelme propõe uma caracterização weberiana do regime Stroessner denominando-o de neo-sultanato. Seria um regime baseado em um Exército partidarizado, na patronagem que alimentava uma burocracia leal e em um moderno aparato repressivo (RIQUELME, 1994, p. 44).

⁴ A coletânea organizada por Ignacio Telesca. **Historia del Paraguay**. Asunción: Santillana, 2010. é um dos primeiros trabalhos sérios de conjunto sobre a história do Paraguai.

Paraguai tem estreitado as relações com os Estados Unidos. Esse país, desde os ataques terroristas em 2001, voltou a priorizar a segurança como eixo fundamental de sua política:

O reconhecimento de novas ameaças, como o terrorismo, e a identificação dessas ameaças com países fracos e com o crime organizado internacional tornaram o Paraguai novamente uma peça no tabuleiro de xadrez. As fronteiras paraguais permeáveis ao contrabando e ao narcotráfico tornaram-se alvo de atenções e o país tornou-se peça chave no jogo de segurança hemisférica (KFURI; LAMAS, 2007, p.18).

Em fevereiro de 2014, foi inaugurado no Paraguai um Centro de Operaciones de Emergencias (COE) contra desastres ambientais localizado no Departamento de São Pedro e financiado pelos Estados Unidos (ABC Color, 22 de fevereiro de 2014). A presença militar norte-americana no Paraguai tem se ampliado de forma expressiva nos últimos anos. Assim, o Paraguai representa um desafio estratégico para o Brasil. Conhecer a história das relações dos países com todas as suas peculiaridades é fundamental para enfrentar esses desafios.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1989-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ALLISON, Graham T. **Essence of decision: explaining the cuban missile crisis**. Boston: Harper Collins, 1971.
- ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.
- AZCUY AMEGHINO, Eduardo; BIROCCO, Carlos María. As colônias do Rio da Prata e o Brasil: geopolítica, poder, economia e sociedade (séculos XVII e XVIII). In: CERVO, Amado Luiz, RAPORT, Mario (Org.). **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan: Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 12-76.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)**. São Paulo: Ensaio, 1993.
- BEAULAC, Williard. **Career Ambassador**. New York: MacMillan, 1951.
- BELLANI NAZERI, Rodolfo. **Morínigo: um hombre de America**. Santiago: Revista de las Americas, 1946.
- BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Silva, Lafaiete de Carvalho E**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984a. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-lafaiete-de-carvalho-e>>. Acesso em: 29 jun. 2016.
- BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Ferreira Braga, Antônio de Vilhena**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/braga-antonio-de-vilhena-ferreira>>. Acesso em: 29 jun. 2016.
- BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Gonçalves, Protásio Baptista**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984c. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/goncalves-protasio-batista>>. Acesso em: 22 maio 2016.
- BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Regueira, Isauro**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/regueira-isauro>>. Acesso em: 29 jun. 2016.
- BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Carneiro, Barbosa**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984e. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/julio-agosto-barbosa-carneiro>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**: Teles, Ladário. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984f. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ladario-pereira-teles>>. Acesso em: 20 maio 2016.

BIRCH, Melissa. La política pendular: política de desarrollo del Paraguay em la Post Guerra. In: SIMON, Jose Luis G. (Org.). **Política Exterior y Relaciones Internacionales del Paraguay contemporaneo**. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1990, p. 163-217.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BRAY, Arturo. **Armas y Letras**. Assunción: NAPA, 1982.

BRADING, D. A. A Espanha os Bourbons e seu império americano. In: BETHEL, Leslie (Org.). **História da América Latina: a América Latina Colonial**. São Paulo, Brasília: EDUSP, FUNAG, 2004. v.1

BREZZO, Liliana M. “Reparar lá Nación” Discursos históricos y Responsabilidades Nacionalistas em Paraguay. **Historia Mexicana**, México, v. 60, n. 1, p. 197-242, Jul./Sept. 2010.

BUDÓ, Aluísio Bolívar. **Raíces à mostra**. Porto Alegre: Sulina, 2000.

BUENO, Clodoaldo. **Pan-Americanismo e projetos de integração**: temas recorrentes na história das relações hemisféricas. [2003]. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4287&Itemid=316>. Acesso em: 25 fev. 2016.

BUENO, Ironildes. Estados Unidos versus Alemanha: o falso dilema sobre o início da indústria de base brasileira. **Revista Cena Internacional**, Brasília, v. 8, p. 171-192, 2006.

CARDOZO, Efraím. **Breve historia del Paraguay**. Asunción: Servilibro, 2011.

CARDOZO, Efraim. **Paraguay independiente**. Asunción: Servilibro, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política: 1930-1945. In: **A revolução de 30: Seminário Internacional**. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 110-187.

CARVALHO, José Murilo. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CARVALHO, Carlos Delgado de. **História diplomática do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

CAVLAK, Iuri. **A política externa brasileira e a argentina peronista**. São Paulo: Annablume, 2008.

CERVO, Amado. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado, BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: UNB, 2002.

CERVO, Amado, BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: UNB, 2012.

CERVO, Amado. **Relações internacionais da América Latina**: velhos e novos paradigmas. Brasília: IBRI, 2001.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Dir.). Las relaciones políticas con Gran Bretaña y Estados Unidos (1930-1943): introducción. In: _____. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. 2000. v. 9, cap. 44. Disponível em: <<http://www.argentina-rree.com/9/9-001.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2016

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Dir.). Las relaciones políticas con Gran Bretaña y Estados Unidos: La relación con Gran Bretaña continúa siendo de interés vital para la Argentina. In: _____. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. 2000b. v. 9, cap. 44. Disponível em: <<http://www.argentina-rree.com/9/9-002.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Dir.). Las relaciones políticas con Gran Bretaña y Estados Unidos: La búsqueda de una política comercial más fluida con Estados Unidos como camino alternativo. In: _____. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. 2000c. v. 9, cap. 44. Disponível em: <<http://www.argentina-rree.com/9/9-003.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Dir.). Las relaciones políticas con Gran Bretaña y Estados Unidos: La Conferencia Interamericana de Consolidación de la Paz (Buenos Aires, diciembre de 1936). In: _____. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. 2000d. v. 9, cap. 44. Disponível em: <<http://www.argentina-rree.com/9/9-007.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Dir.). Las relaciones políticas con Gran Bretaña y Estados Unidos: La Octava Conferencia Internacional de Estados Americanos (Lima, diciembre de 1938). In: _____. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. 2000e. v. 9, cap. 44. Disponível em: <<http://www.argentina-rree.com/9/9-007.htm>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Dir.). Las relaciones políticas con Gran Bretaña y Estados Unidos: La propuesta argentina de reemplazo de la neutralidad por la “no beligerancia” (abril de 1940). In: _____. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. 2000f. v. 9, cap. 44. Disponível em: <<http://www.argentina-rree.com/9/9-012.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Dir.). Las relaciones políticas con Gran Bretaña y Estados Unidos: La Segunda Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores (La Habana, julio de 1940). In: _____. **Historia general de las relaciones exteriores de la**

República Argentina. 2000g. v. 9, cap. 44. Disponível em: < <http://www.argentina-ree.com/9/9-014.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Dir.). Las relaciones políticas con Gran Bretaña y Estados Unidos: El acercamiento de Castillo a Estados Unidos (junio a diciembre de 1941): El convenio comercial (octubre de 1941). In: _____. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina.** 2000h. v. 9, cap. 44. Disponível em: <<http://www.argentina-ree.com/9/9-017.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Dir.). Las relaciones políticas con Gran Bretaña y Estados Unidos: La posición del gobierno argentino frente al ataque japonês a La flota de guerra norteamericana em Pearl Harbor. In: _____. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina.** 2000i. v. 9, cap. 44. Disponível em: <<http://www.argentina-ree.com/9/9-018.htm>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Dir.). Las relaciones exteriores bajo el gobierno militar surgido el 4 de junio de 1943: Las presiones norteamericanas para provocar la ruptura de relaciones con el Eje. In: _____. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina.** 2000j. v. 13, cap. 60. Disponível em: <<http://www.argentina-ree.com/13/13-001.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Dir.). La tercera posición de la era peronista (1946-1955): Los límites de una política exterior independiente (1946-1952). In: _____. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina.** 2000l. v. 13, cap. 61. Disponível em: <<http://www.argentina-ree.com/13/13-009.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Dir.). La tercera posición de la era peronista (1946-1955): La política regional del peronismo. In: _____. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina.** 2000m. v. 13, cap. 61. Disponível em: <<http://www.argentina-ree.com/13/13-009.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

COONEY, Jerry W. Paraguayan Independence and Doctor Francia. **The Americas.** v. 28, n. 4, p. 407-428, abr. 1972.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: Edmundo Bittencourt, 1901-1974.

CORSI, Franciso Luiz. **Estado Novo:** política externa e projeto nacional. São Paulo: UNESP, FAPESP, 2000.

COUTO E SILVA, Golbery do. **Geopolítica do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1922-1994).** Brasília: FUNAG, 2014.

DORATIOTO, Francisco. Formação dos Estados Nacionais e expansão do capitalismo no século XIX. In: CERVO, Amado Luiz; RAPORT, Mario (Org.). **História do Cone Sul.** Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 168-237.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORATIOTO, Francisco. **Relações Brasil-Paraguai**: afastamento, tensão e reaproximação (1889-1954). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

EL NACIONALISTA. Buenos Aires.

EL PAÍS. Asunción: Policarpo Artaza, 1930-1947.

EL PARAGUAYO. Asunción: Ricardo Brugada Doldán.

EL TIEMPO. Asunción: Francisco Escullies, 1937-1944.

ELLIOTT, J. H. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina: A América Latina Colonial**. São Paulo, Brasília: EDUSP, FUNAG, 2004.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. **Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979**: fronteira, energia e poder. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL; REPÚBLICA DO PARAGUAI. **Acordo entre o governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o governo da República do Paraguai relativo à Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai**. 1948. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1948/b_11/>. Acesso em: 27 jun. 2016.

FOSTER, George M. The Dyadic Contract: a Model for the Social Structure of a Mexican Peasant Village. **American Anthropologist**, Washington, v. 63, n. 6, p. 1171-1192, Dec. 1961. New Series.

FLECHA, Victor-Jacinto. **Breve historia del Paraguay 1811-2011**. Asunción: Fondec, Sevilibro, 2012.

GATTI CARDOSO, Gustavo. **El papel político de los militares en el Paraguay 1870-1990**. Asunción, 1994.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GOMEZ FLORENTIN, Carlos. **Higino Morínigo**. Asunción: El Lector: 2011.

GOMEZ FLORENTIN, Carlos. **La Guerra Civil de 1947**. Asunción: El Lector, 2011.

GONZALEZ, Erasmo Gonzalez. **El Gobierno de 1936 y su proyecto de identidad nacional**. Asunción: El Lector, 2011.

GONZÁLEZ DEL VALLE, Alcibiades. **El Drama de 47**: documentos secretos de la guerra civil. Asunción: El Lector, 2007.

GROW, Michael. **Los Estados Unidos e el Paraguay durante la Segunda Guerra Mundial**: política del buen vecino y autoritarismo em Paraguay. Asunción: Editorial Histórica, 1988.

GROW, Michael. **The Good Neighbor Policy and Authoritarianism in Paraguay**. Lawrence: The Regents Press of Kansas, 1981.

HEY, Jeanne. Introducing Small State Foreign Policy. HEY, Jeanne (Ed.). **Small States in World Politics**. Boulder: Lynne Rienner, 2003. p. 1-11.

HICKS, Frederic. Interpersonal Relationships and Caudillismo in Paraguay. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, Coral Gables, v. 13, n. 1, p. 89-111, Jan. 1971.

HILTON, Stanley E. **O Brasil e a crise internacional (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

HIRST, Monica. As relações Brasil-Paraguai: baixos incentivos no latu e strictu sensu. **Política Externa**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 11-21, dez./fev. 2006.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

JAGUARIBE, Hélio. **Novo cenário internacional**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

KEOHANE, Robert. The big influence of small allies. **Foreign Policy**, Washington, v.1, n. 2, p. 161-182, Spring 1971.

KEOHANE, Robert. Lilliputians Dilemmas: Small States in International Politics. **International Organization**, Cambridge, v. 23, n. 2, p. 291-310, Spring 1969.

KFURI, Regina; LAMAS, Bárbara. Entre o Mercosul e os Estados Unidos: as relações externas do Paraguai. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007, Caxambú. **Anais...** Caxambú: ANPOCS, 2007. Disponível em: <file:///E:/Users/cintiaivs/Desktop/Kfuri_Lamas_Entre_o%20(1).pdf>. Acesso em: 22 jun. 2016.

LA TRIBUNA. Asunción: Eduardo Shaerer, 1925-1983.

LEWIS, Paul H. Leadership and Conflict within the Febrerista Party in Paraguay. **Journal of Interamerican Studies**, Buenos Aires, v. 9, p.283-285, 1967.

LEWIS, Paul H. **Paraguay bajo Stroessner**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

MASI, Fernando. A doutrina truman y la guerra civil de 1947. In: SIMON, Jose Luis G. (Org.). **Política exterior y relaciones internacionales del Paraguay contemporaneo**. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1990, p. 73-82.

McCANN JR, Frank D. **Aliança Brasil Estados Unidos 1937-1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MELLO, Leonel Itassu Almeida. **Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul**. São Paulo: Annablume, 1996.

MENDOZA, Hugo. **José Félix Estigarribia**. Assunción: El Lector, 1998.

MENEZES, Alfredo. **A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai 1955-1980**. Campinas: Papyrus, 1987.

MIRANDA, Carlos R. **The Stroessner Era: authoritarian rule in Paraguay**. Boulder: Westview, 1990.

MORA, Frank. Paraguay: the legacy of authoritarianism. In: MORA, Frank; HEY, Jeanne (Ed.). **Latin American and Caribbean Foreign Policy**. Lanham: Rowman and Littlefield, 2003. p. 309-327.

MORA, Frank O. **La política exterior del Paraguay**. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1993.

MORA, Frank O.; COONEY, Jerry W. **El Paraguay y Estados Unidos**. Assunción: Intercontinental, 2009.

MORA, Frank. Paraguay: from the Stronato to Democratic Transition. HEY, Jeanne (Ed.). **Small States in Word Politics**. Bolder: Lynne Rienner, 2003. p. 13-29.

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Froteira, 1980.

MOURA, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil: 1939-1950**. Mudanças na natureza da relação Brasil Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012.

NERI FARINA, Bernardo. **El último Supremo**. Assunción: El Lector, 2003.

NICKSON, R. Andrew. **Historical Dictionary of Paraguay**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015.

NUNN, Frederick M. **Yesterday Soldiers**. Lincoln: University of Nebraska Press, 1983.

PAMPLIEGA, Amancio. **Mision Cumplida**. Assunción: El Lector, 1984.

PAMPLIEGA, Amancio. **Fusil al hombro**. Assunción: El Lector, 1982.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PUYO, Michel. Les grands hommes du Paraguay à l'École Supérieure de Guerra de Paris. **Caravelle**, Toulouse, n 72, p. 73-81, jun. 1999.

QUIJANO, Aníbal. Imperialismo y relaciones internacionales em America Latina. In: COTLER, Julio, FRAGEN, Richard (Org.). In: **Relaciones políticas entre América Latina y Estados Unidos**. Buenos Aires: Amorrortu, 1974.

RABE, Stephen G. Inter-American Military Cooperation 1944-1951. **World Affairs**, Washington, v. 137, n. 2, p. 132-149, Fall 1974.

REVISTA DE LAS FUERZAS ARMADAS DE LA NACION. Asunción: Ejercito del Paraguay, 1941-.

RIQUELME, Marcial Antonio. Toward a Weberian Characterization of the Stroessner Regime in Paraguay (1954-1989). **Review of Latin American and Caribbean Studies**, Amsterdam, n. 57, p. 29-52, Dec. 1994.

RIVAROLA, Milda. La Constestacion Política al Regime de Morinigo. **Historia Paraguaya**, Asunción, v. 35, p. 229-259, 1995.

RODRÍGUEZ, Jose Carlos. **El Paraguay bajo el Nacionalismo: 1936-1947**. Assunción: El Lector, 2010.

ROLÓN, Raimundo. **Algunos aspectos del Brasil com relacion al Paraguay**. Asunción: Imprenta Militar, 1940.

ROETT, Riordan; SACKS, Richard. **Paraguay: the Personalist Legacy**. Boulder: Westview, 1991

SAUER, Elmar Luiz. **A disputa pela sub-hegemonia regional (1942-1945): o Brasil perante a neutralidade argentina na guerra**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

SCAVONE YEGROS, Ricardo, BREZZO, Liliana. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: FUNAG, 2013.

SCAVONE YEGROS, Ricardo, BREZZO, Liliana. **Historia de las Relaciones Internacionales del Paraguay**. Asunción: El Lector, 2010.

SCAVONE YEGROS, Ricardo. Guerra internacional y confrontaciones político (1920-1954). In: TELESCA, Ignacio (Org.). **Historia del Paraguay**. Asunción: Santillana, 2010. p. 225-264.

SEIFERNHELD, Alfredo M. **Estigarribia: 20 años de vida política paraguaya**. Asunción: Servilibro, 2011

SEIFERNHELD, Alfredo. **Nazismo y fascismo em el Paraguay: los años de la guerra 1936-1945**. Asunción: Servilibro, 2012.

SEITENFUS, Ricardo Antônio. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

SILVA, André Reis da; MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina. **As Relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVEIRA, Herder Gordim da. **Argentina X Brasil: a questão do Chaco Boreal**. Porto Alegre: EdiPucrs, 1997.

SIMON, Jose Luis G. (Org.). **Política Exterior y Relaciones Internacionales del Paraguay contemporáneo**. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1990.

SOLER, Lorena. Claves históricas del régimen político em Paragay: López y Stroessner. **Diálogos**, Maringá, v. 11, n. 1-2, p. 19-54, 2007.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Diplomatas, políticos e militares: as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo**. Passo Fundo: EdiUPF, 1999.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos nas décadas de 1930 e 1940. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 76-91, 2008.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

TRACHTENBERG, Marc. **The Craft of International History**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

UNITED STATES. Department of State. **Foreign relations of the United States: diplomatic papers**, Washington, v. 5, p. 758-768, 1939. Disponível em: <<http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/FRUS.FRUS1939v05>>. Acesso em: 26 ago. 2016

UNITED STATES. Department of State. **Foreign relations of the United States: diplomatic papers**, Washington, v. 5, p. 1124-1134, 1940. Disponível em: <<http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/FRUS.FRUS1940v05>>. Acesso em: 17 fev. 2016

UNITED STATES. Department of State. **Foreign relations of the United States: diplomatic papers**, Washington, v. 1, p. 597-1024, 1941. Disponível em: <<http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/FRUS.FRUS1941v01>>. Acesso em: 12 maio 2016

UNITED STATES. Department of State. **Foreign relations of the United States: diplomatic papers: The American Republics**, Washington, v. 6, 1942. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v06/d596>>. Acesso em: 8 jun. 2016

UNITED STATES. Department of State. **Foreign relations of the United States: The American Republics**, Washington, v. 9, 1945. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945v09/d1035>>. Acesso em: 19 jun. 2016

UNITED STATES. Department of State. **Foreign relations of the United States: The American Republics**, Washington, v. 11, 1946. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1946v11/ch77>>. Acesso em: 19 jun. 2016

UNITED STATES. Department of State. **Foreign relations of the United States: The Western Hemisphere**, Washington, v. 9, 1948. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1948v09/d507>>. Acesso em: 19 jun. 2016

WARREN, Harris Gaylord. Paraguay. **An Informal History**. Norman: University of Oklahoma Press, 1949.

ZOOMERS, Elizabeth B.; KLEINPENNING, Johan. Elites, the rural masses and land in Paraguay: a case study of the subordination of rural masses to the interests and power of the ruling class. **Geográfica**, México, n. 111, p. 129-148, Ene-Jun. 1990.

FONTES CONSULTADAS

Fontes consultadas

Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro)

- Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (Caixas diversas)

Biblioteca Nacional

- Hemeroteca Digital

Correio da Manhã (Rio de Janeiro)

Biblioteca Nacional Del Paraguay

- Periódicos:

ABC Color

El Diario

Correio da Manhã (Rio de Janeiro)

El Nacionalista (Buenos Aires)

El Pais

EL PARAGUAYO

EL TIEMPO

LA TRIBUNA

Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (Rio de Janeiro)

- Arquivo Getúlio Vargas.

- Arquivo José Pessoa.

- Arquivo Oswaldo Aranha.

- Arquivo Negrão de Lima.

- Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB

Embaixada do Brasil em Assunção (Paraguai)

Pastas diversas

Ministério das Relações Exteriores

- Atos Internacionais

United States – Department of State

- Foreign Relations Diplomatic Papers

The American Republics: 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1944, 1946, 1947 e 1948. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments>